

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

TESE DE DOUTORADO

**ADESÃO À DEMOCRACIA EM BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: GRUPOS DE PORTO ALEGRE(RS) E
SÃO LUÍS(MA)**

MÁRCIA DE SOUZA MEDEIROS

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA MARIA IZABEL NOLL

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2015

**ADESÃO À DEMOCRACIA EM BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: GRUPOS DE PORTO ALEGRE(RS) E
SÃO LUÍS(MA)**

MÁRCIA DE SOUZA MEDEIROS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Professora Doutora Maria Izabel Noll

NOVEMBRO DE 2015

CIP - Catalogação na Publicação

DE SOUZA MEDEIROS, MÁRCIA

Adesão à Democracia em Beneficiários e não Beneficiários do Programa Bolsa Família: grupos de Porto Alegre(RS) e São Luís(Ma) / MÁRCIA DE SOUZA MEDEIROS. -- 2015.
258 f.

Orientadora: MARIA IZABEL SARAIVA NOLL.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Democracia. 2. Programa Bolsa Família. 3. Porto Alegre. 4. São Luís. I. SARAIVA NOLL, MARIA IZABEL, orient. II. Título.

ADESÃO À DEMOCRACIA EM BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: GRUPOS DE PORTO ALEGRE (RS) E SÃO LUÍS
(MA)

MÁRCIA DE SOUZA MEDEIROS

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em ciência Política como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Professora Doutora Maria Izabel Noll

Aprovada em 11 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Izabel Noll (Orientadora - UFRGS)

Professora Doutora Mercedes Maria Loguércio Cánepa (UFRGS)

Professora Doutora Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS)

Professora Doutora Silvana Krause (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de ter sido aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual cursei também a graduação em Ciências Sociais e o Mestrado em Ciência Política. Universidade pública, na qual tenho a satisfação de também meus quatro filhos já terem estudado ou ainda estudarem e na qual seu pai é pesquisador e entusiasta fundador do Cineclube da Ciência Política.

Também agradeço às pessoas que tornaram possível a aplicação do questionário através do qual foi realizada a pesquisa e ainda mais aos que se dispuseram a dispor de seu tempo e energia para responder às questões respectivas.

De igual forma, agradeço a minha orientadora, Professora Izabel Noll, pelo apoio, incentivo e compreensão no período da orientação.

E especialmente agradeço a meus pais, Siloé Alves de Medeiros e Hilda de Souza Medeiros, que me deram a vida; a Manoel Caetano de Araújo Passos, com quem tenho dividido a vida e a nossos quatro filhos, que trouxemos à vida: a jornalista Clarice Medeiros Passos; a internacionalista Anaís Medeiros Passos; o estudante de Publicidade e Propaganda, Lourenço Medeiros Passos e a estudante de Ciências Sociais, Maitê Medeiros Passos.

A minha gente: de quem vim, com quem tenho vivido e a quem veio de nós.

RESUMO

Essa pesquisa teve como preocupações o significado da desigualdade social enquanto dificuldade para que se efetivem supostos da democracia, a exemplo da igualdade política e para que se alcance, portanto, a qualidade da democracia. Pelas dimensões do Programa Bolsa Família, em número de beneficiários e cobertura territorial, assim como pela centralidade da transferência de renda para o maior bem-estar dos cidadãos pobres, entendeu-se que se tratava de uma iniciativa pública que poderia ter implicações para uma maior adesão à democracia. Dessa perspectiva, foi aplicado questionário a grupos de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e a grupos de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias, nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e do Maranhão, São Luís, tentando apreender sua percepção de pobreza e sua percepção de democracia, de modo a tentar perceber se o fato de receber a transferência de renda pertinente produzia adesão mais expressiva à democracia. Entretanto, tanto limitações próprias ao programa como o valor do benefício e a possibilidade de sua descontinuidade a qualquer tempo, devido a diversas razões como e principalmente a precariedade de outras políticas sociais, considerando-se os resultados da pesquisa que negaram a hipótese, são, em nosso entendimento, empecilhos para a não associação entre pertencer ao Programa Bolsa Família e aderir ao sistema democrático.

Palavras-chave: Democracia; Programa Bolsa Família; Porto Alegre; São Luís.

ABSTRACT

This research addresses the meaning of social inequality as an impediment to assertion of democratic principles such as political equality necessary for achieving quality of democracy. Bolsa Familia Program is considered a major public policy initiative that may have consequences regarding adherence to democracy due to its numbers of beneficiaries and territorial coverage. Additionally, this project also highlights the centrality of cash transfer for poor citizens' well-being. From this perspective, questionnaires were applied to family responsables of the beneficiary and non-beneficiary families in the capital cities of Rio Grande do Sul (Porto Alegre) and Maranhão (São Luís). The objective of these questionnaires was to assess their perception of poverty and democracy, in order to understand if receiving Bolsa Familia cash transfer may be related to a more significant adherence to democracy. Research results disconfirmed the initial hypothesis. The discontinuity of cash transfer, a non significant value and the precarity of other social policies are alternative explanations for the non-correlation between participation in the Bolsa Familia Program and support for democratic system.

Keywords: Democracy, Bolsa Família Program, Porto Alegre, São Luís.

RÉSUMÉ

La recherche porte sur l'inégalité sociale en tant qu'obstacle à la réalisation des principes démocratiques tels que l'égalité politique. Le Programme de politique publique Bolsa Família pourrait avoir un impact notable sur l'adhésion à la démocratie en raison du nombre de bénéficiaires et de son étendue territoriale, notamment du fait de l'importance des transferts d'argent pour le bien être des citoyens les plus pauvres. Dans cette perspective, des entretiens ont été réalisés auprès des chefs de familles bénéficiaires et de familles non bénéficiaires dans les capitales de Rio Grande do Sul (Porto Alegre) et Maranhão (Sao Luiz). Leurs perceptions de la pauvreté et de la démocratie ont ainsi été évaluées, afin de comprendre si la réception des transferts monétaires du Bolsa Família pouvait être liée à une adhésion plus importante à la démocratie. Les résultats des recherches ont contesté cette hypothèse initiale. La discontinuité des transferts d'argent, leur valeur non significative et la précarité des autres politiques sociales sont des explications pour la non-corrélation entre l'adhésion au programme Bolsa Família et celle à un système démocratique

Mots clés: Démocratie, politique publique Bolsa Família, Porto Alegre, São Luís.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero.....	71
Gráfico 2 - Etnia.....	71
Gráfico 3 - Faixa Etária - Média de Idade.....	72
Gráfico 4 - Religião.	73
Gráfico 5 - Ao que se dedica atualmente.....	74
Gráfico 6 - Condição da ocupação principal.....	75
Gráfico 7 - Escolaridade.....	76
Gráfico 8 - Renda mensal individual.....	78
Gráfico 9 - Renda mensal familiar.....	79
Gráfico 10 - Número de pessoas que dependem da renda familiar.....	80
Gráfico 11 - Percepção da distribuição da riqueza	82
Gráfico 12 - Percepção de sua classe social há dez anos.....	83
Gráfico 13 - Percepção de sua classe social hoje.....	84
Gráfico 14 - Percepção da diminuição da pobreza, nos últimos cinco anos.....	85
Gráfico 15 - Percepção das causas da pobreza.....	86
Gráfico 16 - Percepção da respons.do estado pelo bem-estar.....	87
Gráfico 17 - Percepção da importância da educação para a saída da pobreza.....	88
Gráfico 18 - Percepção de sua qualidade de vida, nos últimos cinco anos.....	89
Gráfico 19 - Percepção de como os pais viviam em relação a como vive	90
Gráfico 20 - Percepção das oportunidades dos filhos de melhorar de vida.....	91
Gráfico 21 - Expectativa de nascer pobre e ficar rico.....	92
Gráfico 22 - Tempo de recebimento do Bolsa Família.....	93

Gráfico 23 - Percepção dos efeitos da participação no Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida da família.....	94
Gráfico 24 - Percepção dos efeitos da participação no Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida de sua comunidade.....	95
Gráfico 25 - Percepção do significado de democracia.....	96
Gráfico 26 - Percepção da democracia como indispensável para que os pobres vivam melhor.....	98
Gráfico 27 - Percepção de que se não houvesse democracia no Brasil não existiria o Programa Bolsa Família.....	99
Gráfico 28 - Percepção de qual a característica mais importante da democracia.....	100
Gráfico 29 - Percepção de se quando se vive numa democracia, os cidadãos têm mais direitos	101
Gráfico 30 - Percepção de que a lei trata igualmente todas as pessoas.....	102
Gráfico 31 - Percepção de que todos têm os mesmos direitos garantidos.....	103
Gráfico 32 - Percepção da liberdade de expressão.....	104
Gráfico 33 - Percepção de fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.....	105
Gráfico 34 - Percepção de que as pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.....	106
Gráfico 35 - Percepção de que as políticas públicas - aquilo que o governo faz- levam em consideração o que o cidadão precisa/espera do governo.....	107
Gráfico 36 - Percepção de que é importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.....	108
Gráfico 37 - Percepção de que pode haver democracia sem que existam partidos políticos.....	109
Gráfico 38 - Percepção de que qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.....	110

Gráfico 39 - Percepção de que o povo deve governar diretamente e não através de representantes eleitos.....	111
Gráfico 40 - Percepção de que deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.....	112
Gráfico 41 - Percepção de que aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país.....	113
Gráfico 42 - A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.....	114
Gráfico 43 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? O governo.....	116
Gráfico 44 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? A população	116
Gráfico 45 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? Vereadores, deputados e senadores.....	117
Gráfico 46 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? O Presidente da República.....	117
Gráfico 47 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? As associações de bairro.....	118
Gráfico 48 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? Os sindicatos.....	118
Gráfico 49 - Até que ponto tem confiança na justiça?.....	121
Gráfico 50 - Até que ponto tem confiança na justiça eleitoral?.....	122
Gráfico 51 - Até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)?.....	122
Gráfico 52 - Até que ponto tem confiança no Congresso Nacional?.....	123
Gráfico 53 - Até que ponto tem confiança na Polícia Militar?.....	123
Gráfico 54 - Até que ponto tem confiança na Igreja Católica?.....	124

Gráfico 55 - Até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica?.....	124
Gráfico 56 - Até que ponto tem confiança nos partidos políticos?.....	125
Gráfico 57 - Até que ponto tem confiança no Presidente da República?.....	125
Gráfico 58 - Até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal?.....	126
Gráfico 59 - Até que ponto tem confiança no governo municipal?.....	126
Gráfico 60 - Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?.....	127
Gráfico 61 - Até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro?.....	128
Gráfico 62 - Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?.....	129
Gráfico 63 - Até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil?.....	130
Gráfico 64 - Até que ponto tem orgulho de ser brasileiro?.....	131
Gráfico 65 - De uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está:.....	132
Gráfico 66 - Acha que o Brasil é um país:.....	133
Gráfico 67 - Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor (a) pensam.....	134
Gráfico 68 - Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.....	135
Gráfico 69 - Você acha que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?.....	135
Gráfico 70 - O senhor se interessa por política?.....	136
Gráfico 71 - Igreja ou organização/grupo religioso (pertence/participa).....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Condicionalidades do Programa Bolsa Família.....	50
Quadro 2 - Condicionalidades do Benefício Variável Jovem.....	51
Quadro 3 - Repercussão do descumprimento de condicionalidades	52
Quadro 4 - Repercussão do descumprimento de condicionalidades sobre o Benefício Variável Jovem.....	53
Quadro 5 - Valores do Índice de Gestão Descentralizada - IGD repassados /ano - Brasil 2006 - 2011.....	55
Quadro 6 - Composição de Benefícios do Programa Bolsa Família.....	56
Quadro 7 - Programas Usuários obrigatórios.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1a - Diferenças de bem-estar entre pobres e não pobres - Porto Alegre.....	138
Tabela 1b - Diferenças de bem-estar entre pobres e não pobres - São Luís.....	139
Tabela 2a - Modificações da sua condição de pobreza I - Porto Alegre	141
Tabela 2a - Modificações da sua condição de pobreza II - Porto Alegre.....	143
Tabela 2b - Modificações da sua condição de pobreza I - São Luís.....	144
Tabela 2b - Modificações da sua condição de pobreza II - São Luís.....	145
Tabela 3a - Patamar de bem-estar e de pobreza no período recente - Porto Alegre.....	147
Tabela 3b - Patamar de bem-estar e de pobreza no período recente - São Luís.....	148
Tabela 4a - Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e geração futura I - Porto Alegre.....	150
Tabela 4b - Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e à geração futura I São Luís.....	151
Tabela 4a - Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e geração futura II - Porto Alegre.....	153
Tabela 4b - Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e à geração futura II - São Luís.....	154
Tabela 5a - Possibilidade de mudança de condição social - Porto Alegre.....	156
Tabela 5b - Possibilidade de mudança de condição social - São Luís.....	157
Tabela 6a - Programa Bolsa Família e qualidade de vida - Porto Alegre.....	160
Tabela 6b - Programa Bolsa Família e qualidade de vida - São Luís.....	161
Tabela 7a - Estado de Direito - Porto Alegre.....	164

Tabela 7b - Estado de Direito - São Luís.....	165
Tabela 8a - Accountability horizontal e Accountability vertical - Porto Alegre.....	167
Tabela 8b - Accountability horizontal e Accountability vertical - Porto Alegre.....	169
Tabela 9a - Igualdade Política - Porto Alegre	172
Tabela 9b - Igualdade Política - São Luís.....	174
Tabela 10a - Responsividade I - Porto Alegre.....	177
Tabela 10b - Responsividade I - São Luís.....	179
Tabela 11a - Responsividade II - Porto Alegre.....	181
Tabela 11b - Responsividade II - São Luís.....	183
Tabela 12a - Responsividade III - Porto Alegre.....	185
Tabela 12b - Responsividade III - São Luís.....	187
Tabela 13a - Confiança institucional I - Porto Alegre.....	189
Tabela 13b - Confiança institucional I - São Luís.....	191
Tabela 14a - Confiança institucional II - Porto Alegre.....	193
Tabela 14b - Confiança institucional II - São Luís.....	195
Tabela 15a - Confiança institucional III - Porto Alegre.....	197
Tabela 15b - Confiança institucional III - São Luís.....	199
Tabela 16a - Regime democrático brasileiro - Porto Alegre.....	201
Tabela 16b - Regime democrático brasileiro - São Luís.....	203
Tabela 17a - Entendimento de democracia - Porto Alegre.....	205
Tabela 17b - Entendimento de democracia - São Luís.....	207
Tabela 18a - O que é central na democracia - Porto Alegre.....	209

Tabela 18b - O que é central na democracia - São Luís.....	211
Tabela 19a - Liberdade na democracia brasileira - Porto Alegre.....	213
Tabela 19b - Liberdade na democracia brasileira - São Luís.....	215
Tabela 20a - Relevância da representação para a democracia - Porto Alegre.....	217
Tabela 20b - Relevância da representação para a democracia - São Luís.....	218
Tabela 21a - Alternância no poder - Porto Alegre.....	220
Tabela 21b - Alternância no poder - São Luís.....	222
Tabela 22a - Papel dos cidadãos comuns - Porto Alegre.....	225
Tabela 22b - Papel dos cidadãos comuns - São Luís.....	227

SUMÁRIO

Introdução	1
1. DEMOCRACIA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA	7
1.1 QUALIDADE DA DEMOCRACIA.....	8
1.2 DEMOCRACIA E VALORES	28
2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO TEMA DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA	40
2.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	41
2.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	47
2.3 PORTO ALEGRE E SÃO LUÍS: CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DE HISTÓRIA POLÍTICA.....	61
3. PERCEPÇÃO DE POBREZA E DE DEMOCRACIA	68
3.1 PERFIL DOS RESPONDENTES: PORTO ALEGRE E SÃO LUÍS.....	70
3.2 PERCEPÇÃO DE POBREZA.....	81
3.3 PERCEPÇÃO DE DEMOCRACIA.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
BIBLIOGRAFIA	239
ANEXO	248

INTRODUÇÃO

O tema da democracia é um dos mais relevantes na Ciência Política, enquanto preocupação geral sobre como se processam as relações entre governantes e governados. No contexto de democracias jovens como a brasileira, cuja história democrática é apenas uma nesga entre períodos extensos de autoritarismo, é ainda mais crucial a reflexão a respeito. De outra parte e profundamente imbricados com a democracia, tem-se no caso do Brasil, a pobreza e a desigualdade enquanto elementos a bem dizer característicos da formação social e política brasileiras. A tese ancora-se nessa dupla preocupação: a democracia e a pobreza e desigualdade.

Note-se que a democracia tem toda uma centralidade na vida de convivência, considerando-se o conjunto de regras fundantes da mesma, as quais caracterizam-se pela proteção aos direitos humanos no que esses têm de crucial: a garantia da própria sobrevivência física dos cidadãos frente ao poder do Estado. A esse aspecto primordial somam-se diversos outros: a alternância no poder, a regularidade nas eleições, a liberdade de expressão, organização e manifestação, a imprensa plural, etc.

Entretanto, a existência de um corpo de regras institucionalizado é apenas uma das dimensões constitutivas da democracia, dentre várias, sendo outra delas, a adesão dos membros daquele demos ao regramento em questão. Desse ângulo, a percepção favorável de democracia e a adoção de valores democráticos integram-se à reflexão acerca de porque as diferentes experiências democráticas contemporâneas podem ser escalonadas como sendo de maior ou menor qualidade.

A qualidade da democracia guarda relação com uma miríade de fatores, alguns relativos ao contexto interno de cada país, outros aos nexos e entorno internacionais. Certos determinantes equacionam-se pela robustez institucional, outros pelo grau de desenvolvimento econômico e outros ainda, pela constituição de uma cultura democrática. A presente tese envolveu esse último nicho, ou seja, o da percepção favorável da democracia e dos valores democráticos.

De outro lado, o fato da democracia, nos tempos atuais, inserir-se em um sistema capitalista globalizado, com um mercado de trabalho não apenas mais restrito, mas com um grau de exigências não atendível por ponderáveis contingentes, faz com que tenha de

operar frente à existência de assimetrias importantes, especialmente, em termos de recursos econômicos e de informação. Desigualdade que, por sua vez, impede que determinados supostos essenciais da democracia, dentre os mencionados acima, se concretizem devidamente. Assim, o papel do cidadão enquanto eleitor no sistema eleitoral concorrencial, com eleições naturalizadas e garantia das liberdades, tende ao enfraquecimento se os recursos de que dispõe para manter-se forem de tal ordem insuficientes que o impeçam de votar soberanamente e de informar-se, como devido, a cada eleição, sobre as implicações do procedimento.

Se no contexto da transição do regime militar para a democracia, o foco da atenção era a restauração dos procedimentos e garantias democráticos no patamar mais elevado possível, uma pauta que se segue imediatamente é a necessidade de que a pobreza e a desigualdade alarmantes sejam minimizadas. Ou seja, há o entendimento, em setores organizados importantes e também, entre parte das elites decisórias, de que a democracia que recém era retomada não se coadunava com a forte apartação social do país. Ampliam-se assim as margens para que em termos de políticas públicas, a transferência de renda tenha lugar de modo mais substantivo.

Pelas razões anteriormente expostas, que podem ser resumidas na impossibilidade de atendimento das premissas da democracia em presença de pobreza e desigualdade expressivas, abre-se, teoricamente, terreno para a utilização da escola da cultura política como recurso para a compreensão do regime democrático brasileiro. Isto é, os valores democráticos, vinculados por sua vez a produtos institucionais - o que fazem governos e demais instâncias da democracia, têm também um papel na sedimentação da democracia que recentemente se estabeleceu.

Quanto aos produtos institucionais mencionados, nos ocupamos nessa tese de um deles que respeita diretamente ao aporte de renda. Os programas de transferência de renda, que surgem no centro capitalista, nas últimas décadas do século passado, buscam facultar certo patamar de bem-estar àqueles que, por várias razões, não conseguem buscar sua sobrevivência no mercado de trabalho. O que significa investir esforços na sedimentação de um núcleo comum através da minoração das faltas de determinados grupamentos sociais. Poder-se-ia, dessa forma, supor que tais programas poderiam permitir que as desigualdades entre os membros do demos fossem atenuadas, concorrendo para um menor impacto negativo daquelas sobre a qualidade da democracia considerada.

Transposta para a periferia do sistema, em países como o Brasil, essa modalidade de programa social acaba por ter um impacto ainda mais expressivo e orienta-se, inclusive, àqueles que estão no mercado de trabalho, com baixos ganhos e vinculação precária, a título de complementação de renda. Além dos limites do centro capitalista, o número de pessoas cujo bem-estar não atinge um patamar aceitável, é bastante superior. Também essa condição tende a ser mais exacerbada, impactando, supõe-se, mais fortemente, o conjunto de características do sistema democrático. O que sugere dificuldades para que a democracia em questão atinja um patamar desejável de qualidade.

No Brasil, os programas de transferência de renda iniciam-se no âmbito de municípios e têm sua primeira modalidade nacional no Bolsa-Escola, que também tem início como experiência municipal. No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criada uma série de programas envolvendo o repasse de recursos monetários a famílias pobres e no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um leque dos programas já existentes é unificado no Programa Bolsa Família, que alcançou em dezembro de 2013, o volume de 14 milhões de famílias. Considerando-se a estimativa de famílias pobres a partir dos dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o público atendido a superou em 1,2%, tendo-se 102,53% das famílias pobres então identificadas sendo atendidas pelo Programa Bolsa Família, em 2013 (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Prestação de Contas 2013).

Ainda que considere problemas importantes de subnotificação de renda que como os demais quesitos do caderno de entrevistas é autodeclaratório e mesmo que se possa questionar se efetivamente os mais pobres recebem o benefício, trata-se de um volume eloquente de beneficiários. Acresça-se, de outra perspectiva, o denso emaranhado de organizações estabelecido nos três níveis do poder público e que busca cadastrar as famílias, selecionar dentre elas as que receberão o benefício, pagar a transferência de renda, acompanhar o cumprimento das condicionalidades ou justificá-lo, e tem-se um programa gigantesco, enraizado em municípios de todo o porte.

Pareceu-nos que um programa com tais proporções e já dez anos de existência, o qual respeita a uma enorme massa de famílias, a que se soma o círculo de relações das mesmas e o aparato organizacional associado, com o objetivo de transferir renda de modo complementar, aos pobres e muito pobres deveria ser analisado também do ponto de vista dos valores democráticos, ou seja, da percepção de democracia. Afinal, os programas de transferência de renda resultam em benefícios materiais - maior quantidade e maior

diversificação de alimentos, roupas e calçados; pequenas melhorias nas residências, etc., porém, julgamos lícito supor que ocorressem mudanças também no que concerne a outras esferas, como a dos valores. Em se corroborando essa suposição, o recebimento do recurso monetário compreendido como políticas, ação de governo, poderia levar os Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias a estabelecer nexos entre a relativa melhoria de seu bem-estar, o governo democrático em que o programa foi criado e, por extensão, com a democracia.

Note-se que o Programa Bolsa Família tem sido objeto de um grande número de pesquisas acadêmicas e no âmbito de instâncias governamentais, desde seus primeiros anos de existência, as quais podem ser divididas em duas vertentes gerais: a da efetividade (Camelo et al, s/d; CEDEPLAR, 2007) e a do impacto eleitoral (Hunter, 2007; Licio et al.,2008; Peixoto, 2011; Soares, 2008). No primeiro caso, busca-se compreender quais os resultados alcançados em termos de redução da pobreza, permanência na escola, melhora nutricional e correlatos. O maior bem-estar em tese advindo do programa tem sido examinado preponderantemente da perspectiva da cidadania. Já no segundo, importa verificar a coincidência entre votações favoráveis ao Partido dos Trabalhadores e a coligações a ele relacionadas e as áreas com volume importante de beneficiários e pobreza significativa, no regime democrático vigente.

O presente trabalho, entretanto, diferentemente das ênfases até aqui verificadas no que se refere às investigações e reflexão sobre o programa, pretendeu apreender se o recebimento do benefício poderia levar a uma percepção mais favorável da democracia de parte dos beneficiários. A partir desse entendimento, num estudo inicial sobre a temática, foi aplicado questionário sobre percepção de democracia, tendo como público quatro grupos de cidadãos - Responsáveis Familiares - RFs de famílias beneficiárias e Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias, em duas cidades. Tratou-se, assim, de procurar aferir a percepção de grupos específicos, não representativos dos significativos contingentes de responsáveis familiares de famílias beneficiárias, mas que pode operar como sinalizadora de uma tendência, a se confirmar ou não em futuros estudos.

Note-se que a tese valeu-se de dados primários, coletados através da aplicação de questionário semiestruturado, composto por 89 questões, sendo 87 fechadas e duas abertas, a pesquisa buscou verificar se o recebimento do benefício monetário do programa federal de transferência de renda Bolsa Família impactava a percepção de

democracia dos Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias, para o universo pesquisado. Ou seja, se o acesso a um maior nível de bem-estar, materialmente falando, também incidiu sobre sua percepção de democracia em termos de adesão àqueles preceitos próprios ao regime democrático, os quais temos abordado.

Pelo fato de não termos como comparar a percepção de democracia dos respondentes beneficiários do Programa Bolsa Família com aquela que tinham anteriormente ao recebimento do benefício monetário respectivo, entendemos que seria possível encontrar diferenças entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, operando o último como grupo de controle. Procurando-se examinar duas realidades socioeconômicas e políticas supostamente algo distintas, foram escolhidos dois grupos de cidadãos residentes na capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e dois residentes na do estado do Maranhão, São Luís. O primeiro estado tem uma qualidade de vida média superior, localizando-se entre as unidades federativas melhor posicionadas e o segundo estado acha-se entre aquelas em pior situação. Também há diferenças no que se refere à história política, com o nepotismo e a continuidade de clãs tradicionais, de regime a regime, sendo mais acentuados no segundo.

A escolha de pessoas que habitassem a capital se deu pelo fato de que esse é o município que apresenta o maior número de habitantes, possuindo também um maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família. Caso a hipótese fosse confirmada para os grupos pesquisados, poderia se planejar o desdobramento de estudos mais abrangentes com o mesmo sentido, envolvendo capitais pelo peso de suas populações pobres e muito pobres no conjunto de habitantes.

A pesquisa, dessa forma, procurou verificar a hipótese de que o recebimento do benefício poderia levar a uma maior filiação à democracia, logo, aos valores democráticos de parte dos Responsáveis Familiares beneficiários do Programa Bolsa Família, por significar que regimes democráticos são mais responsivos aos pobres. Para se auferir a percepção da democracia, a fundamentação teórica em que se inseriu a pesquisa valeu-se da conceituação de qualidade da democracia, procurando vislumbrar se alguns de seus preceitos eram entendidos pelos respondentes como presentes na democracia brasileira, assim como da ideia de confiança política, central na percepção favorável da democracia. A partir do questionário, foi possível comparar a percepção de democracia de RFs beneficiários e de RFs não beneficiários e embora não tenham sido feitos testes

estatísticos específicos, pode-se ter certa ideia das diferenças e similaridades entre os grupos de respondentes, nas duas capitais pesquisadas, comparativamente.

No primeiro capítulo, Democracia e qualidade da democracia, apresenta-se a conceituação que dá suporte a essa tese, procurando relacionar aspectos da qualidade da democracia conforme Diamond e Morlino (In Diamond e Morlino (Eds), 2005), dentre os quais especialmente o Estado de Direito, a accountability, a igualdade política e a responsividade que juntamente com a ideia de confiança política nas instituições, a partir de Moisés (2010, 2013) e a de valores democráticos (central na análise de Almond e Verba (1963), Inglehart (1990;1993;1999;2010), Baquero (2011), dão contorno à percepção de democracia de RFs beneficiários e de RFs não beneficiários. A compreensão da democracia no presente estudo utiliza-se também dos conceitos de cidadania, conforme Rego (2008) e O'Donnell (2010), a associação da cidadania com a identidade política em Reis (1998), assim como de identidade associada com democracia e igualdade, segundo Reis (2002).

No segundo capítulo, Programas de Transferência de Renda e o Programa Bolsa Família, reconstitui-se o percurso dos programas que objetivam o aporte de renda à população de baixa e baixíssima renda no Brasil, alcançando o estabelecimento do Programa Bolsa Família. Também são apresentadas informações quanto aos indicadores sociais de cada uma das duas capitais que tiveram grupos pesquisados e que fundamentam a abrangência do programa em cada uma delas. Esse capítulo procurou contextualizar a aplicação do questionário.

O terceiro capítulo: Percepção de democracia de grupos de Responsáveis Familiares beneficiários e de Responsáveis Familiares não beneficiários: Porto Alegre e São Luís apresenta os resultados da aplicação do questionário. Primeiramente, tem-se a análise descritiva, da qual constam os dados pertinentes ao perfil dos grupos de respondentes e depois aqueles que dizem respeito à percepção de pobreza e à percepção de democracia. Na sequência, são apresentados os testes de significância, que procuraram verificar a existência de diferenças entre os grupos de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias do Programa Bolsa Família, quanto às questões relativas à pobreza e à democracia. Testes de Mann-Whitney (para testar as diferenças entre os grupos com relação às variáveis medidas) e Qui-quadrado (para verificar a existência de associação estatisticamente significativa entre os grupos e outras variáveis categóricas não ordinais). O nível de

significância utilizado como critério de aceitação ou rejeição nos testes estatísticos foi de 5% ($p < 0,05$). As análises foram realizadas no programa SPSS, versão 20.

Finalmente, nas Considerações Finais, recupera-se o sentido geral da pesquisa, buscando a compreensão dos resultados alcançados junto aos quatro grupos respondentes e que levaram à negação da hipótese de trabalho. O tema da democracia e das dificuldades decorrentes de realidades socioeconômicas em que a pobreza e a desigualdade alteram condições prévias para que elementos como o Estado de Direito, a accountability, a igualdade política e a responsividade possam se processar num patamar condizente com a ideia de qualidade da democracia permanecem, entretanto, como motivadores para outras pesquisas similares àquela aqui concretizada, nas quais sejam ouvidos públicos específicos sobre afinal, como percebem eles a democracia brasileira. Assim como o que os decisores públicos podem extrair da percepção de democracia em questão para seus afazeres e responsabilidades.

1. DEMOCRACIA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Nesse capítulo, são apresentados os conceitos que fundamentam a presente pesquisa. Importou-nos refletir sobre a democracia, a qualidade da democracia e a confiança política institucional, posto que a percepção de democracia, nosso objeto, se vincula fortemente a aspectos do gradiente de qualidade dos diferentes regimes democráticos, sendo que a confiança nos órgãos e agentes envolvidos nas decisões públicas e em sua concretização é um elemento-chave da qualidade em questão.

Ainda que o regime democrático brasileiro esteja rotinizado e por assim dizer, com tudo em seu lugar, da ótica procedimental, aparentemente, parcelas consideráveis da opinião pública e dos analistas parecem desconcertar-se com aspectos que fazem parte da ideia de democracia, como no caso das manifestações de junho de 2013 e de greves em categorias diversas que eventualmente se somem em momentos específicos. O temor de um golpe de estado parece não estar plenamente superado entre nós, mesmo que isso seja atribuído ao jogo ideológico da coalizão federal governante e dos setores que a sustentam. Entendemos que as raízes dessa situação remontam ao fato de que a democracia como valor é algo ainda frágil na população brasileira, o que se relaciona à insatisfação com a responsividade do poder público quanto às expectativas e necessidades dos governados.

As ações dos governantes concretizadas nas políticas públicas são de alguma maneira, o que de palpável se apresenta aos cidadãos, constituindo uma fundamentação importante para a visão de democracia dos mesmos. Visão essa que conforma o grau de sustentação da população ao regime democrático em que vive. Partimos, portanto, das conexões entre democracia e igualdade, dentre outras, para a tentativa de analisar grupos específicos relacionados a um programa de transferência de renda gigantesco, sob todos os aspectos que se considere, no que se refere a sua percepção de democracia.

1.1 A QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Na abordagem do tema democracia é preciso considerar-se de um lado, supostos que caracterizariam essa modalidade de regime político, independentemente de local ou período considerados e de outro lado, as especificidades de cada Estado, decorrentes de sua história, inserção internacional, conformação econômica, instituições políticas, dentre outros. Dessa forma, a dupla consideração: do atendimento a uma relação de aspectos prévios e também do contexto específico em que os primeiros ganharão concretude é que permite que se saiba se determinado regime é ou não democrático e, em caso afirmativo, qual a qualidade de democracia de que se está falando. Nesses termos, um regime democrático mesclaria valores e fatos (Sartori, 1994). Ou seja, ratificando a afirmativa que abre esse tópico, para o autor mencionado, o corpo prescritivo próprio a um regime democrático só ganha sentido quando inscrito numa realidade fática.

Tomando-se como referência, Dahl (1997), Sartori (1994) e Schumpeter (1984), dentre outros, tem-se como traços definidores da democracia: a escolha pela maioria dos eleitores quanto àqueles que tomarão as decisões que respeitam à coletividade em questão; eleições concorrenciais e sequenciais; liberdade de expressão e organização. Entrementes, tais características são moduladas por especificidades contextuais que permitem que se trate da qualidade da democracia. Ou seja, considerando-se esse rol fundamental, é preciso verificar com qual grau de aprofundamento, o mesmo é adotado em diferentes Estados, de modo a que se possa cogitar de uma escala, aquela da qualidade da democracia.

Conforme Diamond e Morlino (2005), uma democracia com qualidade seria aquela cujos cidadãos dispusessem de liberdade, igualdade política e controle popular sobre políticas públicas e decisores políticos, em um grau elevado. Três vértices estruturariam a qualidade da democracia: um pertinente aos procedimentos envolvidos;

outro, ao conteúdo e um terceiro, aos resultados alcançados. Os autores elaboram modelo formado por oito dimensões relacionadas aos vértices que ficam distribuídas da seguinte forma: vértice Procedimentos - Estado de direito; participação; competição; accountability vertical e accountability horizontal; vértice Conteúdo: respeito à liberdade civil e política; implementação crescente de igualdade política. As dimensões correspondentes aos vértices Procedimentos e Conteúdo se vinculam através da oitava dimensão, a de responsividade, que possibilita mensurar-se em qual grau as políticas públicas correspondem às demandas e preferências dos cidadãos. Tal dimensão relaciona-se ao vértice Resultados.

Note-se, como salientam Diamond e Morlino (2005), que todas as dimensões arroladas relacionam-se entre si, através de compromissos e tensionamentos. Assim, pode-se deduzir que a qualidade da democracia pode restar menor devido ao desempenho insatisfatório em determinada dimensão ou dimensões ou ser compensada em uma delas pela performance superior em outra ou outras.

A perspectiva comparativa que o modelo de Diamond e Morlino (2005) permite adotar, entretanto, como já apontado nesse texto, não pode ser apartada das condições concretas de cada Estado. Nesse sentido, não apenas as antigas democracias europeias não são tábua de correção para as demais, como elas próprias não se constituem em sinônimo de consolidação democrática definitiva, sendo possível seu aperfeiçoamento.

A concepção de que é preciso que se examine as circunstâncias, digamos, de cada regime democrático, é especialmente relevante quando se trata de refletir sobre as democracias recentes da América Latina, entre as quais inclui-se a brasileira. Uma noção pluralista de qualidade da democracia, a qual aludem os autores, ou seja, variável segundo o contexto concreto, é bastante útil para o esforço de aproximação analítica quanto a democracias estabelecidas num período histórico próximo.

Passamos a examinar algumas das dimensões da concepção de qualidade da democracia de Diamond e Morlino (2005), as quais orientam essa pesquisa:

VÉRTICE PROCEDIMENTOS - ESTADO DE DIREITO

Começamos com o vértice Procedimentos e a dimensão Estado de Direito. Segundo O' Donnell (2005), o Estado de Direito é um dos fundamentos da qualidade da democracia, não compreendido no sentido mínimo, *lato sensu*, mas no modo "hard", democrático, no qual sejam assegurados direitos políticos, liberdades civis e onde estejam

presentes mecanismos de accountability que ratifiquem a igualdade política de todos os cidadãos e previnam a extrapolação do poder de Estado.

O Estado de Direito, portanto, conforme o autor, consiste na garantia de direitos e igualdade frente à lei e à arena política, sobre a qual se assentam todas as demais premissas da própria democracia e também da maior ou menor qualidade da mesma. Entrementes, note-se que a igualdade formal compreendida através da vigência do Estado de Direito, vale dizer, do império da lei, pode ser distorcida por diferenças acentuadas no que concerne à riqueza e seus associados e derivativos: capital cultural, escolaridade, nível de informação, etc. A ressalva de Rueschemeyer (2005), referentemente, à capacidade desproporcional àquela dos demais, de moldar as preferências políticas de determinada sociedade, aplica-se também à relação mantida com o estatuto legal vigente.

No Brasil, o Estado de Direito, consubstanciado no império da lei, embora formalmente instituído, apresenta fragilidades evidentes no que se refere à proteção dos direitos humanos. Arbitrariedades das forças de segurança, conduta preconceituosa das mesmas, cujas atitudes são diversas, portanto, segundo o enquadramento social e mesmo étnico dos abordados, assimetria no arcabouço jurídico de defesa de acusados, violência policial, superlotação penitenciária, etc. apontam para um Estado de direito tênue, ainda que estabelecido.

Coincidindo com as ponderações de Rueschemeyer (2005), a desigualdade, expressiva em nosso país, quebra a igualdade formal frente à lei, característica do Estado de Direito. Entretanto, se examinamos a história do país e o largo período autoritário, com interregnos democráticos, apenas, com uma continuidade democrática muito recente, superposta à desigualdade social ancestral, esse Estado de Direito com ressalvas, conforme os parâmetros acima referidos - como não poderia deixar de ser, visto que o Estado de Direito é a base em que se assenta a democracia tem uma centralidade irrefutável na democracia brasileira contemporânea.

VÉRTICE PROCEDIMENTOS - ACCOUNTABILITY

Ainda dentro do Vértice Procedimentos, considerando-se o Estado de Direito como a base em que se assenta a democracia, um segundo elemento crucial dessa modalidade de regime é a accountability. Lembra Schmitter (2005) que todo regime político estável possui alguma forma de accountability, sendo que o diferencial, em se

tratando de uma democracia, reside nos cidadãos, pois trata-se de um sistema eleitoral que abrange todos os cidadãos adultos. Para ele:

(...) em termos de accountability política, cada cidadão tem os mesmos direitos e obrigações, que são estar informado sobre as ações dos decisores públicos, ouvir as respectivas justificativas, julgar quanto elas foram bem sucedidas ou não e então agir, eleitoralmente ou de outra forma (p. 19, tradução da autora).

A accountability, conforme salienta o autor, deve estar institucionalizada, ou seja, prevista num regramento prévio, quer conste de códigos escritos ou não. Assim, o não atendimento à accountability política pode se configurar como fazer más escolhas políticas que não logrem os resultados pretendidos ou gerem custos muito superiores aos anteriormente informados.

As especificidades do contexto em que opera cada regime democrático são reiteradas, pelos diferentes analistas até aqui mencionados, como um ponto alto na avaliação da qualidade do mesmo. Dessa forma, a análise da qualidade da democracia brasileira contemporânea deve levar em conta, necessariamente, nossa história política, de um regime democrático muito recente e a realidade social de longa tradição de desigualdade. A accountability, portanto, talvez não seja tão desenvolvida, entre nós, quanto seria desejável, mas alguma modalidade dela pode ser verificada nas eleições periódicas - vertical e nas relações entre as três esferas de poder - horizontal.

Muitas análises têm sido produzidas, no Brasil, acerca das implicações eleitorais do Programa Bolsa Família, vale dizer, do exercício da accountability vertical, em eleições recentes. Ou seja, alguma espécie de julgamento com relação ao desempenho governamental, o que inclui, dentre muitos outros aspectos, o programa de transferência de renda em questão, foi realizado e obteve, como premiação, a recondução do Presidente Lula, num determinado momento e a eleição de sua candidata a sucessora, posteriormente.

Essa responsabilização positiva molda-se à conceituação de accountability vertical, mesmo que sem cobrir as especificações de Schmitter (2005), cabalmente. Por exemplo, sem preocupação em ouvir as justificativas da iniciativa política em foco. Evidentemente, um leque de fatores concorreu para que resultados eleitorais favoráveis a então situação se verificassem, mas há evidências de que a existência desse programa específico gerou dividendos eleitorais consideráveis.

Ainda em termos de accountability, Schmitter (2005) chama a atenção para a diferença entre a consolidação da democracia e sua qualidade. Conforme o autor, tal consolidação significa competir e cooperar segundo regras e através de instituições que cidadãos, representantes e governantes entendam aceitáveis. A partir desse contorno fundante, é que poderá se alcançar uma democracia de qualidade maior ou menor. Importante destacar ainda, conforme salienta Schmitter, que a democracia, embora não assegure avanços no curto prazo, é o único regime no qual, através de parâmetros legais e consensuais, esse aprimoramento é possível.

O'Donnell(s/d) chama a atenção para a ausência de accountability horizontal em países da América Latina de curta trajetória poliárquica ou para a presença fraca e intermitente da mesma. Sua definição de accountability vertical é a de ações individualizadas ou coletivas quanto aos que ocupam posições em instituições de estado, tenham sido eleitos ou não. Ressalta que ainda que as eleições sejam o mecanismo por excelência da accountability vertical, além de ocorrerem apenas de tempos em tempos, não se sabe ao certo o quanto são efetivas. Isso porque as condições que prevalecem em muitas novas poliarquias como sistemas partidários pouco estruturados, a elevada volatilidade de eleitores e partidos, temas de políticas públicas parcamente definidos tendem a reduzi-la dramaticamente, em termos de resultados. Quanto à accountability horizontal, compreende o autor que se trata da:

“...existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o impeachment contra ações ou omissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas”(p.40).

As ações delituosas mencionadas podem pertencer, segundo o autor, a três esferas, àquela da democracia em si, como decisões que impeçam a liberdade de associação ou fraudem eleições; à liberal, o que significaria que agentes estatais violariam ou permitiriam a violação por atores privados de liberdades e garantias e ao republicanismo, ou seja, ações de autoridades eleitas ou não que deixassem de se sujeitar à lei e de submeter seus interesses privados aos públicos.

VÉRTICE CONTEÚDO - CRESCENTE IGUALDADE POLÍTICA

A igualdade política é um terceiro elemento que entendemos deva ser destacado na avaliação da qualidade da democracia, seguindo o constructo de Diamond e Morlino

(2005). A importância de uma maior igualdade social se deve às implicações da desigualdade material para a igualdade formal entre os eleitores, assim como entre os demais atores políticos.

Nos diz Rueschemeyer (2005), que a vantagem econômica termina por ser convertida em ganho político. Ou seja, a desigualdade num campo alheio ao da política quebra a igualdade na participação (de parte dos eleitores) e também a da decisão, pois grupos que concentram poder econômico financiam candidaturas e influenciam as políticas públicas produzidas depois da eleição dos governantes.

Ainda conforme Rueschemeyer (2005), a desigualdade cultural também gera desigualdade política, pois os valores e conhecimento da sociedade são desenhados pela educação, meios de comunicação de massa e estruturas sociais derivadas de diferentes status. Assim, a hegemonia cultural de determinados setores da sociedade pode fazer com que iniciativas que respondam, preponderantemente, a seus interesses específicos sejam gestadas pelos decisores públicos. Entrementes, serão compreendidas e aceitas como se respeitassem a interesses mais amplos. Hegemonia cultural, ressalta o autor, que se caracteriza pela invisibilidade com que opera frente àqueles cujos pontos de vista, valores e preferências conforma. O que dificulta que seja atenuada de parte dos setores sociais subordinados.

VÉRTICE RESULTADOS - RESPONSABILIDADE

O quarto elemento com o qual trabalhamos, a partir do modelo foi a responsividade. Para Powell, Jr (2005) responsividade democrática é o que ocorre quando os governantes fazem as políticas que os cidadãos querem. O que corresponde ao encadeamento complexo de uma série de aspectos, orientadamente ao voto que conduzirá ao governo, decisores comprometidos com as preferências originárias dos cidadãos. Assim, o ponto de partida são as preferências dos cidadãos, seguindo-se a votação, a eleição de determinados outcomes, a formação de coalizões de policy-making, o processo de policy-making entre eleições e as políticas públicas. Entretanto, para os propósitos de nossa pesquisa, o aspecto eleitoral não tem centralidade, visto que se busca saber é não se a responsividade dos governantes produz votos mas se incide sobre valores e, dessa forma, sobre uma maior filiação à democracia.

O autor ressalva que a correspondência entre as políticas que os cidadãos desejam e as políticas produzidas pelos policy makers não significa, necessariamente, uma

situação de responsividade. A qual teria de significar arranjos institucionais e não acaso ou boa vontade dos governos. Porém, da mesma forma que o elo eleitoral não é objeto de preocupação nesse estudo, também a responsividade, por sua vez, não segue, estritamente, as proposições de Powell, Jr (2005), para os fins presentes. Ou seja, o programa de transferência de renda Bolsa Família, de iniciativa governamental que precede o governo Luiz Inácio Lula da Silva, visto que nele são unificados diversos programas de transferência de renda anteriormente existentes, não pode ser compreendido, segundo entendemos, como demanda social que se estrutura em votação, de um lado e tampouco como pertencente a um sistema institucionalizado. De todo modo, a ideia de um governo responsivo na medida em que diagnostica determinada dificuldade e que atua para atenuar a mesma, nos parece adequada.

Considere-se, ainda, que governos provenientes de coligações distintas - os governos Fernando Henrique Cardoso e os governos Luiz Inácio Lula da Silva, adotam o princípio da transferência de renda, sendo que no segundo, o volume de beneficiários e a abrangência territorial tornam-se mais significativos. Quanto à institucionalização, aparentemente, não há garantia de que o programa perpassasse governos ou se estenda a diferentes mandatos de uma mesma coligação. O que se pode cogitar, nesse sentido, é que supostos custos eleitorais tendem a fazer com que a inércia dê sequência ao programa em análise.

O conceito de responsividade pode ser utilizado, portanto, com ponderável flexibilização da concepção de Powell, Jr (2005). Trata-se, no caso do programa de transferência de renda Bolsa Família, de responsividade com relação à necessidade de medidas de redução da pobreza e da desigualdade de renda, diagnosticada pelos decisores públicos. Ou seja, essa política pública parte do Estado para a sociedade e nem por essa razão deixa de enquadrar-se na concepção de responsividade.

A história política do Brasil, aliás, é de um Estado precedente, em relação à sociedade. Muitos dos analistas que se debruçaram sobre a história do Brasil, compreendem que as origens históricas do estado brasileiro têm implicações importantes para as relações entre Estado e sociedade, podendo-se mencionar dentre eles, Faoro (1976), Carvalho (1980), Leal (1941), Nunes (1997), Schwartzman (1982). Vícios de origem, por assim dizer - com destaque para a transposição do estado patrimonialista português, equacionariam diferenças muito acentuadas em grau de organização entre Estado e sociedade. Por tal característica, aliada a várias outras, a iniciativa política do

Estado tenderia a ser antecipatória. O que não significa que não incidam sobre ele, as pressões e mobilização sociais, mas sim, que tais processos costumam ser metabolizados e traduzidos em políticas, de modo a atenuar, consideravelmente, as proposições originais. Nesses termos, a responsividade com relação a medidas de retificação da desigualdade de renda teria, enquanto primeiro polo, o Estado e não a sociedade.

Entende-se, de outra parte, que organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas - ONU exercem poder de pressão relevante na adoção de determinadas iniciativas públicas, como o combate ao trabalho infantil, à fome e à pobreza. Portanto, uma série de fatores, mobilização em determinadas áreas da sociedade civil, acordos internacionais e a decisão dos governantes leva ao estabelecimento de programas de transferência de renda no Brasil reorganizados enquanto o Programa Bolsa Família, nos anos 2000.

O próprio Powell Jr (2005), de outra parte, salienta a variabilidade do conceito de responsividade, segundo o contexto - qual país e o período temporal considerado, o que sugere que seu emprego no Brasil contemporâneo requeira, efetivamente, adaptações, a exemplo daquelas que ora propusemos.

Voltando-se à qualidade da democracia, para o autor, no caso da cadeia da responsividade verificar-se de modo consistente, a democracia é considerada de alta qualidade. Na pesquisa, o propósito é compreender algumas das implicações da responsividade para a qualidade da democracia. Ainda que com a adoção de um conceito de responsividade mais maleável e tendo-se por horizonte, maior qualidade democrática e não uma democracia de alta qualidade. Ou seja, a perspectiva é, tão somente, a de se ter uma democracia mais responsiva em relação àquela que se tinha em um momento anterior.

Dentro da reflexão sobre a responsividade, há que se considerar que um aspecto relevante, conforme pondera Powell, Jr (2005), é a agregação das vontades dos cidadãos, de modo que se tenha como verificar em relação a quais temas, os decisores serão responsivos e em qual proporção. Segundo ele, se não há escolhas partidárias que traduzam as preferências dos cidadãos, está rompido o elo primeiro da cadeia da responsividade. Portanto, se no princípio do processo de coordenação de preferências, as mesmas não são agregadas, devidamente, não há como se verificar se acha-se instaurada ou não, uma situação de responsividade. Sen (1998) também identifica uma dificuldade

importante em como relacionar juízos sociais e decisões de grupos com os pontos de vista e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade e os grupos em questão.

A esse conjunto de senões, contrapomos a ideia de uma necessidade, no caso do Programa Bolsa Família, de iniciativa governamental que incida sobre a desigualdade de renda, a qual, supomos, seja não apenas dos contingentes, diretamente, afetados mas também de parcelas da população distribuídas entre os setores de alta e média renda. O fato de a desigualdade de renda apresentar-se como uma dificuldade percebida de modo difuso e não estruturada através de plataforma partidária específica não reduz sua relevância, segundo nosso entendimento. Note-se que os programas de transferência de renda, no Brasil, iniciam-se nos governos Fernando Henrique Cardoso e são unificados e ampliados em número de beneficiários, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva. Isso em período no qual as posições partidárias eram mais figadais que nos anos mais recentes. Assim, pode-se cogitar que o tema da desigualdade de renda foi considerado expressivo por decisores oriundos de coligações partidárias encabeçadas por partidos então antagônicos, numa tradução, digamos, de aspiração comum a segmentos distintos da sociedade.

Logo, a responsividade a essa necessidade, através dos programas de transferência de renda pode ser pensada como produtora de valores democráticos, na seguinte lógica:

- necessidade de incidência sobre a desigualdade de renda;
- programas de transferência de renda;
- responsividade positiva;
- maior adesão a valores democráticos.

Por suposto e conforme dito acima, a maior adesão a valores democráticos, enquanto resultado da responsividade para com a questão da desigualdade de renda tenderia a ser compartilhada por cidadãos de diferentes setores sociais; entretanto, para fins da presente pesquisa, importa a verificação dessa hipótese junto aos próprios beneficiários.

Se determinado governo age em consonância com as aspirações, necessidades e expectativas da população, instaura-se uma relação de confiança dessa para com aquele. O que significa, nos termos de Moisés (2010, p. 10). “...algo que se refere à crença das pessoas na ação futura dos outros...algo relativo à aposta de que, por meio de sua ação ou

inação, os outros contribuirão para o meu bem-estar ...ou se eximirão de impor prejuízos a mim...”

Ainda conforme esse autor, se a confiança é um elemento de aglutinação nos regimes democráticos, tanto no que se refere às relações entre cidadãos e cidadãos como no que respeita àquelas entre cidadãos e instituições, no caso das situações oriundas de experiências autoritárias ou totalitárias, logo, que encontram-se em fase de consolidação da democracia, “...espera-se que a confiança opere como um atalho facilitador da percepção dos cidadãos sobre as implicações da política e das condições que afetam sua participação na esfera pública” Moisés (In Moisés, 2010, p. 10).

Em outras palavras, a partir do entendimento do autor, pode-se dizer que é através da confiança nas instituições que os cidadãos têm a compreensão da centralidade do mundo político para a existência de todos e de cada um e, conseqüentemente, envolvem-se com as premissas e injunções do processo político. Toda essa movimentação concorre para uma maior coesão entre governantes e governados, emprestando solidez à democracia, pois maximiza os custos de quebra da normalidade democrática, ou seja, eventuais erupções autoritárias.

Um aspecto a ressaltar aqui é que a confiança pertence à esfera dos cidadãos, tratando-se, portanto, em análises que apoiam-se nesse conceito, de atribuir importância e valor explicativo àquilo que Moisés (2010, p.10) denomina “...as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas comuns em relação às instituições do sistema democrático”. Assim, a confiança nas instituições se estabelece ou não a partir da avaliação dessas pessoas com referência às ações governamentais, tendo por parâmetro suas expectativas primordiais.

Um governo responsivo para com as expectativas dos cidadãos concorreria para a maior confiança desses na democracia, tendendo o conjunto constituído de confiança e responsividade, a resultar numa democracia de maior qualidade. Conforme Moisés (2010), a confiança nas instituições tem uma dupla conformação: de um lado radica-se numa aceção ideal (ético-normativa) e de outro, no funcionamento concreto das mesmas, ou seja, reporta-se ao resultado de seu funcionamento, sendo que esse último aspecto acha-se imbuído da racionalidade própria à avaliação e julgamento. O propósito do presente estudo é perceber o rebatimento, caso existente, da dimensão vinculada ao modo como é percebida a ação do governo democrático (se responsiva) naquela da democracia como valor (princípios fundadores).

Note-se que há aspectos constitutivos do regime democrático - a eleição dos decisores através de eleições livres, competitivas, com grupos opositoristas em condições de alcançar o poder; igualdade dos cidadãos perante a lei; liberdade de expressão e organização e outros, complementares, a exemplo da transparência e da responsabilização dos governantes (Dahl, 1989; Moisés, 2010). A adoção dessa segunda camada de supostos ao longo do tempo é que nos permitiria tematizar a qualidade da democracia, segundo a mesma fosse se adensando e passasse a atender os requisitos que extrapolam seu núcleo definidor.

Por conseguinte, a concepção minimalista de Schumpeter (1950) e de outros autores que compreendem democracia como sinônimo de eleições e mesmo a orientação originalmente procedimentalista de Dahl (1971) deixam de lado a problematização das eleições. Vale dizer, não se debruçam sobre as circunstâncias nas quais as mesmas estão se processando. Afinal, as mesmas podem deixar de ter o papel crucial na definição de democracia a elas atribuído, se uma série de outros quesitos forem inexistentes ou deficitários. Como é o caso de constritores efetivos quanto ao abuso do poder econômico, à intimidação e uso do aparato de poder para cercear e emudecer a oposição, à ausência de transparência das ações governamentais e da pluralidade dos meios de comunicação.

O aprimoramento da democracia consiste, portanto, em galgar etapas subsequentes e contínuas, numa escala pertinente à qualidade do processo democrático. Uma ponderação relevante é de que acoplar ao núcleo definidor da democracia, camadas que a tornem de maior qualidade, não se processa de modo linear e inequívoco (Rose e Shin, 2001). Os autores fazem uso da expressão “broken-back democracies” para referir-se a situações democráticas de baixa qualidade, nas quais não se tenha o império da lei, a participação da sociedade civil e a responsabilização do governo.

Pode-se supor, assim, que para o avanço em questão, é imprescindível que as insuficiências presentes numa situação democrática determinada, sejam percebidas como tal, a partir da reflexão e que a partir daí sobre elas se incida. Sendo que apenas se pode cogitar de tal problemática, se adotarmos uma postura crítica e insatisfeita quanto a conquistas que são tão preciosas per de si. O que pode ser percebido como leviano, em especial, considerando-se situações de transição recente do autoritarismo para a democracia, pois há o risco de a reflexão sobre as limitações da democracia ora existentes sejam confundidas com a fundamentação de anseios autoritários ou mesmo totalitários.

Em se tratando da qualidade da democracia, para Moisés (In Moisés (2010, p.84):

(...)o que está em questão não é apenas o desempenho formal das instituições da democracia representativa, mas o fato de o seu modo de funcionamento frustrar tanto a realização de valores que orientaram a escolha do desenho institucional pela sociedade, como os interesses dos cidadãos.

Inclui-se aqui, um amplo leque de aspectos: do sistema partidário que não traduz, devidamente, as expectativas dos eleitores à inexistência de efetiva independência entre os poderes constituídos. Trata-se, enfim, de aspectos que deformam a representação da vontade dos cidadãos e que reduzem o escopo de suas possibilidades fiscalizatórias das ações do poder público.

Entende o autor que essas insuficiências geram a insatisfação e desconfiança dos cidadãos com relação às instituições. A mencionada postura, impregnada de negatividade, enfraquece o sistema democrático vigente, visto que as atitudes, crenças e valores característicos da cultura política, envolvidos na percepção desfavorável do modo de funcionamento das instituições e dos respectivos resultados, obstaculizam que a democracia se estabeleça como a única alternativa possível de sedimentação e concretização de interesses, por mais díspares que sejam.

Trata-se, portanto, de constituir a democracia, na única via aceitável, para todos os setores da população, ou seja, no que concerne às elites e aos cidadãos em geral. Apenas assim, torna-se factível o horizonte da democracia de maior qualidade, o qual, dado o cunho processual do tema, nunca será cabalmente alcançado.

Moisés (2010) salienta que conforme a análise da escola da cultura política, o agregado de atitudes, crenças e valores reflete-se sobre a vida pública, pois é nos seus termos que os cidadãos envolvem-se com essa última, na perspectiva de que a democracia consiste na alternativa preferencial. Já para a escola institucionalista, prossegue o autor, o foco da análise é o funcionamento adequado das instituições. Para os autores adeptos dessa concepção, as instituições resultam da escolha racional de parte de atores relevantes e, igualmente, o apoio dos cidadãos aos governos deriva da avaliação de curto prazo que fazem quanto às ações respectivas. Para Moisés (2010), replicando Morlino (In Moisés (Org.), 2010), é importante que convirjam as duas análises, pois a perspectiva da qualidade da democracia requer a integração das abordagens culturalista e institucionalista, de modo a que a complexidade da temática seja coberta.

Conforme recorda Moisés (2010), a participação é a essência da democracia, sendo que nas denominadas novas democracias, como a brasileira, a desconfiança política dos cidadãos associa-se à participação baixa nos temas políticos e públicos. Tende-se assim, a um sistema democrático com menor participação e, portanto, pode-se inferir, mais frágil em seu núcleo essencial.

O tema da confiança insere-se na teoria da democratização, como lembra Morlino (In Moisés (Org.), 2010), vale dizer, na reflexão sobre a expansão da democracia no mundo contemporâneo, através da transformação de situações até recentemente autoritárias ou totalitárias. Lembra Morlino que há diversas correntes de análise no que se refere a compreender tal alteração, as quais enfatizam diferentes aspectos. Uma forma de perceber essa mudança é centrando a análise nas elites e instituições - o institucionalismo, em todas as suas vertentes, sendo outra, aquela que enfatiza o papel dos cidadãos que não ocupam posição privilegiada naquela sociedade e em sua esfera decisória - escola cultural. Evidentemente, a composição entre óticas distintas produz uma análise mais enriquecedora, de modo que o autor alude à possibilidade desejável de não mais se ter “mesas analíticas separadas” e sim, a conjugação de aspectos culturais e institucionais.

Dessa ótica, examinar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a cultura política brasileira, incluindo a confiança institucional é, de certo modo, buscar melhor compreender a relevância do funcionamento das instituições próprias à democracia brasileira no sentido de geradoras de confiança nos cidadãos. Vale dizer, trata-se de tentar perceber como a confiança institucional é reforçadora das instituições envolvidas e de seu ambiente, no caso, a democracia pós período de autoritarismo militar.

Dentre os processos de democratização recentes, em termos históricos, situa-se o do Brasil. E em nosso país, como nos demais da América Latina, nos quais a experiência democrática é, historicamente, recente, o tema da confiança nas instituições torna-se crucial pois a aceitação não apenas das decisões políticas como enfatizam Brattom et alii (2005), mas da estruturação política mesma de determinada sociedade, considerando-se seus mecanismos de formação de governos, na medida em que empresta solidez e indicia continuidade da situação vigente. Ou seja, que minimiza as possibilidades de um rompimento institucional e do estabelecimento de um regime autoritário.

Perceber a democracia como o melhor modo possível de aproximação entre interesses distintos e desiguais significa que a mesma é irrenunciável. E no caso de serem

satisfeitas as aspirações, demandas e necessidades da população em um nível aceitável, é atingido um patamar que permite que a mesma tenha confiança em seus governantes. Note-se que a satisfação mencionada não se refere, estritamente, a aspectos materiais, mas também a valores e concepções pertencentes à ordem subjetiva. E destaque-se, sobretudo, que manifestar confiança nos governantes é subscrever as regras que os alçaram a tal condição.

A confiança tematizada por Moisés (2010) é convergente com o tema da cidadania, pois quando a população estabelece uma relação de tal ordem com os governantes, o faz, na maior parte das vezes, de modo reativo às ações desses últimos. Ou seja, a confiança institucional, que temos abordado se estabelece tendo em vista aspirações e necessidades transmutadas em direitos sociais, para seguir-se a tríade clássica de Marshall (1950): direitos civis, políticos e sociais. Lembra Rego (2008, p. 148) que “..a cidadania, sua conquista e sua consolidação constituem motivo e objeto permanente de conflito.” Entrementes, destacamos aqui sua assertiva de que o ordenamento democrático significa o reconhecimento da legitimidade desse conflito. De outro lado, entendemos relevante o fato de tal conflito não poder ser de tal modo visceral, de soma zero, de modo a impedir a constituição de uma zona de convergência, de interesses comuns.

Ainda conforme Rego (2008), p.149

(...) a cidadania se constitui em um arcabouço de direitos, prerrogativas e deveres que configura um sistema de reciprocidades determinantes da natureza das relações entre os indivíduos entre si e com o Estado. Seu enraizamento na vida coletiva como sentimento, cultura e sistema de referências valorativas torna-se medida fundamental do grau de democratização alcançado por uma dada sociedade.

A relação entre cidadania e democracia possui muitos ângulos. Um deles é o de que o alargamento da democracia significa abarcar enquanto cidadãos, segmentos populacionais com especificidades sempre crescentes, na medida em que as sociedades se complexificam, ao longo do tempo. Assim, analfabetos, mulheres, negros, indígenas, homossexuais e pobres são incorporados, gradativamente, ao círculo comum no qual os privilégios e prerrogativas são minimizados e as diferenças reconhecidas e mais do que isso, passam a moldar políticas públicas singulares. Alude-se aqui, evidentemente, não à participação na arena eleitoral mas sim, ao acesso a patamares superiores de bem-estar.

Desse ponto de vista, transferir renda a segmentos de baixa e baixíssima renda, caso do Programa Bolsa Família, implica aprofundar os termos da cidadania, no Brasil. Como salienta Rego (2008), a dimensão normativa da cidadania significa, concretamente falando, igualdade quanto aos direitos civis, políticos e sociais. No caso da presente pesquisa, a transferência de renda enquanto minimização de faltas concorre para uma menor desigualdade em termos sociais. E embora não se possa compreender tal iniciativa nos parâmetros dos Estados de Bem-Estar Social, como nos lembra a autora, alicerçados em solidariedades fortes, ainda que variáveis em grau, garantidoras de grandes transferências de renda e em medidas legislativas distributivas, nos parece inegável o conteúdo igualitário do programa em análise, assim como seu caráter integrador.

Ora, se não possuir renda ou possuí-la num escopo muito reduzido, em uma sociedade de mercado, é estar fora de maior possibilidade de bem-estar, o provimento de determinado valor monetário reduz a distância abissal entre determinados setores no Brasil. A desigualdade social abrange o acesso a determinados tópicos de bem-estar pertencentes sim, à esfera do consumo, embora não seja, exclusivamente essa faceta a ser considerada, no amplo tema da cidadania. Isso porque o consumo, não nos esqueçamos, significa bem-estar, o qual não se restringe, entretanto, a poder adquirir bens e serviços.

Diz-nos ainda Rego (2008), que a cidadania enquanto princípio de pertinência, status e pathos igualitário permite que se meça o grau de coesão social alcançado pelas sociedades e a magnitude de suas diferenças sociais e políticas. Entrementes, prossegue, há um deficit de cidadania nas diversas sociedades, seja no que se refere à circulação de informações ou aos mais variegados direitos, com rebatimento sobre a igualdade política, definidora da democracia. Trata-se, portanto, em suas palavras, da imperiosidade de democratização da democracia, tema da esquerda europeia nas décadas de 20 e 30.

A ideia de cidadania, por sua vez, associa-se àquela de identidade política. A esse respeito, lembra-nos Reis (1998) das dificuldades decorrentes daquilo que denomina como uma compreensão em termos universais da cidadania, assim como de uma identidade política comum, envolverem segmentos tão distintos no patamar de bem-estar de que desfrutam. Ou seja, como constituir um núcleo comum onde as diferenças no que se refere à vida material são tão expressivas? E se pensamos no sistema capitalista como desigual por definição, políticas sociais, orientadas também por definição, a prover faltas em aspectos cruciais do bem-estar, redutoras, portanto, de assimetrias acentuadas no

modo de vida, são fadoras de cidadania. Cidadania essa fundada num núcleo comum, de ordem eminentemente política.

Reis (1998) destaca, assim, a inexistência de uma identidade política mais ampla no Brasil - ancorada, como se viu há pouco, numa realidade social que é de apartação. Nos diz a autora que a ideia de democracia só poderia ser relevante para os pobres se significasse alterações em sua vida cotidiana. Pode-se pensar dessa forma, que a concepção de um país no qual todos sejam considerados membros de coletividade, com esfera de interesses comuns - a cidadania, afinal, para além das inúmeras especificidades próprias a uma sociedade complexa, vincula-se, necessariamente, a uma maior equanimidade social. Trata-se na análise de Reis (1998), de ocupar-se da qualidade da democracia pois, em suas palavras:

(...) o ambiente democrático requer um certo grau de identidade entre os competidores...é como parceiros no jogo democrático que ricos e pobres podem ambos fazer parte de uma comunidade democrática. Enquanto as regras do jogo atuarem fora do universo de referência aceito por amplos setores da população, a ordem democrática permanecerá tímida e, até certo ponto, artificial (Reis, 1998, p.293).

A autora destaca que não se trata de negar o valor da democracia como conjunto de regras formais, mas da irrelevância das mesmas, ou seja, do sistema político, para as condições concretas de vida de amplos contingentes. Os mesmos, prossegue Reis (1998), situados à margem da distribuição social (de bens), não podem estar nem satisfeitos nem insatisfeitos com o sistema político, pois esse não tem importância negativa ou positiva em suas vidas, alienados que acham-se da esfera pública, sem qualquer identificação com ela. Indaga a autora se: "...do ponto de vista das identidades coletivas, é possível existir um conceito de 'nós' que possa ser compartilhado por aqueles que se encontram nas extremidades opostas do espectro social brasileiro ” (Reis, 1998, p. 294).

Quando se tematiza iniciativas públicas envolvendo transferência de renda, aqueles que ocupam a base da pirâmide de ganhos têm alterada sua margem de bem-estar, ainda que a desigualdade não seja impactada significativamente. Por conseguinte, há uma variação nas bordas do círculo de exclusão, mesmo que a distância entre as mesmas e o centro permaneça expressiva. O adentrar em condições menos graves de sobrevivência tenderia a deslocar os envolvidos para um outro círculo, dessa feita simbólico, o do pertencimento a uma coletividade. De tal perspectiva, os beneficiários do Programa Bolsa Família poderiam ser percebidos como mais voltados ao universo da política do que anteriormente a sua inclusão no mesmo. Estamos nos referindo, assim, à cidadania

alicerçada em confiança institucional, motivada por política sociais e no caso, por uma modalidade delas.

A visão de O'Donnell (2010, p.7) de cidadania se dá nos seguintes termos:

(...) a democracia, inclusive na versão que se restringe à democracia política, pressupõe a concepção do ser humano como um agente que adquiriu através de processos históricos..., o título de ser reconhecido e legalmente amparado como um portador de direitos à cidadania não só política, mas também civil, social e cultural.

Essa noção de agência, ou seja, de que a democracia se fundamenta no cidadão que é portador, por assim dizer, da razão de ser da mesma faz com que o mesmo possa ser compreendido, portanto, conforme depreendemos do autor, como aquele que vai estabelecendo patamares no processo democrático, ao mesmo tempo em que deles se beneficia. O cidadão, portanto, constitui-se na força motriz da democracia e no seu maior valor - dela resultante, simultaneamente.

Nos diz O'Donnell (2010), que os direitos e liberdades de cunho político fazem do cidadão, um agente, com o recorte exclusivo da idade e da nacionalidade. A agência destaca, precede a democracia, nos países que denomina de Noroeste, possuindo sanção e amparo legal. Dessa forma, prossegue, o agente é um sujeito jurídico, portador de direitos subjetivos, tratando-se do direito a ter direitos. Um longo processo histórico determinou, assim, a concepção de agência, sendo que, argumenta O'Donnell (2010), os direitos civis são transferidos à esfera política (a constitucionalização dos direitos naturais), assim como surge e desenvolve-se uma legislação social. A agência - o agente - consiste para o autor, no microfundamento da democracia, no qual se enraízam tanto as questões normativas como concretas da mesma.

No que concerne a nosso objeto, trata-se de empregar a conceituação de agência para apreensão do segmento específico dos Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, enquanto parte da base em que se assenta, afinal, a democracia brasileira: cidadãos destinatários de direitos, no caso, do direito a uma política social específica, de transferência de renda, que são, igualmente, agentes de direitos políticos e civis. Exatamente pela dimensão política envolvida, como não poderia deixar de ser, visto que os direitos sociais acham-se relacionados aos demais, é que se pode cogitar de alterações no patamar de adesão à democracia quando ampliam-se direitos sociais. E isso porque essa ordem de direitos concorre para o bem-estar dos cidadãos de modo, especialmente, substantivo.

O fato de a análise se orientar aos cidadãos, nos quais a ideia de agência se consubstancia, coincide com a ênfase pretendida por Moisés (In Moisés (Org.), 2010) quanto aos cidadãos comuns, no que se refere a compreender os eventos e processos políticos. Desse modo, para além do peso das elites, a esfera política e dentro dela, a democracia, têm de ser percebidas, necessariamente, considerando-se a compreensão e o comportamento dos cidadãos em geral. Sendo que no caso do presente estudo, tratou-se de refletir sobre um grupo de cidadãos que percebiam o recurso monetário do Programa Bolsa Família.

A leitura de O'Donnell (2010) não apenas centra-se nas ditas pessoas comuns, mas destaca que o cidadão/agente é a unidade individual dos regimes democráticos e não o eleitor. Essa assertiva tem, a nosso ver, importantes implicações, a começar do aspecto de que é insuficiente, em termos de uma maior qualidade da democracia, a participação eleitoral reiterada, sendo relevante no processo, a adesão a valores democráticos ancorada na confiança. Essa conforme vimos, fundamenta-se, por sua vez, no gradiente de bem-estar para o qual os decisores públicos concorrem através de suas iniciativas. Ou seja, o agente, detentor de direitos políticos, tenderá a filiar-se de modo mais contundente à democracia, se e quando suas necessidades, aspirações e expectativas forem plasmadas em iniciativas públicas fadoras de melhores condições de vida. Vale dizer-se, os direitos sociais relacionados àquele que corporifica o instituto da agência - o cidadão, terão um forte peso no que tange a que o mesmo compreenda a democracia enquanto valor.

Dessa perspectiva, é possível pensar-se que o percebimento da transferência de renda do Programa Bolsa Família como política social que supre necessidades bastante elementares dos cidadãos, cobertas monetariamente através da mesma, torne a democracia algo mais concreto e próximo, coloque-a, portanto, no universo daquelas pessoas, nos moldes do entendimento de Moisés (In Moisés (Org.), 2010). Afinal, se como argumenta o autor, o englobar social de determinados contingentes coloca-os na esfera política, evidenciando a centralidade dessa última para a vida de todos, no caso dos beneficiários do programa em questão, cujo patamar de bem-estar é reduzido, pode-se cogitar que o processo político específico, do tipo democrático, digamos, no qual o programa foi estabelecido, ganhe um significado especial. As necessidades bastante elementares de que falamos há pouco, revestem-se no entanto, de relevância, devido às graves condições de sobrevivência da população beneficiária.

Além do catapultar possível para a esfera da política, da população de baixa e baixíssima renda, coberta pelo programa, não é menos relevante examinar-se o significado da transferência de renda para setores sociais cujos ganhos ficam muitíssimo aquém de suas necessidades, do ponto de vista ético. Como salienta Reis (1998), a ideia de identidade política, ou seja, de coletividade, de um núcleo comum de interesses, termina por ser inviabilizada no Brasil, pelas graves desigualdades sociais existentes. As políticas sociais concorrem para sedimentar o círculo de agregação dos diversos, de um lado, por indiciar que a política tem efeitos, incidências, implicações para a vida daquelas pessoas, enfim, que o que se passa na esfera política não lhes pode ser indiferente e de outro lado, pelo profundo caráter ético que as caracteriza, visto que torna-se inaceitável a sobrevivência humana em condições de degradação material.

Pode-se supor, assim, que ser alvo da preocupação e da tomada de providências de parte dos decisores públicos, predisporia os beneficiários do programa a envolverem-se na constituição da esfera de interesses coletivos de que falávamos, tendendo a aproximar cidadãos e governantes, cidadãos e processo político, cidadãos e democracia, compreendida essa como um modo particular de ser da política. Modo no qual são possíveis determinadas iniciativas públicas, a exemplo do provimento de determinada renda àqueles cujos rendimentos são impeditivos de um patamar mínimo de bem-estar, considerando-se a sociedade monetizada e de mercado na qual inserem-se suas existências.

A perspectiva de que os beneficiários da política social em foco adiram ao regime democrático, também pelo conteúdo valorativo pertinente, guarda relação com a dimensão ética da democracia, tomada como multifacetada, na acepção de Diamond e Morlino (In Diamond e Morlino(Eds), 2005), dentre outros. A consideração de os cidadãos serem agentes da democracia, ou seja, autores e destinatários das ações dos governantes, conforme viu-se, significa, igualmente, que acha-se em jogo a democracia enquanto valor.

Nas palavras de O'Donnell (2010. p.. 11):“...além do regime e da cidadania política que ele sanciona...a democracia inclui outras dimensões de cidadania - civil, social e cultural...ela também tem uma intrínseca dimensão moral.”

Assim, a noção de igualdade entre os cidadãos, definidora da democracia eticamente considerada, pode ser compreendida do ângulo das políticas sociais e, especificamente, daquelas que se orientam à transferência de renda, como medidas de

acesso ao bem-estar, ainda que num primeiro degrau de ganhos. Esse é um tema eminentemente moral, de salvaguarda da condição de se ser humano numa sociedade organizada em torno da renda.

Conforme Lessa (2002, p. 34), a preocupação com questões de natureza normativa, numa reflexão que se associa à filosofia política, na qual “mais do que descrever, importa prescrever” vem sendo deixada de lado em favor do primado dos dados, especialmente a partir da chamada revolução behaviorista:

(...).reflexão empiricamente orientada para a vida como ela é, como diria Nelson Rodrigues. Falar da vida como ela é, não como ela deve ser, ou como deveria ter sido, ou, ainda, como poderia ser...preocupações fundamentais dos filósofos políticos desde Platão, indicando desde a origem a presença de um forte componente utópico.

Assim, a preocupação com a desigualdade percebida como iniquidade e a aspiração de aproximar segmentos bastante heterogêneos no que se refere à renda tem cunho também normativo. Preocupação quanto ao acesso ao bem-estar que se concretiza, no caso do objeto do presente estudo, nos programas de transferência de renda e em especial, no Programa Bolsa Família.

A ideia de que numa comunidade política determinada, existe uma zona de intersecção entre os particularismos e de que a mesma pode se estabelecer, apenas e somente, quando as assimetrias existentes não forem do tipo absoluto, fundamenta-se na igualdade política enquanto valor, pois para que a mesma seja possível, é necessário algum grau de igualdade social, material. Noção que, por sua vez, reporta-se àquela da democracia enquanto valor. Sendo importante se ter presente que a concepção de uma sociedade melhor do que a que se tem, vinculadamente à igualdade e ao lugar da mesma no constructo democrático, guarda importante relação com as políticas sociais em geral. Desse modo, parte-se de postulados morais e normativos para a interveniência nas condições concretas de vida dos cidadãos. Vale dizer, tendo como suposto valorativo, a igualdade própria à democracia, chega-se aos programas de transferência de renda.

Saliente-se que não se trata de confrontar grandes fortunas ou os ganhos de membros de camadas sólidas da classe média, com o benefício monetário oriundo do Programa Bolsa Família, mas sim de que esse poderia permitir que seus beneficiários atingissem um patamar essencial de bem-estar que os guindaria da zona alheia a outros setores da mesma sociedade, para um círculo mais ou menos comum.

Nessa medida é que se supôs que o fato de os Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias perceberem transferência de renda poderia produzir certa inclinação, em favor do regime democrático. O fato de através do aporte de renda, esse contingente passar a desfrutar de um mínimo de bem-estar faria com que ingressasse numa esfera que até então tinha limites que lhe eram impermeáveis.

Trata-se da identidade a que se refere Reis (1998), conforme viu-se, assim como Wanderley Reis (2002). Esse autor trabalha com a tríade democracia, igualdade e identidade. Para ele, a democracia não pode ser tratada como arranjo político-institucional restrito, de modo que a igualdade social é um tema não apenas importante, como crucial na democracia. Lembra que em situações nas quais os direitos políticos não se acham assegurados, ou seja, nas quais o sufrágio não tenha as devidas garantias, não é possível que se tenha direitos civis efetivos. E, na mesma lógica, em não se dispor de direitos sociais efetivos e em face de uma grande desigualdade social, os direitos civis e políticos não poderiam operar realmente.

1.2 DEMOCRACIA E VALORES

A afeição à democracia, ou seja, filiar-se a valores democráticos, em oposição ao autoritarismo e ao totalitarismo, tem sido tema da escola culturalista. Assim, a concepção de que a percepção que os cidadãos têm da democracia em termos dos valores democráticos que nutram, em maior ou menor escala, não se constitui em um elemento indiferente à consolidação democrática mas sim, que se coaduna com diversos outros aspectos para o resultado pretendido, ou seja, um estado de coisas democrático sólido. Nesse, os valores democráticos achar-se-iam enraizados entre os cidadãos, dificultando, senão impedindo experimentos autoritários e totalitários.

Frise-se, entretanto, que a dimensão valores democráticos não opera de modo isolado e exclusivo, sendo uma dentre muitas a serem combinadas de modo a efetivar a democracia. Dessa forma, uma série de outros elementos devem entrar, necessariamente, no cômputo, inclusive os de ordem institucional, dimensão muitas vezes percebida como antagônica à culturalista, quando constitui-se em mais um elemento explicativo de uma realidade complexa.

A consideração dos valores democráticos como fator que concorre para a consolidação da democracia pode ser aplicada a diferentes situações históricas, com contexto socioeconômico variado. Dessa forma, a ausência de uma filiação à democracia

enquanto valor seria parte do rol explicativo do estabelecimento de sistemas políticos autoritários e totalitários na Europa do século XX, assim como o aspecto valorativo, as convicções democráticas da população teriam um papel significativo no êxito das transições para a democracia. Inserir-se-ia aqui o Brasil, tão recentemente palco de transição do autoritarismo militar para a democracia.

Cabe destacar, entretanto, que os valores democráticos não operam no vazio. Vale dizer, os cidadãos deparam-se com circunstâncias concretas de existência, as quais influenciam aqueles valores. Se em determinado regime democrático, na sucessão de eleições, a cada elite governante, sucede outra, sem melhorias sensíveis nas condições de vida da população, a tendência é de que as diferenças entre regimes democráticos e não terminem por ser obscurecidas.

Obviamente, esse esvaziamento de sentido não conduz ao autoritarismo ou ao totalitarismo por si só, conforme destacado em parte anterior desse texto. Um amplo leque de variáveis somadas é que desaguaria nesse mau final, digamos. Podemos relacionar aqui, a solidez das instituições: partidos e instâncias governamentais, o grau de organização da sociedade em questão, em sindicatos e associações diversas, o percentual de escolarização e informação das pessoas, o envolvimento dos órgãos de comunicação com as liberdades em geral, o espaço temporal da experiência democrática, a situação econômica, em especial no que respeita aos postos de trabalho e geração de renda, as relações internacionais, etc.

Cruzam-se, portanto, variáveis institucionais, históricas, econômicas, dentre outras, com variáveis culturais. Pretende-se, assim, que também essas últimas sejam examinadas da ótica da consolidação democrática, conforme o entendimento da análise culturalista e avaliadas no mesmo patamar das demais. Trata-se de um conjunto de aspectos, em nosso entender, não hierarquizáveis, mas que formam uma realidade compósita. Examinar uma face da mesma, a dos valores democráticos, foi nosso propósito nessa pesquisa.

Os estudos de cultura política apoiam-se nas atitudes, crenças e valores políticos que dizem respeito ao modo de os cidadãos relacionaram-se com o mundo da política, tendo a alternativa democrática como sua escolha fundamental (Almond e Verba, 1963; Eckstein et al., 1998; Inglehart, 2002, 2005, apud Moisés (In Moisés (Org.), 2010). Já as análises institucionalistas centram-se na eficácia das instituições com relação aos fins pretendidos pelos atores, principalmente, com base em avaliações de curto prazo, do tipo

custo/benefício, quanto ao sistema institucional, sem maior influência da carga valorativa. A racionalidade dos atores é a grande marca do comportamento, das decisões e do desenho mesmo das instituições (Coleman, 190; North, 190; Hetherington, 1998; Norris, 1999; Braithwaite e Levi, 1998 apud Moisés (In Moisés (Org.), 2010).

No que se refere à teoria da democratização, isto é, ao esforço para compreender os diferentes processos de democratização que abarcam mais e mais países, da segunda metade do século passado em diante, lembra Morlino (In Moisés (Org.), 2010) que preponderou a escola institucionalista, através das vertentes do institucionalismo tradicional, do neoinstitucionalismo e do institucionalismo da escolha racional, em detrimento da escola culturalista, com raras exceções¹. Enfatiza o autor, no entanto, que não é possível se trabalhar com o tema qualidade da democracia, sem levar em conta as crenças, valores e comportamentos dos cidadãos, assim como a accountability e a responsividade políticas. O que aponta para a relevância da análise culturalista e do emprego do survey, como técnica de pesquisa.

Segundo Silva (2008), a cultura cívica ou cultura pró-democracia é o ponto de ênfase da obra de Almond e Verba (1963), que a percebem como definidora e suficientemente explicativa da continuidade democrática em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, opondo-se à associação entre modernização e democracia defendida por autores como Lipset (1963). Inglehart (1990:1993), prossegue o autor, também discorda de tal nexos e dando relevo, igualmente, à cultura política, introduz a questão da substituição gradativa dos valores materialistas, orientados à segurança física e econômica, por valores pós-materialistas: defesa de causas como a ambiental, e a de gênero, além de ativismo traduzido em participação política não convencional. Inglehart destaca, ainda, a mobilização cognitiva, derivada de maiores índices de educação e de trabalhadores no setor terciário.

E quanto ao Brasil? Mais especificamente, com relação ao público do programa de transferência de renda Bolsa Família? Com perfil, preponderantemente, de baixa escolaridade, ocupado, em sua maioria, em atividades terciárias mas que requerem

¹As obras apresentadas, por Morlino, a título de exceção são: Linz e Stepan(1996), Morlino (1998) e pesquisas referentes à Espanha, como as de Gunther e Montero(2003).

baixíssima qualificação, absorto no esforço de sobrevivência que não deixa margem para o ativismo político, como comporta-se em termos da democracia? Achar-se-ia nosso país ainda em busca dos valores ditos materialistas, na acepção de Inglehart, em virtude da desigualdade ancestral que mantém amplos contingentes materialmente inseguros? Relacionará ele o programa de transferência existente já há dez anos e precedido por outros como o Bolsa-Escola (2001) e o Vale-Gás, com um ambiente democrático? Ou as demais faltas, abundantes, se superpõem ao provimento de renda e o obscurecem? Ou a transferência de renda é percebida como efetividade da ação governamental, porém essa não é percebida como vinculada à democracia? Essas foram algumas das questões que impulsionaram a presente pesquisa.

Retomando-se a noção de confiança, cara a Moisés (In Moisés (Org.), 2010), segundo o qual, a confiança política dos cidadãos é dependente de quanto as mesmas cumprem sua razão de ser normativa, resultando do funcionamento das instituições em questão, ou seja, do desempenho institucional, o que pensa o público bolsista, por assim dizer, das funções originárias das diferentes instituições e do maior ou menor distanciamento dessas daquele desenho, em seu operar cotidiano?

O autor compreende que a confiança política é um fenômeno multidimensional, sendo que as pesquisas têm se orientado a cinco níveis de apoio político: a comunidade política per se (fronteiras territoriais e coletivas que fundamentam o estado nação); os princípios do regime democrático (o regime democrático como ideal); o desempenho do regime (seu funcionamento concreto); as instituições democráticas (atitudes e percepções dos cidadãos quanto a parlamentos, partidos, serviços públicos, etc.) e os atores políticos (líderes e membros da classe política).

A questão dos valores - princípios democráticos, assim como o desempenho do regime e as percepções dos cidadãos são as dimensões escolhidas para abordagem na presente pesquisa, do ângulo da confiança e da percepção mesma da democracia. Trata-se, como pretende Moisés, de entender a confiança política como fundamentada, a um tempo, em seu sentido ético e normativo (fins, justificção e meios de funcionamento) e no respectivo desempenho. Dessa forma, interessou-nos perceber também se os Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias tinham uma relação de confiança para com as instituições democráticas do Brasil, assentada no programa de transferência de renda em análise.

Baquero (In Baquero (Org.), 2011) refere o desencanto dos cidadãos latino-americanos com o funcionamento da democracia, pela ausência de progresso social. As desigualdades sistemáticas, segundo o autor, produziram dificuldades claras para o processo político, num mútuo reforço das desigualdades sociais e políticas, as quais traduziram-se num estado de coisas em que:

(...)os que estão no lado negativo da equação de igualdade tendem a participar menos da política e não têm estímulos para construir identidades coletivas formais ou informais. As implicações normativas dessas atitudes e desses comportamentos são claras: resignação e hostilidade em relação à política. Passa-se a conviver numa cultura política híbrida, que mistura legitimidade jurídica com falta de legitimidade social (p. 18).

Pode-se dizer, dessa forma, que o universo de faltas com que se deparam amplos contingentes da população na América Latina e, em especial, no Brasil, cenário amplo de nossa pesquisa, dificulta a plenitude democrática, mesmo em seus aspectos, propriamente, políticos. Posição que é a mesma de Diamond e Morlino (In Diamond e Morlino (Eds), 2005), em se levando em consideração sua definição de uma democracia com qualidade, aquela na qual os cidadãos dispõem de liberdade, igualdade política e controle das políticas públicas, assim como dos decisores políticos, num grau significativo.

Uma população miserabilizada, sem condições de prover seu sustento, quanto mais de ser ativista, politicamente, envolvendo-se nas práticas políticas que não o exercício do voto, vis-à-vis com elites lastreadas em privilégios constrangedores, em qualquer área que se cogite, do consumo ao peso político, obviamente, não tem como usufruir da liberdade, ter igualdade política quanto a seus partners sociais ou exercer controle sobre as políticas públicas, em grau adequado. Logo, as premissas mesmas da democracia quedam adulteradas e não logram o ambiente de igualdade política e liberdade definidor da ideia de democracia.

Todavia, quando os decisores públicos estabelecem iniciativas (policies) que levam a alguma redução da assimetria social e política, um duplo movimento pode vir a ser posto em curso. De um lado, tem-se o concurso dessa política para mais liberdade, mais igualdade política e maior controle das políticas públicas de parte dos setores sociais cuja sobrevivência é evitada da ausência da política, como elemento de mediação e esfera de participação e pertencimento. De outro lado, a presença da política enquanto esfera de

interesses coletivos, afirmada quando as faltas, tantas e tão profundas, a que nos referíamos em momento anterior, passam a ser, em alguma medida, supridas, tenderia a intensificar a adoção de valores democráticos. Afinal, que democracia é aquela em que os cidadãos em questão enfrentam condições tão graves de sobrevivência? E também, qual o valor da mesma para a existência concreta desses contingentes?

Dessa forma, debruçar-se sobre programas de transferência de renda, que têm como clara referência, a diminuição da desigualdade, através do aporte de recursos monetários, embute-se na discussão da qualidade da democracia, tanto através da construção de pressupostos da mesma - liberdade, igualdade política, possuir instrumentos para inserir-se no mundo da política e o modular, para além do voto, como no que se refere a uma afeição ou afeição mais significativa, aos valores democráticos, que fortaleça a democracia mesma, criando óbices a toda sorte de interrupção do experimento democrático vigente. Afinal, como podem os cidadãos considerados ser algo diverso de indiferentes, com relação a jogos cujo resultado muito pouco altera em sua existência?

Portanto, nessa pesquisa, buscou-se verificar se o programa Bolsa Família poderia através da promoção de certo patamar de bem-estar para setores de baixa e baixíssima renda levar a uma maior adesão dos mesmos a valores democráticos. Tratou-se, assim, de examinar o programa de transferência de renda Bolsa Família, quanto a grupos específicos de cidadãos na cidade de Porto Alegre e na cidade de São Luís, como suposto produtor de valores democráticos, não cabendo aqui o exame de qual o ganho material de bem-estar auferido com a renda transferida, mas seu significado na formação de uma coletividade, composta de cidadãos menos desiguais, economicamente falando, ampliando o círculo identitário de que nos fala Reis (1998).

No presente estudo, nos ativemos à dimensão valorativa, ou seja, não se observou o plus em alimentação, vestuário, escolarização, habitação ou quaisquer outros aspectos palpáveis ou mais objetivamente mensuráveis mas seu significado inclusivo, constitutivo de um núcleo comum, bem como com o rebatimento de tudo aquilo que se tenha tornado bem-estar, viver melhor, na percepção da democracia. Logo, não se trata de analisar a redução das faltas de que falávamos anteriormente, levantando as implicações desse processo para o enraizamento democrático, mas sim, de buscar perceber como e se a mencionada redução impacta a esfera valorativa, a filiação à democracia enquanto valor.

Przeworsky (2007) pergunta-se qual a relevância de os pobres terem atitudes para com a democracia, valores democráticos e participação na democracia política semelhantes aos dos setores com melhores condições socioeconômicas. E responde que de três modos: não participando - o que abre espaço para explosões de ira não canalizadas; participando e sendo vulneráveis a apelos autoritários e participando e sendo vulneráveis a apelos redistributivos. Essa terceira possibilidade respeita ao envolvimento com a democracia (no caso de nossa pesquisa, envolvimento que se fundamentaria no programa de transferência de renda em questão). O autor lembra, ainda, que um leque de variáveis leva à desestabilização da democracia, como é o caso do grau de riqueza da nação considerada, assim como suas instituições. Criticando a ideia de Almond e Verba (1963) de que a cultura cívica leva à democracia e a aplicação estrita do conceito a países desenvolvidos, compreende que a variável definidora da crise da democracia, associadamente aos pobres, são os conflitos distributivos. Nessa situação, em não havendo uma elite que promova alguma distribuição da riqueza e tendo os contingentes empobrecidos movimentado-se no sentido da reversão de tal estado de coisas, elites possuidoras acionariam mecanismos de defesa, gerando a disrupção do regime democrático vigente. Frisa o autor que dentre diferentes hipóteses para a fragilidade da democracia, o papel da renda segue sendo fundamental.

Sua crítica à escola culturalista, além de alinhar-se à visão de Muller and Seligson(1994), a respeito da análise de Inglehart(1990), expandida para países latino-americanos, invertendo o sentido da causalidade entre democracia e cultura política, de modo que a segunda seria um derivativo da primeira e não o contrário, centra-se na microanálise segundo a qual, a estabilidade da democracia pode ser depreendida de atitudes individuais, valores, normas.

Para Przeworsky ((2007), a ampla expansão das análises centradas nos indivíduos, nas últimas décadas, assim como da metodologia que fundamenta na resposta a determinado leque de questões, a cultura política mais ou menos democrática de um país, é criticável, não explicando, efetivamente, as razões de porque determinados regimes democráticos são estáveis e longevos e outros, não. O autor enfatiza que cada país tem um limite de riqueza no qual a democracia se mantém.

De nossa parte, aceitando a relevância do contexto material em que opera determinado regime democrático e mesmo sua ascendência, como pretende Przeworsky, assim como a insuficiência da análise estritamente culturalista, entendemos importante

ainda assim ouvir os destinatários de políticas públicas - no caso do Programa de transferência de renda Bolsa Família sobre a democracia em que vivemos, buscando verificar se a partir dele foi possível uma maior adesão à democracia.

Moisés (In Moisés (Org.), 2010) chama a atenção para a importância de que se considere, na análise de determinado regime democrático, tanto os valores, atitudes e comportamentos dos cidadãos individualmente considerados como igualmente o arcabouço institucional, posto que é com relação às instituições e em especial, quanto a seu produto, as políticas públicas, que os primeiros podem posicionar-se, emprestando apoio, rejeitando ou manifestando indiferença. Para o autor, a linha de análise que vem desde Tocqueville, abrangendo Almond e Verba e chegando a Putnam e Inglehart, relaciona confiança social e confiança nas instituições democráticas, vindo a desaguar na percepção da eficácia política e, em consequência, na legitimidade atribuída ao regime democrático.

Morlino (In Moisés (Org.), 2010) destaca que na teoria da democratização, ou seja, nos estudos voltados à compreensão do processo de estabelecimento de regimes democráticos, um dos focos possíveis é o das instituições - o parlamento, o governo, as normas, as estruturas burocráticas, tomadas, o mais das vezes, como variáveis independentes. Outro foco é o da abordagem cultural, aquela que busca apreender os valores e comportamentos dos cidadãos. Para o autor, que endossa o entendimento de Lipset e Lakin (2004) a respeito, tão somente a integração de aspectos institucionais e culturais permite a análise da qualidade da democracia. Assim, determinados valores como a aceitação do Estado de direito, a tolerância com a oposição e as diferentes opiniões, próprios à perspectiva da cultura política teriam de ser levados em conta.

Atente-se para o fato de que Morlino (In Moisés (Org.), 2010) frisa que ...” os principais sujeitos de uma democracia boa ou de qualidade são os indivíduos-cidadãos, as comunidades territoriais e as diversas formas de associações com valores, tradições ou objetivos comuns” (p. 37). Retorna-se, dessa forma, à importância de serem consideradas as posições adotadas pelos indivíduos comuns, no caso dessa pesquisa, os Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, nas áreas circunscritas.

Parece-os que em sendo os cidadãos, a razão de ser de uma esfera pública, coletiva, nada mais importante que sua compreensão e posicionamento frente a essa. Assim, as posições individuais são relevantes para que se conheça as razões e argumentos do componente último da vida de convivência, que é o cidadão. Principalmente, se

considerarmos que como a política é a arte da decisão de elites, o mais usual é que as impressões dos círculos restritos do poder sejam expressas e que a fala do homem comum permaneça submersa. Na perspectiva culturalista, importa apreender-se o que os joões - ninguém pensam, ainda que com relação a decisões que são afinal tomadas em círculos estreitos e moduladas por instituições também de “acesso restrito”. No caso da análise de transferência de renda a segmentos sem renda ou com renda muito reduzida, a relevância de se ouvir os joões-ninguém fica mais evidente pois seu não acesso a recursos monetários sintoniza-se com a baixa informação e todos os outros não direitos imagináveis.

Tem-se, de outra parte, o aspecto metodológico. Conforme enfatiza Morlino (In Moisés (Org.), 2010), a teoria da democratização muito pouco deixou-se impactar pela problemática culturalista, entretanto, aspectos centrais da pesquisa empírica acerca da qualidade da democracia, como a accountability e a responsividade política requerem o emprego da pesquisa de survey, para a devida apreensão dos valores, crenças e comportamentos envolvidos. Método que data das décadas de 40 e 50 e que começa a ser utilizado, em maior escala, concomitantemente, aos primeiros estudos de cunho culturalista. Também no que se refere ao método, portanto, não é possível deixar-se de lado essa perspectiva teórica, na abordagem da teoria da democratização contemporânea, tendo em vista a qualidade da democracia.

É importante lembrar-se que a democracia brasileira é muito recente, falando-se historicamente e que ainda que haja a preocupação de determinados setores quanto à necessidade de novos mecanismos participativos e de reforma do sistema representativo, os quais nutrem desconfiança política, com relação à democracia - os cidadãos críticos (Norris,1999), a exemplo do que ocorre nas democracias consolidadas, como lembra Moisés (In Moisés (Org.), 2010), prepondera entre nós, a desconfiança política que associa o mundo da política com a negatividade.

Assim, os partidos políticos, os poderes constituídos e as políticas públicas são percebidos como universo alheio aos interesses concretos e cotidianos dos cidadãos e como autorreferenciados. Em outras palavras, na medida em que as instituições é que canalizam ou deveriam canalizar as aspirações coletivas, ter desconfiança para com as mesmas, ou seja, quanto a sua razão de ser e modo de funcionamento, assim como quanto aos resultados por elas produzidos, deriva na fragilidade dos sistemas democráticos

respectivos. Fragilidade que quer dizer não convicções democráticas profundamente enraizadas e inamovíveis, mas suscetibilidade a apelos e lideranças autoritários.

Nesse compasso, a consolidação democrática, entendida como adoção definitiva das práticas e procedimentos próprios à democracia, não poderia ser atingida em sua plenitude. O caráter de irreversibilidade das democracias maduras não estaria posto, visto que os cidadãos não achar-se-iam, devidamente, afeiçoados ao processo democrático.

Moisés (In Moisés (Org.), 2010) lembra que os supostos da democracia - a não confiabilidade daqueles que detêm o poder e o controle dos mecanismos que mantêm esse último são utilizados como argumento por analistas que criticam a associação entre confiança social e confiança política. Entretanto, pondera, " ...a institucionalização da desconfiança suporia a existência de uma cultura de confiança para funcionar e as instituições democráticas é que tornariam isso possível" (p. 53). Trata-se, portanto, de um sistema democrático exitoso - fundamentado na confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, estabelecidas, por sua vez, a partir da institucionalização da desconfiança, originária da ideia de democracia, como visto anteriormente.

Na presente pesquisa, pretendeu-se verificar se o percebimento do benefício monetário do Programa Bolsa Família concorria para uma maior adesão à democracia, também através de uma maior confiança nas instituições democráticas, impulsionada pelo movimento do poder público em direção a uma menor desigualdade social e ao maior bem-estar dos contingentes beneficiários.

Ao escolher-se como público dessa pesquisa, grupos de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias, examinando sua adesão à democracia, buscou-se apreender a dimensão dos valores democráticos, conforme a perspectiva culturalista, simultaneamente vinculada à percepção de uma iniciativa de transferência de renda enquanto produto institucional, posto que foi dentro da moldura do percebimento respectivo que se procurou examinar a maior adesão à democracia de que viemos falando.

Meneguello (2013) ressalta que as pesquisas realizadas, no Brasil, nos últimos vinte anos, no que se refere à desconfiança dos cidadãos das instituições, apontam para um mesmo sentido: o da persistência dessa postura, não se tratando de um evento episódico, motivado por situações particulares caso de denúncias de corrupção e escândalos. Prossegue a autora, afirmando que:

A confiabilidade no funcionamento do sistema é fundamental para a credibilidade na democracia...A democracia precisa desse comprometimento do cidadão que, por sua vez, constitui-se com a crença de que o papel dos intermediários, ou instituições, é desempenhado adequadamente. Assim, é com essa expectativa que as pessoas deveriam procurar a justiça, a polícia, deveriam votar e procurar seus representantes.(sp)

Concordamos com o ponto de vista da autora de que a relação de confiança ou de desconfiança dos cidadãos quanto às instituições é relevante para a temática da democracia e, ainda que os Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias pertençam ao conjunto da população, o qual tem demonstrado, segundo as análises, desconfiança quanto à dimensão institucional, o grau de positividade atribuído pelos mesmos ao programa de transferência de renda em questão poderia influenciar esse aspecto.

Diz Meneguello (2013) que os níveis expressivos de desconfiança mensurados no Brasil e em vários outros países não chegam a significar risco ao regime democrático, não existindo indicadores nesse sentido, sendo que o que se acha ameaçado é a qualidade da democracia. Isso porque a legitimidade democrática, em situações nas quais a desconfiança é majoritária, apresenta condicionantes:

A legitimidade democrática deve ser entendida como um tipo ideal relacionado às crenças dos cidadãos de que a política democrática e as instituições sobre as quais ela se estabelece são a forma mais apropriada para estruturar-se o sistema político. Dessa forma ela precisa de base de sustentação. (sp)

Torna-se, assim, ao aspecto dos valores democráticos, em seu cunho, que é a um tempo normativo, partindo de supostos prévios e definitórios - o que os cidadãos esperam, afinal, do regime democrático e pragmático, no sentido de que resulta também, necessariamente, da experiência concreta dos cidadãos em interface com as diferentes instituições: seu funcionamento, conformação e produtos. Desse conjunto resulta o apoio ao regime democrático e do mesmo, o gradiente de qualidade da democracia em questão. Pois se a adoção de rotinas procedimentais específicas caracteriza a democracia concreta, efetivamente verificável, o aprofundamento do processo democrático requer uma base de sustentação ampliada, em que os cidadãos possuam convicções democráticas perenes e amplas.

Os valores democráticos, portanto, tanto são centrais na antessala, digamos, da democracia concreta, quando se projeta a melhor forma de agregação dos interesses

coletivos, como no aprofundamento de regimes democráticos já instalados, incrementando a qualidade dos mesmos. Na pesquisa, buscou-se apreender variações em termos de valores democráticos, de parte dos Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias, pelo fato de terem sido inclusos em um programa de transferência de renda que aumentou seu patamar de bem-estar.

Se os teóricos denominados de elitistas, como Downs, Bobbio, Schumpeter, Przeworski e Sartori (Ribeiro, 2010), os quais creem, em termos gerais, na democracia enquanto disputa entre elites, buscam compreender a democracia conforme a mesma se dá, concretamente, nem por isso podem abster-se de considerar a dimensão valorativa, pois o contorno ético precípua sugere a democracia como a melhor forma de governo. Tal entendimento não é prerrogativa dos teóricos normativos, antecedentes dos elitistas: Aristóteles, Bodin, Platão, nem dos adeptos da teoria crítica da democracia que os sucedem, a exemplo de Bohman, Cohen, Fraser, Gilroy, Habermas e Rawls. Por mais racionalidade que possa haver na agregação de interesses, na aceitação da derrota em nome de uma possível vitória em momento posterior, mecanismos procedimentais como a accountability revestem-se de um cunho moral inarredável. Cunho esse que respeita à qualidade da democracia (Maria, 2010) que tem sido aqui tematizada. Entende o autor que a carga normativa é intrínseca à democracia, ainda que em sua versão minimalista: “... a dimensão normativa está presente na perspectiva minimalista tanto como pressuposto do que ela considera critérios de qualidade democrática, quanto como possibilidade de alcançar-se fins normativos” (p. 39).

Retomando-se o objeto da presente pesquisa, a relação entre democracia e valores reveste-se, também, de caráter racional, de cálculo, pois a afeição à democracia guardaria relação, no caso de comprovação da hipótese, com o ganho de bem-estar dos Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias, em virtude do programa de transferência de renda respectivo. Ou seja, uma análise lógica acerca de ganhos concretos impactaria valores e reportar-se-ia, também, à ideia prévia de que instituições políticas devem ter fins coletivos e não particularistas.

Portanto, observando-se o experimento específico desse trabalho, parecem críveis as análises que aproximam procedimentalistas e teóricos críticos da democracia, pretendentes do aprofundamento da democracia stricto sensu - e por que não, também os teóricos normativos clássicos, através do elo valorativo.

Assim, entende-se que os valores têm, necessariamente, de ser levados em conta na reflexão sobre a democracia, pois modelam as próprias instituições, o regramento do jogo democrático, assim como os resultados palpáveis para a vida dos cidadãos, permitindo a mensuração da qualidade de um regime democrático determinado. Os valores estão na origem mesma da democracia e tornam a se fazer presentes em cada uma de suas etapas históricas, por mais que a ênfase das diferentes escolas teóricas varie segundo o período.

Nesse capítulo, procurou-se apresentar o enquadramento teórico da pesquisa, envolvendo a acepção de qualidade de democracia e a percepção de democracia, moldura da realização do campo. A pesquisa foi desenvolvida ainda da perspectiva de Wanderley Reis (2002) e de Reis (1998) de que para a democracia, o tema da identidade política é essencial e de que uma desigualdade social significativa apresenta implicações negativas para que os cidadãos sintam-se envolvidos com o que é público, conforme Moisés (2010) e com ela comprometidos, segundo Meneguello (2013). Sendo que desse conjunto de questões derivam dificuldades quanto à qualidade da democracia em determinada situação concreta.

Compreendendo que o Programa federal de transferência de renda Bolsa Família, na medida em que concorre para atenuar a pobreza e a desigualdade social no Brasil, indicando responsividade dos decisores públicos quanto ao tema, pode impactar positivamente os valores democráticos dos cidadãos considerados e em consequência a própria democracia, foram ouvidos Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias do programa, enquanto cidadãos e portadores portanto da agência da democracia, na acepção de O'Donnell (2010). O propósito da pesquisa de buscar perceber se o fato de receber a transferência de renda do programa filiava mais fortemente à democracia, seus beneficiários em relação aos não beneficiários teve como universo compreensivo, portanto, a democracia e a qualidade da democracia, consideradas do ângulo dos valores democráticos.

2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO TEMA DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Dentro da temática da democracia, a percepção dessa modalidade de organização do poder político torna-se mais evidente quando pensada com referência às políticas públicas, por tratarem-se as mesmas de manifestações concretas de uma série de supostos

tendentes à abstração como Estado de Direito, liberdade e igualdade política. Claro que esses e outros componentes da democracia para além do corpo de ideias e pressupostos que os define, resultam em consequências concretas para a vida dos cidadãos. Entretanto, aquilo que é afinal o que os decisores públicos fazem, no que diz respeito às políticas dá corpo às premissas teóricas da democracia, o que faz com que os produtos de um regime democrático específico sejam relevantes para que se busque apreender a percepção de democracia dos respectivos destinatários.

Nesse sentido, o Capítulo 2 é o de contextualização da pesquisa, recuperando a trajetória dos programas de transferência de renda, que culmina no país com o estabelecimento do Programa Bolsa Família e caracterizando suas macrodimensões, tanto no país como nas duas capitais onde residem os quatro grupos de respondentes, Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul e São Luís, no do Maranhão. Da mesma forma, são apresentados dados relativos ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, sistema de identificação das famílias de baixa e baixíssima renda em todo o país, a partir do qual são selecionadas aleatoriamente as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como aquelas que serão incluídas em outros programas da esfera federal, assim como dados do próprio Programa Bolsa Família. Ficam patentes as dimensões muito expressivas tanto do CadÚnico como do programa, as quais indicam que estudos sobre as derivações respectivas são também importantes. E ainda mais quando levantamentos que dizem respeito às pesquisas sobre o Programa Bolsa Família identificaram uma concentração na avaliação do alcance do mesmo quanto a desempenho escolar, saúde e a performance eleitoral dos candidatos a governantes associados ao mesmo.

2.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os programas de transferência de renda são criados primeiramente em países desenvolvidos como Reino Unido (1948), Finlândia (1956), Suécia (1957), Alemanha (1961), Bélgica (1974) e França (1988). Na discussão internacional, a crise do trabalho assalariado como forma de acesso à renda está na origem dos programas de transferência de renda conforme Castel (1998), Gorz (1999) e Fonseca (2001). No Brasil, devido à desigualdade e à pobreza prévias à Terceira Revolução Tecnológica, com a qualificação profissional baixa ou inexistente de contingentes significativos, a perda de postos de trabalho derivada das novas e maiores exigências para a inserção produtiva torna a

situação ainda mais grave. E, portanto, os programas de transferência de renda mais justificáveis do ponto de vista de melhor sustentação do regime democrático pela redução da desigualdade política mediante patamares menores de pobreza e desigualdade.

Para Rocha (2001), os programas de transferência de renda são mecanismos antipobreza, por mais que não tenham escopo universal e que não consigam cobrir o que denomina de necessidades básicas da população. Desde a década de 70, tem-se a renda mensal vitalícia para idosos e pessoas portadoras de deficiência e na década de 90, iniciam-se as transferências de renda em caráter mais estrito, sem vinculação em nenhum de seus aspectos com a área previdenciária (o Benefício de Prestação Continuada - BPC, ainda que assistencial e não contributivo, é operacionalizado através do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS), com priorização de crianças e adolescentes e associação com esses estarem na escola e serem nela frequentes.

Nos países do centro capitalista, os programas de transferência de renda apresentam três características que os diferenciam dos estabelecidos no Brasil:

- a) constituem-se enquanto direito - podendo, assim, ser solicitados pelos interessados;
- b) são universalizados - são cobertos todos aqueles que atenderem o requisito de renda ou cuja renda seja insuficiente;
- c) o direito à renda está associado a outros direitos como assistência médica, educação e profissionalização.

No Brasil, tem-se a focalização em famílias pobres, dentro da projeção estatística de pobreza e dos recursos orçamentários disponíveis e a vinculação da transferência de renda a outros aspectos da pobreza tem sido muito tênue. Nem mesmo as condicionalidades da educação e da saúde, no caso do Programa Bolsa Família conseguem caracterizar-se como segurança de acesso a essas áreas, por uma série de razões, a começar pelo fato de que o descumprimento das mesmas apenas excepcionalmente leva à perda do benefício, por uma série de justificativas e intercessões possíveis de parte das equipes de Assistência Social. Se é cabível que famílias mais fragilizadas devam ter acompanhamento específico e relativização de suas situações de descumprimento, a tolerância sem maior critério pode terminar por ser prejudicial às famílias beneficiárias, já que sua cobertura pela educação e pela saúde é compreendida como elemento crucial da quebra almejada da pobreza entre gerações.

As primeiras experiências no país, de acordo com Fonseca (2001) são de âmbito municipal. Campinas é a cidade pioneira com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, o PGRM, que se destinava a famílias com crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, filhos ou não e foi implantado em 1995. Estavam previstas como obrigações das famílias beneficiárias, frequentar a escola, ter atendimento em saúde e não permanecer nas ruas.

Segue-se no mesmo ano de 1995, a implantação no Distrito Federal, pelo Governador Cristovam Buarque, do Programa Bolsa Familiar para a Educação. O público eram famílias com renda inferior a meio Salário Mínimo per capita, com crianças e adolescentes entre 07 e 14 anos. Eram priorizadas famílias com crianças e adolescentes em medida socioeducativa; dependentes idosos; pessoas portadoras de deficiência; crianças desnutridas acompanhadas pela rede de saúde e com maior número de dependentes. Também levava-se em conta outros aspectos: se a habitação era própria, alugada, cedida; a relação entre moradores residentes e cômodos; formas de inserção no mercado de trabalho; bens de consumo duráveis e bens patrimoniais.

No mesmo ano, é criado o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, PGRM, em Ribeirão Preto, São Paulo, que se origina no Legislativo local. Da mesma forma que os dois outros destina-se a famílias pobres, com crianças e adolescentes na faixa dos 0 aos 14 anos.

Ainda em 1995, Porto Alegre adota um programa de transferência de renda que se inicia com o cadastramento pela gestão do Prefeito Tarso Genro, no ano anterior, das famílias pobres cujos filhos frequentavam as sinaleiras para pedir esmolas ou vender produtos. A transferência de renda implantada era custeada por recursos da iniciativa privada.

Entende a autora que as três primeiras experiências - não aborda a gaúcha - inspiram a série de programas com o objetivo de transferir renda, em sua maior parte municipais mas também estaduais e federais, no ano de 1996. São criados assim programas de transferência de renda no Amazonas; no Amapá; em Salvador - Bahia; em Vitória - Espírito Santo; em Jundiá, Santos e Osasco - São Paulo e em Boa Vista - Roraima.

Em 1995, foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, federal, cujo público foi incorporado, em sua maior parte, ao Programa Bolsa Família, no ano de 2005. O programa pretendia atingir as piores formas de trabalho infantil, retirando crianças e adolescentes de 07 a 14 anos de situações de trabalho insalubres, degradantes

e penosas. Também estavam incluídos crianças e adolescentes de 15 anos em extremo risco e crianças de 07 a 15 anos oriundas de famílias com renda per capita até meio Salário Mínimo, exploradas sexual ou comercialmente. A Organização Internacional do Trabalho - OIT pressionava o país para adotar medidas contra o trabalho infantil. As crianças e adolescentes tinham de frequentar a escola, dentre outras obrigações.

Em 1996, também ocorreram iniciativas sem participação dos governos. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, parceria entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e a Associação Municipal da Assistência Social e em Franca, São Paulo, o Programa Bolsa Educação, entre o UNICEF e o Sindicato de Sapateiros de Franca. O Fundo se associa ainda com o Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Programa Bolsa Criança Cidadã orientado às carvoarias do Mato Grosso do Sul e a áreas rurais de Pernambuco e Bahia. Em todos os programas, governamentais ou não de que o UNICEF participou, a intenção era a de erradicar o trabalho infantil e vincular crianças e adolescentes à escola. O valor da bolsa-auxílio variava conforme a região da implantação para que fosse atrativo e levasse à permanência na escola,

No ano de 2000, é criado o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, também federal e voltado ao ingresso e à permanência na escola de jovens na faixa dos 15 a 17 anos, considerados em vulnerabilidade e risco e provenientes de famílias com renda per capita de até meio Salário Mínimo. Uma série de critérios embasava a seleção dos municípios: as capitais que concentravam jovens e dificuldades correlatas a essa concentração; as regiões metropolitanas priorizadas no Plano Nacional de Segurança Pública; municípios com Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo do que a média nacional; municípios em situação de emergência como seca, enchente e desastre ecológico, dentre outros. Eram priorizados os jovens fora da escola; egressos de programas sociais; com atribuição de ato infracional e medida socioeducativa - egressos ou em liberdade assistida; sob medida protetiva e relacionados a programas de atendimento a situações de exploração sexual.

A transferência de renda do Agente Jovem reportava-se além do recorte da pobreza, a condutas compreendidas como antissociais (Medeiros, 2006). Em junho de 2000, fora lançado o Plano Nacional de Segurança Pública que buscava integrar as políticas de segurança com as políticas sociais e ações comunitárias. Isso no intuito de reprimir e prevenir o crime assim como de reduzir a impunidade. Em outubro de 2000, foi reeditada a Medida Provisória de criação do Plano, modificando o Fundo Nacional de

Segurança Pública, de modo a permitir a aplicação dos recursos também em projetos sociais.

Uma série de programas de transferência de renda pertinentes a diferentes áreas do poder público federal vai sendo implantada. A relação de alguns deles com os públicos respectivos, dados de cobertura e recursos investidos que se segue, é da autoria de Silva, 2003. Dentre todos, o maior programa de transferência de renda foi o Bolsa Escola, de 2001, pertencente ao Ministério da Educação - MEC que atingiu, em dezembro de 2002, 5.056.245 famílias, volume ao qual correspondeu o valor de R\$ 1.532.202,990,00. O público eram famílias que possuíam crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade que como contrapartida tinham de ter frequência escolar. Até hoje, esse programa é lembrado pelos que dele foram beneficiários e que muitas vezes tratam o Programa Bolsa Família com o nome de seu antecessor: Programa Bolsa Escola. O programa vai sendo absorvido pelo Programa Bolsa Família.

Data de 2001, o Programa Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde. Voltado às famílias com renda per capita de até meio Salário Mínimo, com mulheres gestantes ou que amamentassem filhos de até 6 meses de idade ou com crianças de 6 meses a 6 anos. Cada família poderia receber até três Bolsas Alimentação. Juntamente com o benefício monetário deveria ser propiciado à família, atendimento em saúde e havia obrigações da mesma quanto a essa área: fazer consultas do pré-natal, participar de atividades educativas na unidade de saúde; apresentar a certidão de nascimento da criança; manter a amamentação; pesar e manter a vacinação em dia. Em 2001 e 2002 houve a concessão de 3.575.650 bolsas em 5.549 municípios. Também esse programa passa a integrar o Programa Bolsa Família quando o mesmo é criado.

O Programa Auxílio Gás pertencia ao Ministério de Minas e Energia, datando de 2002 e buscava compensar as famílias com renda familiar per capita mensal até meio Salário Mínimo ou que já fossem beneficiárias de outros programas sociais. Em dezembro de 2003, havia 8.229,144 famílias beneficiárias com a destinação de R\$ 800.203,134,00. O programa passaria a fazer parte do Programa Bolsa Família.

O Programa Comunidade Solidária, que substituiu nos governos Fernando Henrique Cardoso, o Plano de Combate à Miséria - PCFM, que data de 1993, no Governo Itamar Franco, buscava incidir sobre a pobreza através da articulação entre ministérios e do levantamento dos municípios onde a mesma fosse mais expressiva. Mantém-se de um plano para o outro, a preocupação com a fome (o impulso no caso do PCMF foi dado pela

sociedade, em mobilização nacional liderada por Herbert de Souza, o Betinho a partir da divulgação do Mapa da Fome pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA), assim como o incentivo à descentralização e às parcerias. Se a descentralização parece ter produzido resultados aproveitáveis, não se pode dizer o mesmo das parcerias, que ao longo do tempo têm se revelado depositárias de toda a sorte de particularismos sem que o poder público tenha alcançado formas fiscalizatórias eficientes tanto do padrão dos serviços prestados como do que se faz com as verbas públicas pertinentes.

No ano de 2001, são criados o Fundo de Combate à Pobreza para financiar programas de transferência de renda ligados à educação, iniciativas de saneamento geradoras de emprego e o Programa de Combate à Miséria, que se tornaria o Projeto Alvorada, o qual priorizava áreas empobrecidas das Regiões Norte e Nordeste e que termina por ser expandido para municípios com baixo índice de Desenvolvimento Humano.

No primeiro Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a estratégia contra a fome e a pobreza passa a ser o Fome Zero. Assim, o tema da fome que vem dos anos 90 se mantém na ordem do dia. Há menção ao desemprego crescente naquele momento, à concentração de renda e ao crescimento da pobreza. O Fome Zero relacionava ações variadas: da Reforma Agrária ao Programa de Compra Antecipada da Produção da Agricultura Familiar para a formação de Estoques de Alimentos, abrangendo Restaurantes Populares, o Programa de Cestas Básicas Emergenciais, dentre muitos outros e prescrevia a convergência dos programas de transferência de renda existentes: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale-Gás, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, etc.

No âmbito do Fome Zero, no início de 2003 (já no primeiro Governo Luiz Inácio Lula da Silva), foi implantado o Cartão Alimentação, destinando-se aos municípios do semiárido e a populações específicas em insegurança alimentar, a exemplo de indígenas, quilombolas, catadores, acampados e assentados do meio rural. O requisito de renda era de até meio Salário Mínimo per capita. O cartão pretendia o alívio imediato da fome, ao qual se conectariam ações de toda a ordem: alfabetização inclusive de adultos; geração de emprego e renda; saneamento básico; obras de irrigação e abastecimento de água; geração de trabalho e renda. Em dezembro de 2002, foram atendidas 774.764 famílias.

Quanto ao valor dos benefícios para os programas mencionados - havia outros que respeitavam também à transferência de renda, no Programa Bolsa Escola, eram pagos às

crianças de 0 a 15 anos, R\$ 15,00 por mês, até o máximo de três crianças por família. No Programa Bolsa Alimentação, o valor era o mesmo pago no Programa Bolsa Escola, também mensalmente, e estavam previstos até três beneficiários por família. Ao Programa Auxílio Gás correspondia o valor mensal de R\$ 7,50 por família, sendo pago de dois em dois meses o valor de R\$ 15,00. Para o Programa Cartão Alimentação, o valor do benefício era de R\$ 50,00 mensais.

Era possível a superposição de benefícios e depois de o próprio Governo Luiz Inácio Lula da Silva ter criado outro programa de transferência de renda, dentro da mesma orientação de programas múltiplos - o Cartão Alimentação, acaba por ter lugar a unificação de vários dos então existentes no Programa Bolsa Família, com migração gradativa dos anteriores.

2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em 2003, foi criado o Programa Bolsa Família -PBF, unificando os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Posteriormente, a grande maioria dos beneficiários do PETI passaria também ao Programa Bolsa Família. O público do programa foi definido como aquele que tinha uma renda per capita familiar de até R\$ 50,00 - famílias extremamente pobres e uma renda per capita familiar de até R\$ 100,00 - famílias pobres. Em dezembro de 2004, foram atendidas 6.571.842 famílias, com benefício em média de R\$ 66,93.

O PBF inicia com 3, 6 milhões de famílias beneficiárias quando de sua criação e tem por meta o número de 11 milhões de beneficiários, sendo contabilizadas para tanto as famílias que conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, edições de setembro de 2001 e de 2002, possuíam renda domiciliar per capita abaixo da linha de elegibilidade do programa (Soares In Castro e Modesto (Orgs.), 2010, V1). A meta permaneceu a mesma até 2006 quando foi atingida. Esse total não se altera nos anos de 2007 e 2008, entrando novas famílias apenas na medida em que outras saiam. Nesses dois anos, entretanto, reduziu-se a pobreza e a renda cresceu. Em 2009, o número de beneficiários voltou a se expandir alcançando-se 13,7 milhões ao final desse ano, isso por haver indícios de subcobertura e também tendo em vista as implicações para a pobreza, da crise internacional (Soares e Satyro In: Castro e Modesto (Orgs.), 2010).

De acordo com a PNAD 2009, conforme Soares, Souza, Osório, Silveira (In Castro e Modesto (Orgs.), 2010), 41 milhões de pessoas - quase um quarto da população

do país, pertencentes às 9,2 milhões de famílias beneficiárias, participavam do Programa Bolsa Família naquele ano. Número inferior apenas aos públicos do Sistema Único de Saúde - SUS, que é toda a população do país; da educação pública, de 52,8 milhões e da previdência social, de 21, 2 milhões. Logo, é inequívoco que o programa é numericamente significativo, em termos dos cidadãos atendidos.

O que pretendemos aqui caracterizar são as dimensões que o Programa Bolsa Família assumiu, na medida em que além de incorporar diversos outros programas de transferência de renda que o precederam, expandiu-se até atingir os atuais mais de 14 milhões de famílias - em dezembro de 2013, foram atendidas 14.086.199 milhões de famílias (Folha de Pagamento do programa para todo o país). Os dados que referenciam essa cobertura são os do Censo Demográfico de 2010 que informavam a existência de 13,8 milhões de famílias com renda per capita de até R\$ 140,00 (linha de corte naquele momento). O programa significou, em 2013, 20,6 bilhões de reais em investimentos federais.

Mesmo que se observe superficialmente o percurso dos programas de transferência de renda no país, uma série de características do Programa Bolsa Família são neles identificadas: a associação com contrapartidas das famílias no que se refere à saúde e educação; a focalização nas famílias supostamente mais pobres; a atenção à gestante e à nutriz. A própria preocupação com a fome vem dos governos e ações precedentes. No entanto, a unificação e a grande elevação do número de beneficiários a partir de então fazem desse programa de transferência de renda uma política pública de visibilidade importante por parte da população, para o que concorre sua divulgação exaustiva por parte do governo federal cuja coligação exerce já o quarto mandato consecutivo.

Os dados de dezembro de 2013 no que se refere ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal- CadÚnico, que identifica as famílias muito pobres e pobres eram de 27.194.641 famílias, sendo que dessas 24.084.714 declararam renda per capita familiar mensal de até meio Salário Mínimo. Do total de famílias de baixa renda inscritas, 16.623.941 estavam com as informações atualizadas há 24 meses, como requerido, representando 69% do total de famílias nessa faixa de renda (Brasil, 2013).

Todas as informações inseridas no cadastro à exceção das que se referem a documentos, são autodeclaratórias e não requerem confirmação. Assim, embora os campos perguntados na entrevista contenham informações sobre condições do domicílio,

situação de emprego e renda, vinculação a programas sociais, dentre várias outras, a fidedignidade do que é informado é consideravelmente reduzida. Esse enorme banco de dados, cumulativo desde sua criação é, em alguma medida, uma espécie de criação ficcional. Além da autodeclaração, há os complicadores da precariedade das equipes de atendimento e da dificuldade em boa parte dos aspectos, de que as pessoas efetivamente compreendam o que lhes está sendo perguntado. Também uma série de equívocos de registro no caderno de entrevistas e/ou de digitação redundam em alimentação errônea do sistema informatizado. De toda sorte, é com base nos registros constantes do CadÚnico que são selecionadas as famílias que receberão a transferência de renda do Programa Bolsa Família, levando em consideração as estimativas de pobreza e dentro da previsão orçamentária. Os problemas mencionados quanto ao cadastramento das famílias pobres e muito pobres sugerem que a extrapolação da cobertura devida desses segmentos, alcançada já em 2013, possa significar o recebimento indevido por determinado volume de beneficiários que esteja recebendo os recursos. Da mesma forma, é possível que famílias que se achem efetivamente dentro dos critérios de renda definidos não estejam recebendo o benefício monetário.

As informações de dezembro de 2013 quanto aos benefícios do Programa Bolsa Família pagos no país eram de 21,83 milhões de benefícios variáveis correspondentes a crianças e adolescentes de 0 a 15 anos; 220.523 Benefícios Variáveis à Nutriz - BVN e 210.960 Benefícios Variáveis à Gestante - BVG. Ainda 4.898.611 famílias receberam a complementação correspondente ao Benefício de Superação da Pobreza - BSP. No ano de 2013, houve o ingresso superior a 1,31 milhão de novas famílias beneficiárias no país. A distribuição das famílias por região em dezembro daquele ano apresentou a seguinte distribuição: Nordeste, 29,53%; Norte, 17,75%; Sudeste, 33,45%; Sul, 9,93% e Centro-Oeste, 9,32% (Brasil, 2013).

Para passar a receber o Programa Bolsa Família, as famílias necessitam estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; estar com seu cadastro atualizado - revalidado há no máximo 24 meses e atender aos critérios de elegibilidade - renda na linha da pobreza extrema ou da pobreza, conforme a definição do governo federal. O atendimento é prioritário para os municípios com baixa cobertura, cotejada com as metas, fundamentadas por sua vez, na estimativa de pobreza e de extrema pobreza do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Todos esses condicionantes operam sob a disponibilidade orçamentário-financeira.

O Programa Bolsa Família e o CadÚnico foram passando por modificações ao longo dos já 10 anos de existência do primeiro e 13 anos do segundo. A partir de 2009, passou-se a efetuar a Revisão Cadastral, segundo a qual, em no máximo 24 meses, os cadastros devem ser revalidados a partir da atualização das informações em sua totalidade. Em 2011, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS deflagrou o Plano Brasil Sem Miséria - BSM, cujo objetivo fundamental foi a superação da pobreza extrema no país e cuja organização previa três vertentes: garantia de renda; acesso a serviços e inclusão produtiva. No que tange à transferência de renda, houve ampliação do Programa Bolsa Família e foi criado o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza, o BSP. Esse benefício objetiva fechar o hiato - a diferença entre a renda per capita da família declarada no CadÚnico somada aos benefícios que a família já recebe do Programa e o valor de renda estabelecido como sendo de extrema pobreza por parte de todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O BSP somado à renda per capita da família, incluído o Programa Bolsa Família, deve assegurar um per capita superior a R\$ 77,00, que é a linha de corte da extrema pobreza conforme a última revisão de valores. Em dezembro de 2013, o BSP cobriu 4,9 milhões de famílias e a transferência de renda correspondente foi de cerca de R\$ 400 milhões (Brasil, 2013).

As definições próprias ao BSP foram fazendo com que o programa se ampliasse. Quando começou a ser pago, em junho de 2012, era voltado a famílias com crianças de 0 a 6 anos; em dezembro de 2012, foram incluídas famílias com crianças e adolescentes de 0 a 15 anos e em março de 2013, deixou de haver a exigência de que as famílias tivessem em sua composição, crianças e adolescentes. Mudança que elevou para 4,7 milhões as famílias atendidas naquele mês, com o aporte respectivo da ordem de R\$ 298,9 milhões (Brasil, 2013).

No que se refere às condicionalidades da educação e da saúde, manteve-se dos programas de transferência anteriores, o modelo condicionado, ou seja, as famílias beneficiárias têm compromissos que devem cumprir para permanecer recebendo a transferência monetária. As condicionalidades dizem respeito ao poder público no registro e acompanhamento das mesmas mas não têm operado como balizadoras da oferta dos referidos serviços, como aparece em sua proposição.

Quadro 1 - Condicionalidades do Programa Bolsa Família²

²Fonte: Brasil, 2015 - quadro elaborado pela autora

a) Educação	Matricular crianças e adolescentes de 0 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino. Assegurar a frequência de no mínimo 85%.
	Justificar imediatamente impossibilidade de comparecimento junto à Educação.
	Informar o setor responsável pelo CadÚnico nos municípios a mudança de escola e série (para o devido acompanhamento do percentual de frequência).
b) Saúde	
Responsáveis por crianças menores de 7 anos	Manter atualizada a vacinação.
	Acompanhar em unidades de saúde o estado nutricional e de desenvolvimento.
Gestantes e nutrizes	Realizar as consultas do pré-natal.

Dentre as reformulações pelas quais o Programa tem passado desde sua criação, está a criação do Benefício Variável Jovem - BVJ, em março de 2008, voltado aos jovens de 16 e 17 anos de famílias já beneficiárias. Esse benefício tem algumas especificidades. O percentual de frequência escolar requerido é mais baixo e enquanto o descumprimento de condicionalidades relativamente a crianças e adolescentes impacta todos os demais benefícios da família, quando se trata de jovens de 16 e de 17 anos, apenas esse benefício específico é afetado. Também não é possível à gestão municipal reverter sanções sobre o mesmo através do Sistema de Gestão de Benefícios - SIBEC, da Caixa Econômica Federal, mas apenas via envio de ofício à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC. O Benefício Variável Jovem é pago até o mês de dezembro do ano em que o jovem completa 18 anos

Quadro 2 - Condicionalidades do Benefício Variável Jovem³

³Fonte: Brasil, 2015 - quadro elaborado pela autora

Educação	Matricula em escola.
	Frequência de no mínimo 85%.
	Possuir registro de acompanhamento escolar no Sistema de Frequência do Ministério de Educação - MEC ou ter Código do INEP (Registro junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) válido e atualizado no CadÚnico nos últimos 12 meses.

O descumprimento de condicionalidades gera efeitos sobre o recebimento do benefício mas o cancelamento por esse motivo acontece raramente, por existir a possibilidade de justificativa junto à área de acompanhamento socioassistencial no Sistema de Condicionalidades - SICON. Outras causas de cancelamento como a ausência de revisão cadastral a cada 24 meses - que em realidade ocorre por um período superior ao previsto, pois a lista das famílias que devem atualizar seu cadastro a cada ano contém informações de praticamente 36 meses antes - e por inclusão em averiguação/auditoria são mais frequentes. Em 2013, por repercussão do descumprimento de condicionalidades foram gerados 470.663 efeitos mensais de advertências, bloqueios e suspensões de famílias - Programa Bolsa Família e de jovens - Benefício Variável Jovem.

Quadro 3 - Repercussão do descumprimento de Condicionalidades⁴

a) Advertência	Quando do primeiro registro de descumprimento.	Não há sanções.
b) Bloqueio	Segundo registro de descumprimento.	O benefício é bloqueado por um mês e pago

⁴Fonte Brasil, 2015 - quadro elaborado pela autora

		cumulativamente no mês seguinte.
c) Suspensão	Terceiro registro de descumprimento.	O benefício é suspenso por dois meses, não sendo pagas essas duas parcelas. Prosseguindo o descumprimento, se mantém a suspensão.

Conforme alteração recente, o cancelamento do benefício devido ao descumprimento de condicionalidades apenas ocorre quando registrado acompanhamento no SICON, conforme já mencionado e, ao mesmo tempo, a partir de então a família permaneça em situação de suspensão e se após doze meses, houver novo descumprimento.

Quadro 4 - Repercussão do descumprimento de condicionalidades sobre o Benefício Variável Jovem⁵

a) Advertência	Quando do primeiro registro de descumprimento.	Não há sanções.
b) Suspensão	Segundo registro de descumprimento.	O benefício é suspenso por dois meses, não sendo pagas essas duas parcelas.
c) Cancelamento	Terceiro registro de descumprimento.	O benefício é cancelado.

No caso do Benefício Variável Jovem, passa-se mais rapidamente à etapa de cancelamento posto que não existe a de bloqueio e como se viu, a gestão municipal não pode intervir diretamente em tais situações, como ocorre quanto ao descumprimento de condicionalidades no que se refere a crianças e adolescentes.

O acompanhamento das condicionalidades é realizado através do envio das informações das áreas de educação e saúde dos municípios para os Ministérios da

⁵Fonte: Brasil, 2015 - quadro elaborado pela autora

Educação - MEC e da Saúde - MS, que as repassam ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. A coleta das informações relativas à condicionalidade da saúde ocorre duas vezes ao ano, sendo que o primeiro período vai de janeiro a junho e o segundo de julho a dezembro. Já as informações que dizem respeito à condicionalidade da educação ocorrem em cinco períodos bimestrais: **1º Período:** fevereiro e março; **2º Período:** abril e maio; **3º Período:** junho e julho; **4º Período:** agosto e setembro; **5º Período:** outubro e novembro.

O grande volume de famílias beneficiárias gera também números expressivos em termos do acompanhamento de condicionalidades associado. Considerada a série de informações iniciada em 2006, o número do público entre 6 e 17 anos com acompanhamento de frequência escolar foi o mais elevado no ano de 2013, alcançando em média, 17.497,400 milhões, o que corresponde a 9.556,181 milhões de famílias beneficiárias. Do total de famílias beneficiárias, 69,87% tinham ao menos um integrante de 6 a 17 anos, constituinte do público para acompanhamento da condicionalidade da educação. No que se refere ao acompanhamento da condicionalidade da saúde, o público em média foi de 11.859,212 (Brasil, 2013).

No último bimestre de 2013, foram acompanhados quanto à condicionalidade da educação, 16,08 milhões de crianças e adolescentes entre 06 e 17 anos, significando 92,2% dos 17,4 milhões de beneficiários nessa faixa etária que formam o público do programa. Do total de crianças e adolescentes acompanhado, 95,87% cumpriram a condicionalidade da Educação, com frequência igual ou superior a 85% - crianças e adolescentes e igual ou superior a 75% - jovens de 16 e 17 anos (Brasil, 2013).

No que se refere ao acompanhamento da condicionalidade da saúde das famílias beneficiárias, crianças e gestantes, de julho a dezembro de 2013 foram acompanhadas 8,7 milhões de famílias de um montante de 11,8 milhões. O que corresponde a 73,44%. O público para acompanhamento da vacinação, peso e altura no semestre era constituído por 7 milhões de crianças. Desse total, 5,1 milhões foram acompanhadas, correspondendo a 73,07%. Do contingente de crianças acompanhadas, 5 milhões, 98,6%, estavam com a vacinação em dia. No que se refere a gestantes, das 198 mil localizadas, 196 mil tiveram pré-natal realizado (Brasil, 2013).

Todos os números elevados que temos aqui apresentado significam uma gigantesca malha organizacional criada para o planejamento, execução e monitoramento dos diversos aspectos envolvidos no Programa Bolsa Família que originada na União se

alonga e multiplica para os estados e municípios. No próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, uma secretaria específica trata dos programas de transferência de renda, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC e ocupa-se fundamentalmente do Programa Bolsa Família. Esse adensamento das áreas públicas em razão do Programa Bolsa Família apresenta-se como interessante fonte de pesquisa.

Acompanhando as múltiplas instâncias que definem e implementam o Programa, há que se considerar o volume de recursos orçamentários relacionados, não apenas no que concerne à transferência de renda propriamente considerada mas para o aparato em torno dela construído e que se amplia crescentemente. Dentre os diversos investimentos referentes, o Índice de Gestão Descentralizada - IGD, nas modalidades Estado e Município é um dos componentes relevantes da destinação de recursos geral. O IGD, que varia de 0 a 1, depende do desempenho das gestões locais quanto às ações que são de sua responsabilidade na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. A Atualização Cadastral, realizada pela primeira vez, em 2005, evidenciou a necessidade de aporte de recursos para melhoria do cumprimento das obrigações por parte das gestões locais (Brasil, 2015).

Uma série de taxas compõem o IGD, dizendo respeito à taxa de cobertura dos cadastros; à taxa de atualização dos cadastros; à taxa de crianças com informações de frequência escolar; à taxa de famílias com acompanhamento das condicionalidades da saúde; à aprovação dos gastos pertinentes pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, à adesão ao Sistema Único da Assistência Social - SUAS, dentre outros. Os recursos são repassados do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e podem ser usados num amplo leque de atividades: mobiliário, equipamentos, impressão de material de divulgação, acesso à internet, oferta de cursos profissionalizantes, etc. A destinação dos recursos deve ser feita em acordo entre as áreas da Assistência Social, Educação e Saúde que participam da Gestão do Programa (Brasil, 2015).

Quadro 5 - Valores do Índice de Gestão Descentralizada - IGD repassados /ano - Brasil 2006 - 2011⁶

⁶Fonte: Coordenação Geral de Apoio à Gestão Descentralizada - CGAGD/DEOP/SENARC

2006	R\$ 161.360.379, 71
2007	R\$ 230.667.982,62
2008	R\$ 256.671.070,21
2009	R\$ 252.958.715,31
2010	R\$ 287.651.567, 49
2011	R\$ 299.488.145.66
TOTAL DOS VALORES REPASSADOS	R\$ 1.488.797.861,00

No que se refere aos valores recebidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, considerando-se a última atualização dos mesmos, há duas faixas de possíveis beneficiários, a da extrema pobreza que corresponde a um per capita familiar mensal de até R\$ 77,00 e a da pobreza cujo per capita familiar mensal vai de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 reais mensais. Para as famílias na faixa da extrema pobreza é destinado o Benefício Básico, no valor de R\$ 77,00 e os variáveis cabíveis conforme a respectiva composição familiar (Brasil, 2015).

Quadro 6 - Composição de Benefícios do Programa Bolsa Família⁷

Benefícios	Valor
Benefício Básico	R\$ 77,00
Benefício Variável 0 a 15 anos	R\$ 35,00
Benefício Variável à Gestante	R\$ 35,00
Benefício Variável Nutriz	R\$ 35,00
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	R\$ 42,00

⁷Fonte: Brasil, 2015.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza	Calculado caso a caso e mês a mês
---	-----------------------------------

A existência na composição da família de crianças e adolescentes de 0 a 15 anos leva ao recebimento do **Benefício Variável** de 0 a 15 anos, cujo valor é de R\$ 35,00. Além dele, uma criança que venha a nascer fará com que a família receba além do **Benefício Variável de 0 a 15 anos** respectivo, o **Benefício Variável Nutriz**, de igual valor e que será pago em seis parcelas. A mulher gestante pertencente a família já beneficiária recebe nove parcelas do Benefício Variável à Gestante. Se houver na família jovens de 16 e 17 anos, pode haver destinação do Benefício Variável Jovem. Há um limite de cinco Benefícios Variáveis e de dois Benefícios Variáveis Jovens por família beneficiária.

Como teto da conjugação possível entre Benefício Básico e Benefícios Variáveis até o limite acima mencionado de benefícios por família se tem o valor de R\$ 336,00 para a faixa de extrema pobreza, significando a soma do Benefício Básico com cinco Benefícios Variáveis e dois Benefícios Variáveis Jovens e de R\$ 259,00 para a faixa da pobreza, ou seja, a soma de cinco Benefícios Variáveis e dois Benefícios Variáveis Jovens. Valores superiores a esses quando recebidos são explicáveis pelo acréscimo do valor correspondente ao Benefício de Superação da Extrema Pobreza. Também é possível a incidência de programas de transferência de renda estaduais e municipais.

Em todas as situações, é necessário que o membro ao qual está vinculado o benefício esteja inserido no Cadastro Único e a família seja beneficiária. Mas no caso do Benefício Variável à Gestante, essa condição deve ser informada à área da saúde para que tenha início o processo entre os diferentes Ministérios que levará ao pagamento do benefício.

De modo similar ao que acontecia no período que antecedeu a unificação de programas que resultou no Programa Bolsa Família, conforme viu-se, várias experiências estaduais e municipais têm tido lugar depois da existência do mesmo, de modo a acrescentar renda às famílias já beneficiárias do Programa Bolsa Família. O que sinaliza que a opção por programas de transferência como meio de minimizar a pobreza e a desigualdade parece ganhar mais e mais adeptos nos diferentes níveis de governo.

Com base no Relatório Anual de Prestação de Contas 2013 da SENARC, refere-se programas de transferência de renda estaduais e municipais que coexistem com o Programa Bolsa Família e que permitem um maior aporte de renda do que o previsto por

aquele programa. Também é possível se perceber que o volume de recursos destinados à transferência de renda além dos federais, também é importante.

No ano de 2013, o governo do Distrito Federal que tem seu próprio programa de transferência de renda, o *DF Sem Miséria*, elevou a linha da pobreza que anteriormente fora definida em R\$ 100,00 para R\$ 140,00 mensais per capita e o valor máximo do benefício passou a ser de R\$ 680,00 acompanhando o valor do Salário Mínimo. O programa atendeu 62% do público do Programa Bolsa Família no Distrito Federal e fez com que o valor recebido subisse em 138%, tendo o valor do benefício médio aumentado de R\$ 88,00 para R\$ 176,00. Quando da alteração, o investimento passou de R\$ 3,068 milhões para R\$ 10,23 milhões. Também em 2013, o Distrito Federal estabeleceu um benefício para beneficiários matriculados em cursos de alfabetização no valor de R\$ 30,00, com início programado para 2014.

No Espírito Santo, o *Bolsa Capixaba* foi reformulado em 2013 e passou a pagar R\$ 90,00 de complementação para famílias com crianças de 0 a 6 anos. O valor a ser transferido passou de R\$ 418 mil para R\$ 1,86 milhões. O benefício passou do valor de R\$ 50,00 para o valor médio de R\$ 65,00. Foram atendidos 14% dos beneficiários, sendo que o valor médio dos benefícios recebidos aumentou em 49%.

No Mato Grosso, o *Programa Panela Cheia* passou por adequações em 2013 e passou a ter como renda mínima, R\$ 80,00. no que se refere a famílias com crianças de 0 a 6 anos. O valor médio do benefício foi de R\$ 37,00, alterando-se o dispêndio mensal para R\$ 1,12 milhão. O público foi de 30,097 famílias, sendo beneficiados 16% dos beneficiários do PBF no estado e elevando-se a transferência de renda recebida em 26%.

No Estado do Rio de Janeiro, o *Programa Renda Melhor* utilizou a linha de extrema pobreza definida pelo estado como sendo de R\$ 100,00 - não se tratando da renda declarada no CadÚnico mas da renda presumida, que é estimada a partir de uma série de informações socioeconômicas constantes do CadÚnico. Em 2013, foi expandido e passou a abarcar 91 municípios, excetuada a capital que possui um programa municipal à parte do PBF. Foram beneficiadas em 2013, 230.294 famílias, com transferência mensal de R\$ 19,52 milhões. O valor médio do benefício foi de R\$ 84,00, cobrindo 27% do público do Programa Bolsa Família no estado, com aumento médio da renda transferida da ordem de 59%.

No Rio Grande do Sul, o *Programa RS Mais Igual* iniciou pagando R\$ 50,00 a famílias extremamente pobres que fizessem cursos de capacitação e qualificação

profissionais ofertados pelo estado. Reformulado em 2013, passou a ter a linha de extrema pobreza definida para o estado no valor de R\$ 100,00, sendo as famílias beneficiárias aquelas com crianças de 0 a 6 anos. Em dezembro daquele ano, foram cobertos 177 municípios. O valor médio do benefício pago foi de R\$ 97,00, sendo o investimento do estado de R\$ 5,54 milhões e tendo chegado ao público a 58.606 famílias.

Em Santa Catarina, o *Programa Santa Renda* foi integrado ao Programa Bolsa Família em 2012 e revisto em 2013. O público no primeiro mês foi de 13.107 famílias, com o benefício médio de R\$ 36,00 e volume de recursos transferidos de R\$ 478 mil. A cobertura significou 9% do público do Programa Bolsa Família no estado e o valor dos benefícios aumentou em 26%.

No Paraná, o *Programa Família Paranaense* que intentava o alcance da renda de R\$ 80,00 per capita, em dezembro de 2013, beneficiou 93.105 famílias, com benefício médio de R\$ 31,00, cobrindo 22% do público do PBF no estado e elevando o valor dos benefícios em 23%.

O município de Nova Lima, em São Paulo, tem desde 2006, o *Programa Vida Nova*, de complementação ao Programa Bolsa Família, que buscava alcançar o patamar de R\$ 75,00 para famílias pobres e de R\$ 150,00 para famílias em extrema pobreza. Em dezembro de 2013, transferiu renda a 1.106 famílias, com benefício médio de R\$ 89,00. Foram investidos R\$ 98 mil e abrangidos 58% do público do Programa no município, sendo o valor dos benefícios aumentado em 71%.

No município de Manaus, no Amazonas, a *Bolsa Municipal Consorciada* pagou R\$ 60,00 a famílias em extrema pobreza com filhos, independentemente dos valores recebidos do Programa Bolsa Família. Em dezembro de 2013, foram beneficiadas 47.507 famílias, sendo o investimento do município de R\$ 2,85 milhões. Foram abrangidas 34% das famílias beneficiárias do PBF, cujo benefício foi acrescido em média em 42%.

Além da transferência de renda, associada ao Programa Bolsa Família e aos diferentes programas estaduais e municipais existentes, uma série de outros programas requer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e crescentemente novas iniciativas tanto da União como dos estados e municípios fazem do cadastro seu banco de dados no qual devem estar inscritos os já selecionados ou aqueles que aspiram participar de alguns dos programas relacionados. Abaixo, a relação dos denominados Programas Usuários do Cadastro Único que têm com o mesmo uma relação de obrigatoriedade de inserção.

Quadro 7 - Programas Usuários Obrigatórios

Modalidades	Nome do Programa
Benefício	a) Auxílio Emergencial Financeiro; b) Bolsa Família; c) PETI; d) Bolsa Verde; e) Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
Desconto em taxas e contribuições	f) Facultativo Baixa Renda; g) Carteira do Idoso; h) Isenção da taxa de concurso público; i) Telefone Popular; j) Tarifa social; l) Carta Social;
Redução de taxas de crédito	m) Minha Casa Minha Vida; n) Programa Nacional Crédito Fundiário; o) Crédito Instalação (Reforma Agrária);
Tecnologias sociais	p) Água para todos; q) Cisternas;
Serviços Sociais	r) Serviços socioassistenciais; s) Brasil Carinhoso (creches).

Fonte: Brasil, 2015 - elaboração da autora

Como se pode observar, os Programas Usuários do Cadastro Único pertencem a áreas variadas: habitação; telefonia; energia elétrica; habilitação para dirigir veículos; remuneração para a preservação ambiental; suporte à Reforma Agrária, transferindo renda diretamente ou oferecendo descontos que também ampliem o poder aquisitivo da população de baixa e baixíssima renda, ou seja, pobre e extremamente pobre.

Determinadas modalidades do Programa Minha Casa Minha Vida são orientadas a segmentos com renda superior àquela das linhas de corte do Programa Bolsa Família, de até R\$ 77,00 e de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 reais mensais per capita e mesmo a renda para ingresso no Sistema CadÚnico que por definição é de renda familiar per capita de até um Salário Mínimo ou renda familiar mensal total de até três Salários - Mínimos. Também para a expedição da Carteira do Idoso, com renda individual mensal igual ou inferior a dois Salários Mínimos e sem meios de comprovação de renda, há flexibilização no corte de renda para ingresso no Cadastro. O que se dá sempre que os programas associados indicarem outra linha de renda.

Portanto, com uma margem mais ou menos reduzida de inscritos que podem estar fora das linhas de pobreza e de extrema pobreza, o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família relacionam-se à pobreza e a desigualdade, tendo como horizonte o maior bem estar da população pobre e extremamente pobre. Observamos até aqui a complexidade e o volume de públicos e recursos envolvidos nessas duas ações federais, de modo a situar o ambiente da pesquisa realizada. Depois de sistematizar informações pertinentes aos grandes números do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, vamos observar como ambos se apresentam nas capitais pesquisadas, Porto Alegre e São Luís.

2.3 PORTO ALEGRE E SÃO LUÍS: CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DE HISTÓRIA POLÍTICA

Ao se eleger para o campo da presente pesquisa sobre percepção de democracia, as capitais Porto Alegre e São Luís, partiu-se da suposição de que houvessem diferenças socioeconômicas e de história política entre ambas que pudessem resultar em diferenças na referida percepção. Começamos pelas informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome quanto aos contingentes pobres das duas cidades e ao volume de atendidos seja pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal seja pelo Programa Bolsa Família.

Da população de **1.409.351 habitantes** (Censo IBGE 2010) da capital Porto Alegre, **23.430 pessoas tinham renda de até R\$ 70,00**, caracterizando-se como pertencentes ao segmento de **extrema pobreza** e correspondendo a **1,7% do total** e residindo todos em meio urbano. Dentre os extremamente pobres, 45,6% tinham de 0 a 17 anos. Segundo o Relatório de Informações Sociais de 28 de junho de 2015 (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - MDS), a partir do mesmo Censo, **a estimativa de**

famílias de baixa renda - Perfil CadÚnico (renda mensal familiar preponderantemente de até meio Salário Mínimo mas até três Salários Mínimos) **era de 75.958 e a de famílias pobres - Perfil Programa Bolsa Família** (renda mensal per capita de até R\$ 77,00 para a extrema pobreza e de R\$ 77,01 a R\$ 154,00, para a pobreza) **de 45.580**. Em abril de 2015, a base do CadÚnico possuía **113.691 famílias**, sendo que a Folha de Pagamento de maio de 2015 continha **49.702 famílias**, o que correspondia a **109%** da estimativa de famílias pobres para o município. O valor médio do benefício era de **R\$ 192,93**, ficando o valor transferido pelo Governo Federal em **R\$ 9.589.088,00** nesse mês.

A partir das mesmas fontes, a capital São Luís tinha uma população de **1.014.837** habitantes, dos quais **64.439 pessoas tinham renda na faixa da extrema pobreza**, o que correspondia a **6,3%** da população municipal. Dentre os extremamente pobres, 8.382 residiam em meio rural, ou seja, 13% e 56,057% em meio urbano, equivalendo a 87,0%, sendo que 40,7% tinham de 0 a 17 anos. **A estimativa de famílias de baixa renda - Perfil CadÚnico era de 114.360 e a de famílias pobres - Perfil Programa Bolsa Família, de 77.096**. Em abril de 2015, a base do CadÚnico possuía **136.047 famílias**, sendo que a Folha de Pagamento de maio de 2015 continha **83.355 famílias**, o que correspondia a **108,1%** da estimativa de famílias pobres para o município. O valor médio do benefício era de **R\$ 148,15** ficando o valor transferido pelo Governo Federal em **R\$ 12.349.038,00** no mês referido.

Quanto às condicionalidades, na área da educação, o acompanhamento da frequência escolar atingiu no primeiro bimestre de 2015, em Porto Alegre, o patamar de 99% para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, correspondendo a 49.784 estudantes de um público de 50.283. Com relação à condicionalidade da educação dos jovens de 16 e 17 anos, foram acompanhados 98,5%, o que equivale a 8.714 jovens dentre o público total de 8.845 jovens. Na condicionalidade da saúde, no segundo semestre de 2014, foi atingido o percentual de 65,9%, correspondendo a 26.885 famílias do público de 40.778 com perfil para essa condicionalidade.

Em São Luís, com referência às condicionalidades, na área da educação, o acompanhamento da frequência no primeiro bimestre de 2015, chegou ao patamar de 82,7% para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, equivalente a 76.304 estudantes de um público de 92.300. Quanto à condicionalidade da educação dos jovens de 16 e 17 anos, foram acompanhados 80,4%, o que corresponde a 15.619 jovens para um público total de 19.426 jovens. Com relação à condicionalidade da saúde, no segundo semestre

de 2014, se teve o percentual de acompanhamento de 40,2 %, correspondendo a 30.770 famílias do público de 76.607 que possuía perfil para acompanhamento na condicionalidade da saúde.

A capital São Luís, ainda que possua uma população aproximadamente um terço menor do que a capital Porto Alegre, apresenta contingentes pobres mais expressivos, com percentual duas vezes mais elevado de extremamente pobres e a Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família em cada um dos municípios mantém correspondência com essa diferença socioeconômica. Em São Luís, o volume de beneficiários da transferência de renda é superior ao de Porto Alegre em mais de 30.000 famílias, no período considerado - a Folha de Pagamento oscila mês a mês. Portanto, tanto a pobreza quanto o programa que visa atenuá-la e à desigualdade são mais significativos na cidade de São Luís, o que poderia levar a uma maior valorização do Programa Bolsa Família como manifestação da responsividade dos decisores públicos para com as necessidades e aspirações dos pobres, afeiçoando-os mais fortemente à democracia do que na cidade de Porto Alegre.

Considerando-se as especificidades atinentes ao processo político propriamente considerado, abordamos na sequência alguns dos traços da histórica política dos estados a que pertencem as capitais pesquisadas, pois há certa convergência entre as características dos entes subnacionais e a dos municípios em questão: seu maior colégio eleitoral e sede do poder municipal, concentradores de recursos econômicos e foco da disputa político-eleitoral.

Como características próprias ao estado do Rio Grande do Sul, ao longo de sua história teve-se a polarização entre os campos, com a presença de uma oposição bem demarcada e expressiva, na maior parte do tempo; bipartidarismo - até determinado momento e organização social - uma sociedade civil relativamente ativa, na defesa de seus interesses.

Conforme Trindade (1981) e também Trindade e Noll (1991), a história política do Rio Grande do Sul apresenta como singularidade quanto aos demais estados brasileiros, um sistema partidário ancorado na polarização e no bipartidarismo. O fato de possuir fronteiras com outros países, tornou o estado militarizado, associando-se a esse traço, a centralização personalista, com os grandes proprietários assumindo a condição de chefes militares (Faoro, 1995; Leal, 1975; Picollo, 1974).

Estado de coisas acentuado pelo positivismo, cujo horizonte é o da modernização conservadora (Pesavento, 1979; Trindade e Noll, 1991). Decorrida a República Velha, o modelo gaúcho, por assim dizer, é ampliado para o país com aprofundamento no tom: a modernização passa a ser do tipo autoritário (Trindade e Noll, 1991), traço que vai se agudizando num crescendo até a instauração em 37, da ditadura varguista. Na redemocratização, em 45, o padrão nacional é o binômio de lavra varguista, Partido Social Democrático (PSD), apoiado nas interventorias do estado Novo e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o braço sindical do getulismo, voltado aos trabalhadores. Na oposição, a União Democrática Nacional - UDN e o Partido Comunista, dentre outros menos significativos.

No Rio Grande do Sul, o leque de partidos diferencia-se do nacional, sendo composto ainda pelo Partido Libertador (PL), antigetulista e local e o Partido Republicano Popular (PRP), de ascendência integralista. O PTB torna-se especialmente forte, fazendo com que se formem coligações com o intuito de enfrentá-lo. Assim, na acepção de Xausa e Ferraz (1981), assim como de Trindade (1981) e de Cánepa (2005), tratar-se-ia de um modelo próprio, caracterizado pelo bipartidarismo de fato, a supremacia do trabalhismo enquanto ideologia e a inexistência de uma terceira força. Já para Tavares (1997), entre 1945 e 1962, o padrão das eleições majoritárias é de competição pluripartidária e multipolar.

Para Fleischer (1989), entretanto, no que se refere ao período 46-64, o bipartidarismo é verificável também para o país, com a associação de forças favoráveis às reformas de base, a Frente Parlamentar Nacional contrapostas à Ação Democrática Parlamentar ou contra o Presidente Castelo Branco, as quais se reagrupariam igualmente no pós-golpe, até a promulgação do Ato Institucional nº 2.

De todo modo, a perspectiva do traço bipartidário gaúcho opera como um elemento presente no processo político-partidário ao longo de toda a história e não apenas em momentos pré-crise ou de crise propriamente considerada, quando a polarização é compreensível. Essa orientação, entretanto parece tender a se atenuar.

Com o golpe de 1964, o bipartidarismo PTB/anti PTB estabelecido pelo regime militar reproduz-se no embate entre a Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Em 1979, desfaz-se a camisa de força bipartidária e as opções partidárias crescem. O Partido Democrático Trabalhista - PDT, sucessor de fato do PTB (a sigla PTB foi subtraída da liderança brizolista por Ivete Vargas,

que criou o partido adesista e desideologizado como o é até o presente) surge forte e é a terceira força na eleição para o governo do estado, em 1982.

Quando da eleição de Collor de Mello, na primeira eleição para presidente depois dos anos de autoritarismo militar, em 1989, o estado posiciona-se eleitoralmente, a favor de Brizola no primeiro turno e de Lula, no segundo, ou seja, com diferenças quanto à maioria do país.

As eleições para o governo do estado do Rio Grande do Sul são vencidas por Pedro Simon, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, em 1987, o qual se contrapõe ao antecessor, Jair Soares, do Partido Democrático Social Brasileiro - PDS. Em 1990, o PDT é o partido vencedor no pleito. Conforme salienta Ranincheski (1999), não se pode nesse caso, compreender o episódio a partir do traço bipartidário da política gaúcha anteriormente aludido. Lembra a autora que na ocasião, a instituição partidária foi menos relevante do que o peso das candidaturas em si e das coligações respectivas.

Seguir-se-ão no governo do estado, coligações encabeçadas pelo PMDB (eleição de Antônio Brito, em 1994), pelo Partido dos Trabalhadores - PT (eleição de Olívio Dutra, em 1998), novamente pelo PMDB (eleição de Germano Rigotto, em 2002), pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB (eleição de Yeda Crusius, em 2006), e outra vez, pelo PT (eleição de Tarso Genro, em 2010). A alternância de forças no governo do estado parece ser a característica mais demarcada, portanto, considerando-se as últimas duas décadas. Note-se que a presença das forças herdeiras da Aliança Renovadora Nacional - ARENA no parlamento gaúcho é relevante, com a manutenção de um número consistente de assentos pelas legendas conservadoras.

A possibilidade do retorno de um partido de direita encabeçando coligação que chegaria ao poder no estado, no caso, o Partido Popular, PP, nas últimas eleições para o governo do estado não se confirmou. Entretanto, com o processo contínuo de nublamento ideológico entre os campos, fortemente acentuado nos governos Luís Inácio Lula da Silva e no estado do Rio Grande do Sul, afirmado no Governo Tarso Genro, parece não se configurar a situação bipartidária anterior a 1979. No presente, a distribuição das legendas não guarda muita relação com o espectro ideológico nem no estado, nem no país, orientando-se precipuamente a cargos e verbas. É possível pensar-se, assim, que o traço bipartidário do Rio Grande do Sul tenha ficado no passado, juntamente com o contexto histórico de polarização.

Passamos a abordar algumas características políticas do estado do Maranhão nas quais acham-se inseridas, em termos gerais, aquelas da cidade de São Luís. Almeida (2011), recuperando a história política maranhense, lembra que Benedito Leite e Humberto de Campos são duas lideranças destacadas, o primeiro em seguida à Proclamação da República e o segundo, governador até 1924. De 1937 a 1945, o mesmo interventor varguista governa o estado. No período democrático, de 1946 ao golpe de 1964, o pessedista Vitorino Freire se mantém à frente do governo do estado, sendo que a hegemonia de seu grupo político oligárquico foi denominada de vitorinismo. Ou seja, no interregno democrático, de 46 ao golpe, um único nome se mantém no poder estadual, o que dá ao processo político local, o atributo do continuísmo ao invés da alternância, como se viu na história do Rio Grande do Sul. Ainda conforme a autora, José Sarney emerge para a política através de Vitorino Freire, de quem seu pai, desembargador, era amigo pessoal. Vitorino obteve para ele, o cargo de assessor do governador, na década de 1950 (o governador era Eugênio Barros).

No último governo antes do golpe de 64, o de Newton Bello, o então deputado federal pela União Democrática Nacional - UDN, José Sarney passa a ser seu interlocutor junto ao governo federal, o que resulta no rompimento entre Bello e o grupo político de Vitorino Freire. Assim, nas eleições de 1965, Sarney assume o governo do estado e o sarneysmo substitui o vitorinismo, tendo sido eleito com apoio dos militares golpistas. O poder central teria interesse no enfraquecimento de lideranças pessedistas anteriores ao golpe. Sarney é governador do Maranhão de 1966 a 1970 e senador, de 1971 a 1985. Integra a Frente Liberal, em 1984, juntamente com outros dissidentes do Partido Democrático - PDS e é o candidato a vice-presidente enquanto Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB é o candidato a presidente. Com a morte de Tancredo Neves, eleito indiretamente na transição para a democracia, Sarney assume o poder de Estado, sendo presidente da República entre 1985 e 1990. Constitui para seu suporte político, o Sistema Mirante, conglomerado de meios de comunicação que se inicia no último governo militar, o de João Figueiredo e que se expande, formidavelmente, quando o próprio Sarney é Presidente da República.

É eleito para dois mandatos como senador do Amapá, em 1991 e em 1998, presidindo o Senado por cinco mandatos, sendo que o quinto se estenderia até 2015. Dos três filhos, Roseana foi a herdeira política fundamental e sua trajetória replicou aquela do pai, primeiramente transitou pela burocracia política e depois se elegeu deputada federal, vencendo as eleições de 1994 para o governo do estado, através da Frente Popular,

coligação entre o Partido da Frente Liberal - PFL, o PMDB, o PSC e o PP. Reelegeu-se em 1998, em primeiro turno e tendo o apoio de 210 dos 217 municípios do Maranhão e de 37 dos 42 deputados estaduais. Credenciada ao pleito presidencial de 2002, deixou de ser candidata devido ao escândalo da Empresa Lunus, empresa dela com o marido Jorge Murad, quando a Polícia Federal encontrou mais de um milhão de reais no cofre da mesma, associados a desvio de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O poderio político da família Sarney no estado do Maranhão depois de cinco décadas entrou em recuo e o governo do estado, em 2014, passou às mãos do Partido Comunista do Brasil, com Flávio Dino e seu vice, Carlos Brandão, do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, representantes da coligação "Todos pelo Maranhão", formada por PC do B, PSDB, PP, SD - Solidariedade, PROS - Partido Republicano da Ordem Social, PSB - Partido Socialista Brasileiro, PDT, PTC - Partido Trabalhista Cristão e PPS - Partido Popular Socialista, que sucedeu Roseana Sarney.

Nesse capítulo, observamos a gradação e continuidade da opção pelos programas de transferência de renda no Brasil, como meio de incidência do poder público sobre a pobreza e a desigualdade, desde as últimas décadas do século passado. Examinamos também a unificação de programas já existentes no Programa federal Bolsa Família, as características e modo de funcionamento desse e as dimensões expressivas que o mesmo possui, no país como um todo. Por último, levantamos algumas informações tanto sobre as estimativas de necessidade de atendimento no Programa Bolsa Família como quanto ao respectivo volume de atendidos e ao atendimento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, nas duas capitais pesquisadas, Porto Alegre no Rio Grande do Sul e São Luís, no Maranhão. A sistematização realizada indica o quanto ambos são significativos, seja da perspectiva nacional, seja nas capitais pesquisadas.

Também abordou-se rapidamente a história política dos dois estados, que termina por ter relação com as capitais propriamente consideradas, posto que são seu centro político e nelas aspectos reiteradamente verificados, no âmbito dos estados, tendem a se reproduzir. Aparentemente, a perspectiva no que se refere aos aspectos políticos é de reorientação tanto no Rio Grande do Sul como no Maranhão, com a história política tendo alguns de seus traços alterados. De todo modo, pensamos que as diferenças se considerado o processo político de médio prazo podem ser ainda afirmadas, até as eleições de 2014,

podendo ser resumidas na contraposição entre alternância dos grupos governantes (Rio Grande do Sul) e continuidade (Maranhão).

Entretanto, os resultados do campo apontam para a homogeneidade na percepção de pobreza e na percepção de democracia dos grupos respondentes das duas capitais, sem que a maior pobreza de São Luís e o correspondente maior volume de famílias inscritas no Cadastro Único e de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou que as diferenças na história política de cada um dos estados - e por conseguinte, de cada uma das capitais - produzissem demarcação significativa entre as duas cidades.

3. PERCEPÇÃO DE POBREZA E DE DEMOCRACIA

Nesse capítulo, são apresentados os resultados do campo da pesquisa, realizado através da aplicação de questionário a Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e não beneficiárias da transferência de renda do Programa federal Bolsa Família, nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e do Maranhão, São Luís. Pretendeu-se com o questionário, composto por 89 questões, sendo duas abertas e 87 fechadas, alcançar a confirmação ou negação da hipótese de nossa pesquisa ou seja verificar se os respondentes, pertencentes a setores sociais de baixa e baixíssima renda, estabelecem alguma relação entre o recebimento do benefício em questão e o fato de viver num regime democrático e se aquela especificidade consiste em diferencial quanto a uma maior filiação à democracia enquanto valor. Também foi nossa intenção procurar verificar se possíveis diferenças socioeconômicas e de história política entre as duas capitais impactariam a percepção de democracia dos respondentes. Para mensurar a percepção de democracia, utilizou-se alguns aspectos da qualidade da democracia conforme a definição de Diamond e Morlino (In Diamond e Morlino (Eds) 2005) - Estado de Direito, accountability vertical e horizontal; igualdade política e responsividade e também a ideia de confiança política nas instituições do sistema democrático, conforme Moisés (In Moisés (Org.), 2010) que compuseram questões do instrumento aplicado.

O Sistema Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, criado em 2001, no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, objetiva identificar as famílias pobres e muito pobres em todo o país, subsidiando as políticas

públicas pertinentes. Do Cadastro constam características do domicílio, escolaridade, trabalho e renda, a existência de trabalho infantil e/ou deficiência entre outras. A inserção no CadÚnico é pré-requisito para que a família esteja apta a ser selecionada para o Programa Bolsa Família e os outros programas usuários, para os quais existe a obrigatoriedade de inscrição no mesmo.

No sistema Cadastro Único, o Responsável Familiar - RF é a pessoa que fornece informações sobre a família, cabendo sua autorização, excetuados casos excepcionais, para que sejam incluídos e/ou excluídos membros na família. O benefício monetário do Programa Bolsa Família fica vinculado ao Responsável Familiar - RF, entretanto, para outros programas vinculados ao cadastro como a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa Minha Casa Minha Vida ou a Isenção da taxa de inscrição em concurso público, é suficiente ser membro de família inserida no CadÚnico. O questionário foi aplicado a Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e não beneficiárias, cuja idade mínima deve ser de 16 anos, trata-se portanto, do membro que se responsabiliza pelas informações que dizem respeito à família, assim como aquele em cujo nome é gerado o benefício.

Em Porto Alegre, onde o atendimento do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família é descentralizado, ocorrendo em vinte e dois Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, os questionários foram aplicados no CRAS Partenon, situado na Região do Orçamento Participativo de mesmo nome. Ainda não existe uma delimitação oficial da área de responsabilidade de cada CRAS, mas o mesmo vem atendendo residentes nos Bairros Agronomia (parte), Coronel Aparício Borges, Partenon, São José, Santo Antônio e Vila João Pessoa. Trata-se de uma região populosa (o Bairro Partenon considerado isoladamente é o quinto mais populoso da cidade) e seu patamar de pobreza é médio. Na cidade de São Luís, onde quando da realização do campo, os CRAS ainda achavam-se em implantação e neles apenas eram feitos cadastros novos, sendo o restante das situações executado em posto centralizado, nele foram aplicados os questionários. Em São Luís, a aplicação ocorreu no segundo semestre de 2013 e em Porto Alegre, no segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014.

Na impossibilidade de que eu, como pesquisadora isolada e com um projeto de pesquisa individual realizasse a aplicação do questionário a grupos representativos de RFs beneficiários e de RFS não beneficiários das duas capitais, optei por aplicar o número possível de questionários dentro do período de tempo estipulado, de modo a testar a hipótese apenas nesse universo. Dessa forma, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do

Sul, foram aplicados 62 questionários, sendo 36 a Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e 26 a Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias. Em São Luís, Maranhão, o total de questionários aplicados foi de 52, desses, 42 a Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e 10 a Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias.

São quatro os grupos de respondentes e a apresentação dos dados está organizada de modo que primeiramente são informados aqueles de Porto Alegre e depois, os de São Luís e para cada uma das capitais, antes são apresentados os dados concernentes aos RFs beneficiários - primeiro grupo de respondentes e a seguir os relativos aos RFs não beneficiários - segundo grupo.

Os resultados encontrados podem ser divididos em três modalidades essenciais:

- a) quem são as pessoas que responderam ao questionário - qual o seu perfil;
- b) qual a sua percepção de pobreza;
- c) qual a sua percepção de democracia.

3.1 PERFIL DOS RESPONDENTES: PORTO ALEGRE E SÃO LUÍS

Primeiramente, examinemos as características do perfil dos quatro grupos respondentes, procurando vislumbrar até que ponto se coadunam com as grandes definições do Programa Bolsa Família, trate-se dos RFs das famílias beneficiárias ou dos RFs das famílias não beneficiárias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais - logo, potencialmente beneficiárias. E que proximidade ou distanciamento existe entre ambos nas duas capitais pesquisadas.

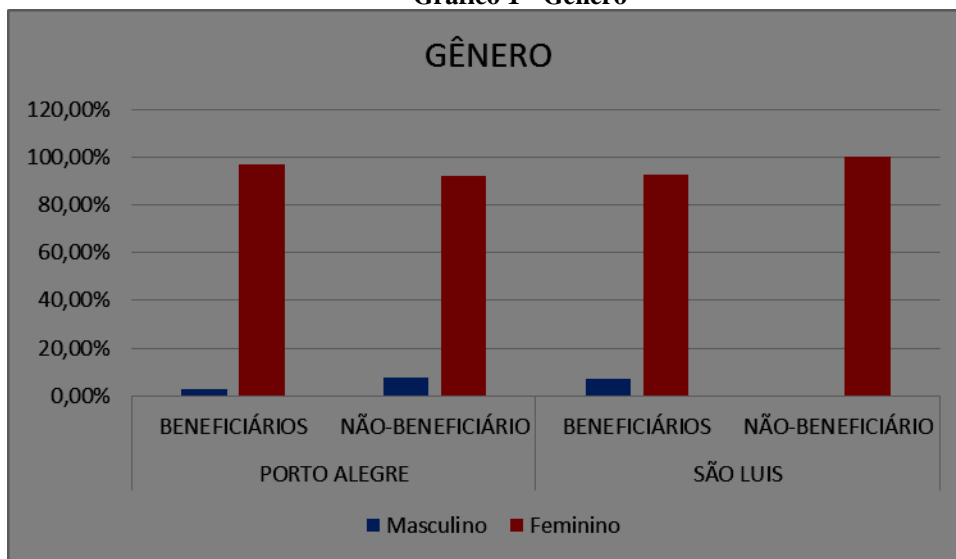
Gênero e Etnia

O Programa Bolsa Família, a exemplo de outras políticas sociais do governo federal, dá preferência a que o benefício conste em nome da mulher. Conforme essa indicação, nos grupos pesquisados, os percentuais de Responsáveis Familiares mulheres preponderam. Em Porto Alegre (questão 1), 97,2 e 92,3% contra 2,8% e 7,7%, respectivamente. No município de São Luís, 92,9% e 100% respectivamente.

Esse grupo majoritariamente feminino, declara-se (questão 2), em Porto Alegre, da etnia branca, em sua maior parte, isso tanto os RFs de famílias beneficiárias como os de famílias não beneficiárias, com 50% e 38,5%. A segunda etnia mais expressiva é a

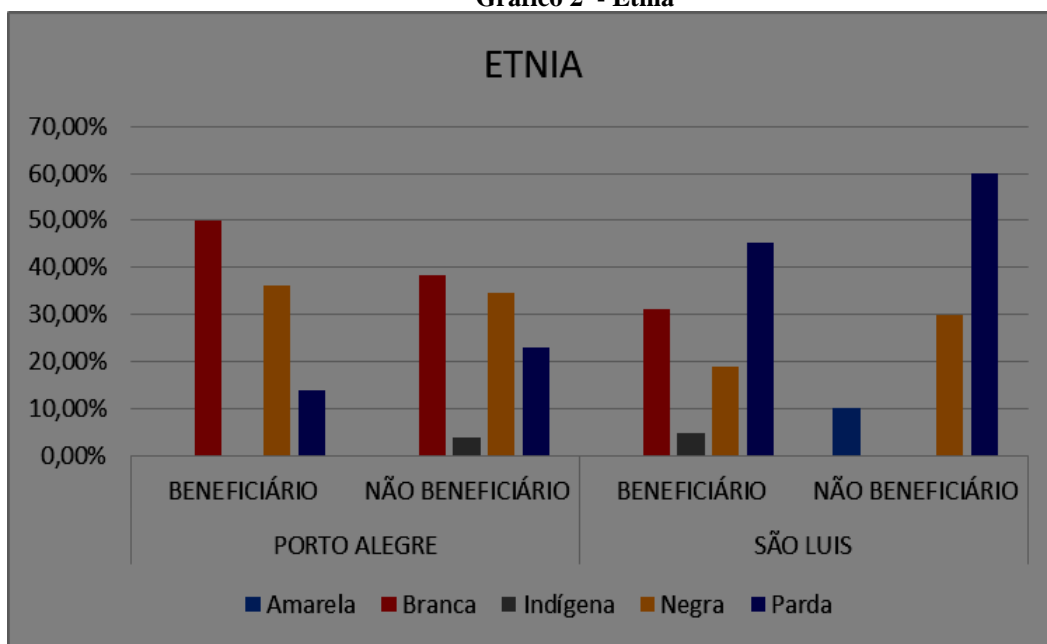
negra, com 36,1% e 34,6% e a terceira, a parda, com 13,9 % e 23,1%. Autodeclarados de etnia indígena verificaram-se, apenas, entre os RFs não beneficiários, com 3,8%. No caso de São Luís, prepondera a declaração de etnia parda, 45,2% e 60%, seguida da branca, 31,0%, no grupo de RFs beneficiários e da negra, 30%, para os RFs não beneficiários, sendo que a etnia indígena foi autodeclarada por apenas 4,8% dos RFs beneficiários.

Gráfico 1 - Gênero



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014.

Gráfico 2 - Etnia



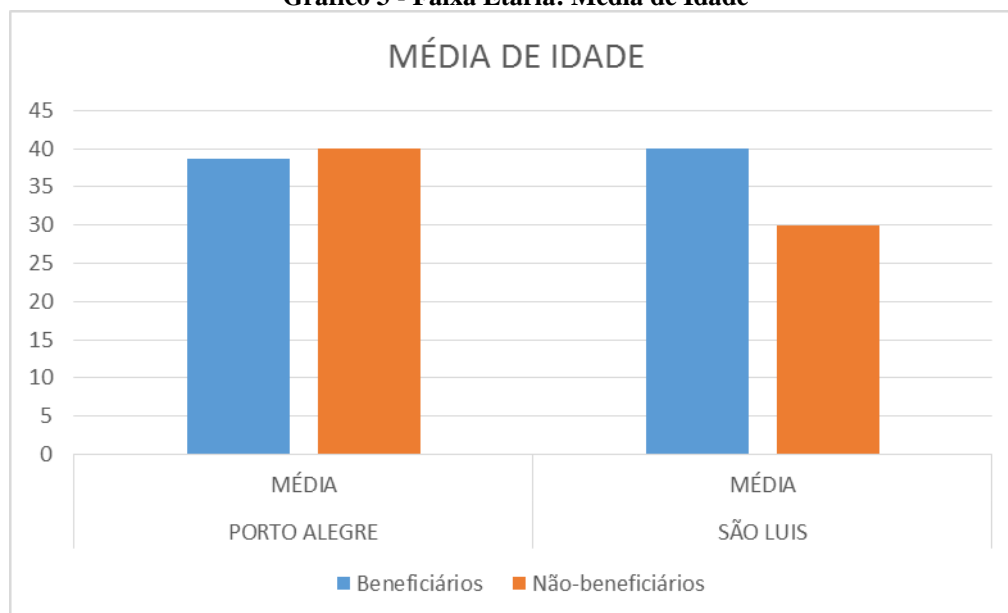
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014.

Faixa etária

Quanto à faixa etária (questão 3), em Porto Alegre, mais de um terço das situações de RFs beneficiários, 36,3% tinha entre 21 e 33 anos e 77,8% até 45 anos. No caso dos RFs não beneficiários, 46,2% tinham entre 19 e 32 anos e 61,5% até 44 anos. Quanto a São Luís, dos RFS beneficiários, 46,2% tinham entre 21 e 35 anos e 78% até 45 anos. Para os RFs não beneficiários, 90% tinham entre 21 e 41 anos. Assim, também de acordo

com a concepção do programa Bolsa Família, que pretende atingir pessoas em idade economicamente ativa, os grupos pesquisados são constituídos, preponderantemente, por cidadãos produtivos, em termos etários e que estão ou poderiam estar inseridos no mercado de trabalho. Considerada a idade média dos componentes dos grupos, a mesma é inferior para os não beneficiários de São Luís em relação aos outros três grupos.

Gráfico 3 - Faixa Etária: Média de Idade



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014.

Religião

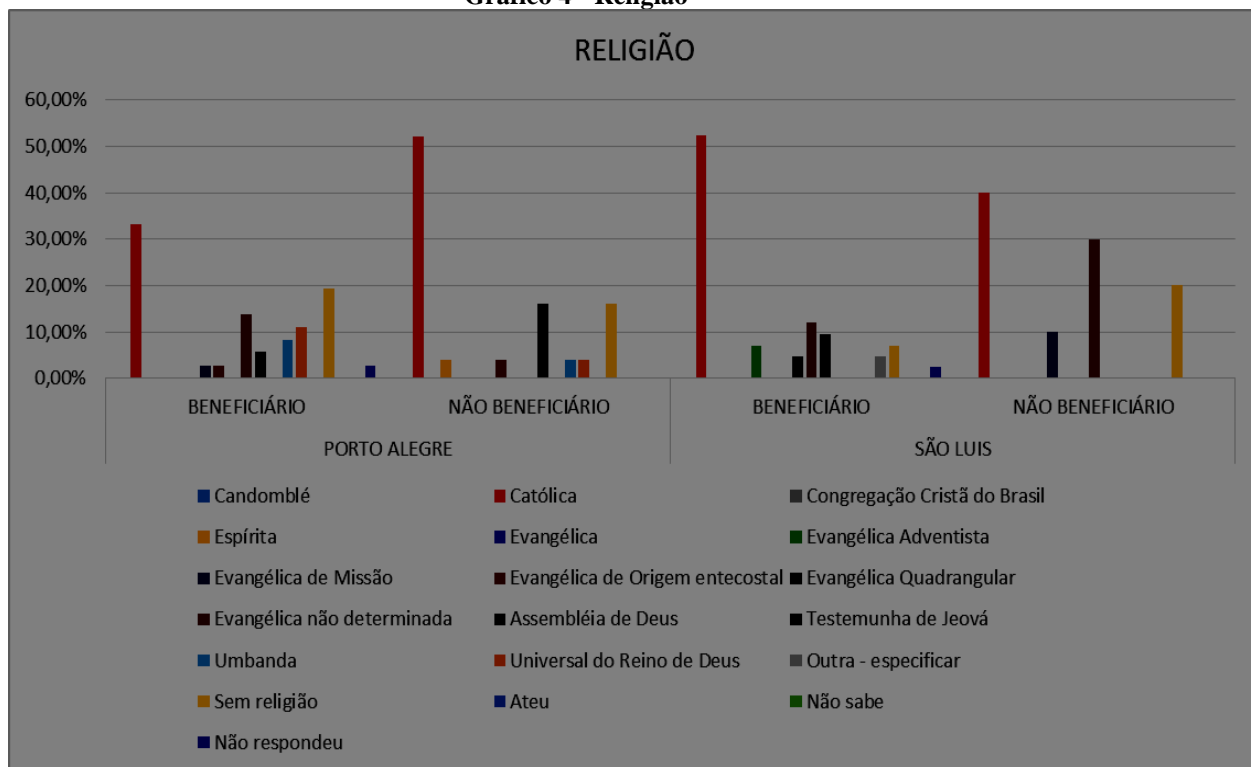
A religião (questão 4) com maior percentual em Porto Alegre e em São Luís foi a católica: 33,3% para os RFs beneficiários e 52,0% para os RFs não beneficiários e 52,4% e 40,0%, respectivamente. Seguiu-se como segundo percentual mais expressivo, em Porto Alegre, dentre os RFs beneficiários, os que se declararam adeptos das igrejas evangélicas, 19,5% juntamente com os Sem religião, 19,4%. E dentre os RFs não beneficiários, como segundo percentual teve-se os declarados da Assembleia de Deus e Sem religião, ambos com 16%. Em São Luís, o segundo percentual para os RFs beneficiários e para os RFs não beneficiários, foi o das igrejas evangélicas. 23,8% e 40,0%.

O percentual dos que se declararam Sem religião dentre os RFs beneficiários, em Porto Alegre, foi superior àquele de São Luís: 19,4% contra 7,1%. Já para os RFs não beneficiários, teve-se 20,0 % em São Luís e 16,0%, em Porto Alegre. Portanto, no máximo um quinto dos grupos entrevistados, declarou não ter nenhuma crença religiosa.

Uma consideração a fazer é que assim como a renda, a declaração da religião situa-se entre os temas mais sujeitos ao falseamento, resguardada talvez a católica, sendo omitidas aquelas que o entrevistado entende serem menos aceitas. Na aplicação do

questionário isso chegou a ser detectado, pois tendo-se declarado sem religião, alguns entrevistados responderam à questão 77 - se pertenciam a um grupo religioso, afirmativamente. Assim, mesmo o percentual dos que se declararam Sem religião possivelmente tenha sido superestimado.

Gráfico 4 - Religião



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014.

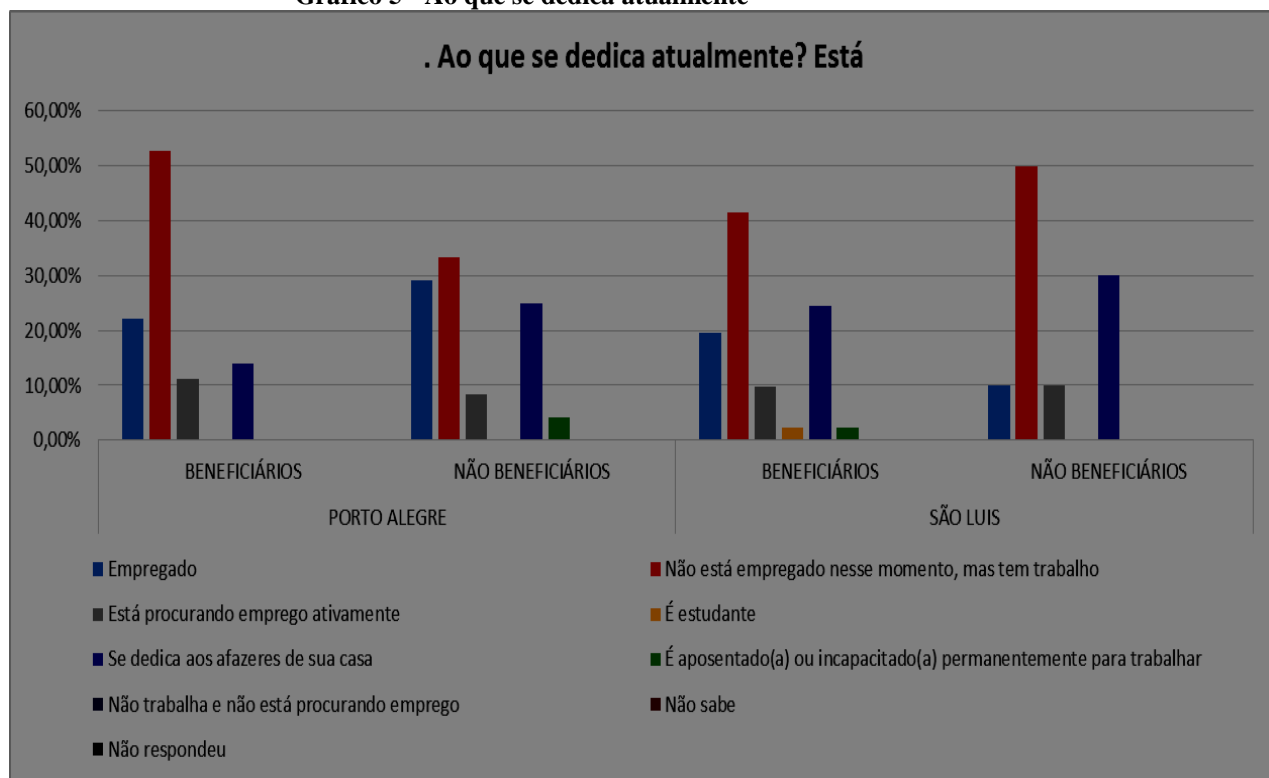
Ao que se dedica atualmente

Quando se examina sua inserção produtiva (questão 11), perguntando ao que se dedicam, atualmente, constata-se que a maior parte dos RFs beneficiários e dos RFs não beneficiários, efetivamente, obtêm ganhos do trabalho. Em Porto Alegre, 75,0% no primeiro caso e 62,5% no segundo, com preponderância daqueles que não estão empregados, mas têm trabalho e que são 52,8 % e 33,3%, respectivamente. Para São Luís, 61,0% e 60,0% trabalham, sendo que 41,5% e 50,0% não estão empregados, mas têm trabalho. Segue-se a essa sobrevivência assentada majoritariamente sobre o trabalho não formalizado, como autônomo ou prestador de serviços, a condição de empregado, com contrato de trabalho: em Porto Alegre, 22,2% e 29,2%. Em São Luís, 19,5% e 10,0% estavam empregados, com contrato. É adequado atentar-se para o fato de que a formalização nessa última modalidade é, na maioria dos casos, precária, envolvendo as denominadas “firmas”, cujo patamar de exploração é intenso.

De todo modo, os RFs têm renda auferida com a venda de sua força de trabalho, em melhores ou piores condições, conforme as circunstâncias de cada qual. Em Porto Alegre, quando acham-se fora do mercado, é dos afazeres de suas casas que se ocupam, 13,9% e 25,0%. Quanto a São Luís, 24,4% e 30,0% achavam-se nessa condição. Note-se que ocupar-se da casa significa na maior parte das situações, ocupar-se de filhos pequenos, para os quais não existe, em boa parte das vezes, vaga na educação infantil pública.

O quarto maior grupo, em Porto Alegre, é o de RFs que estão procurando emprego ativamente, 11,1% e 8,3%. Também para São Luís, esse é o quarto percentual mais expressivo, 9,8% e 10,0%. Em Porto Alegre, apenas entre os RFs não beneficiários, identificaram-se pessoas aposentadas ou incapacitadas permanentemente para o trabalho, 4,2% e em São Luís, tão somente ente os RFs beneficiários, 2,4%.

Gráfico 5 - Ao que se dedica atualmente



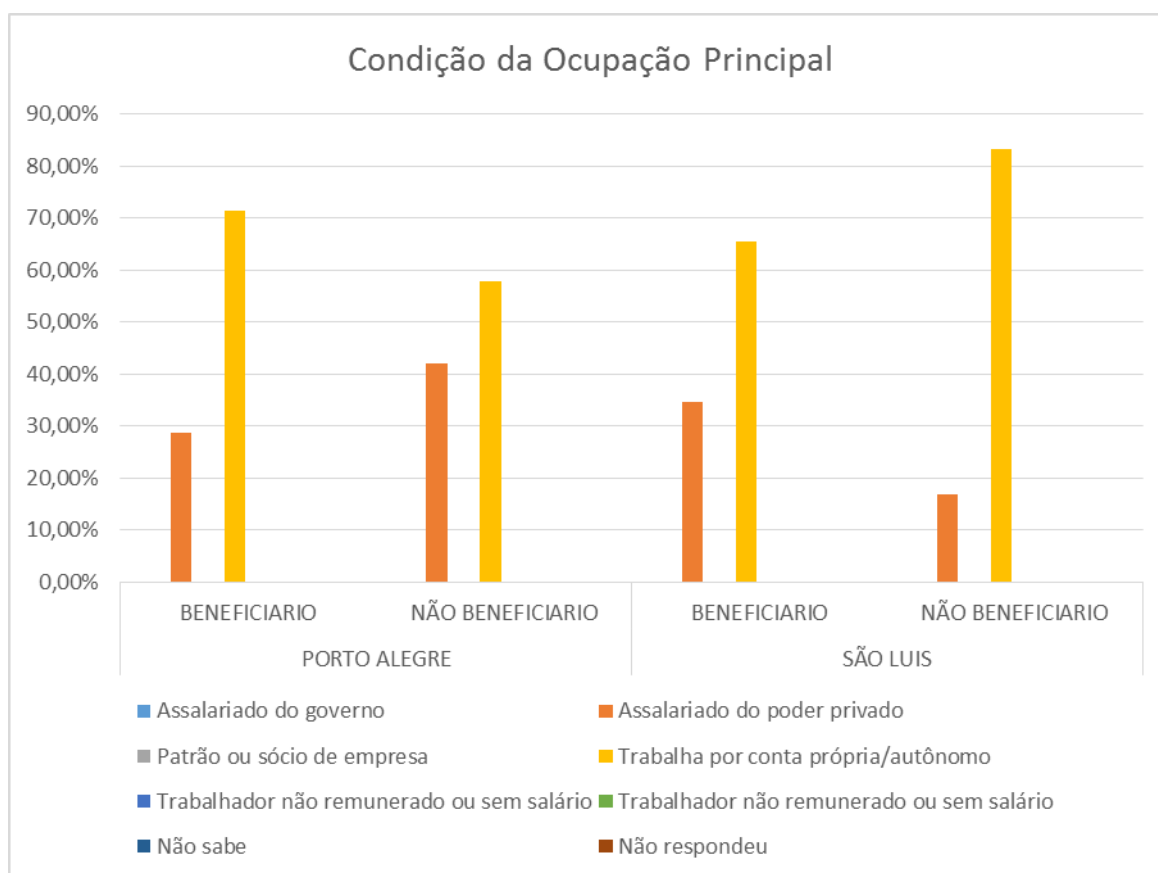
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014.

Condição da Ocupação Principal

Portanto, os grupos pesquisados são produtivos mas suas condições de geração de renda são desfavoráveis, com uma maioria de pessoas, em ambas as cidades, cujos ganhos são não apenas baixos mas também apresentam importante tendência à irregularidade, visto que auferidos mais expressivamente através de trabalho autônomo (questão 12): em Porto Alegre, 71,4% e 57,9% e em São Luís, 65,4% e 83,3%. Note-se que essa população

tem como sua ocupação primordial, a prestação de serviço de limpeza, logo, de baixa qualificação.

Gráfico 6 - Condição da Ocupação Principal



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

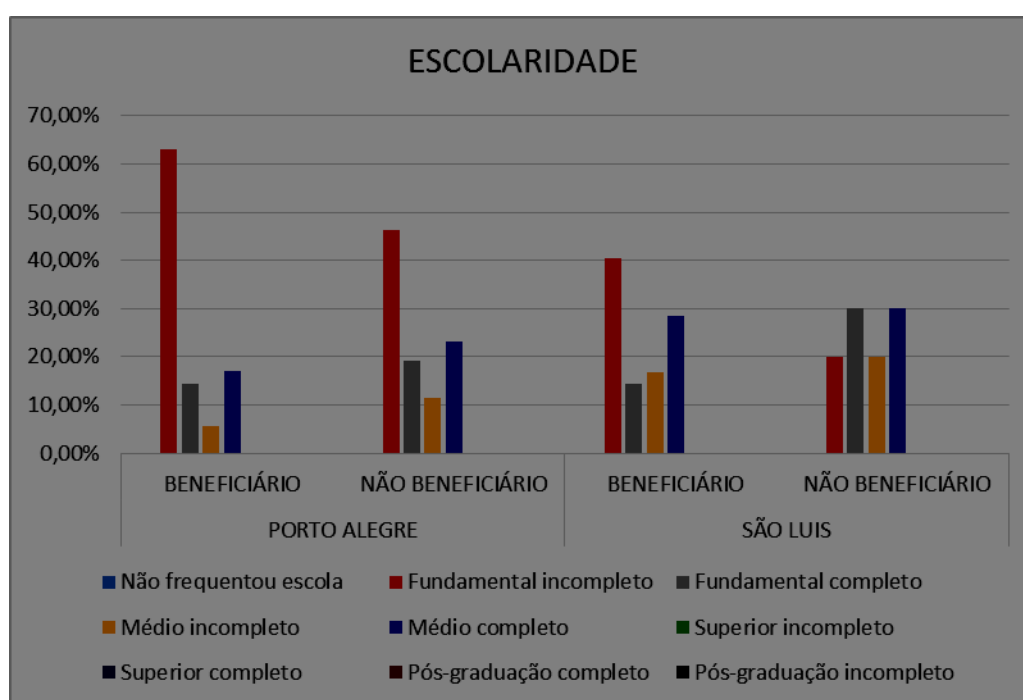
Quando desenhada a situação de um emprego propriamente considerado, também essa renda está sujeita a uma volatilidade importante, com ocupações de má remuneração e condições discutíveis, junto ao setor privado. Em Porto Alegre, 28,6% e 42,1% e em São Luís, 34,6% e 16,7%. Como ocorre com os trabalhadores autônomos, a ocupação junto ao setor privado também envolve, preponderantemente, a prestação de serviço de limpeza (conforme informado quando da aplicação do questionário, ainda que sem existir questão específica quanto à modalidade de ocupação).

Escolaridade

Essa configuração produtiva - trabalho autônomo e na esfera privada, em postos precários por definição, associa-se a uma baixa exigência de escolaridade. Assim (questão 5), no caso de Porto Alegre, 62,9% e 46,2% têm o fundamental incompleto. Para São Luís, esse grau de escolaridade também é o mais expressivo: 40,5% e 20,0%.

Entretanto, refletindo alterações no perfil escolar brasileiro nas últimas décadas, a segunda posição é ocupada pelo médio completo, em Porto Alegre, 17,1% e 23,1%, e em São Luís, 28,6% e 30,0%, sendo também de 30%, o percentual com fundamental completo entre os RFs não beneficiários. Na terceira posição, em patamar não muito distante da segunda, para Porto Alegre, o percentual de ensino fundamental completo, 14,3% e 19,2% e para São Luís, entre os RFs beneficiários, o ensino médio incompleto, 16,7% e 20,0%. Note-se que o avanço na escolaridade, para o Brasil como um todo, não teve para os respondentes, maior efeito, pois sua inserção produtiva persiste ocorrendo em posições mal remuneradas e de pouca ou nenhuma proteção trabalhista.

Gráfico 7 - Escolaridade



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Renda Mensal Individual

Dessa forma, a população pesquisada é produtiva, ocupando funções de baixa remuneração que não possuem requisito de maior escolaridade, o que faz com que sua renda mensal individual (questão 6) seja, preponderantemente, de até um Salário Mínimo para os RFs beneficiários em Porto Alegre, 61,1% e em São Luís, 57,1%. Dos RFs não beneficiários, em Porto Alegre, 46,2% e em São Luís, 40% declaram também ter rendimento de até um Salário Mínimo. Na segunda posição, tem-se em Porto Alegre, para os RFs beneficiários, sem rendimento, 22,2% e para os RFs não beneficiários, mais de 1 a 2 Salários Mínimos, 26,9%. Em São Luís, o segundo percentual mais expressivo é,

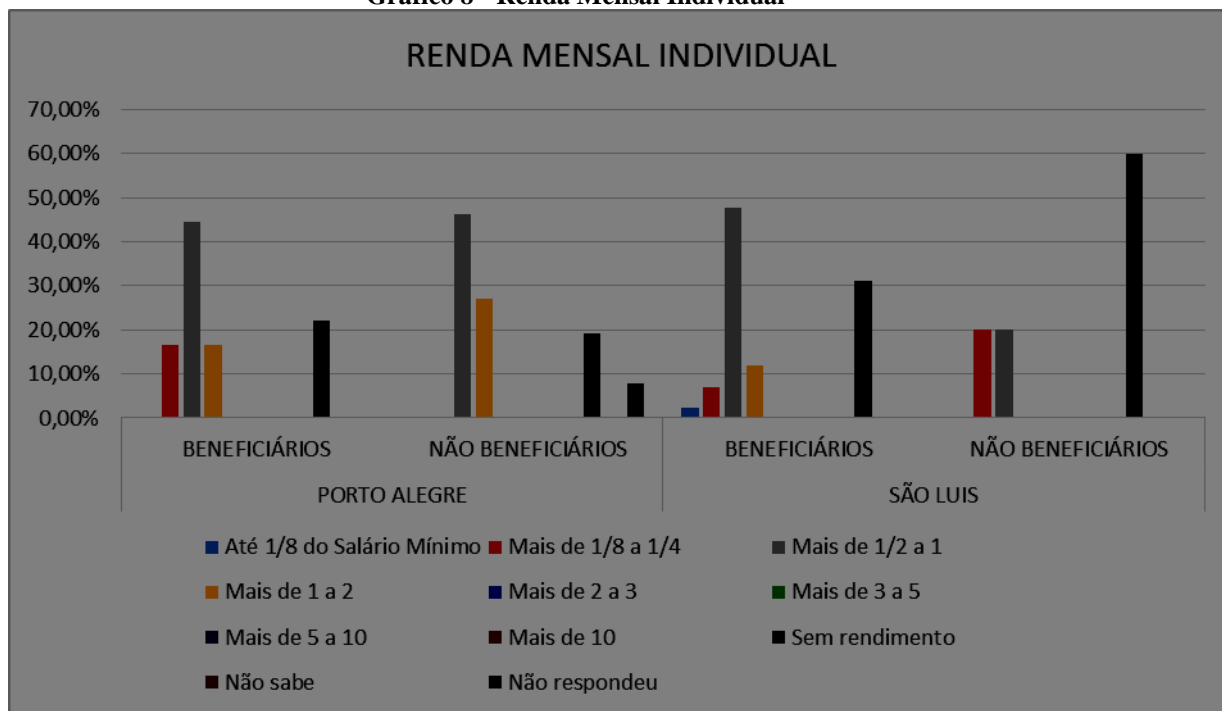
igualmente, aquele dos sem rendimento, tanto para os RFs beneficiários, 31,0% como para os RFs não beneficiários, 60,0%.

Portanto, em Porto Alegre, cerca de um quinto dos RFs beneficiários e dos RFs não beneficiários afirmam não ter rendimento, ou seja, os RFs com renda inexistente não compõem parcela expressiva dos grupos pesquisados, nessa cidade, ficando afirmada a concepção do programa de, em sua essência, transferir renda complementar àquela lograda no mercado de trabalho.

Já em São Luís, os RFs sem rendimento são um terço das situações dos RFs beneficiários - 31,0% e dois terços dos RFs não beneficiários - 60,0%. Ou seja, os percentuais de ausência de rendimento no grupo de respondentes, nesse último caso, parecem destoar da pretensão do programa de constituir-se como renda complementar, tornando-se fonte quase que exclusiva da mesma. Entrementes, confrontadas com as respostas à questão 11 - sobre a que se dedica atualmente, as informações quanto a RFs sem rendimento não se sustentam inteiramente, como se viu.

A condição socioeconômica dos respondentes de São Luís parece ser pior do que a daqueles de Porto Alegre. Além de possuir um maior percentual de declarantes sem rendimento, a faixa de renda entre mais de 1 e 2 Salários Mínimos, que poderia ser considerada como superior dentre as informadas pelos respondentes, tem em Porto Alegre 16,7% entre os RFs beneficiários e 26,9% entre os RFs não beneficiários. Diferentemente, em São Luís, tem 11,9%, apenas entre os RFs beneficiários.

Gráfico 8 - Renda Mensal Individual



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

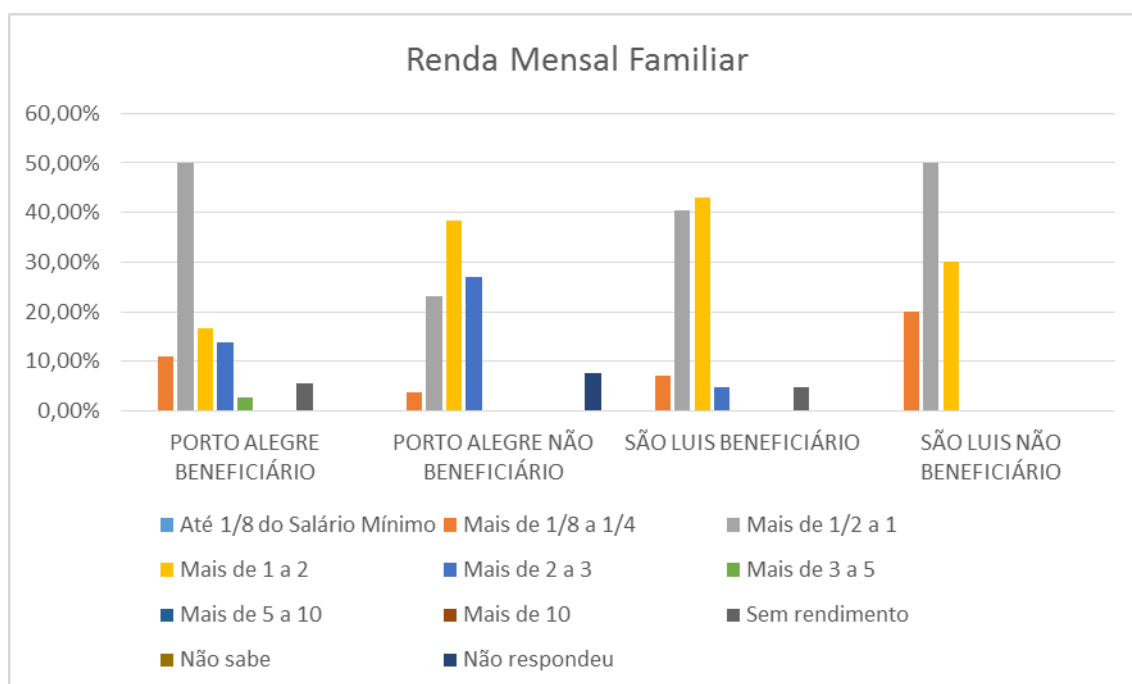
Afinal, como de sorte para a população em geral, as informações que respeitam à renda necessitam de alguma relativização, pois a tendência é de subnotificação em todos os segmentos, considerada essa como confidencial e estritamente privada. Entrementes, combinadas com aquelas concernentes à existência ou não de vínculo empregatício e com as de escolaridade, as informações quanto à renda mostram-se coerentes e, provavelmente, ainda que possam não corresponder cabalmente à realidade, sejam mais verdadeiras do que falsas. Até mesmo porque os questionários foram respondidos por pessoas que não eram identificadas e ainda que tenham sido aplicados nos locais de atendimento do CadÚnico e do Programa Bolsa Família, o foram sem associação com o mesmo. Ou seja, não achava-se em questão passar a receber o benefício ou continuar recebendo - no caso de RF beneficiário, de modo que a preocupação em ter prejuízo ao informar quanto à renda não deve ter ocorrido de modo relevante, ainda que possa ter ocorrido em alguma medida.

Renda Mensal Familiar

Quanto à renda familiar (questão 7) dos RFs beneficiários, o percentual mais relevante em Porto Alegre e em São Luís fica na faixa até um Salário Mínimo, 61,1% e 47,6%. Entre os RFs não beneficiários, para Porto Alegre, 38,5% tinham renda entre mais de um e dois Salários Mínimos e para São Luís, 70% declararam renda de até um Salário Mínimo. Na segunda posição, teve-se, em Porto Alegre, para os RFs beneficiários, a renda

de mais de um a dois Salários Mínimos, 16,7% e para os RFS não beneficiários, até um Salário Mínimo juntamente com mais de dois a três Salários Mínimos, 26,9%. Para São Luís, entre os RFs beneficiários e entre os RFS não beneficiários, o segundo maior percentual era o de mais de um a dois Salários Mínimos, 42,9% e 30,0%. E na terceira posição, para os RFs beneficiários, em Porto Alegre, mais de dois a três Salários Mínimos, 13,9%. Famílias sem rendimento aparecem apenas entre os RFs beneficiários, 4,8%. Em São Luís, inexistente o terceiro maior percentual, posto que a divisão se dá entre o primeiro e o segundo.

Gráfico 9 - Renda Mensal Familiar



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Assim, os grupos pesquisados reiteram, em termos gerais, a focalização pretendida pelo programa, com renda familiar que, majoritariamente, não excede os dois Salários Mínimos, em nenhum dos dois municípios assim como em nenhum dos dois grupos de RFs - beneficiários e não beneficiários.

De outra parte, outra vez se observa, como no caso da renda mensal do RF (questão 6), que a renda mensal familiar em São Luís é mais baixa do que em Porto Alegre. Embora o percentual de RFs com renda familiar sem rendimento seja a bem dizer equivalente entre os RFs beneficiários de Porto Alegre e de São Luís, 5,6% e 4,8% e entre os RFs não beneficiários, não se tenha verificado nenhuma situação em ambas as cidades, note-se que o percentual de RFs cuja renda familiar se situa entre mais de dois a três Salários

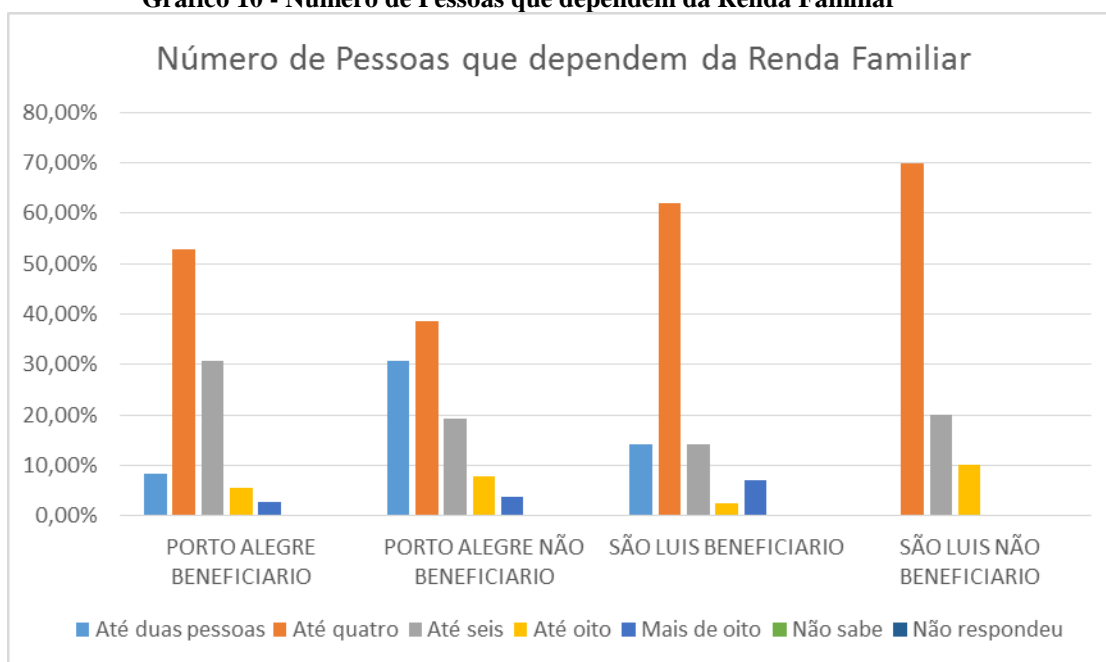
Mínimos só é relatado em Porto Alegre, com quase 30% dos RFs não beneficiários. Também o percentual de RFs não beneficiários com renda familiar de até um Salário Mínimo em São Luís - o patamar mais baixo considerado, é bem mais elevado do que aquele de Porto Alegre: 70% ante 38,5%, ou seja, uma superioridade de mais de 30 pontos percentuais.

Dessa forma, a maior pobreza de São Luís em relação a Porto Alegre identificada nos dados de estimativa e de cobertura do CadÚnico e do Programa Bolsa Família apresentados no capítulo 2 é ratificada pela renda declarada quando da aplicação do questionário.

Número de Pessoas que dependem da Renda Familiar

O número de pessoas que dependem da renda familiar anteriormente apresentada (questão 8), para Porto Alegre, em 52,8% das situações para os RFs beneficiários e em 38,5% para os RFs não beneficiários é de até quatro pessoas. Para São Luís, 61,9% dos RFs beneficiários e 70,0% dos RFs não beneficiários têm também até quatro pessoas na família.

Gráfico 10 - Número de Pessoas que dependem da Renda Familiar



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Seguem-se, em Porto Alegre, os percentuais de 30,6% até seis pessoas quanto aos RFs beneficiários e de 30,8% até duas pessoas quanto aos RFs não beneficiários. Em São Luís, o segundo percentual mais expressivo foi o de até duas pessoas juntamente com até

seis pessoas; 14,3%. Logo, o tamanho das famílias nos grupos pesquisados não foge à tendência de diminuição do tamanho dos grupos familiares observado para a população como um todo, com a redução da taxa de fecundidade desde a década de 60, redução essa que, inclusive, tem relação com a própria diminuição da pobreza como assinalam Leone, Maia e Baltar (2010), na medida em que o entendimento de que com um número mais reduzido de membros, as famílias podem proporcionar aos mesmos, maior bem-estar, amplia-se na população.

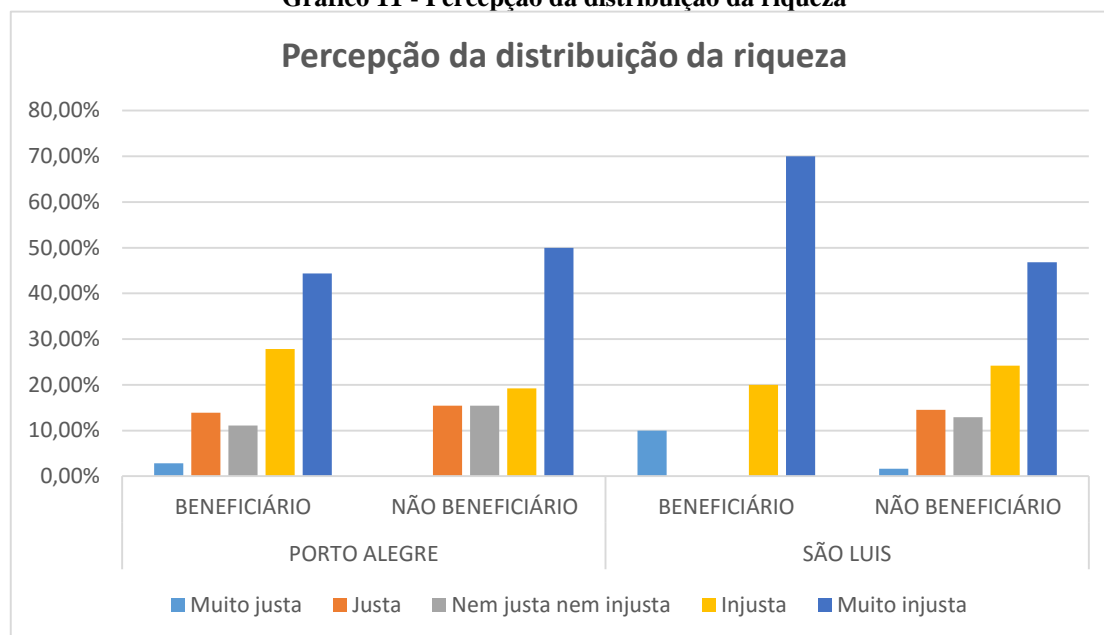
3.2 PERCEPÇÃO DE POBREZA

Depois dessa primeira compreensão geral sobre quem são os grupos entrevistados em termos de gênero, etnia, faixa etária, religião, ocupação, condição da ocupação principal, escolaridade, renda mensal individual, renda mensal familiar e número de pessoas que depende da renda mensal familiar, passamos às questões que tematizam a percepção da pobreza e aspectos correlatos, ou seja, o ambiente mesmo do programa de transferência de renda Bolsa Família, assim como a percepção do próprio programa. Esse conjunto de questões de alguma forma indica a percepção da efetividade do poder público com relação à pobreza e à desigualdade, podendo ter implicações para a percepção de democracia.

Percepção da distribuição da riqueza

Quanto à distribuição da riqueza no Brasil (questão 21), em Porto Alegre, 44,4% dos RFs beneficiários e 50% dos RFs não beneficiários consideram-na muito injusta. Em São Luís, 42,9% e 70,0% tiveram o mesmo posicionamento. O segundo percentual mais expressivo, em Porto Alegre, foi o dos que a entenderam como injusta: 27,8% do primeiro grupo e 19,2% do segundo. Os resultados foram semelhantes em São Luís, onde 35,7% e 20,0% a entendem como injusta. Assim, teve-se agregadamente, com visão desfavorável da distribuição da riqueza no país, em Porto Alegre, 72,2% e 69,2% e em São Luís, 78,6% e 90,0%.

Gráfico 11 - Percepção da distribuição da riqueza



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

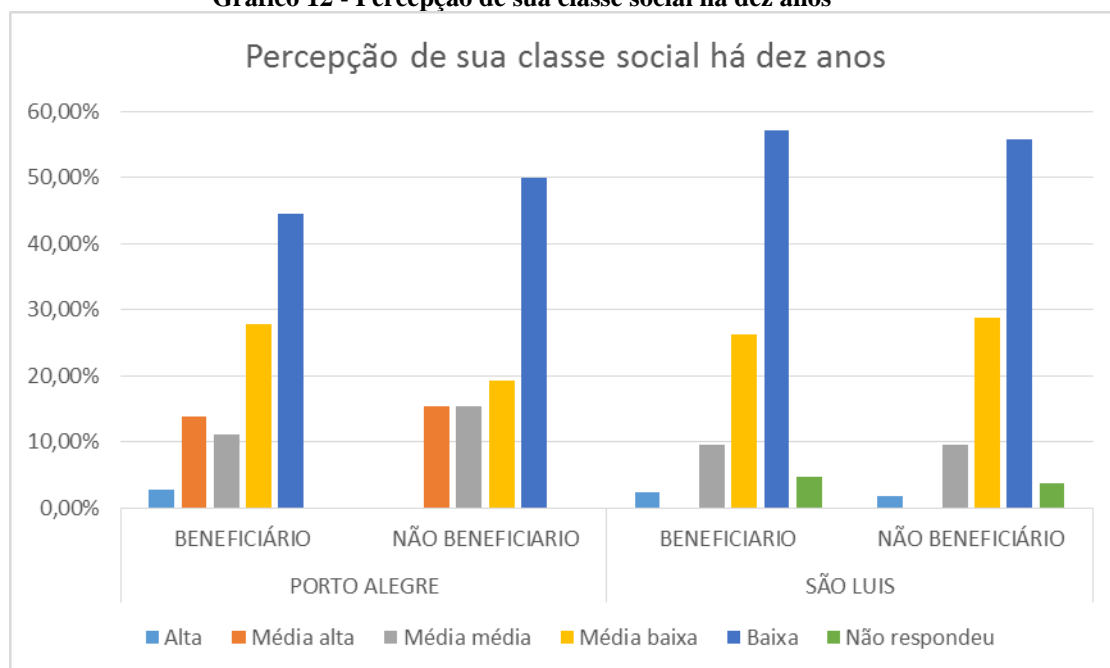
O percentual restante, de concordância com a distribuição da riqueza como a mesma se apresenta: muito justa, justa ou nem justa nem injusta alcançou, em Porto Alegre, para os RFs beneficiários, 27,8% e para os RFs não beneficiários, 30,8%, os percentuais foram inferiores: 21,5% e 10,0%. Entretanto, a compreensão de que a distribuição da riqueza no Brasil não é justa não foi unânime, ainda que tenha beirado os 70,0%.

De todo modo, a percepção de que permanece no país uma distribuição da riqueza inadequada é a preponderante, inequivocamente, para os quatro grupos respondentes. O que demonstra clareza quanto a não efetividade do Programa Bolsa Família no que concerne a modificar tal distribuição.

Percepção de sua classe social há dez anos

Quanto a qual sua classe social há dez anos, em 2003 (questão 9), em Porto Alegre, 50% e 38,5% entenderam que era baixa. Em São Luís, 57,1% e 50,0% tiveram a mesma compreensão. Seguiu-se a opção média baixa, em Porto Alegre, 27,8% e 23,1%, com esse último percentual sendo o mesmo para média média e em São Luís, 26,2% e 40,0% também identificaram-se como da média baixa. A percepção de que sua localização enquanto classe era desfavorável parece nítida.

Gráfico 12 - Percepção de sua classe social há dez anos

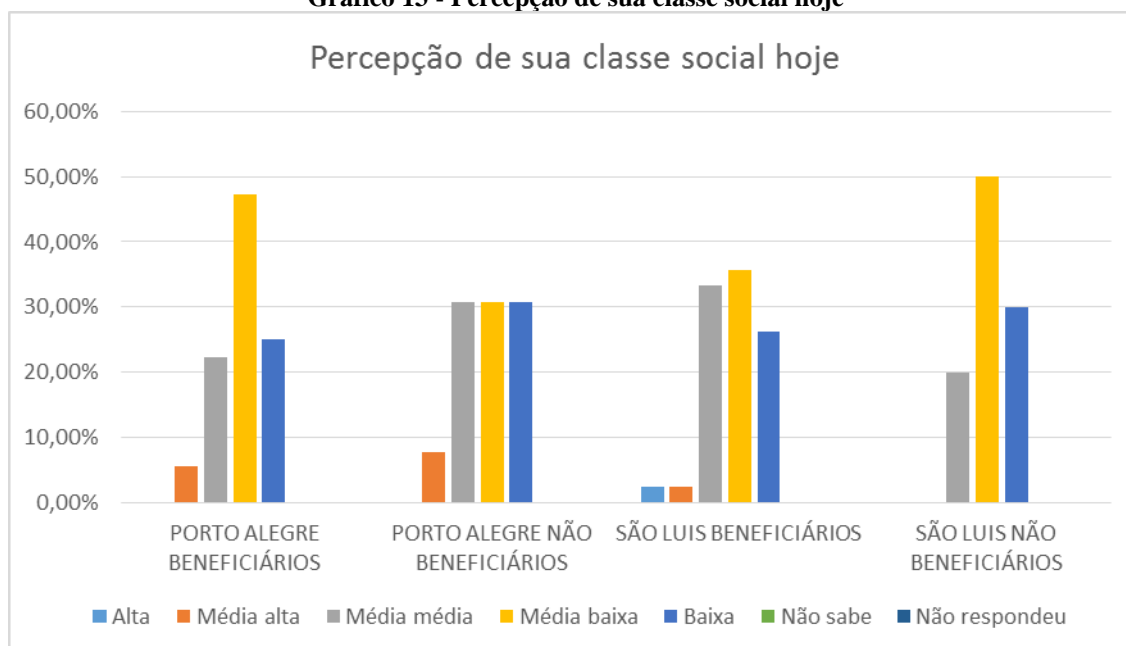


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de sua classe social hoje

A mesma indagação trazida para a atualidade: hoje, a que classe pertence (questão 10), teve como resposta que em Porto Alegre, 47,2% dos RFs beneficiários e 30,8% dos RFs não beneficiários julgaram pertencer à classe média baixa, sendo que nesse segundo grupo, a classe baixa e a classe média média obtiveram o mesmo percentual. Em São Luís, 35,7% do primeiro grupo e 50,0% do segundo tiveram também a percepção de fazer parte da classe média baixa. Na segunda posição, teve-se para Porto Alegre, dentre os RFs beneficiários, 25,0% que compreenderam pertencer à classe baixa e para São Luís, 33,3% que se declararam da classe média média. Dos RFs não beneficiários, na segunda capital, 30% perceberam-se como pertencentes à classe baixa.

Gráfico 13 - Percepção de sua classe social hoje



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Note-se que para os quatro grupos entrevistados, os percentuais mais expressivos foram os de que os respondentes pertenciam há 10 anos à classe baixa e que pertencem hoje, à classe média baixa, excusos os RFs não beneficiários de Porto Alegre, os quais se distribuíram entre classe baixa, média baixa e média média. Ainda que a diferença entre a primeira, segunda e mesmo terceira posição não tenha sido tão significativa, ficou indicada a preponderância da percepção de progressão da classe baixa para a classe média baixa. Esse entendimento, entretanto, não significa que a pobreza tenha sido percebida como uma questão superada.

Também a percepção de ter ascendido da classe baixa para a classe média baixa não envolve exclusivamente o recebimento do benefício monetário em questão - no caso dos RFs beneficiários, mas outros aspectos do maior bem-estar econômico como a atividade econômica aquecida e com maior oferta de empregos e a inflação reduzida.

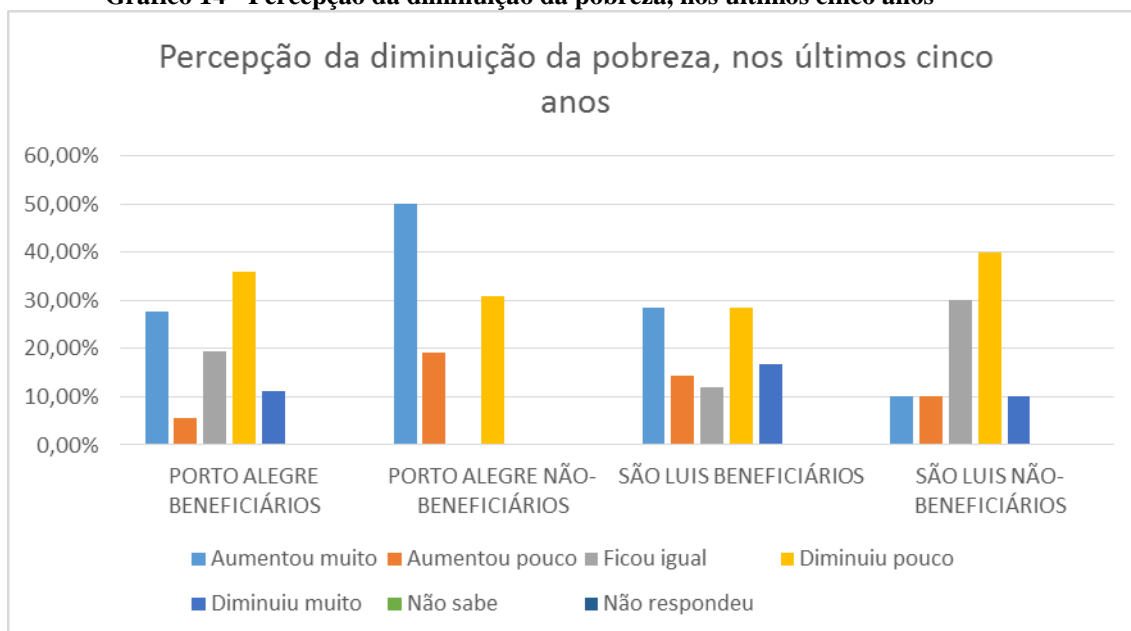
Percepção da diminuição da pobreza, nos últimos cinco anos

Assim, no que se refere à indagação quanto à diminuição da pobreza, nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013 (questão 14), em Porto Alegre, a ideia de que a pobreza diminuiu pouco foi a de maior percentual, para os RFs beneficiários, 36,1% e a de que aumentou muito, para os RFs não beneficiários, 50,0%. Em São Luís, o maior percentual, entre os RFs beneficiários, foi também o dos que acreditavam que a pobreza diminuiu pouco, juntamente com os que acharam que aumentou muito, 28,6%, percepções a bem

dizer antagônicas e entre os RFs não beneficiários, dos que entenderam que diminuiu pouco, 40,0%.

Seguiu-se, em Porto Alegre, para os RFs beneficiários, o entendimento de que a pobreza aumentou muito, 27,8%, seguida do percentual dos que acharam que ficou igual, 19,4%. E para os RFs não beneficiários, de que diminuiu pouco, 30,8%, seguida da que aumentou pouco, 19,2%. Em São Luís, para os RFs beneficiários, o segundo percentual mais significativo foi o de que diminuiu muito, 16,7%, seguido de que aumentou pouco, 14,3% e para os RFs não beneficiários, de que ficou igual, 30,0%, tendo sido o mesmo percentual de 10%, os que acreditam que a pobreza aumentou muito, aumentou pouco e diminuiu muito.

Gráfico 14 - Percepção da diminuição da pobreza, nos últimos cinco anos



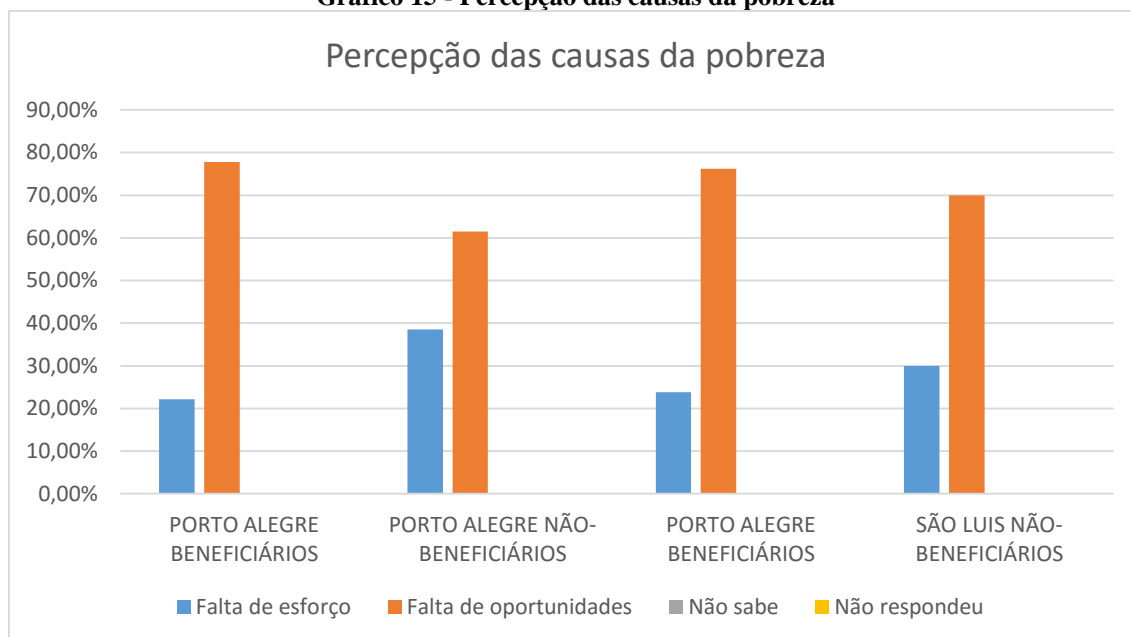
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Não obstante a distribuição das posições entre compreensões mais ou menos conflitantes: aumentou muito/diminuiu pouco, pode-se dizer que para os grupos entrevistados, a pobreza foi percebida como um problema ainda a resolver, pois apenas 11,1% dos RFs beneficiários e nenhuma situação entre os RFs não beneficiários, em Porto Alegre e 16,7%, dentre os RFs beneficiários e 10,0% dos RFs não beneficiários, em São Luís, consideraram que diminuiu muito. Ou seja, o maior percentual obtido nas duas capitais foi inferior a 20%. Em suma, os respondentes julgaram que a questão de sua insuficiência de renda se manteve no período recente.

Percepção das causas da pobreza

Perguntados sobre as causas da pobreza (questão 15), em Porto Alegre, 77,8% do primeiro grupo e 61,5%, do segundo e em São Luís, 76,2% e 70,0% julgaram tratar-se da falta de oportunidades. Entendimento que associado com a resposta dada às questões 55 e 56, parece apontar para uma responsabilização importante do poder público, como se verá a seguir. Destacando que as questões que aludiam ao Estado tiveram o termo substituído por governo, quando feitas às pessoas, de modo a facilitar-lhes a compreensão de enunciado.

Gráfico 15 - Percepção das causas da pobreza

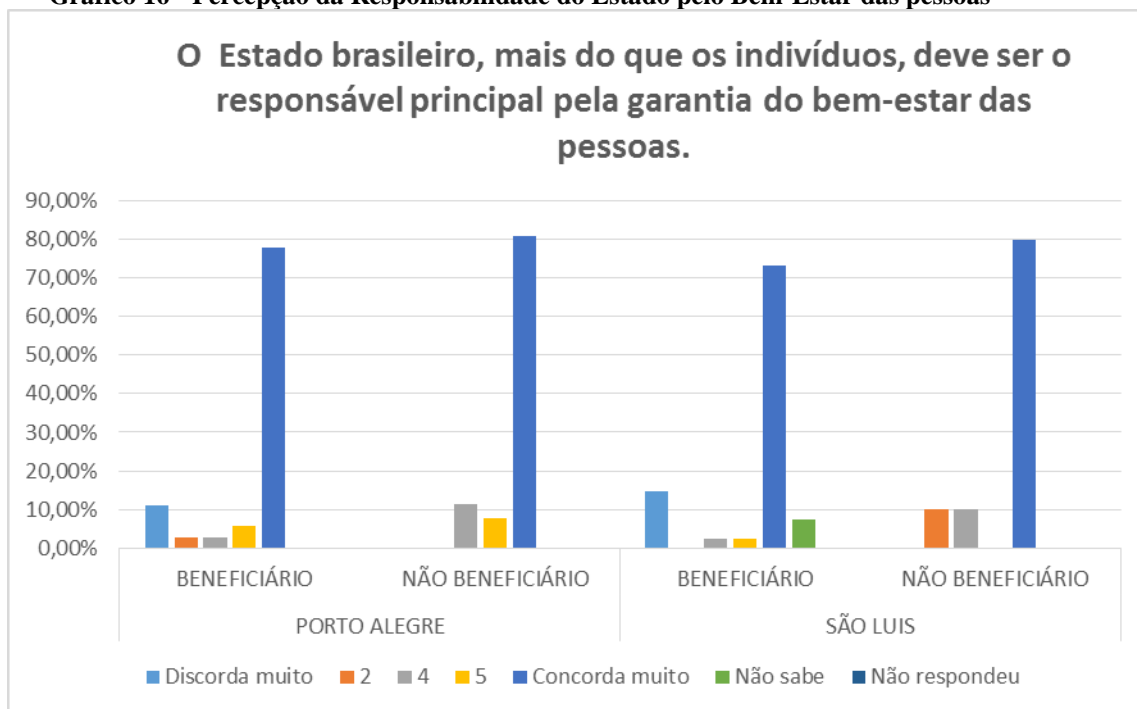


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção da responsabilidade do Estado pelo bem-estar das pessoas

No caso da questão 55 - o Estado brasileiro mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas, para Porto Alegre, 77,8% dos RFs beneficiários e 80,8% dos RFs não beneficiários concordaram muito. Para São Luís, 73,2% dos RFs beneficiários e 80,0% dos RFs não beneficiários concordaram muito.

Gráfico 16 - Percepção da Responsabilidade do Estado pelo Bem-Estar das pessoas



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção da responsabilidade do Estado quanto à desigualdade

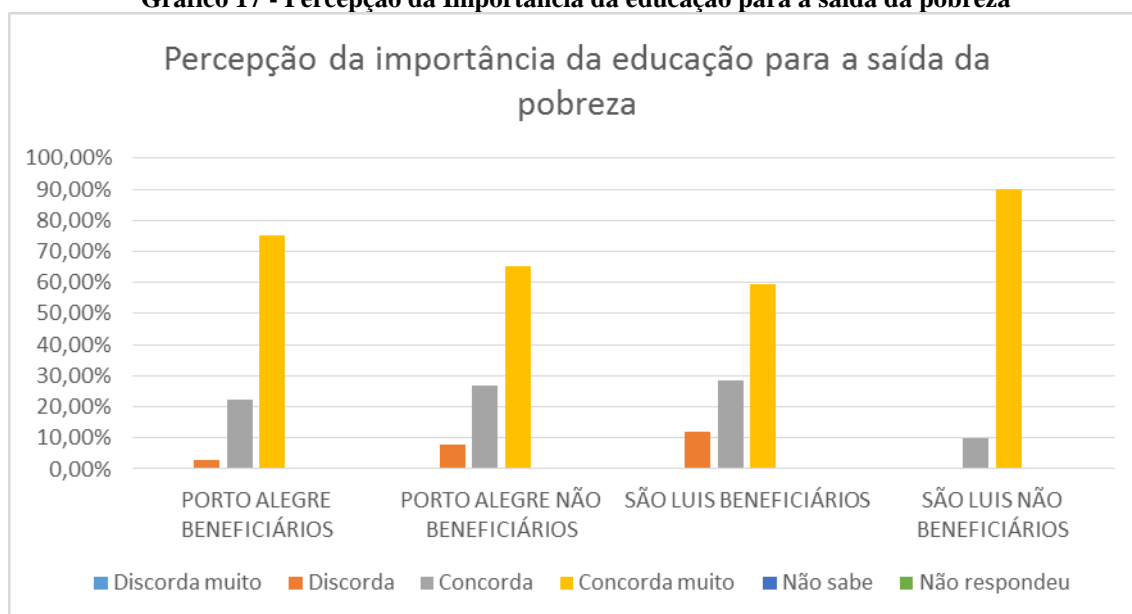
Quanto à questão 56 - o Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres, em Porto Alegre, 91,7% dos RFs beneficiários e 84,6% dos RFs não beneficiários também concordaram muito. Em São Luís, 80,5% dos RFs beneficiários e 80,0% dos RFs não beneficiários pensaram da mesma forma. Assim, os respondentes das duas capitais, beneficiários e não beneficiários, atribuíram ao poder público, preponderantemente, a responsabilidade pelo bem-estar da população e o perceberam como necessário promotor de iniciativas efetivas de redução da desigualdade de renda.

Percepção da importância da educação para a saída da pobreza

Para os grupos pesquisados, a educação é, claramente, um valor relevante para a saída da pobreza (questão 16). Em Porto Alegre, 75,0% e 65,4% concordaram muito que a mesma é importante/fundamental para se sair da pobreza, sendo que 22,2% e 26,9% concordaram. Para São Luís, 59,5% e 90,0% concordaram muito e 28,6% e 10,0% concordaram. A importância atribuída à questão educação, como modo de superar a pobreza, ponto de convergência em quaisquer estudos que relacionem escolaridade e renda, entretanto, tem sido, em alguma medida, contrariada, em termos concretos, para os grupos pesquisados. Não obstante o aumento da escolaridade média, no país como um todo, nas últimas décadas e inclusive constatado no caso dos respondentes, seus

resultados em termos de um maior bem-estar não têm sido, propriamente, os esperados, como observou-se nas perguntas relativas à inserção no mercado de trabalho e à renda pessoal e familiar. Muitos outros aspectos necessitam ser aqui computados para que se alcance as razões de tal insucesso, digamos, como o desempenho de variáveis estritamente econômicas e do padrão da educação pública nos níveis fundamental e médio, mas o importante a reter por ora é que a educação continuava sendo entendida pelos pobres aos quais foi aplicado o questionário como fortemente importante na saída da pobreza.

Gráfico 17 - Percepção da Importância da educação para a saída da pobreza



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

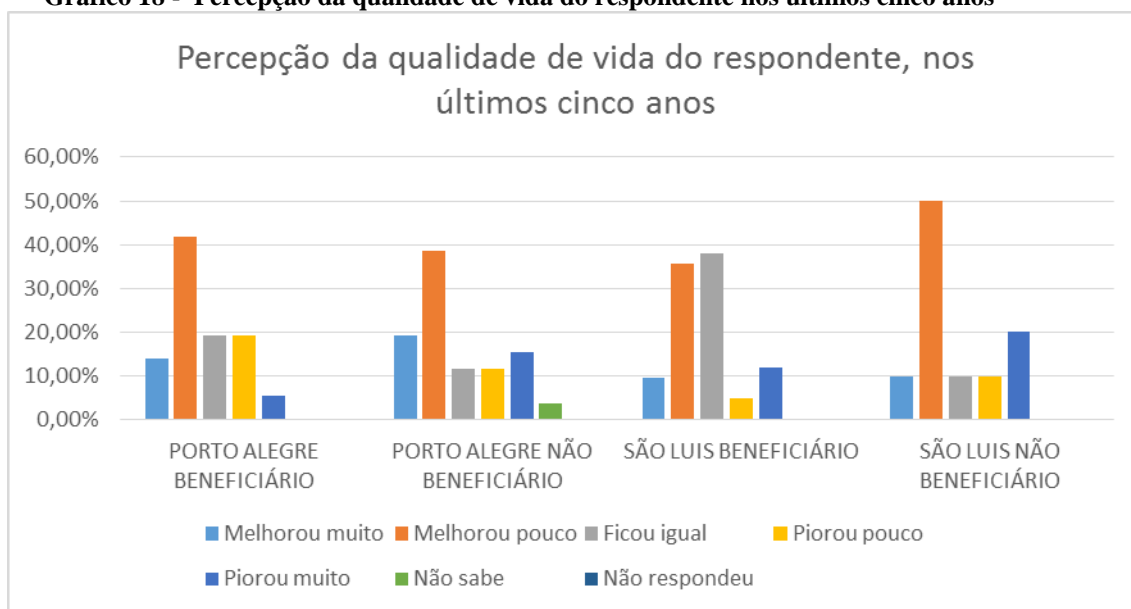
Percepção da qualidade de vida do respondente, nos últimos cinco anos

Coerentemente com as respostas dadas em termos da percepção da pobreza (questão 14) anteriormente relatada, a qualidade de vida do respondente, nos últimos cinco anos (questão 13), em Porto Alegre, melhorou pouco para 41,7% e 38,5%. Em São Luís, o percentual mais expressivo entre os RFs beneficiários foi o dos que entenderam que ficou igual, 38,1% e entre os RFs não beneficiários, dos que acharam que melhorou pouco, 50%. Na segunda posição, teve-se para Porto Alegre, ficou igual e piorou pouco, ambas as respostas com 19,4% e para São Luís, melhorou pouco, 35,7% e piorou muito, 20%.

A ideia de que a qualidade de vida dos respondentes melhorou muito respeitou, em Porto Alegre, a 13,9% e a 19,2% e em São Luís, a 9,5% e a 10,0%. Ou seja, não é endossada por sequer um quinto dos entrevistados. Também foi minoritária a percepção de que sua qualidade de vida piorou muito: para Porto Alegre, 5,6% e 15,4% e para São

Luís, 11,9% e 20%. Assim, tanto a visão extrema, de que a qualidade de vida melhorou muito como a de que piorou muito parecem ter ocorrido apenas em situações pessoais singulares, em que se tenham conjugado aspectos especialmente favoráveis ou negativos, no segundo caso, por exemplo uma enfermidade ou a perda de função produtiva por outras razões.

Gráfico 18 - Percepção da qualidade de vida do respondente nos últimos cinco anos



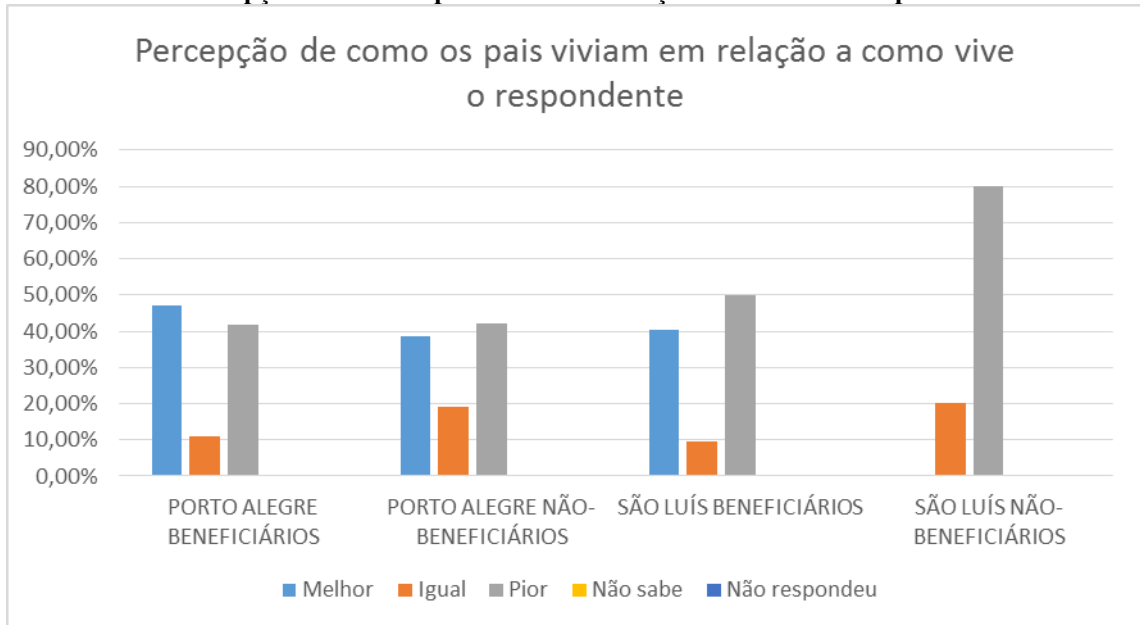
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Aparentemente, nas situações médias, a percepção foi de que a qualidade de vida não se alterou, positiva ou negativamente, de modo enfático, ou seja, nos grupos pesquisados, a percepção preponderante foi de que dentro do panorama da pobreza que se tem mantido, no período recente, também sua qualidade de vida não modificou-se significativamente.

Percepção de como os pais viviam em relação a como vive o respondente

Comparando-se a como seus pais viviam (questão 18), em Porto Alegre, 47,2% dos RFs beneficiários entenderam que aqueles viviam melhor do que eles próprios vivem hoje. Já para 42,3% dos RFs não beneficiários, os pais viviam pior. Em São Luís, 50,0% dos RFs beneficiários e 80,0% dos RFs não beneficiários consideraram que os pais viviam pior. Quanto ao segundo percentual mais significativo, para Porto Alegre, 41,7% do primeiro grupo achou que seus pais viviam pior e 38,5% do segundo, que viviam melhor. Para São Luís, 40,5% dos RFs beneficiários consideraram que os pais viviam melhor e 20,0% dos RFs não beneficiários que viviam igual.

Gráfico 19 - Percepção de como os pais viviam em relação a como vive o respondente



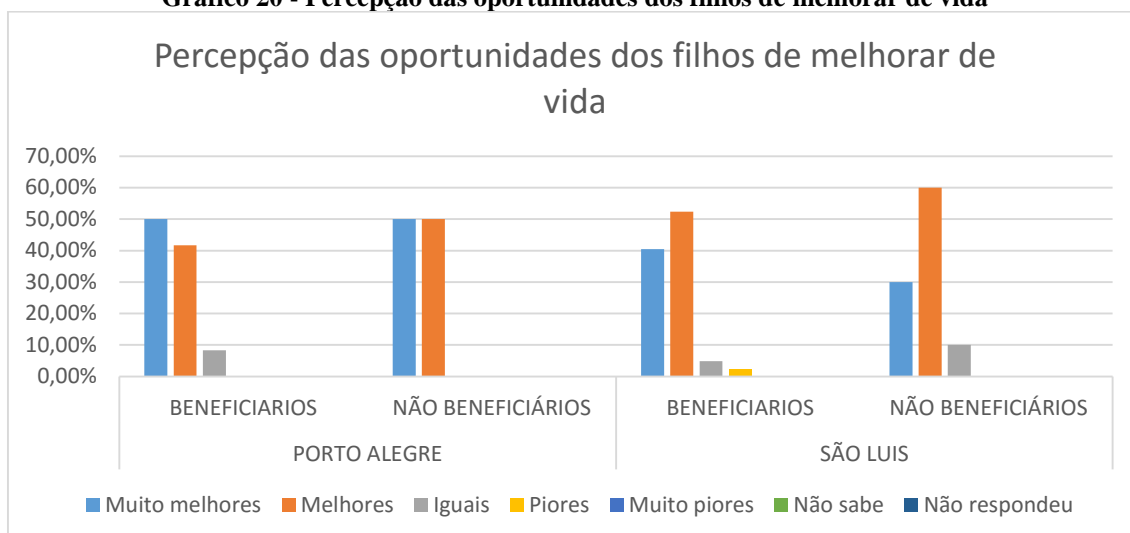
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Note-se que em Porto Alegre, as opiniões dividiram-se entre melhor e pior, entre RFs beneficiários e também entre RFs não beneficiários. Pode-se supor, assim, que a percepção de melhoria do bem-estar intergeracional não se apresentava como evidência para os pesquisados, nessa cidade. Em São Luís, enquanto no primeiro grupo ocorreu essa mesma divisão, no segundo grupo, houve uma grande diferença entre os que consideraram que viviam pior e aqueles que entenderam que viviam igual: 80% contra 20%. Houve a percepção em três dos quatro grupos de que os pais dos respondentes viviam pior, o que sinalizaria uma melhoria em suas condições de vida ao longo do tempo e a correspondente redução da pobreza.

Percepção das oportunidades dos filhos de melhorar de vida

Ainda no que se refere à percepção de alteração das condições de sobrevivência, de geração a geração, a visão prospectiva quanto ao que acontecerá com os filhos, relativamente às oportunidades de melhorar de vida em relação àquelas que os Responsáveis Familiares tiveram (questão 17), em Porto Alegre, é a de que as mesmas foram percebidas como muito melhores por 50% dos RFs beneficiários e também dos RFs não beneficiários, nesse último caso, juntamente com os que consideraram que as oportunidades serão melhores. Em São Luís, 52,4% e 60,0% acreditavam que serão melhores. Na segunda posição, teve-se, em Porto Alegre, entre os RFs beneficiários, os que consideraram-nas melhores, 41,7% e em São Luís, para os RFs beneficiários e para os RFs não beneficiários, a resposta muito melhores, 40,5% e 30,0%.

Gráfico 20 - Percepção das oportunidades dos filhos de melhorar de vida

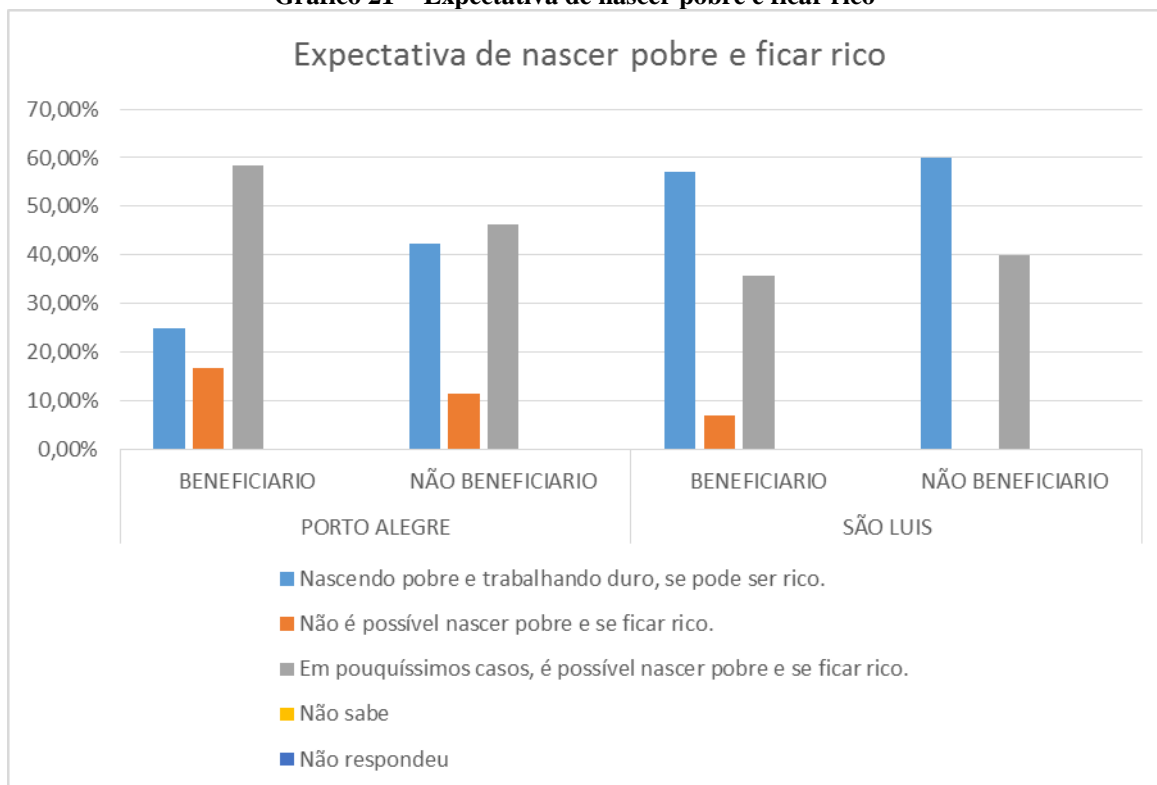


Questões envolvendo os filhos tendem a ser respondidas de modo emocional, todavia, os percentuais favoráveis que chegam, em Porto Alegre, a 91,7% e 100,00% e em São Luís, a 92,9% e 90,0% % não deixaram de demonstrar uma perspectiva positiva quanto ao futuro e no caso, de uma diminuição da pobreza na próxima geração.

Expectativa de nascer pobre e ficar rico

Vejam a expectativa de nascer pobre e ficar rico (questão 20). Para 58,3% dos RFs beneficiários e 46,2% dos RFs não beneficiários, em Porto Alegre, em pouquíssimos casos, é possível nascer pobre e se ficar rico. Já em São Luís, 57,1% e 60,0% entenderam que nascendo pobre e trabalhando duro, se pode ser rico. Na segunda posição, tem-se, para Porto Alegre, nascendo pobre e trabalhando duro, se pode ser rico, 25,0% e 42,3% e para São Luís, em pouquíssimos casos, é possível nascer pobre e se ficar rico, 35,7% e 40,0%.

Gráfico 21 - Expectativa de nascer pobre e ficar rico



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Os baixos percentuais dos que entenderam que não é possível nascer pobre e ficar rico, em Porto Alegre, 16,7% e 11,5% e em São Luís, 7,1% e 0% indicam que, no geral, os entrevistados acreditam na permeabilidade da sociedade brasileira, a considerar-se o exemplo extremo proposto pela questão. Podemos pensar que se a mesma fosse formulada, por exemplo, nos seguintes termos “é possível aos pobres obter um emprego com boa remuneração” ou “é possível deixar de ser pobre”, fosse igualmente expressiva a concordância dos grupos entrevistados.

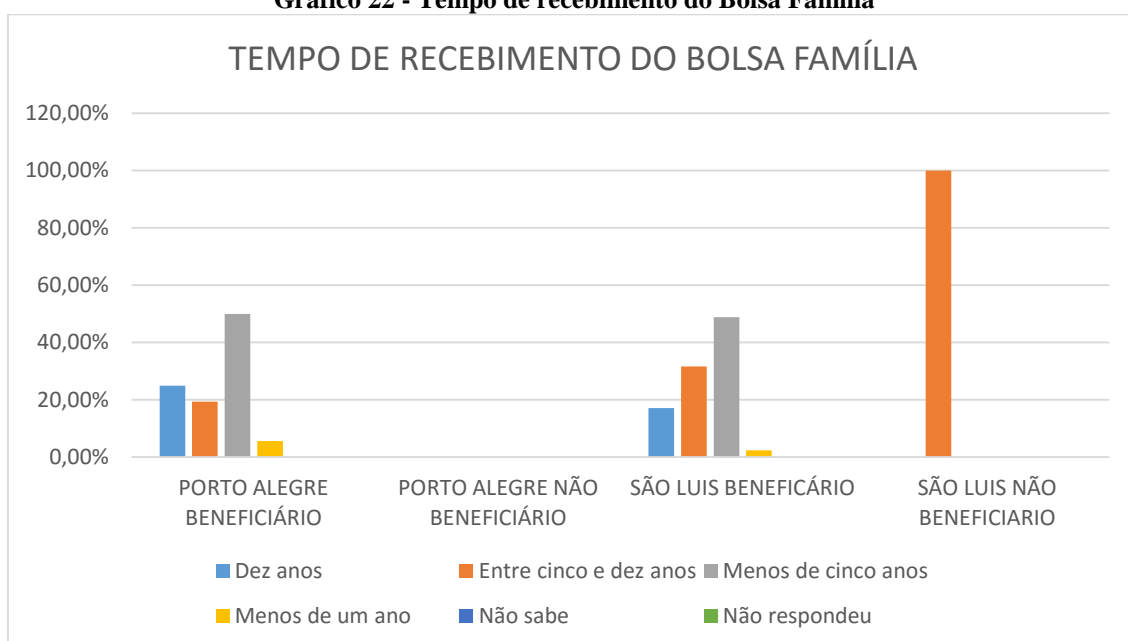
As respostas às questões envolvendo a pobreza, conforme viu-se, apontaram para o entendimento de que a mesma não passou por alteração significativa no período recente, assim como a qualidade de vida e que o poder público - Estado/governos tem uma responsabilidade importante nesse estado de coisas. Vejamos como os grupos respondentes perceberam possíveis mudanças para melhor a partir do programa de transferência de renda Bolsa Família.

Tempo de recebimento do Programa Bolsa Família

Entendemos relevante destacar aqui que o tempo de recebimento do Programa Bolsa Família nos grupos pesquisados (questão 70 - aplicada, exclusivamente, aos RFs

beneficiários) foi, em Porto Alegre e em São Luís, preponderantemente, de um a cinco anos, 50,0% e 48,8%. Na segunda posição, teve-se, para Porto Alegre, dez anos, 25,0% e para São Luís, mais de cinco e menos de dez anos, 31,7%. Seguiram-se, em Porto Alegre, mais de cinco e menos de dez anos, 19,4% e em São Luís, dez anos, 17,1%. Apenas 5,6% para Porto Alegre e 2,4% para São Luís recebiam o benefício há menos de um ano. Assim, na primeira capital, 44,4% e na segunda, 48,8% tinham um período de tempo de recebimento considerável, superior a cinco, podendo alcançar os dez anos. Assim como parcelas muito pequenas dos grupos entrevistados, 5,6% e 2,4% eram beneficiárias há menos de um ano.

Gráfico 22 - Tempo de recebimento do Bolsa Família



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

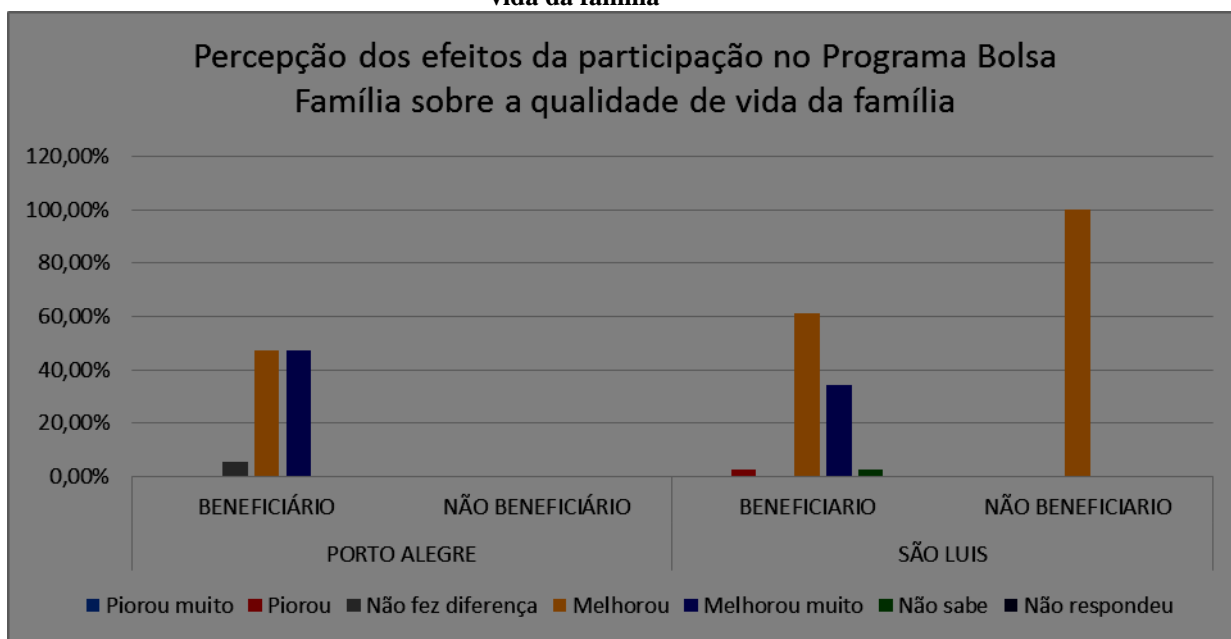
Pode-se supor, entretanto, que em havendo nexos entre o recebimento do benefício monetário e uma maior filiação a valores democráticos, mesmo o contingente com menor tempo de recebimento, poderia manifestar maior apreço pelos valores democráticos. A relevância da renda para o bem-estar, por definição, poderia fortalecer as convicções democráticas dessas pessoas, caso existentes, já a partir de sua inclusão entre os beneficiários. A rigor, portanto, todos os beneficiários poderiam filiar-se à democracia, mais fortemente, pelo fato de participar do programa.

Depois de explicitado o tempo de recebimento do benefício, tratemos do Programa Bolsa Família, propriamente considerado. O programa foi escolhido para essa tese como elemento que poderia fazer diferença em uma possível filiação mais significativa de seus

beneficiários à democracia. Nesse sentido, os beneficiários deveriam ter uma percepção bastante favorável do mesmo, de modo a que ele fosse compreendido como uma ação de responsividade do Estado/governo diante das aspirações, necessidades e expectativas de incidência sobre a questão da pobreza.

Quanto a se a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua família (questão 71), em Porto Alegre, 47,2% entenderam que melhorou e também 47,2%, que melhorou muito. Tão somente 5,6% acharam que não fez diferença. Em São Luís, 61,0% acharam que melhorou e 34,1% que melhorou muito, sendo que 2,4% responderam que piorou. Portanto, para Porto Alegre e São Luís, o percentual de associação entre o recebimento do benefício e a melhoria da qualidade de vida de sua família foi de 94,4% e 95,1%, respectivamente.

Gráfico 23 - Percepção dos efeitos da participação no Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida da família



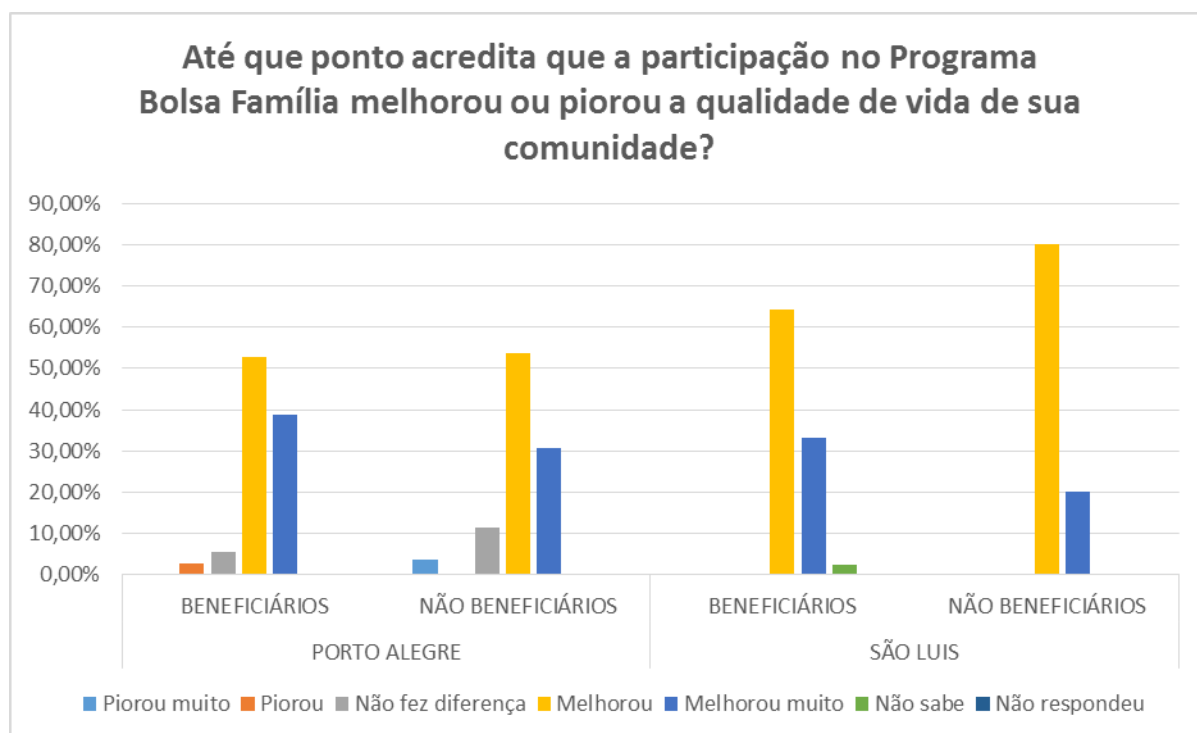
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção dos efeitos da participação no Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida da comunidade

Quanto a se a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua comunidade (questão 72), em Porto Alegre, para 52,8% dos RFs beneficiários e 53,8% dos RFs não beneficiários, melhorou e para 38,9% e 30,8%, melhorou muito. Em São Luís, para 64,3% e 80,0%, melhorou e para 33,3% e 20,0% melhorou muito. Para Porto Alegre, 5,6% dos RFs beneficiários e 11,5% dos RFs não beneficiários entenderam que não fez diferença e para 2,8%, apenas entre os RFs

beneficiários, piorou. O programa foi compreendido por 91,7% dos RFs beneficiários e por 84,6% dos RFs não beneficiários, em Porto Alegre e por 97,6% e 100,0%, em São Luís, como tendo melhorado a qualidade de vida das pessoas de seu entorno social. Logo, o entendimento foi de que se constituiu num diferencial para mais qualidade de vida.

Gráfico 24 - Percepção dos efeitos da participação no Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida de sua comunidade



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Fica ratificada dessa forma, a ideia de que o Programa Bolsa Família foi percebido como significativo para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias e das comunidades dos respondentes, beneficiários ou não, o que dá sentido à hipótese de pesquisa, no que concerne à importância desse programa de transferência de renda, na percepção dos RFs beneficiários e de RFs não beneficiários, faltando que se verifique se tal relevância implica maior adesão à democracia de parte dos RFs beneficiários ou não. O próximo passo foi buscar perceber se o fato dessa política específica ser estabelecida num contexto democrático tornou os grupos pesquisados mais afeitos à democracia.

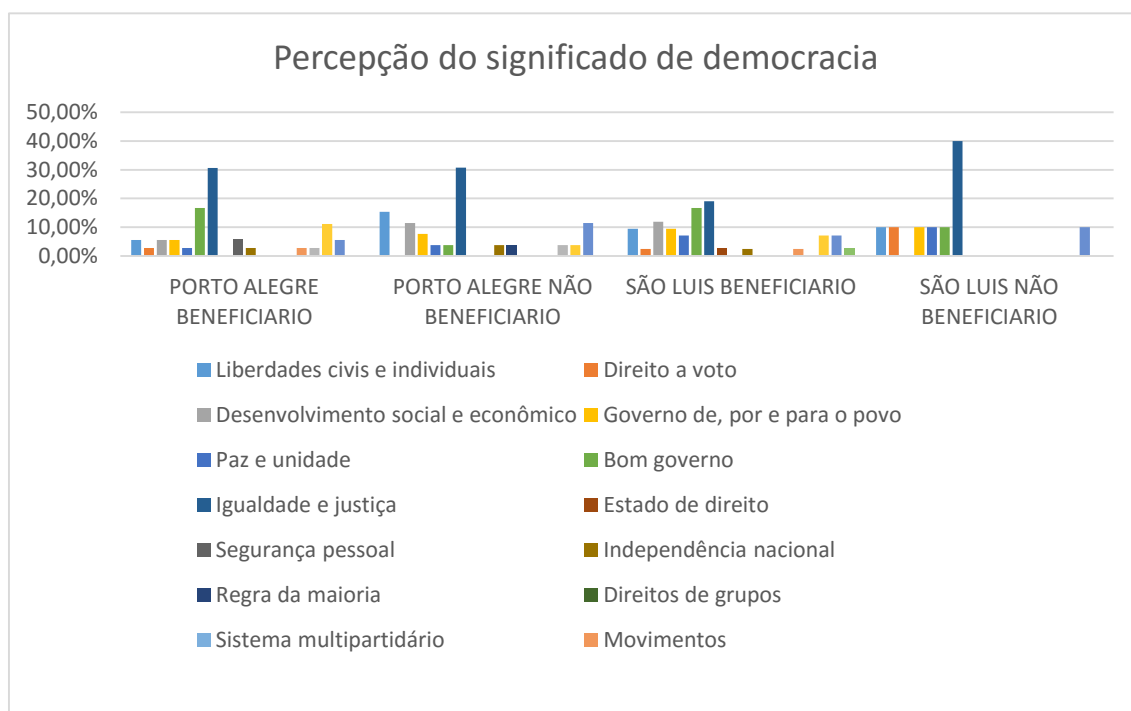
3.3 PERCEPÇÃO DE DEMOCRACIA

Dados descritivos

Percepção do significado de democracia

De início, vejamos como os dois grupos compreendiam a própria democracia. O significado de democracia (questão 68), com maior percentual para Porto Alegre e São Luís, tanto entre RFs beneficiários como entre RFs não beneficiários foi o mesmo, Igualdade e Justiça, com 30,6% e 30,8% na primeira capital e 19,0% e 40,0% na segunda. Na segunda posição, em Porto Alegre, teve-se Bom Governo, 16,7% e Liberdades Cívicas e Individuais, 15,4%. E em São Luís, Bom Governo, 16,7% e Liberdades Cívicas e Individuais, Direito a Voto, Governo de, por e para o Povo, Paz e Unidade, Bom Governo e Troca de Governo, cada um com 10%. A noção de Igualdade e Justiça, vale dizer, a compreensão de que democracia significa uma sociedade menos desigual e mais justa articula-se com a percepção da pobreza como problema que permanece, verificada anteriormente, quando examinou-se perguntas pertinentes a esse aspecto. O que sugere que a associação entre o recebimento do benefício monetário e a democracia pode não se dar nos moldes propostos pela hipótese,

Gráfico 25 - Percepção do significado de democracia



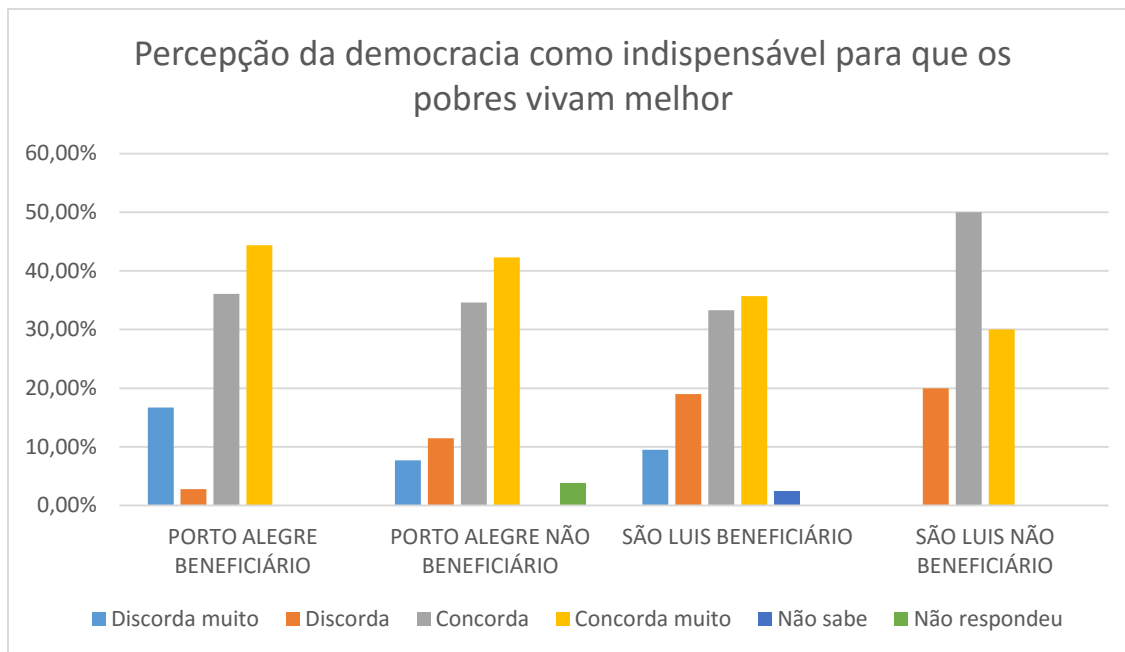
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

A relevância da igualdade quando se pensa a democracia, manifestada pelos respondentes, nos quatro grupos pesquisados, põe em cena uma das dimensões da qualidade da democracia (Diamond e Morlino (Eds.), 2005) que elegemos para referenciar teoricamente essa pesquisa, que é a da igualdade política. Conforme examinou-se no Capítulo 1, a desigualdade material profunda tende a inviabilizar os demais aspectos da igualdade - entre eleitores, entre diferentes atores políticos, na hegemonia cultural, na participação, na decisão (Rueschemeyer, 2005). E, finalmente, impactará o estabelecimento das iniciativas públicas associadas. Portanto a igualdade política, da perspectiva da qualidade da democracia tem um importante componente socioeconômico, de bem-estar. O que significa que a pobreza tem de ser necessariamente reduzida em patamar expressivo para que se possa cogitar quanto à qualidade de um regime democrático determinado. No que se refere à relevância da democracia para uma maior igualdade, confirmando a vinculação entre ambos os termos, foram formuladas as questões que se seguem.

A conexão entre democracia e mais igualdade e justiça foi ratificada pelas respostas quanto a se a democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor (questão 69): em Porto Alegre, 44,4% dos RFs beneficiários e 42,3% dos RFs não beneficiários e em São Luís, 35,7% dos RFs beneficiários, concordaram muito. Dos RFs não beneficiários, em São Luís, 50,0% concordaram. Como segundo percentual mais expressivo teve-se, em Porto Alegre, concordaram, 36,1% e 34,6% e em São Luís também concordaram, 33,3% e concordaram muito, 30,0%.

A posição de anuência, portanto, totalizou, em Porto Alegre, 80,5% e 76,9% das situações e em São Luís, 69,9% e 80,0%. Viver melhor, para aqueles que têm renda baixa ou muito baixa, não passa ao largo, dessa maneira, da democracia, percebida majoritariamente, para todos os grupos de respondentes, como indispensável para o maior bem-estar dos pobres.

Gráfico 26 - Percepção da democracia como indispensável para que os pobres vivam melhor

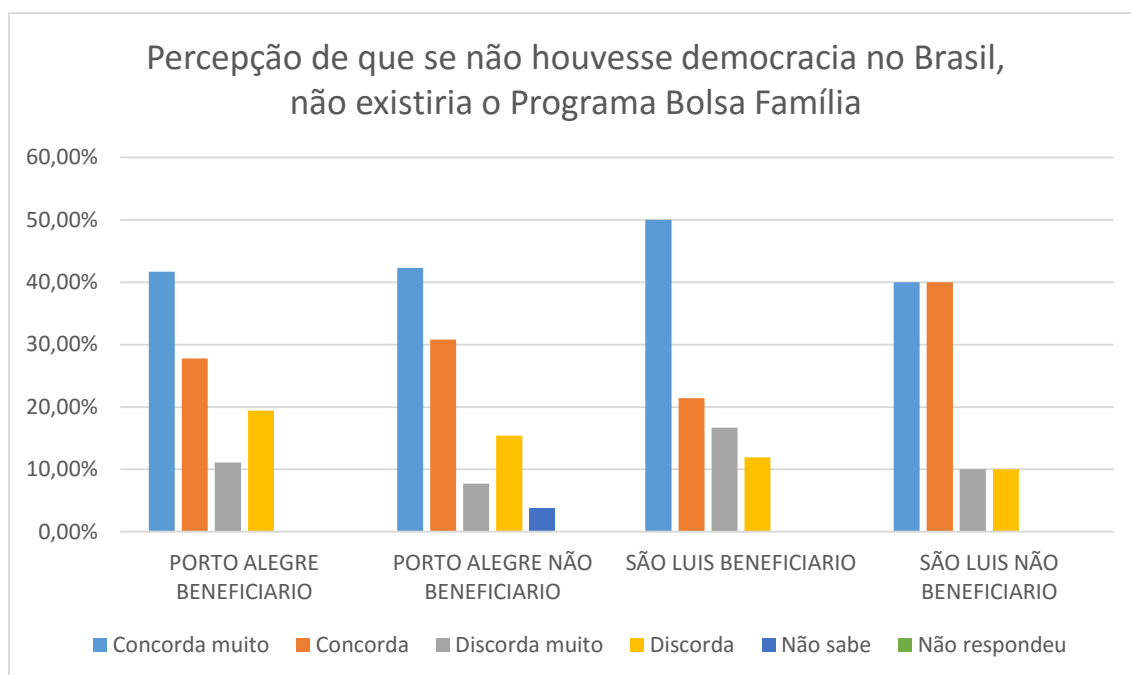


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que se não houvesse democracia no Brasil, não existiria o Programa Bolsa Família

Reforçando a associação entre democracia e justiça e igualdade, bem como com uma vida melhor para os pobres, perguntados: se não houvesse democracia no Brasil, não existiria o Programa Bolsa Família (questão 73), em Porto Alegre, 41,7% do primeiro grupo e 42,3% do segundo concordaram muito. E em São Luís, 50,0% e 40,0%, sendo que nesse último grupo, também 40,0% concordaram. A segunda posição foi a dos que concordaram: em Porto Alegre, 27,8% e 30,8%. Para São Luís, 21,4% dos RFS beneficiários concordaram.

Gráfico 27 - Percepção de que se não houvesse democracia no Brasil não existiria o Programa Bolsa Família



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

As respostas afirmativas totalizaram em Porto Alegre, 69,5% e 73,1% e em São Luís, 71,4% e 80,0%. Portanto, os respondentes compreendem, em sua maior parte, que sem democracia, o programa de transferência de renda em questão não existiria. Ou seja, de outro ângulo, a perspectiva é, preponderantemente, a mesma já indicada, de que a democracia significa uma ambiência mais favorável aos pobres.

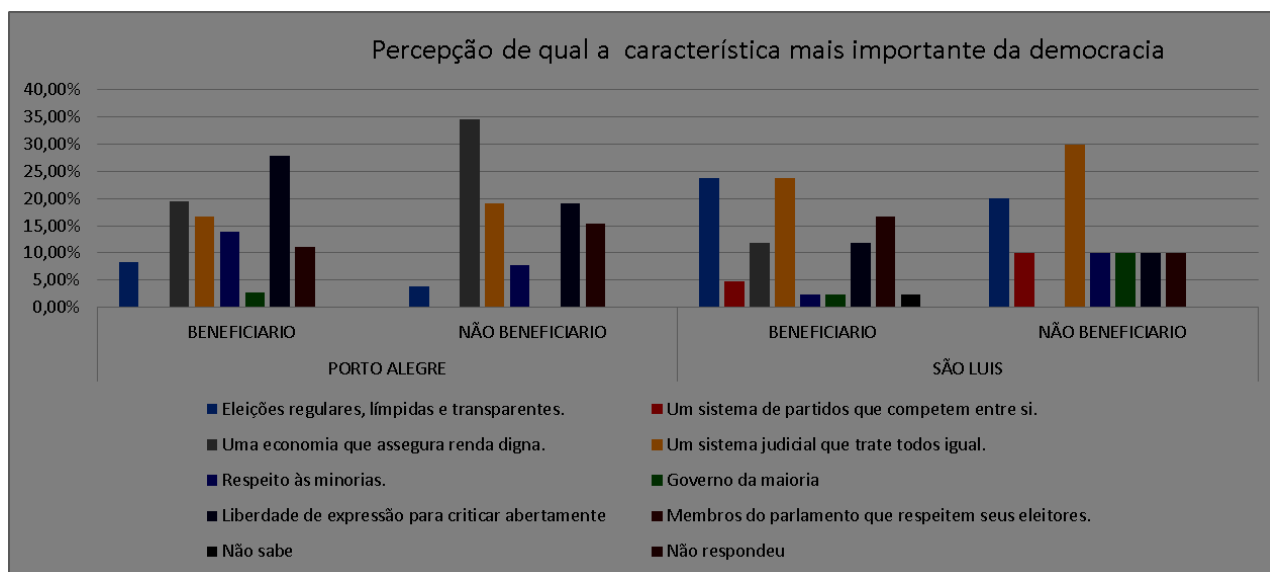
Percepção de qual a característica mais importante da democracia

Ainda no que concerne ao entendimento do regime democrático, a característica mais importante da democracia (questão 52) foi apontada, em Porto Alegre, por 27,8% dos RFs beneficiários como sendo a liberdade de expressão para criticar abertamente e por 34,6% dos RFs não beneficiários como uma economia que assegura renda digna. Em São Luís, dentre os RFs beneficiários, 23,8% entenderam que são as eleições regulares, límpidas e transparentes e também 23,8%, um sistema judicial que trata todos igual. Entre os RFs não beneficiários, para 30% foi um sistema judicial que trata todos igual.

Seguiram-se, em Porto Alegre, para os RFs beneficiários, uma economia que assegura renda digna, 19,4% e para os RFs não beneficiários, a liberdade de expressão para criticar abertamente e um sistema judicial que trate todos igual, ambos com 19,2%. E em São Luís, dentre os RFs beneficiários, membros do Parlamento que respeitem seus

eleitores, 16,7% e dentre os RFs não beneficiários, eleições regulares, límpidas e transparentes, 20,0%.

Gráfico 28 - Percepção de qual a característica mais importante da democracia



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Há, portanto, certa convergência de entendimento quanto aos aspectos da democracia considerados mais relevantes, sendo que a renda aparece como importante, na cidade de Porto Alegre, para RFs beneficiários e RFs não beneficiários, ainda que não na primeira posição no caso do primeiro grupo. Em São Luís, para os dois grupos, destaca-se um sistema judicial que trate todos igual, percentual mais expressivo apenas para os RFs não beneficiários.

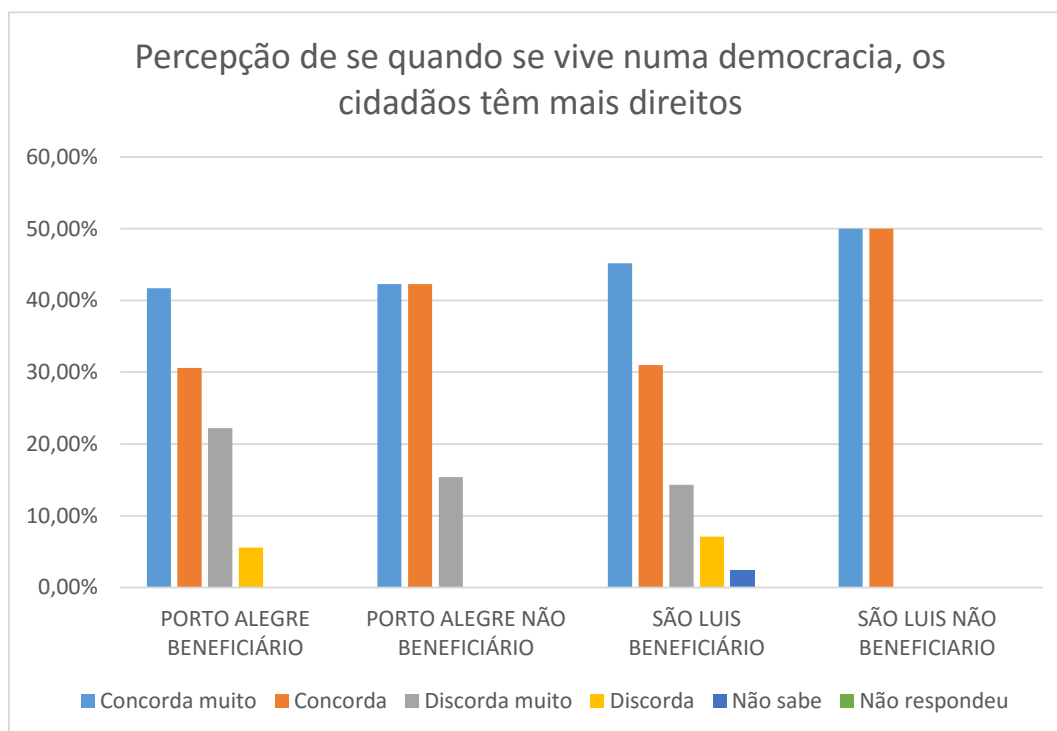
Entretanto, o fato de a associação da democracia com achar-se economicamente assegurada uma renda digna não foi salientada em São Luís, o que sinaliza que a transferência de renda não tem a centralidade para o reforço das convicções democráticas dos grupos pesquisados apresentada na hipótese.

Percepção de se quando se vive numa democracia, os cidadãos têm mais direitos

Por outro lado, o destaque dado na democracia ao sistema judicial que trate todos igual vincula-se às respostas obtidas quando perguntado se quando se vive numa democracia, os cidadãos têm mais direitos (questão 74). Em Porto Alegre, 41,7% e 42,3% concordaram muito e 30,6% e 42,3% concordaram. A terceira posição foi a dos que discordaram muito: 22,2% e 15,4%. Somados os percentuais favoráveis, teve-se 72,3% e 84,6%. Em São Luís, 45,2% e 50,0% concordaram muito e 31,0% e 50,0% concordaram. totalizando 76,2% e 100,0% de entendimento favorável. Portanto, houve uma forte

associação entre democracia e direitos. Pode-se pensar que como direitos, especialmente os sociais, são recursos para que se concretize o bem-estar dos cidadãos, compreendê-los como mais numerosos numa democracia reforça a percepção já apresentada da igualdade e da justiça como característica da democracia.

Gráfico 29 - Percepção de se quando se vive numa democracia, os cidadãos têm mais direitos

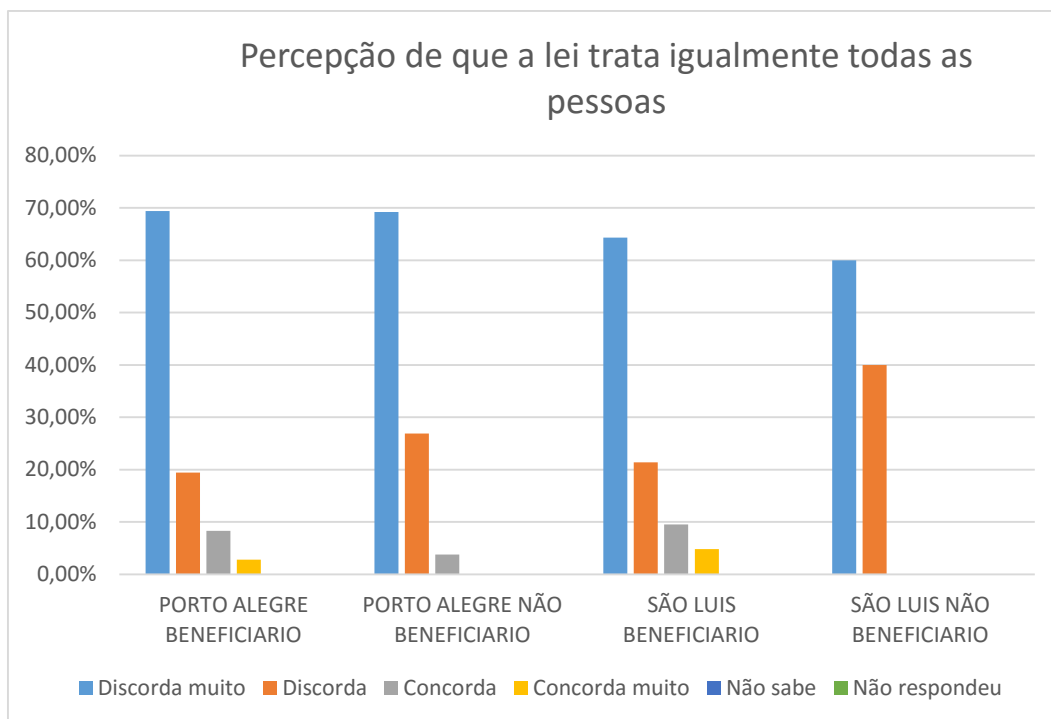


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que a lei trata igualmente todas as pessoas

Outra das dimensões da qualidade da democracia selecionadas para a pesquisa foi o Estado de Direito (Vértice Procedimentos). Dentro desse tem-se a igualdade jurídica. Quanto à lei tratar igualmente todas as pessoas (questão 22), em Porto Alegre, 69,4% e 69,2% discordaram muito, enquanto que 19,4% e 26,9% discordaram. Agregados os percentuais, 88,8% e 96,1% tiveram posição de discordância. Em São Luís, 64,3% e 60,0% discordaram muito, seguindo-se 21,4% e 40,0% que concordaram. Portanto, os percentuais de discordância totalizaram 85,7% e 100,0%.

Gráfico 30 - Percepção de que a lei trata igualmente todas as pessoas



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

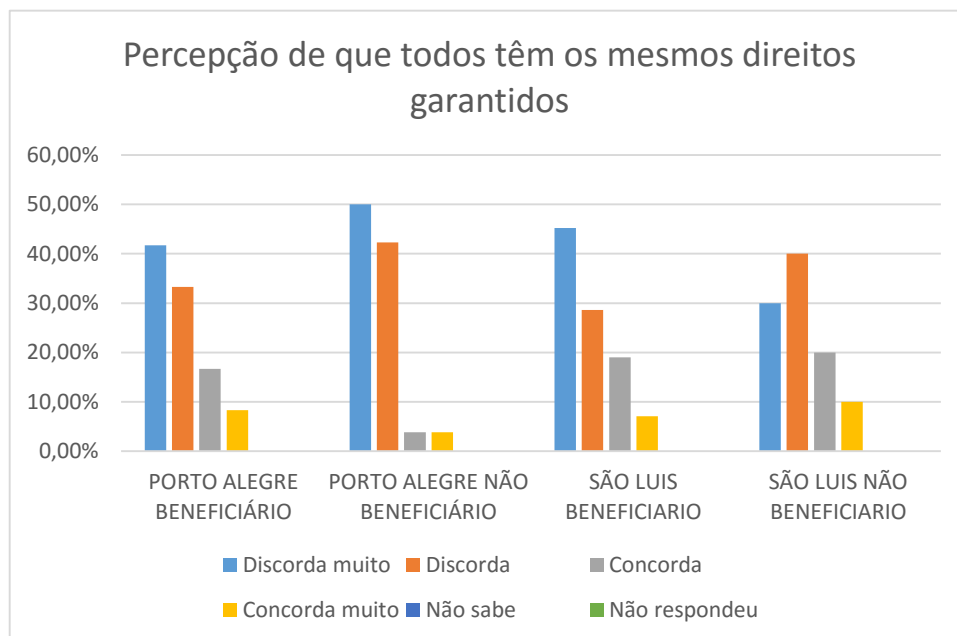
Dessa perspectiva, para os respondentes, o elemento compreendido por O'Donnell como um dos fundamentos da qualidade da democracia, o Estado de Direito, configura-se bastante insatisfatório na democracia brasileira. O que deixa evidente que não obstante os déficits de educação e informação dos segmentos de baixa e baixíssima renda, esses acham-se suficientemente a par dos privilégios e regalias de toda ordem, característicos da sociedade brasileira e devidamente tornados lei.

Percepção de que todos têm os mesmos direitos garantidos

A relevância da igualdade jurídica na qualidade da democracia é ratificada pelas respostas à pergunta se todos têm os mesmos direitos garantidos (questão 23), em Porto Alegre 41,7% e 50,0% discordaram muito. Como segundo percentual mais expressivo, 33,3% e 42,3% discordaram. Dessa forma, 75,0% e 92,3% posicionaram-se negativamente ante a ideia de que haja garantia equânime de direitos. Em São Luís, 45,2% e 30,0% discordaram muito e 28,6% e 40,0% discordaram, sendo os percentuais desfavoráveis agregados de 73,8% e 70,0%. Assim, também o aspecto garantia de direitos, dentro da dimensão Estado de Direito (Vértice Procedimentos), considerando-se a qualidade da democracia brasileira, é percebido como deixando bastante a desejar, pelos quatro grupos respondentes. Ou seja, por RFs beneficiários e por RFs beneficiários das duas capitais. As diferenças em ter direitos garantidos ou não, dependendo de qual o

cidadão considerado, apresentam-se como evidência, portanto, do ponto de vista dos pesquisados.

Gráfico 31 - Percepção de que todos têm os mesmos direitos garantidos

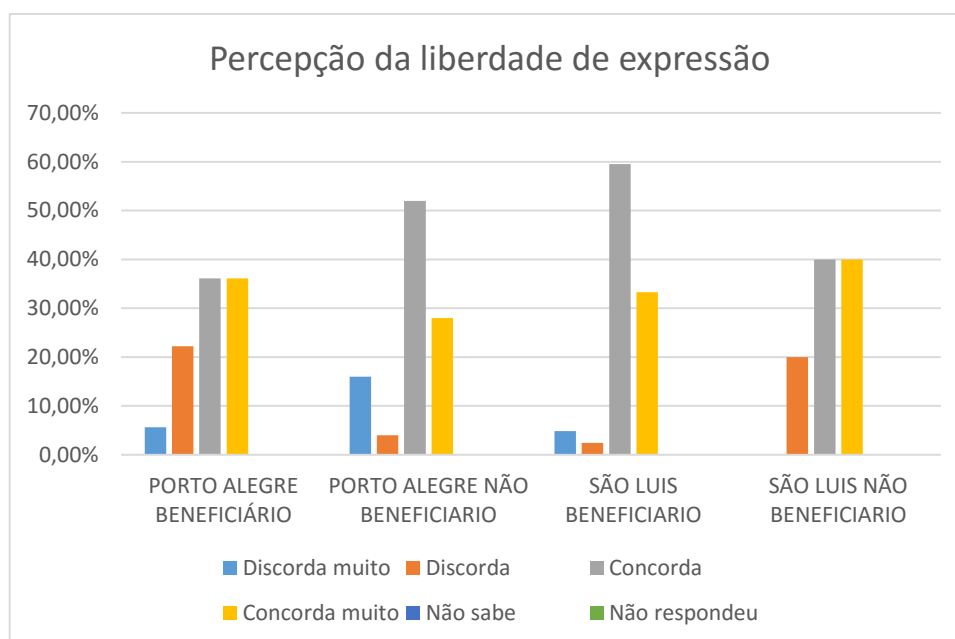


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção da liberdade de expressão

Quanto à liberdade civil e política (Vértice Conteúdo da qualidade da democracia), perguntados se no Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação dentre outros (questão 64), em Porto Alegre, dentre os RFs beneficiários, 36,1% concordaram e também 36,1% concordaram muito. Para os RFs não beneficiários, 52,0% concordaram e 28,0% concordaram muito. Em São Luís, 59,5% do primeiro grupo concordaram e 33,3% concordaram muito e 40,0% do segundo grupo concordaram, assim como 40,00% concordaram muito. Os resultados agregados correspondem, em Porto Alegre, a 72,2% e a 80,0% e em São Luís, a 92,8% e a 80,0%. As liberdades democráticas, portanto, são um fato no país para a maioria tanto dos RFs beneficiários como dos RFs não beneficiários.

Gráfico 32- Percepção da liberdade de expressão

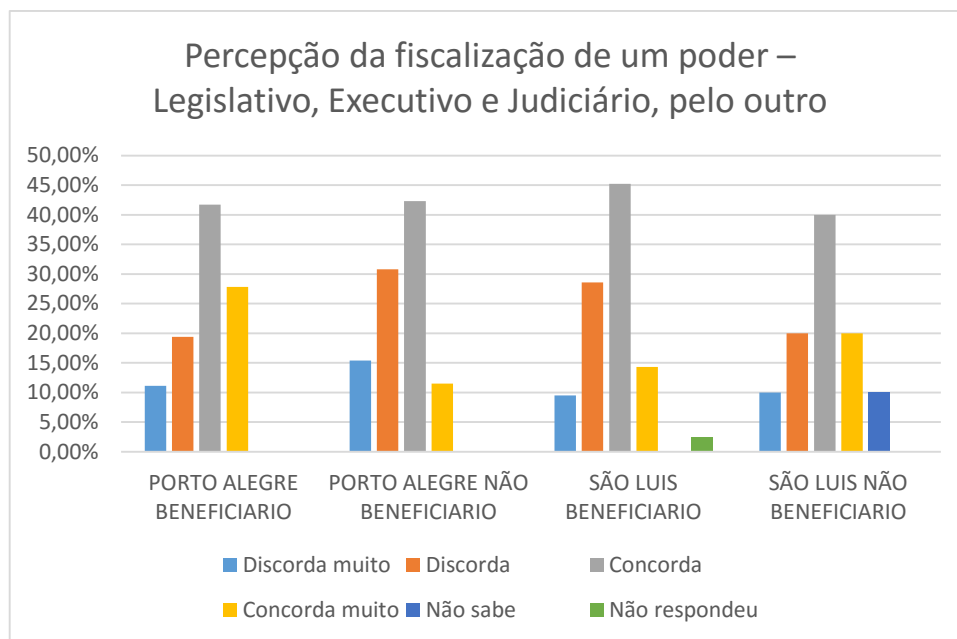


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção da fiscalização de um poder – Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro

No que se refere à accountability horizontal (Vértice Procedimentos): no Brasil, há fiscalização de um poder – Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro (questão 63), em Porto Alegre, dentre os RFs beneficiários, 41,7% concordaram e 27,8% concordaram muito. Dentre os RFs não beneficiários, 42,3% concordaram e 30,8% discordaram. Em São Luís, para os RFs beneficiários, 45,2% concordaram e 28,6% discordaram, sendo que para os RFs não beneficiários, 40,0% concordaram, 20% concordaram muito e também 20% discordaram. Portanto, o percentual mais expressivo, em todos os grupos, foi o dos que concordaram mas com percentuais amplamente superiores, apenas quanto aos RFs beneficiários de Porto Alegre, com 69,5% e aos RFs não beneficiários de São Luís, com 60%. Desse modo, a accountability horizontal é percebida como característica presente na democracia brasileira.

Gráfico 33 - Percepção de fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro

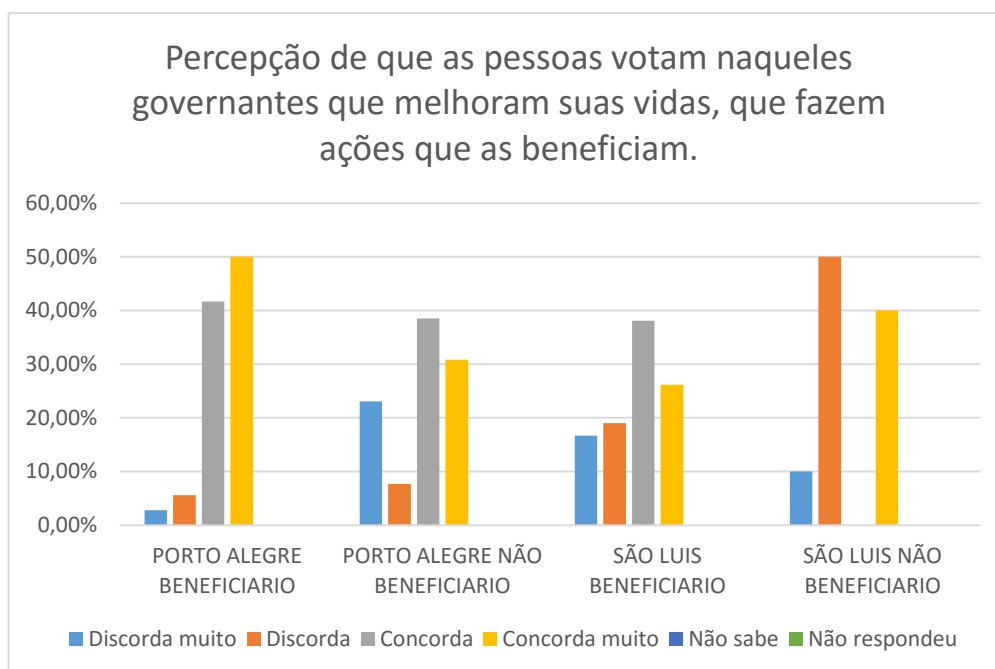


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que as pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam

Em termos da accountability vertical (Vértice Procedimentos) (questão 62), outra das dimensões utilizadas para mensurar a qualidade da democracia, em Porto Alegre: as pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam, em Porto Alegre, para o primeiro grupo, 50% concordaram muito e 41,7% concordaram, Para o segundo grupo, 38,5% concordaram e 30,8% concordaram muito. Em São Luís, no primeiro grupo, 38,1% concordaram e 26,2% concordaram muito. Já no segundo, 50% discordaram, 40% concordaram muito e 10% discordaram muito. Agregadamente, em Porto Alegre, 91,7% e 69,3% e em São Luís, 64,3% dos RFs beneficiários concordaram. Já dentre os RFs não beneficiários, as opiniões dividiram-se, com 50% dos RFs não beneficiários concordantes e também 50% resultando da soma dos que discordaram com os 10% que discordaram muito. Assim, para três dos quatro grupos pesquisados, verificou-se a compreensão de que ocorre a votação naqueles que foram bons governantes, em período anterior, por assim dizer e que por essa razão são reconduzidos aos postos de poder.

Gráfico 34 - Percepção de que as pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam



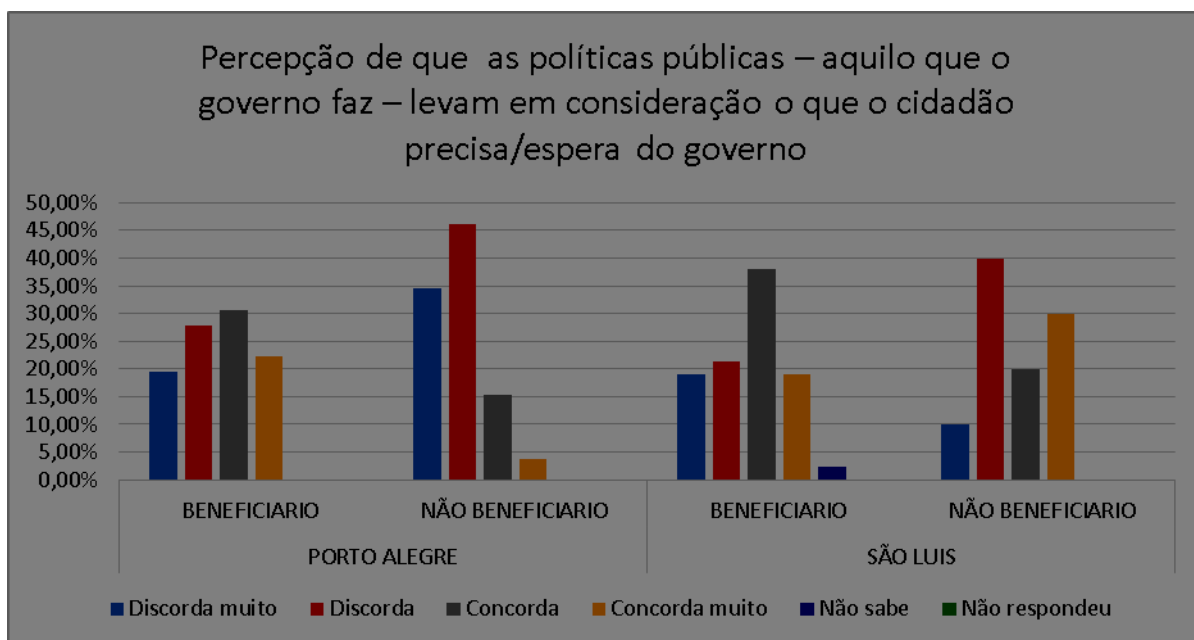
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que as políticas públicas – aquilo que o governo faz – levam em consideração o que o cidadão precisa/espera do governo

Passemos à responsividade (Vértice Resultados), conforme Powell Jr. (2005) ou seja, certa correspondência entre o que desejam os cidadãos e o que é realizado pelos governantes. Perguntados se as políticas públicas – aquilo que o governo faz – levam em consideração o que o cidadão precisa/espera do governo (questão 67), em Porto Alegre, dos RFs beneficiários, 30,6% concordaram e 27,8% discordaram. Para os RFs não beneficiários, 46,2% discordaram e 34,6% discordaram muito. Em São Luís, no primeiro grupo, 38,1% concordaram e 21,4% discordaram e no segundo grupo, 40% discordaram e 30% concordaram muito. Somando-se os percentuais do primeiro e do segundo maiores percentuais, em Porto Alegre resultou, dentre os RFs beneficiários, ligeira superioridade da posição de concordância, 52,8% contra 47,2% e no segundo grupo, uma ampla vantagem do entendimento de discordância, 80,8%. Em São Luís, no primeiro grupo, 57,1% concordaram e no segundo grupo, 50% concordaram e também 50% discordaram. Assim, a posição de concordância preponderou para o grupo de RFs não beneficiários, em Porto Alegre e de RFs beneficiários em São Luís. Já no caso dos RFs beneficiários, em Porto Alegre, houve superioridade dos que discordaram e em São Luís, equilíbrio.

Conforme a aplicação do questionário, portanto, os respondentes dividem-se quanto a ser responsivo ou não o governo, no Brasil.

Gráfico 35 - Percepção de que as políticas públicas - aquilo que o governo faz - levam em consideração o que o cidadão precisa/espera do governo

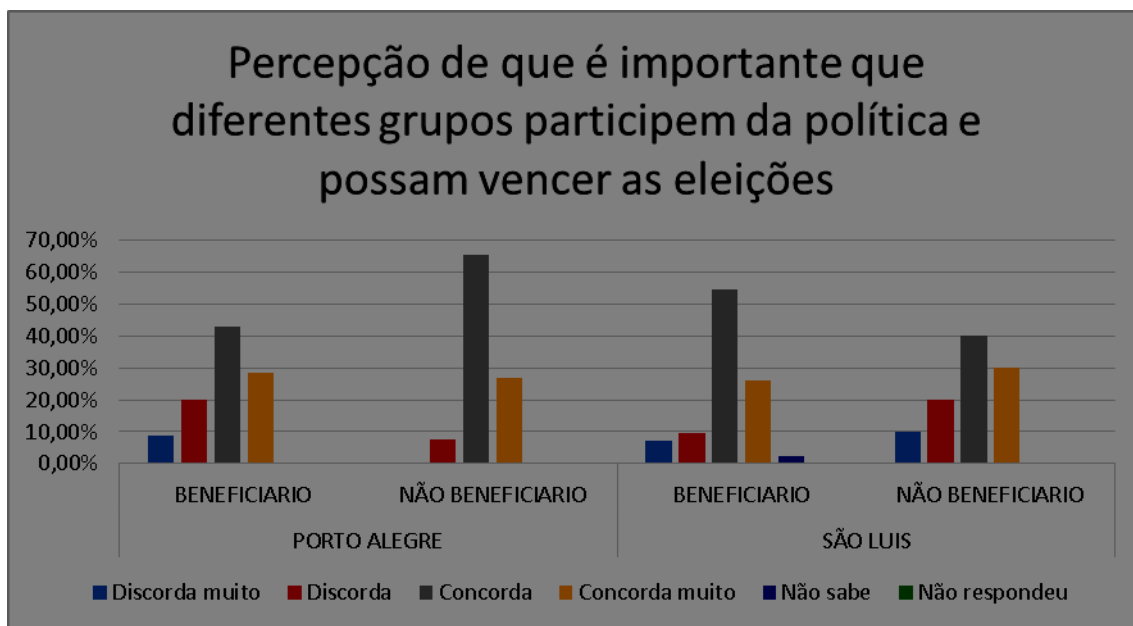


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que é importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições

No que se refere à competição (Vértice Procedimentos) -a alternância no poder como elemento da qualidade da democracia: é importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições (questão 61), em Porto Alegre, no primeiro grupo, 42,9% concordaram e 28,6% concordaram muito. E no segundo grupo, 65,4% concordaram e 26,9% concordaram muito. Em São Luís, dos RFs beneficiários, 38,1% concordaram e 21,4 discordaram e dos RFs não beneficiários, 40,0% discordaram e 30,0% concordaram muito. De modo agregado, em Porto Alegre, 71,5% e 92,3% e em São Luís, 57,1% dos RFs beneficiários concordaram e dentre os RFS não beneficiários, 50% concordaram e também 50% discordaram. Esse último grupo é o único dos quatro, em que houve equilíbrio entre concordantes e não com a importância da alternância dos eleitoralmente vitoriosos.

Gráfico 36 - Percepção de que é importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições

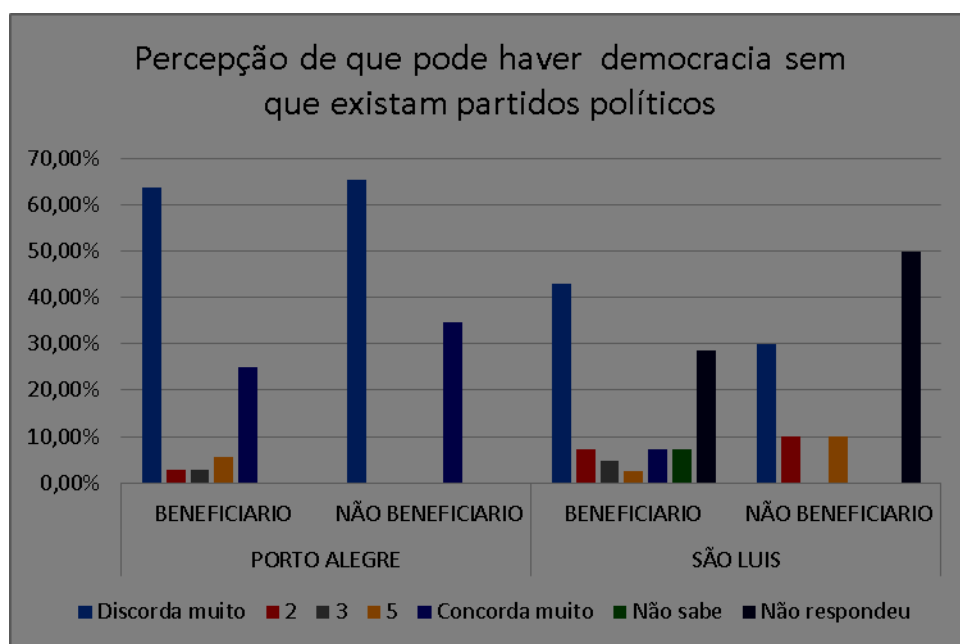


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que pode haver democracia sem que existam partidos políticos

Em termos da filiação à democracia enquanto rejeição a regimes autoritários que suprimam a representação, perguntados se pode haver democracia sem que existam partidos políticos (questão 60), em Porto Alegre, dos RFs beneficiários, 63,9% discordaram muito e 25% concordaram muito; dos RFS não beneficiários, 65,4% discordaram muito e 34,6% concordaram muito. Em São Luís, no primeiro grupo, 42,9% discordaram muito e 28,6% concordaram muito; no segundo, 50,0% concordaram muito e 30,0% discordaram muito. Assim, apenas dentre os RFs não beneficiários de São Luís, preponderou posição concordante com a ideia de uma democracia sem partidos.

Gráfico 37 - Percepção de que pode haver democracia sem que existam partidos políticos

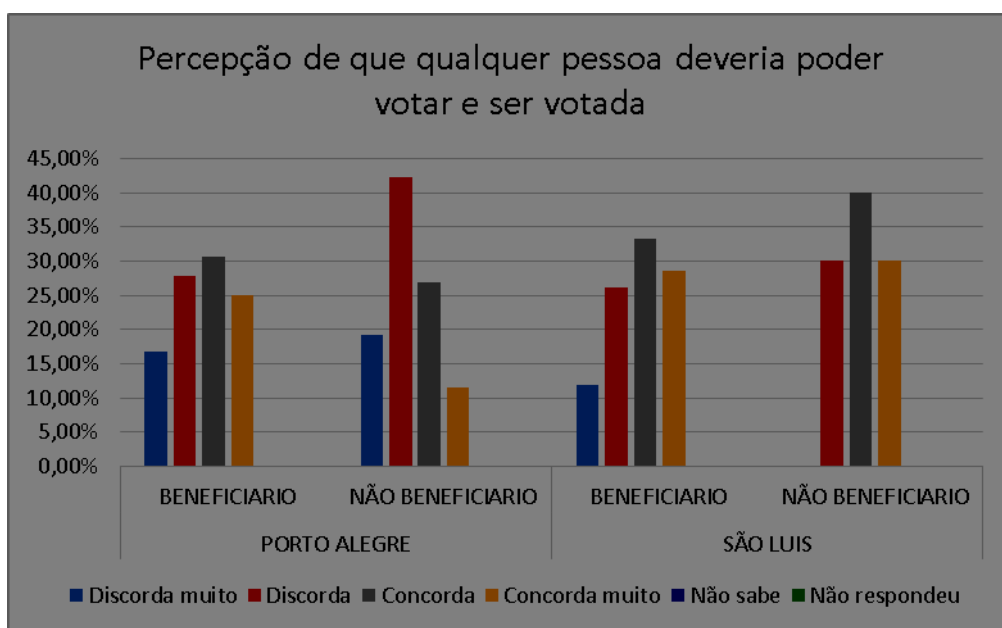


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada

Quanto à igualdade política (Vértice Conteúdo), nas respostas a se qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada (questão 65), em Porto Alegre, no primeiro grupo, 30,6% concordaram e 27,8% discordaram; no segundo, 42,43% discordaram e 26,9% concordaram. Em São Luís, dentre os RFs beneficiários, 33,3% concordaram e 28,6% concordaram muito e dentre os RFS não beneficiários, 40,0% concordaram, 30% concordaram muito e também 30% discordaram. Os resultados agregados foram, em Porto Alegre, no primeiro grupo, 55,6% de concordância contra 44,5% e no segundo, 61,5% de discordância contra 55,0%. Em São Luís, no primeiro grupo, 61,9% de assentimento contra 37,3% e no segundo, 70% de concordância contra 30%. Portanto, para os quatro grupos de respondentes, preponderou a concordância quanto ao aspecto proposto.

Gráfico 38 - Percepção de que qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada

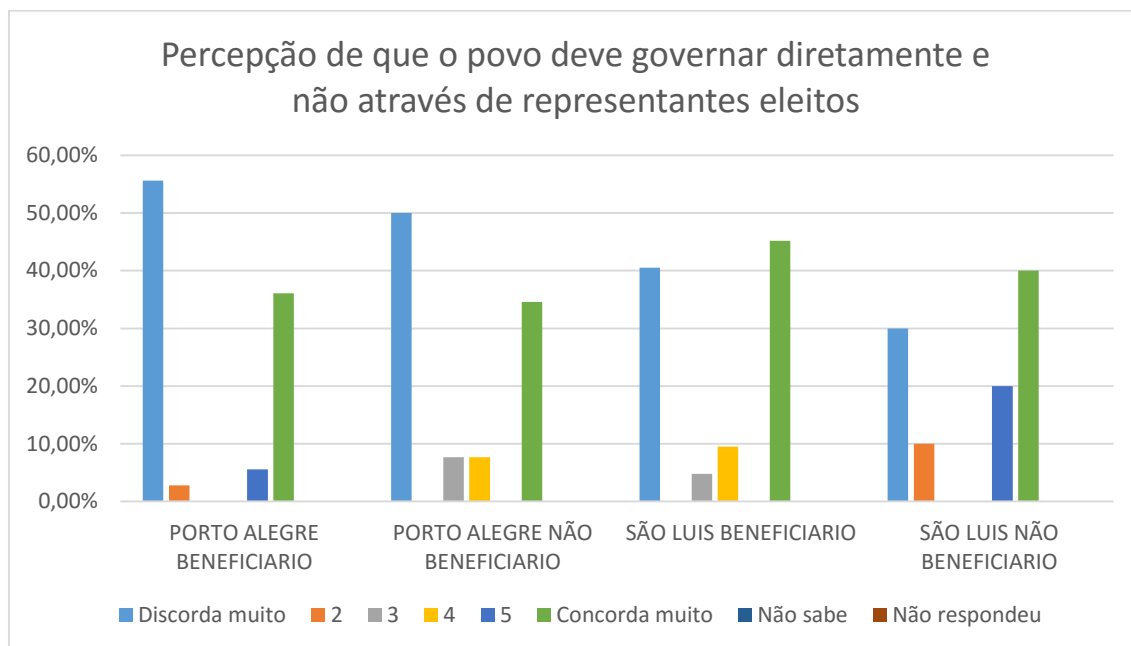


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que o povo deve governar diretamente e não através de representantes eleitos

Ainda no que se refere à suprimir a representação, perguntados se o povo deve governar diretamente e não através de representantes eleitos (questão 50), em Porto Alegre, 55,6% e 50% discordaram muito, seguindo-se 36,1% e 34,6% que concordaram muito. Em São Luís, 45,2% e 40,0% concordaram muito, seguindo-se 40,5% e 30,0% que discordaram muito. Nesse último grupo, 20% concordaram um pouco. Ou seja, 60,0% dos RFs não beneficiários concordaram. Tem-se assim que a percepção de governo representativo como necessário não se verificou para os dois grupos de São Luís, o que sugere dificuldade de aceitação de um dos elementos-chave da democracia representativa de que viemos tratando.

Gráfico 39 - Percepção de que o povo deve governar diretamente e não através de representantes eleitos

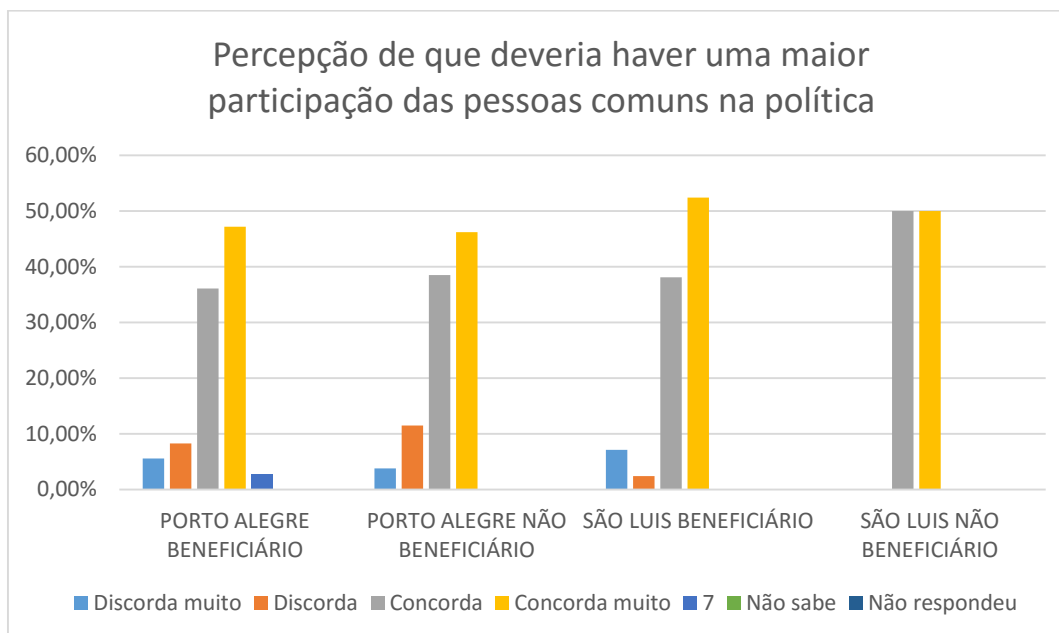


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política

No que se refere à participação política: deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política (questão 59), em Porto Alegre, no primeiro grupo, 47,2% concordaram muito e 36,1% concordaram; no segundo, 46,2% concordaram muito e 38,5% concordaram. Em São Luís, dos RFs beneficiários, 52,4% concordaram muito e 38,5% concordaram e dos RFS não beneficiários, 50,0% concordaram e também 50,0% concordaram muito. O entendimento favorável, dessa forma, perfaz totais para Porto Alegre, de 83,3% e de 84,7% e para São Luís, de 90,5% e de 100,0%, ficando clara a relevância para os respondentes, da necessidade do aumento da participação política. Desse prisma, portanto, há uma participação insuficiente das pessoas comuns na política, o que significa dificuldades no que se refere à qualidade da democracia.

Gráfico 40 - Percepção de que deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política

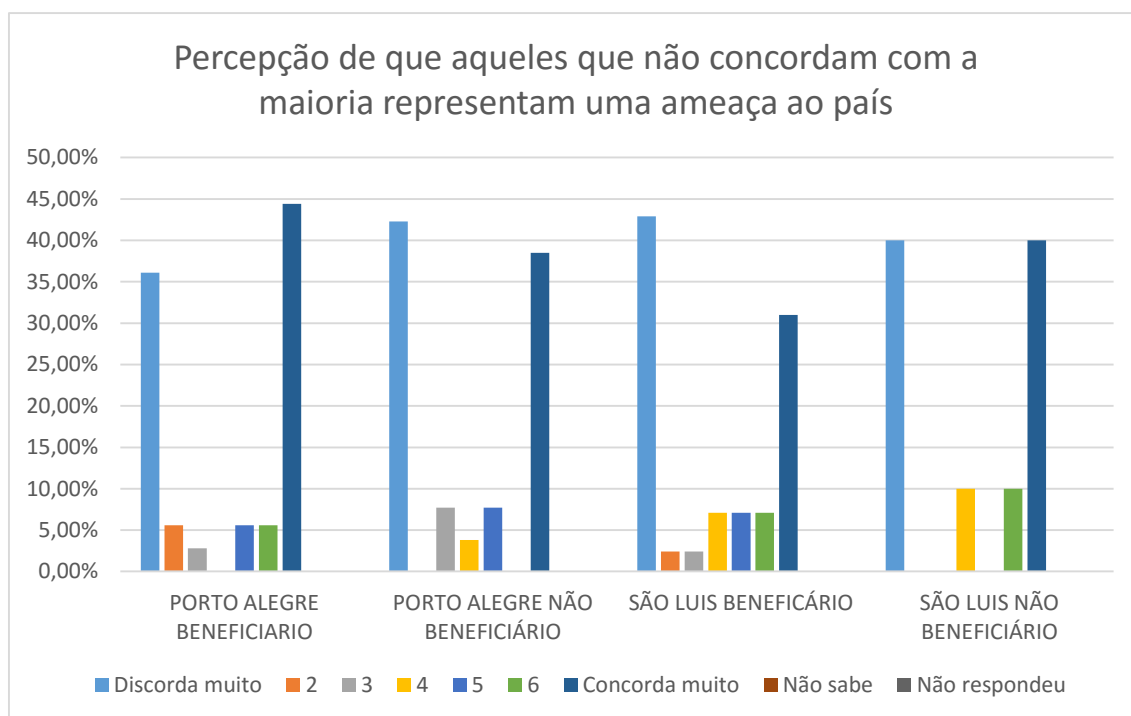


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país

No que concerne ainda à participação - respeito às minorias, na resposta a se aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país (questão 51), em Porto Alegre, 44% concordaram muito e 42,3% discordaram muito, seguindo-se 36,1% que discordaram muito e 38,5% que concordaram muito. Em São Luís, 45,2% e 40,0% concordaram muito. Como segundo maior percentual, 40,5% e 30,0% discordaram muito. Nesse último grupo, 20% concordaram um pouco, somando 60,0% de posicionamento de concordância entre os RFs não beneficiários. Portanto, há praticamente uma divisão proporcional entre os que concordam e os que discordam, excetuada a preponderância dos que concordam no segundo grupo de São Luís. Ou seja, o respeito às minorias não se apresenta como um elemento ratificado pelos grupos de respondentes: o percentual correspondente é mais expressivo apenas entre os RFs não beneficiários de Porto Alegre e ainda assim, não por margem significativa.

Gráfico 41 - Percepção de que aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país

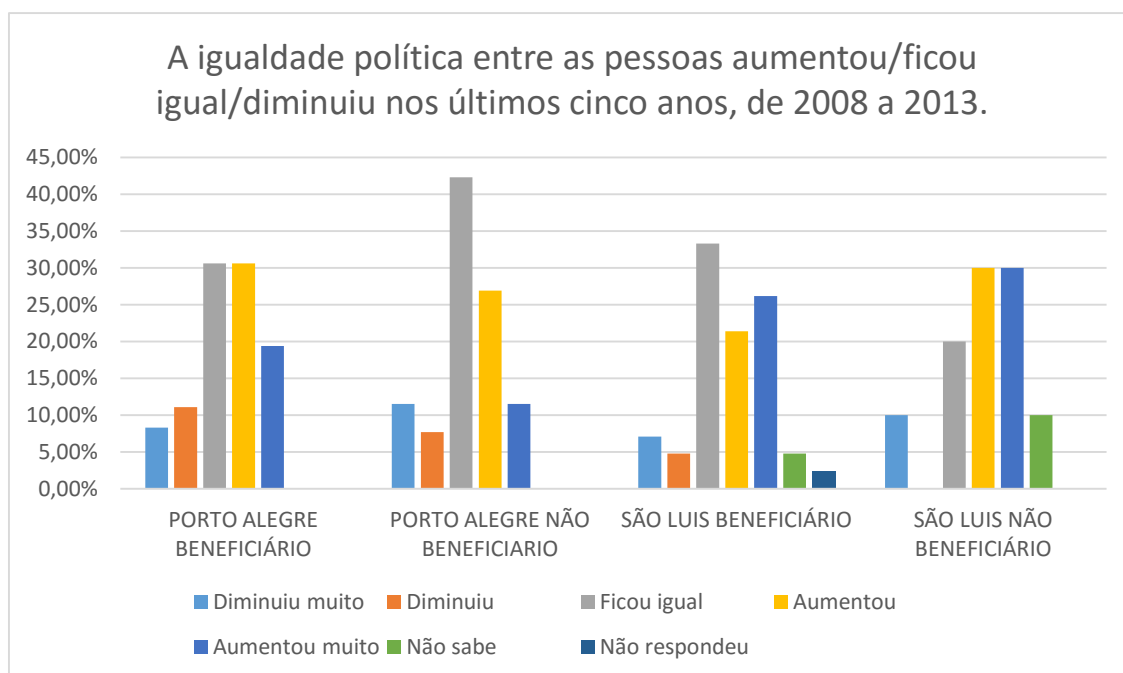


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção da igualdade política, nos últimos cinco anos

Também quanto à igualdade política (Vértice Conteúdo), perguntados se a mesma entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013, (questão 66), em Porto Alegre, dos RFs beneficiários, 30,6% acharam que ficou igual e também 30,6%, que aumentou, além de 19,4% acharem que aumentou muito. Dos RFs não beneficiários, 42,3% acharam que ficou igual e 26,9% que aumentou. Em São Luís, no primeiro grupo, 33,3 acharam que ficou igual e 26,2% que aumentou muito. No segundo, 30,0% acharam que aumentou, 30,0% que aumentou muito e 20% que ficou igual. Assim, os percentuais mais expressivos dividem-se entre os que acharam que ficou igual e os que acharam que aumentou ou que aumentou muito, com prevalência da soma dos dois últimos: em Porto Alegre, 47,6% e 60,0% e em São Luís, 50,0% e 38,4%.

Gráfico 42 - A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

O somatório dos percentuais daqueles que acharam que a igualdade política diminuiu ou que diminuiu muito restringiram-se em Porto Alegre, a 19,4% e a 19,2% e em São Luís, a 11,9% e a 10,0%. Logo, os respondentes não identificaram maior inadequação do aspecto da qualidade da democracia, liberdade política, no período recente.

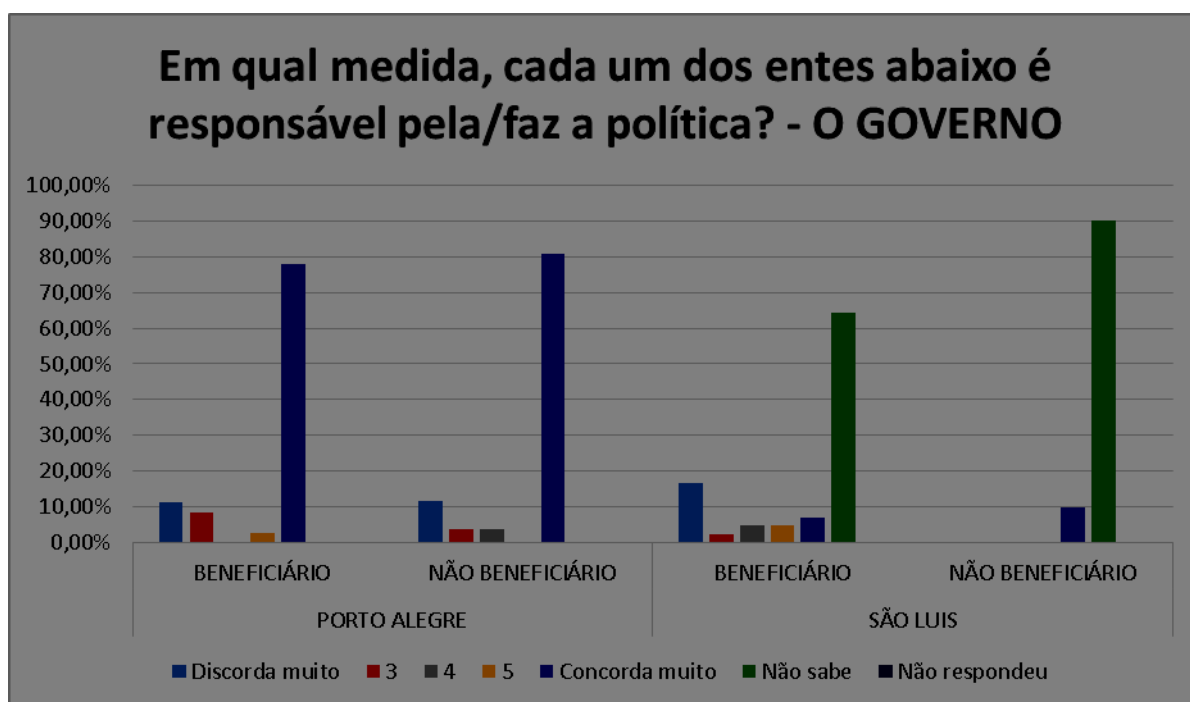
Percepção da responsabilidade pela política

Para mensurar-se a compreensão quanto à responsabilidade pela política, perguntou-se: em que medida o governo é responsável/faz a política (questão 24), em Porto Alegre, 77,8% e 80,8% e em São Luís, 64,3 e 90,0 concordaram muito que seja. Quanto a se a população é responsável/az a política (questão 25), em Porto Alegre, 61,1% e 69,2% concordaram muito e em São Luís, no primeiro grupo, 71,4% concordaram muito e no segundo grupo, 50,0% discordaram muito e 30,0% concordaram muito. Dos quatro grupos, portanto, apenas dentre os RFs não beneficiários de São Luís, o percentual mais expressivo é o dos que discordaram muito. No que se refere a se o presidente da República é responsável/faz a política (questão 26), em Porto Alegre, 77,8% e 88,5% e em São Luís, 81,0% e 60% concordam muito. Com relação a se os vereadores, deputados e senadores são responsáveis/fazem a política (questão 27), em Porto Alegre, 72,2% e 88,5% e em São Luís, 70,7% dos RFS beneficiários concordaram muito. Já dentre os RFs não beneficiários da segunda capital, 50% concordaram muito, 20% discordaram muito e

igualmente 20% concordaram. O entendimento de concordância, portanto, é de 70%. No que tange a se as associações de bairro são responsáveis/fazem a política (questão 28), em Porto Alegre, 52,8% e 53,8% concordaram muito e 19,4% e 26,9% discordaram muito. Em São Luís, 66,7% e 40,00% concordaram muito e nesse segundo grupo, o dos RFs não beneficiários, 30,0% discordaram muito e também 30% discordaram. Assim, tão somente nesse quarto grupo preponderou a opinião discordante, somando 70%. Perguntados em que medida os sindicatos são responsáveis/fazem a política (questão 29), em Porto Alegre, 66,7% e 53,8 concordaram muito. Nesse segundo grupo, 30,8% discordaram muito. Em São Luís, dentre os RFs beneficiários, 52,4% concordaram muito, 21,4% discordaram muito e 16,7% concordaram e dentre os RFs não beneficiários, 50% concordaram muito, 20% discordaram muito e também 20% discordaram. Assim, o percentual de assentimento em São Luís somou, para o primeiro grupo, 69,1%.

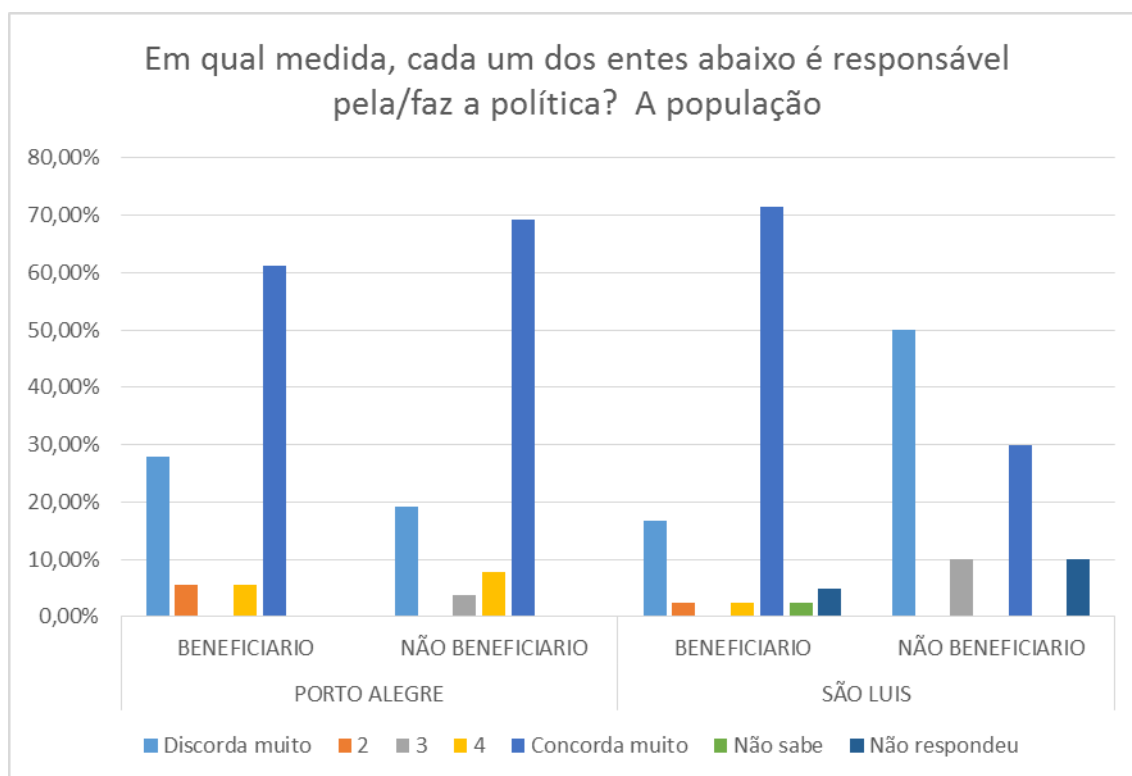
Essa série de questões pertinentes ao entendimento acerca de quem é responsável/faz a política mostrou que os respondentes, em sua maioria, compreendem que os entes citados têm relação com a política. Ou seja, a busca de uma associação entre o universo da política, especialmente no caso, através das figuras do governo e da população e o programa de transferência de renda escolhido para a pesquisa não são totalmente desprovidos de sentido para os grupos aos quais o questionário foi aplicado.

Gráfico 43 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? O governo



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

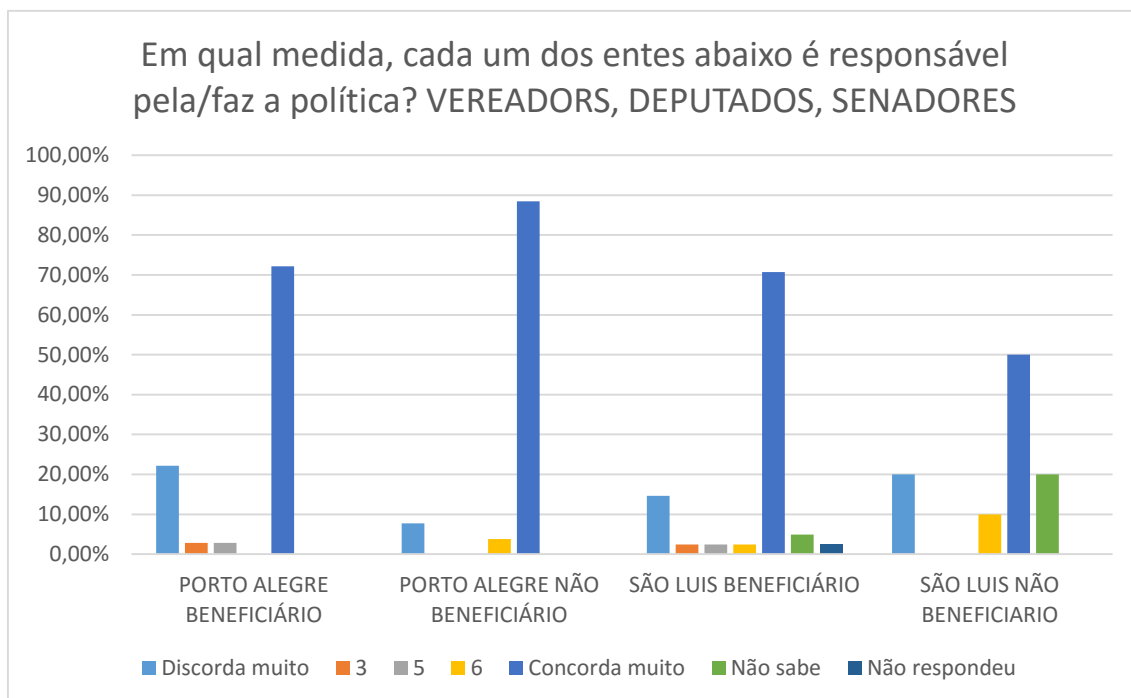
Gráfico 44 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? A população



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 45 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política?

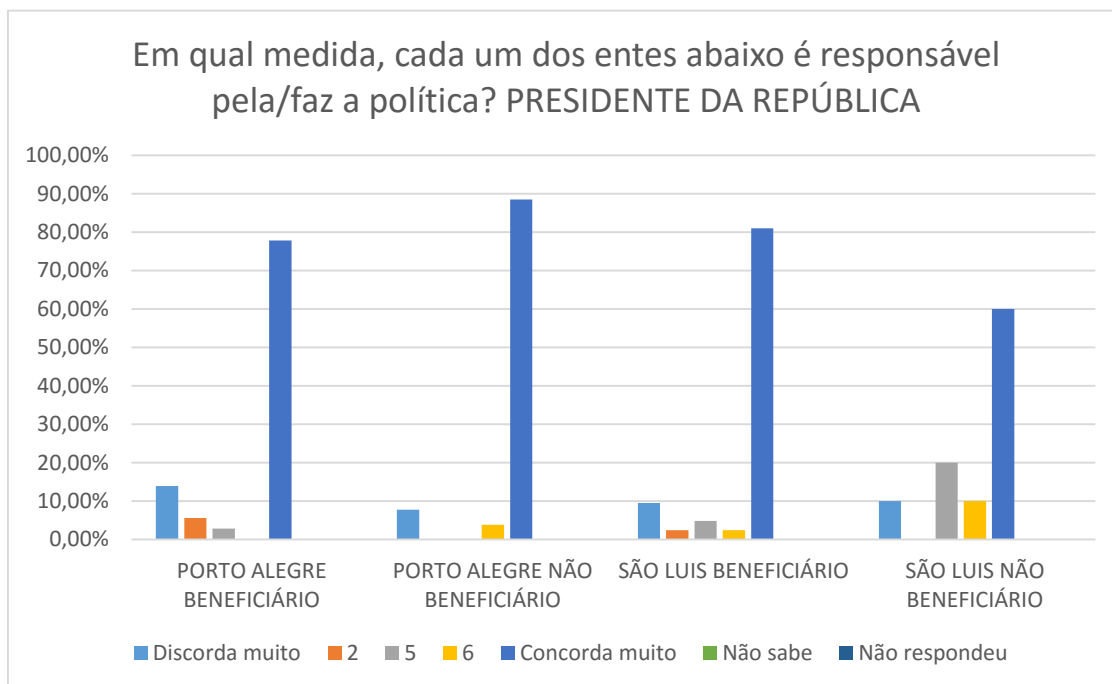
Vereadores, deputados e senadores



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

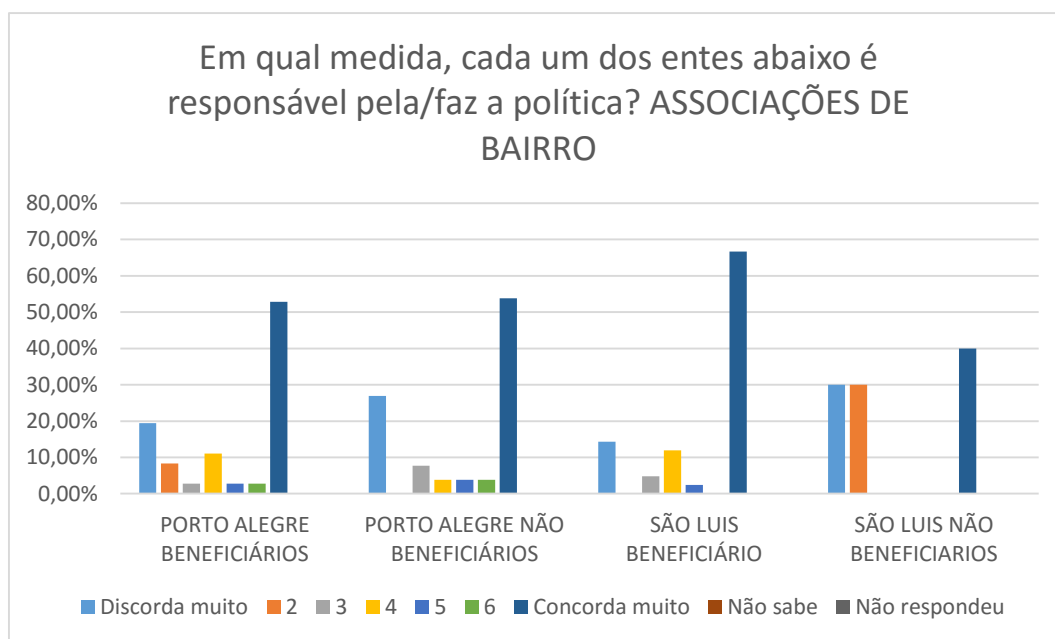
Gráfico 46 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política?O

Presidente da República



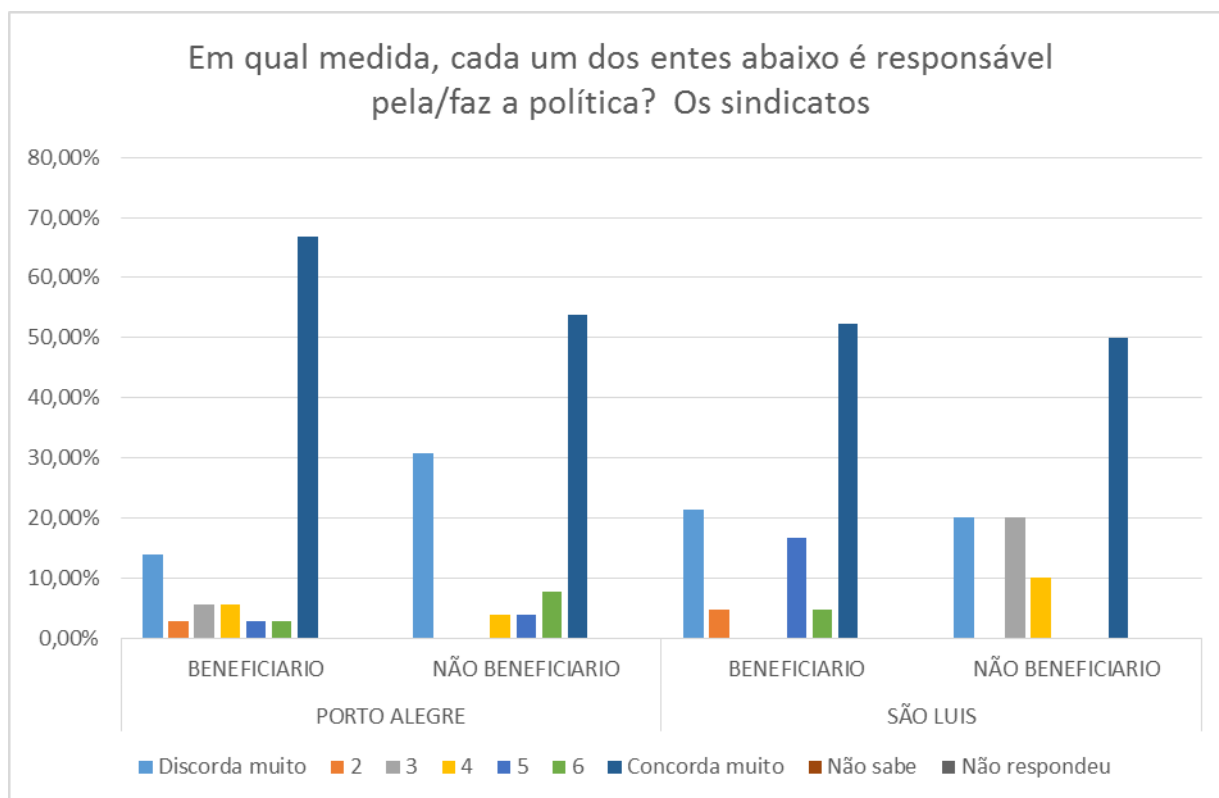
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 47 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? As associações de bairro



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 48 - Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? Os sindicatos



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Confiança nas instituições

Procurando apreender a confiança dos respondentes nas instituições, outro aspecto que destacamos na tese, o qual segundo Moisés (In Moisés (Org), 2010) significaria filiação à democracia, fez-se uma série de perguntas. Perguntados até que ponto têm confiança na justiça (questão 36), em Porto Alegre, 58,3% e 46,2% discordaram muito. Seguiram-se 22,2% e 19,2% que concordaram muito. Em São Luís, 45,2% e 40,0% concordaram muito. Na segunda posição, 40,5% e 30,0% discordaram muito. Portanto, na segunda capital, diferentemente do que em Porto Alegre, os respondentes mostraram confiança na justiça, mas a distância percentual entre os que concordaram e o que não concordaram, dentre os RFs beneficiários, não foi muito expressiva.

Quanto a até que ponto têm confiança na justiça eleitoral (questão 37), em Porto Alegre, 47,2% e 53,8% discordaram muito, seguindo-se 27,8% e 19,2% que concordaram muito. Em São Luís, 50% em ambos os grupos discordaram muito. O segundo maior percentual dentre os RFs beneficiários foi o dos que concordaram muito, 16,7%, sendo que o total do entendimento de discordância dentre os RFs não beneficiários somou 60%. Dessa forma, nos quatro grupos de respondentes, preponderou a discordância, ainda que com percentuais não fortemente superiores.

Com relação a ter confiança nas Forças Armadas (questão 38), em Porto Alegre, 50,0% e 61,5% concordaram muito seguindo-se entre os RFs beneficiários, 30,6% que discordaram muito. Em São Luís, 41,5% e 40,0% concordaram muito, seguindo-se 17,1% que concordaram e 30,0% que discordaram muito. Portanto, a posição de concordância preponderou para os quatro grupos, que declararam confiança nas Forças Armadas.

Quanto a ter confiança no Congresso Nacional (questão 39), em Porto Alegre, 55,6% e 57,7% discordaram muito, seguindo-se 19,4% e 19,2% que concordaram muito. Em São Luís, 40,5% e 30,0% discordaram muito, também 30% dos RFs não beneficiários concordaram muito, seguindo-se 21,4% que concordaram muito e 20,0% que discordaram um pouco. Assim, os quatro grupos entrevistados são discordantes quanto a ter confiança no Congresso Nacional,

No que se refere a ter confiança na Polícia Militar (questão 40), em Porto Alegre, 47,2% discordaram muito e 34,6% concordaram muito, seguindo-se 27,8% que concordaram muito e 26,9% que discordaram muito. Em São Luís, 28,6% discordaram muito e 30% concordaram um pouco, seguindo-se 26,2 que concordaram muito e dentre

os RFs não beneficiários, 20% que discordaram muito e também 20% que discordaram. Em Porto Alegre, o somatório das posições de discordância para os RFs beneficiários é de 63,8% e para os RFs não beneficiários, o de concordância é de 65,3%. Em São Luís, agregadamente, 50% discordaram contra 42,8%, no primeiro grupo e 50,0% discordaram contra 30,0%, no segundo. Dessa forma, apenas num dos quatro grupos prepondera a confiança na Polícia Militar.

Perguntados quanto à confiança na Igreja Católica (questão 41), em Porto Alegre, 61,1% e 53,8%, concordaram muito, seguidos de 16,7% e 19,2% que discordaram muito, Em São Luís, 50% e dentre os RFs não beneficiários, 40% também concordaram muito, juntamente com 40% que discordaram muito. Na segunda posição, 19% discordaram muito e 20% concordaram um pouco.

No que tange a ter confiança na Igreja Evangélica (questão 42), em Porto Alegre, 55,6% e 38,5% concordaram muito e na segunda posição, 19,4% e 23,1% discordaram muito. Em São Luís, 52,4% e 80,0% concordaram muito. Agregando-se os percentuais, em Porto Alegre, teve-se 58,4 e 46,2% e em São Luís, 61,9% e 100,0%.

Quanto a ter confiança nos partidos políticos (questão 43), em Porto Alegre, 58,3% e 57,7% e em São Luís, 54,8% e 50,0% discordaram muito. Dentre os RFs não beneficiários de São Luís, como segunda posição, 30% concordaram pouco. Ou seja, nos quatro grupos, os percentuais mais significativos foram negativos. .

Com relação à confiança no Presidente da República (questão 44), em Porto Alegre, 44,0% concordaram muito e dentre os RFs não beneficiários, 26,9% discordaram muito e também 26,9% concordaram muito, seguindo-se, no primeiro grupo, 33,3% que discordaram muito e no segundo, 19,2% que concordaram um pouco. Em São Luís, 47,6% e 40,0% concordaram muito, sendo que agregadamente, os percentuais de afirmação de confiança somaram 69,0% e 80,00%.

Quanto à confiança no governo municipal (questão 46), em Porto Alegre, 36,1% concordaram muito e 33,3% discordaram muito e em São Luís, 42,9% e 40,0% discordaram muito. Somando-se os percentuais, em Porto Alegre, 42,9% e 40,0% foram positivos e em São Luís, 52,5% e 60,0%.

No que se refere à confiança nas eleições no país (questão 49), em Porto Alegre, 36,1% concordaram muito e 33,3% discordaram muito e em São Luís, 52,4% discordaram

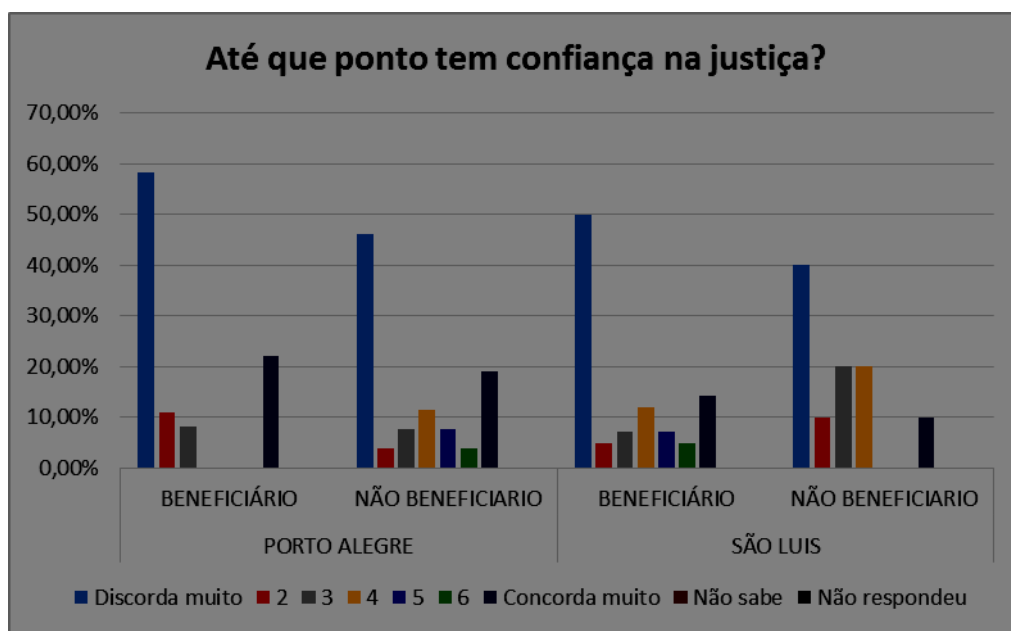
muito e entre os RFs não beneficiários, 30% igualmente discordaram muito e 30% discordaram um pouco.

No que tange à confiança nos meios de comunicação (questão 48), em Porto Alegre, 66,7% e 61,5% e em São Luís, 58,5% e 70,0% concordaram muito.

Quanto à confiança no Supremo Tribunal Federal (questão 45), em Porto Alegre, 41,7% discordaram muito e 36,1% concordaram muito e em São Luís, 30,8% concordaram muito e 23,1% discordaram muito.

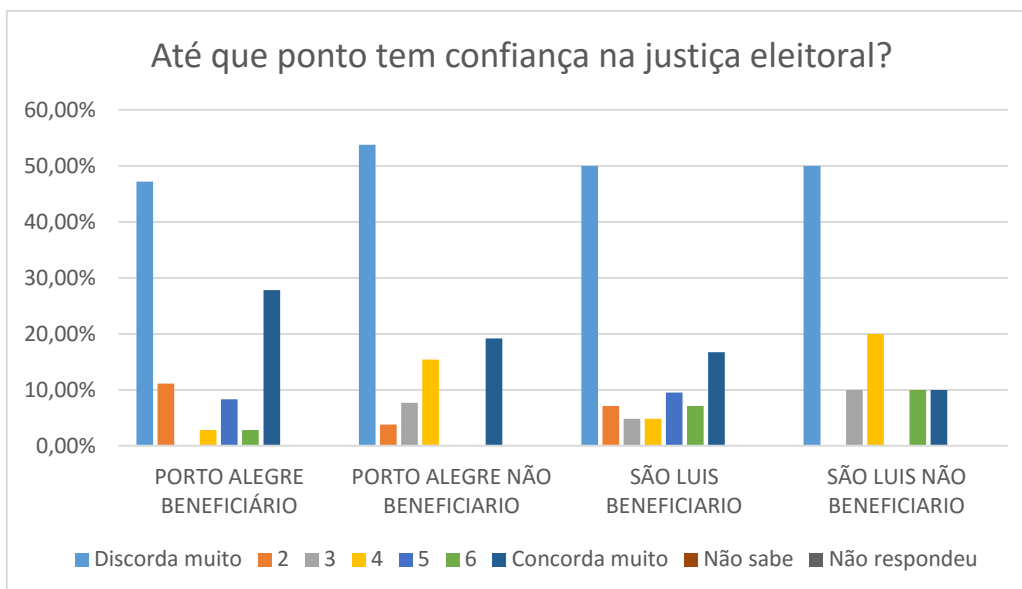
No que se refere aos tribunais de justiça no Brasil garantirem um julgamento justo (questão 31), em Porto Alegre, 61% e 76,9% discordam muito e em São Luís, 45,0% discordaram muito e 42,9% discordaram um pouco.

Gráfico 49 - Até que ponto tem confiança na justiça?



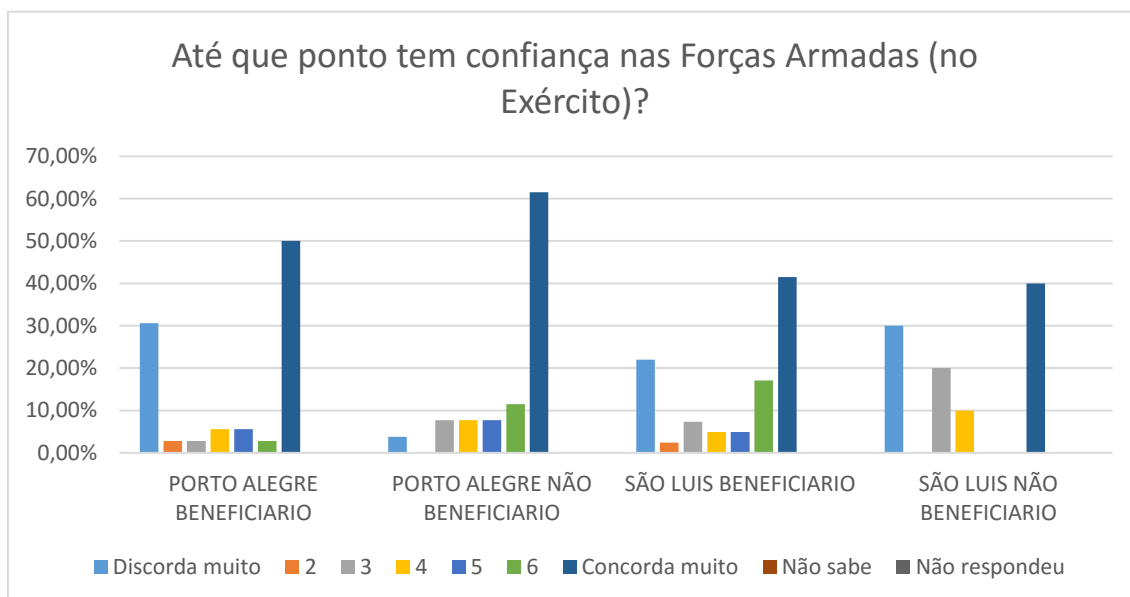
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 50 - Até que ponto tem confiança na justiça eleitoral?



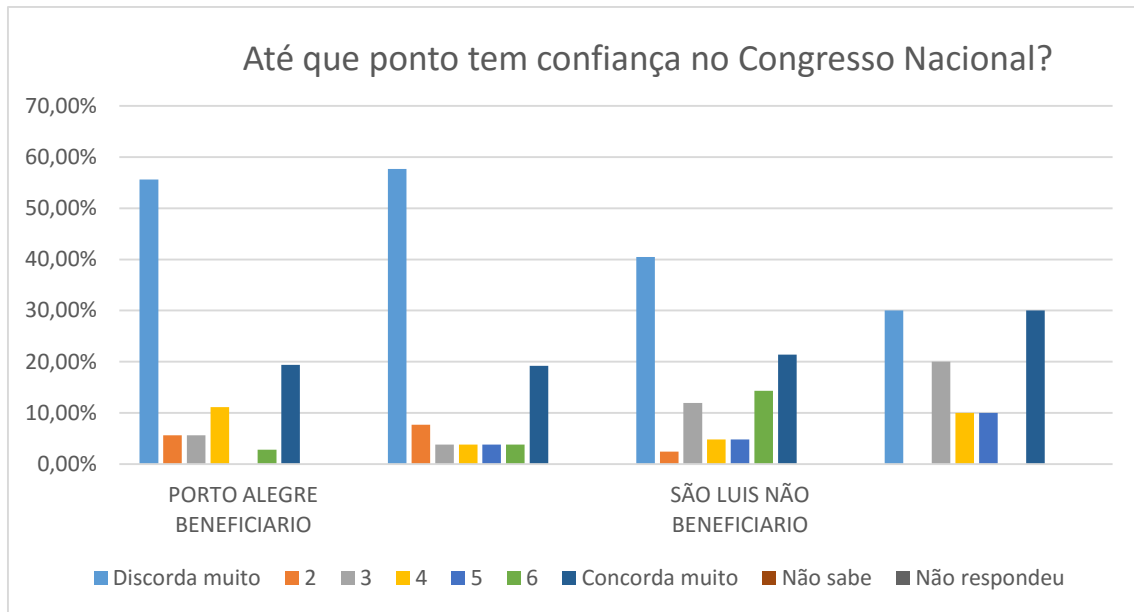
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 51 - Até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)?



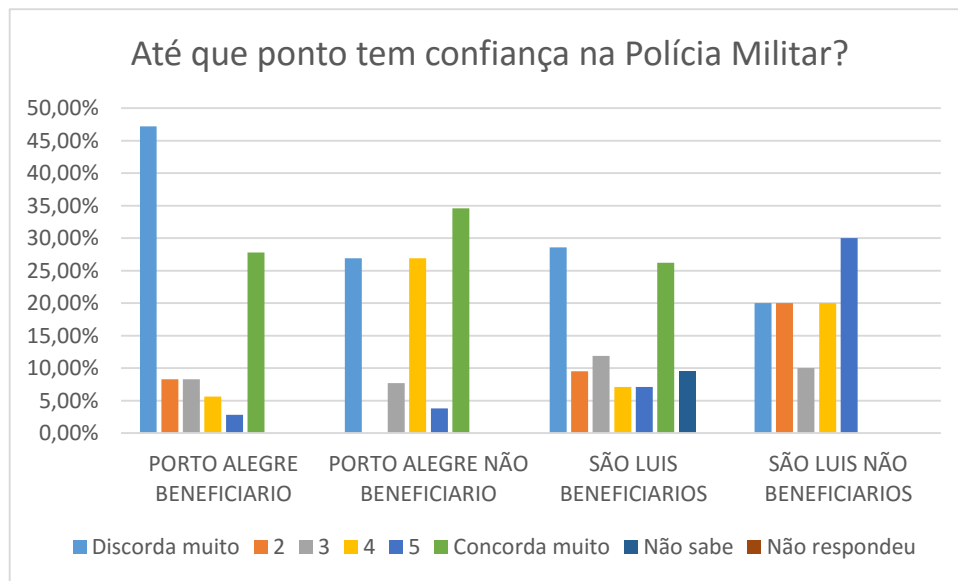
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 52 - Até que ponto tem confiança no Congresso Nacional?



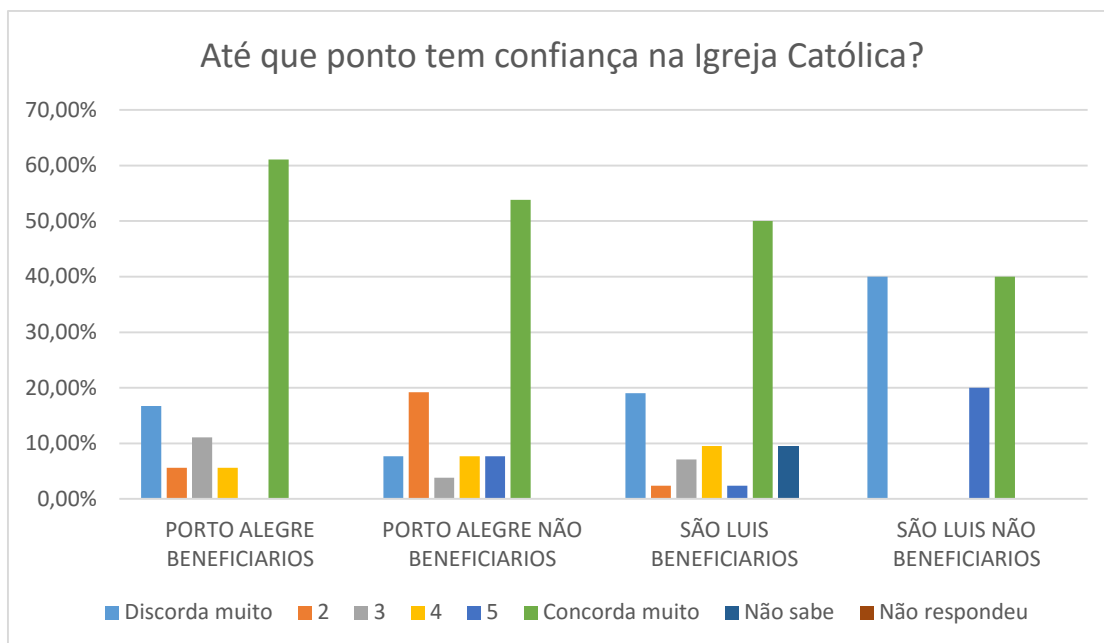
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 53 - Até que ponto tem confiança na Polícia Militar?



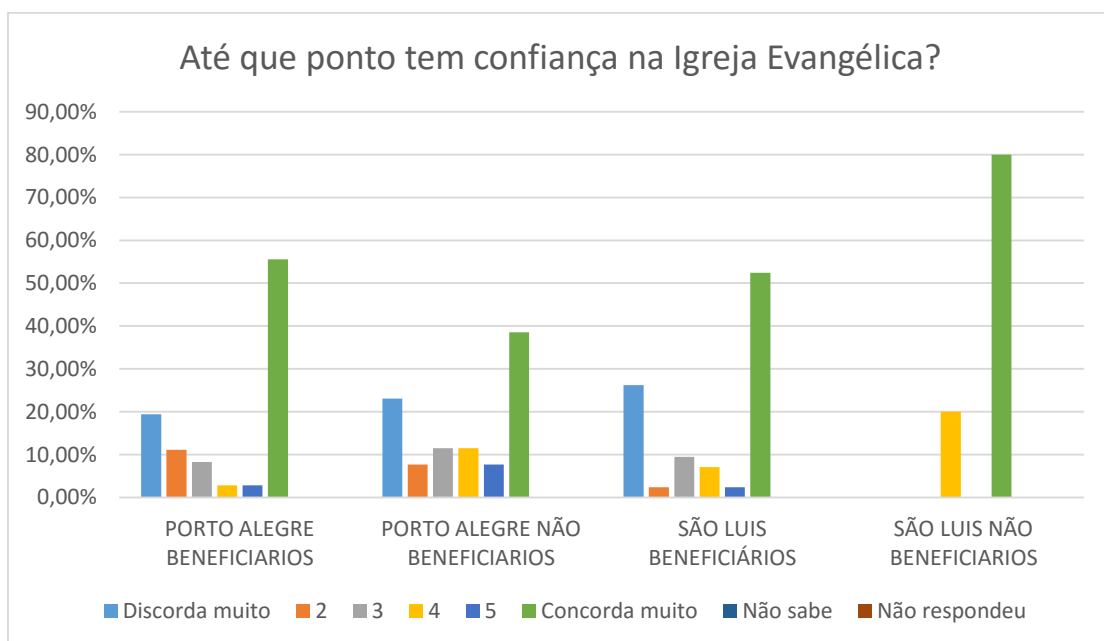
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 54 - Até que ponto tem confiança na Igreja Católica



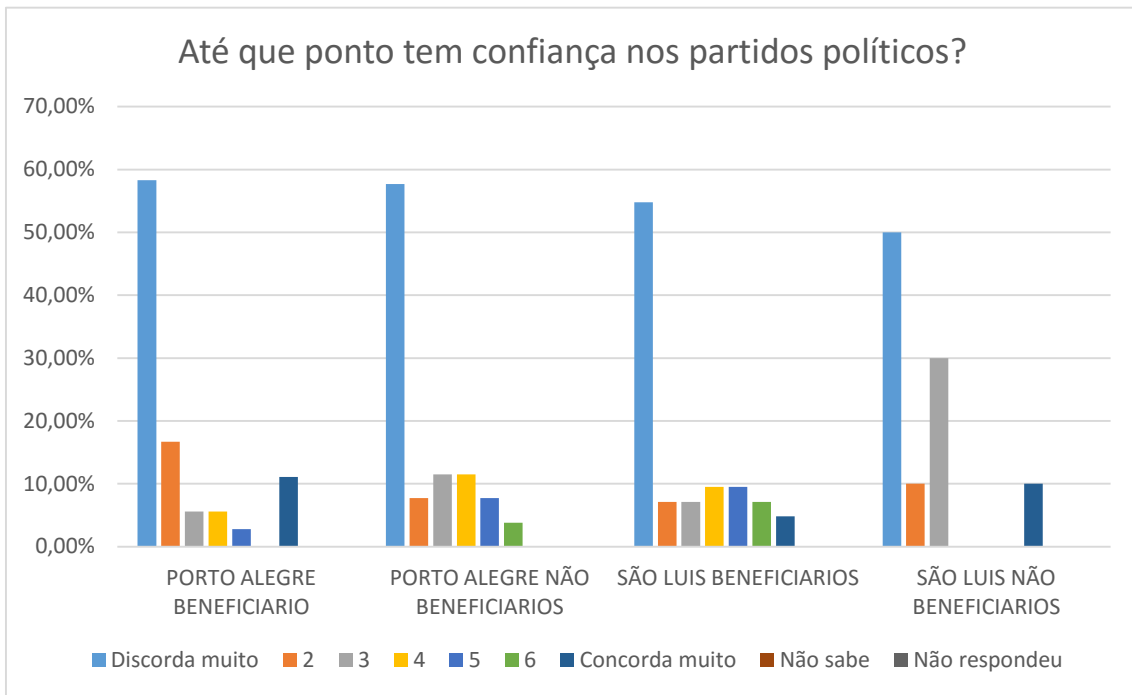
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 55 - Até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica?



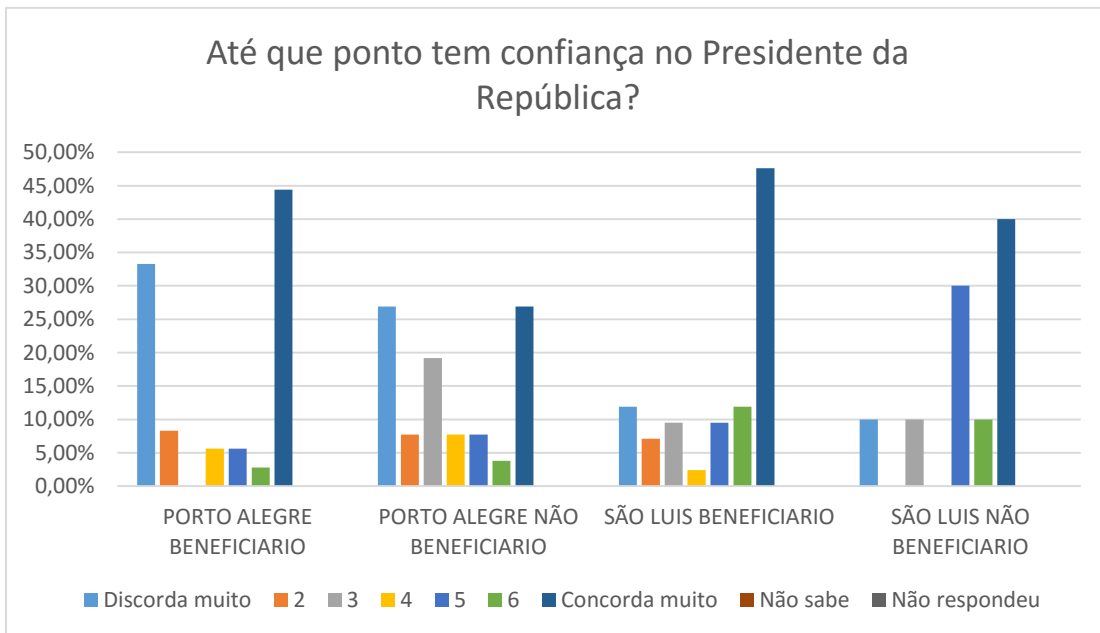
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 56 - Até que ponto tem confiança nos partidos políticos?



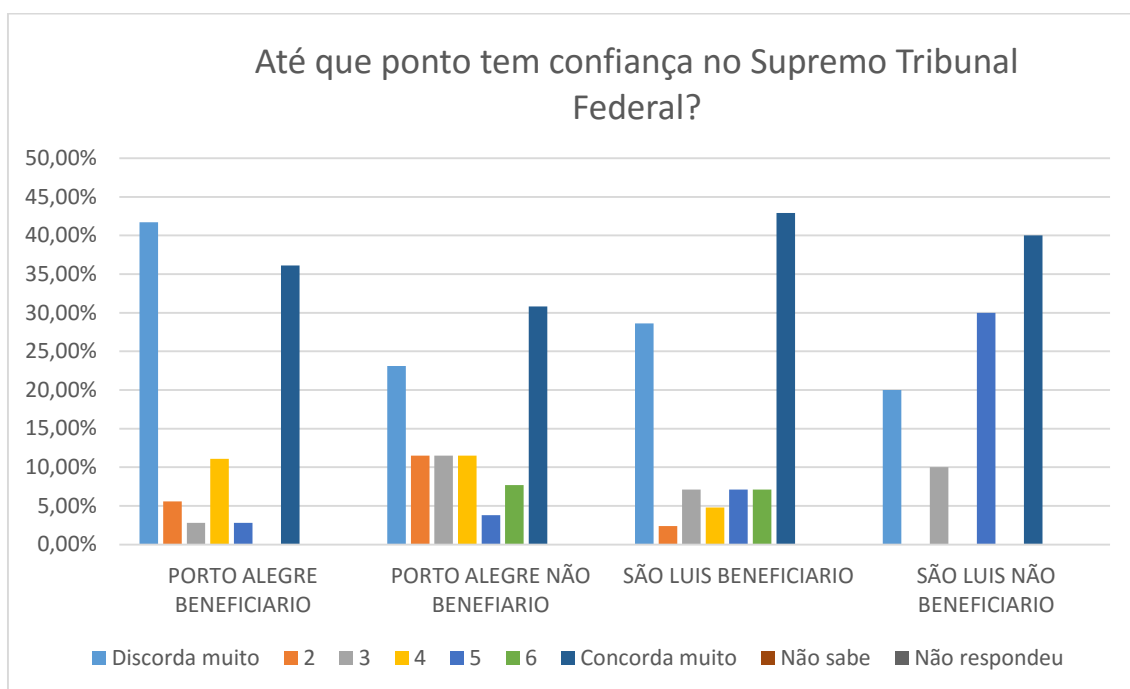
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 57 - Até que ponto tem confiança no Presidente da República?



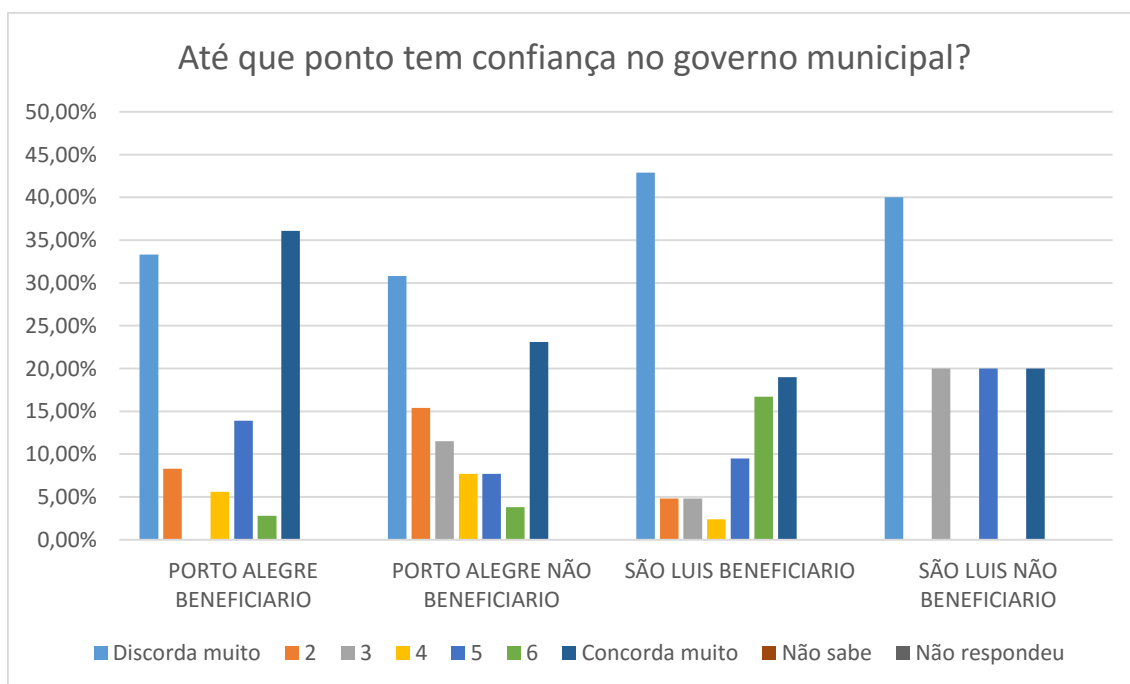
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 58 - Até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal?



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Gráfico 59 - Até que ponto tem confiança no governo municipal?



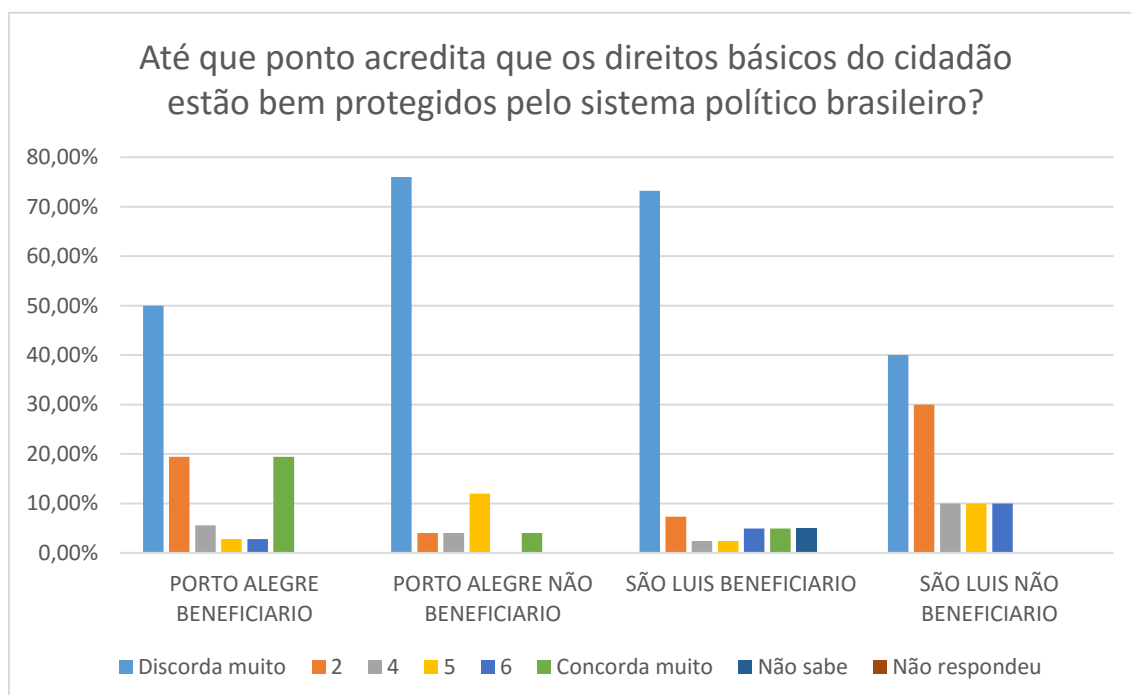
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

O tema confiança nas instituições, portanto, foi percebido positivamente apenas quanto às Forças Armadas, à Igreja Católica, à Igreja Evangélica, ao Presidente da República e aos meios da comunicação. As instituições notadamente políticas: justiça eleitoral, Congresso Nacional, partidos, Governo municipal, eleições não se apresentaram como depositárias de confiança. Entendemos especialmente importante para a presente pesquisa, a confiança manifestada no Presidente da República, uma vez que a Presidente no cargo quando da realização das entrevistas pertence a mesma coligação de forças que instalou na Presidência, seu antecessor, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essas forças políticas têm sido amplamente associadas ao Programa Bolsa Família, de modo que a confiança em questão pode ter relação com a dimensão responsividade da qualidade da democracia.

Percepção de que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro

Ainda quanto à confiança nas instituições, se os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro (questão 33), em Porto Alegre, 50,0% e 76,0% e em São Luís, 73,2% e 40,0 discordaram muito. As posições discordantes perfazem, em Porto Alegre, 69,4% e 80,0% e em São Luís, 82,9% e 80,0%.

Gráfico 60 - Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?



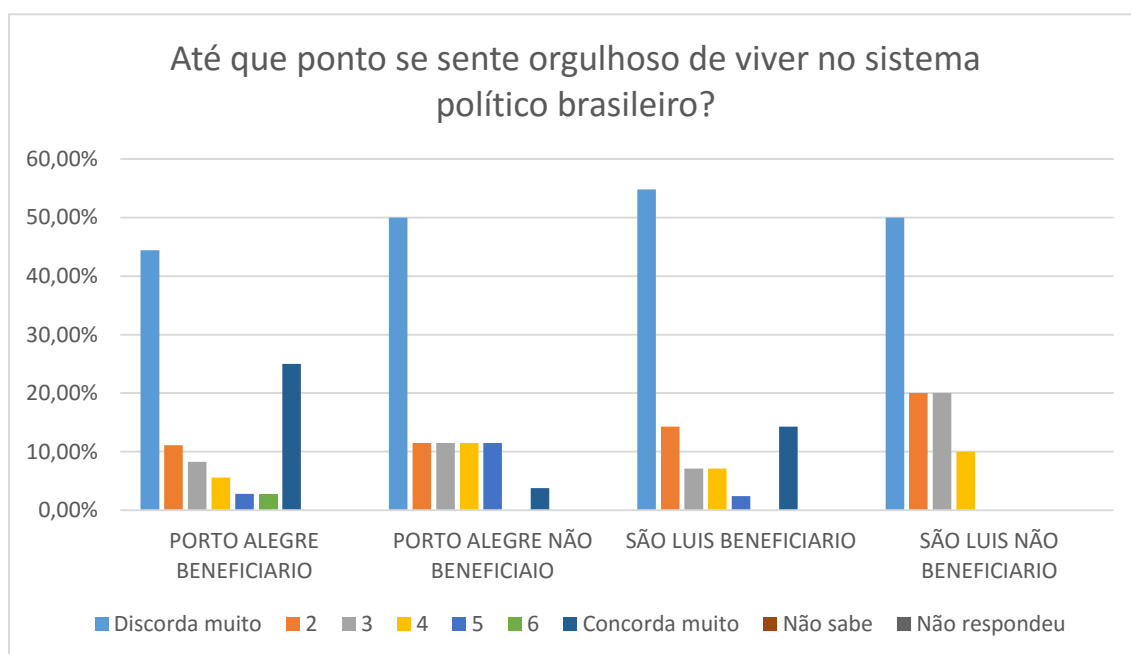
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

A não confiança no sistema político brasileiro enquanto protetivo dos direitos básicos do cidadão indicada vincula-se à ideia de não responsividade (Vértice Resultados) do sistema. O que sugere a não filiação dos respondentes à democracia se pensada com relação à proteção desses direitos.

Percepção quanto a sentir orgulho de viver no sistema político brasileiro

Também podendo ser pensado dentro da responsividade, no que se refere a sentir orgulho de viver no sistema político brasileiro (questão 34), em Porto Alegre, 44,0% e 50,0% e em São Luís, 54,8% e 50,00% discordaram muito. Agregadamente, os percentuais de discordância foram em Porto Alegre, de 63,8% e 73,0% e em São Luís, de 69,1% e de 70,00%.

Gráfico 61 - Até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro?



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

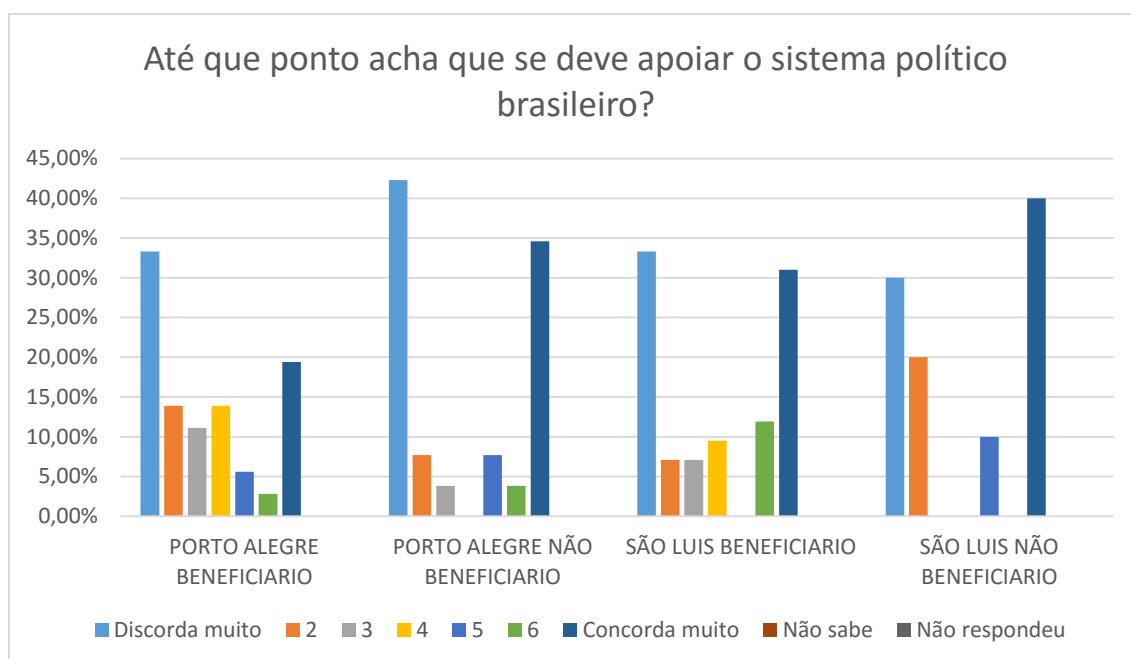
O não orgulho de viver no sistema político brasileiro aponta para a ausência da identidade política conforme Reis (1998), ou seja, de uma nucleação comum aos vários e diversos setores da sociedade.

Percepção do apoio ao sistema político brasileiro

Com relação ao apoio ao sistema político brasileiro (questão 35), em Porto Alegre, 33,3% e 42,3% discordaram muito e em São Luís, 33,3% também discordaram muito e 40,0% concordaram muito. Os percentuais somados resultaram, em Porto Alegre, em 58,3% e em 53,8% e em São Luís, em 47,5% de discordância e entre os RFs não

beneficiários da segunda capital, em 50% de concordância e também em 50% de discordância.

Gráfico 62 - Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?



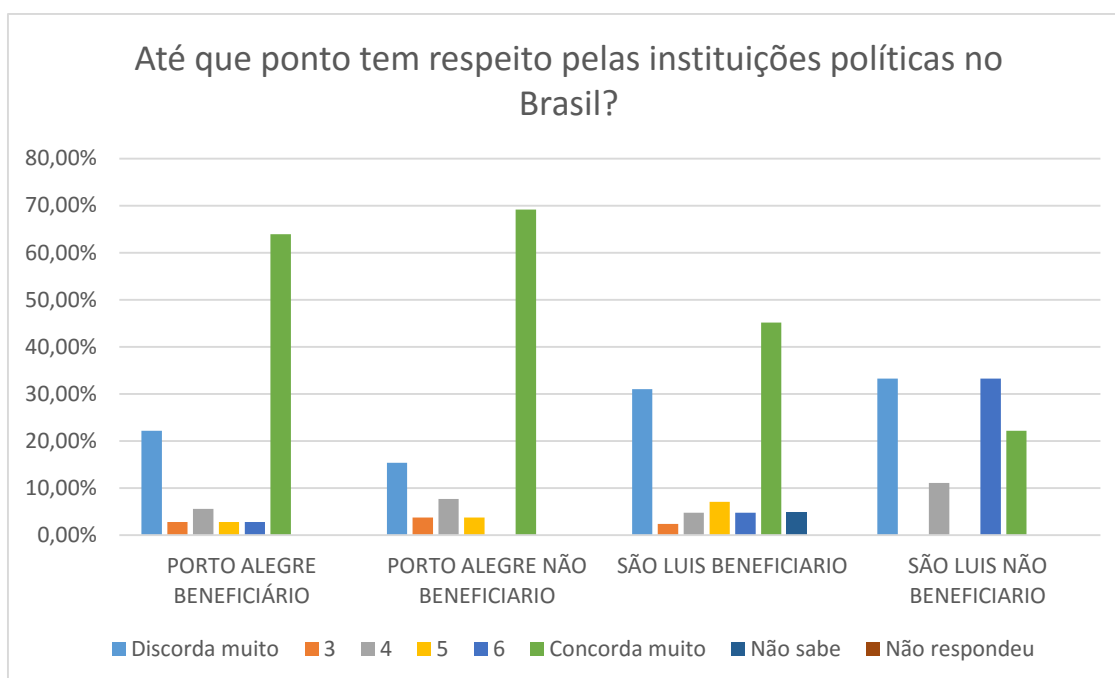
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

O predomínio das posições de discordância em três dos grupos e a divisão entre concordância e discordância no quarto grupo são coerentes com a ausência da ideia de identidade política anteriormente manifestada. O apoio ao sistema político brasileiro requereria dentre outros aspectos, que em alguma medida a percepção de identidade se fizesse presente. Não seria crível que os respondentes apoiassem um sistema do qual não se sentem partícipes. Estado de coisas que não concorre para a filiação à democracia.

Percepção do respeito pelas instituições políticas

Ainda quanto à responsividade (Vértice Resultados), pode-se tematizar o respeito pelas instituições políticas no Brasil, (questão 32): em Porto Alegre, 63,9% e 69,2% tinham muito e em São Luís, 45,2% e 33,3% não tinham nenhum e também 33,3% tinham um pouco.

Gráfico 63 - Até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil?



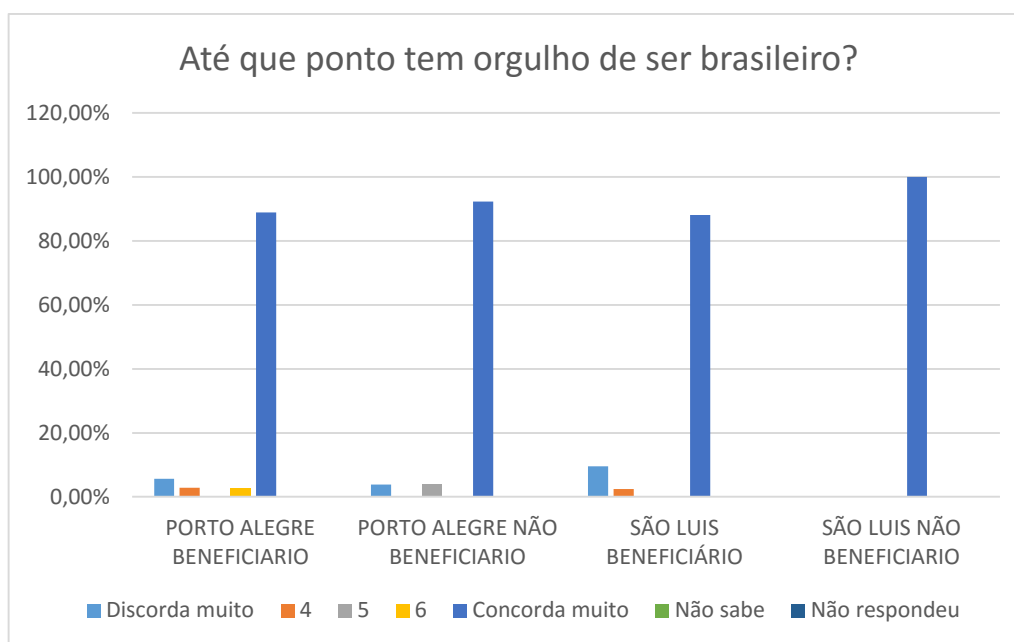
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Pode-se pensar o respeito pelas instituições políticas no Brasil como parte da responsividade, pois resultados nulos ou insatisfatórios em políticas públicas estabelecidas gerariam desrespeito e não filiação. A presente questão foi uma das poucas do questionário em que houve antagonismo entre as posições dos dois grupos para as duas capitais. É possível que diferenças locais quanto ao que tem sido entregue pelos governantes à população das duas capitais possam explicar as diferenças constatadas.

Percepção do orgulho de ser brasileiro

Também o orgulho de ser brasileiro (questão 47) pode ser pensado em termos da responsividade: em Porto Alegre, 88,9% do primeiro grupo e 92,3% do segundo concordam muito e em São Luís, 88,1% e 100,0%.

Gráfico 64 - Até que ponto tem orgulho de ser brasileiro?



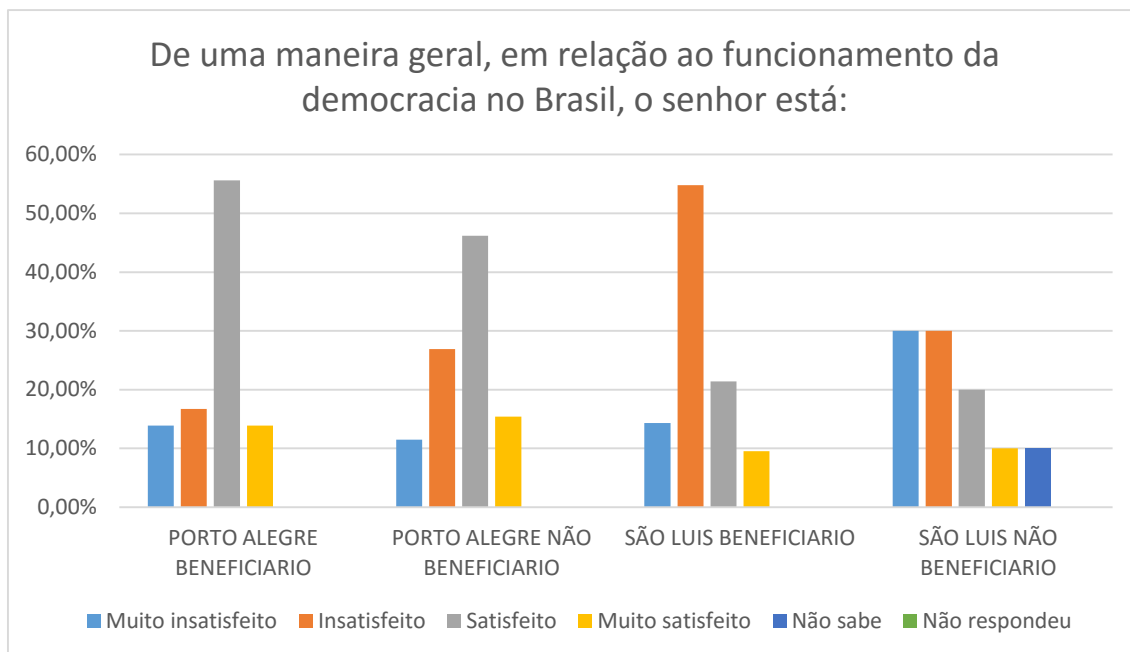
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Quanto a essa pergunta, sempre há que se considerar a faceta nacional e patriótica. De todo modo, talvez a manifestação de orgulho aponte para a possibilidade de uma maior confiança nas instituições políticas e para a expectativa de uma maior responsividade dos governantes, futuramente. O que poderia levar a uma maior valorização da democracia.

Percepção quanto ao funcionamento da democracia brasileira

Perguntados quanto ao funcionamento da democracia brasileira (questão 53), em Porto Alegre, 55,6% e 46,2% estavam satisfeitos e em São Luís, 54,8% estavam insatisfeitos e entre os RFs não beneficiários, 30% estavam muito insatisfeitos e também 30% insatisfeitos. Agregadamente, em Porto Alegre, os percentuais de satisfação alcançaram 69,5% e 73,1% e em São Luís, os percentuais de insatisfação chegaram a 69,1% e 60,0%.

Gráfico 65 - De uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está:

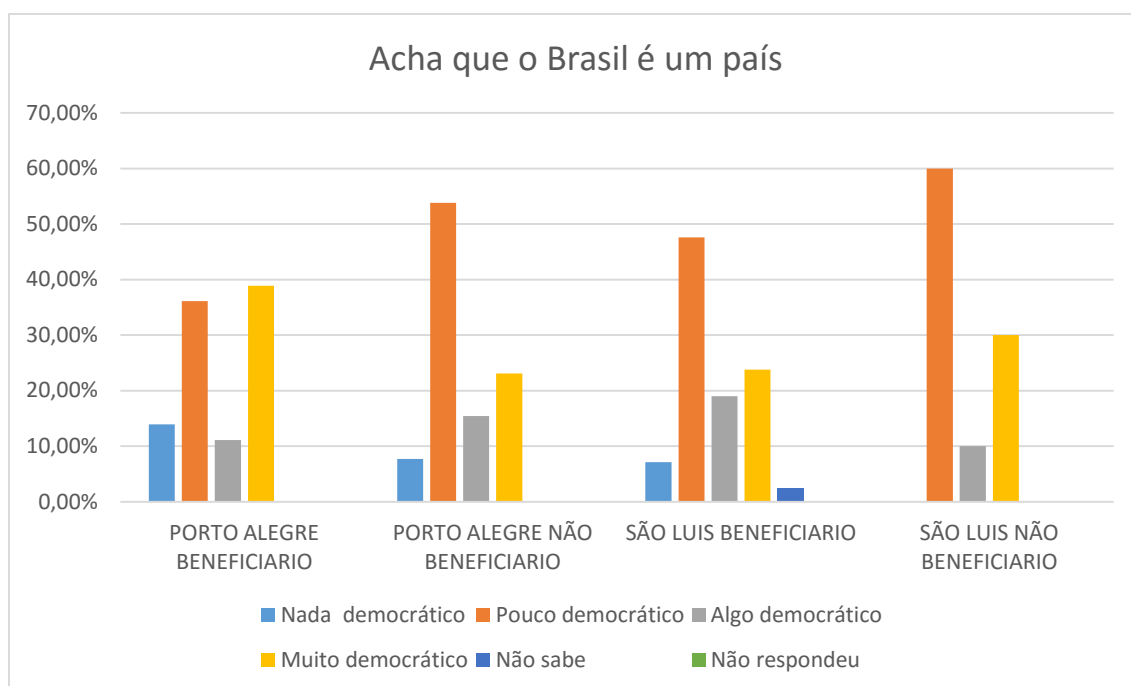


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção quanto ao Brasil ser um país democrático

Como essa tese orientou-se a tentar identificar uma maior filiação à democracia de parte dos RFs beneficiários do Programa Bolsa Família, uma das premissas foi a de que o país é democrático. No que se refere a se acham o Brasil um país democrático (questão 54), em Porto Alegre, 53,8% responderam que é pouco democrático e 38,9% que é muito democrático. Em São Luís, 47,6% e 60,0% acharam que era pouco democrático. Como segundo maior percentual, em Porto Alegre, 36,1% acharam que era pouco democrático e 23,1% que era muito. Em São Luís, na segunda posição, 23,8% e 30,0% acharam que é muito democrático.

Gráfico 66 - Acha que o Brasil é um país:



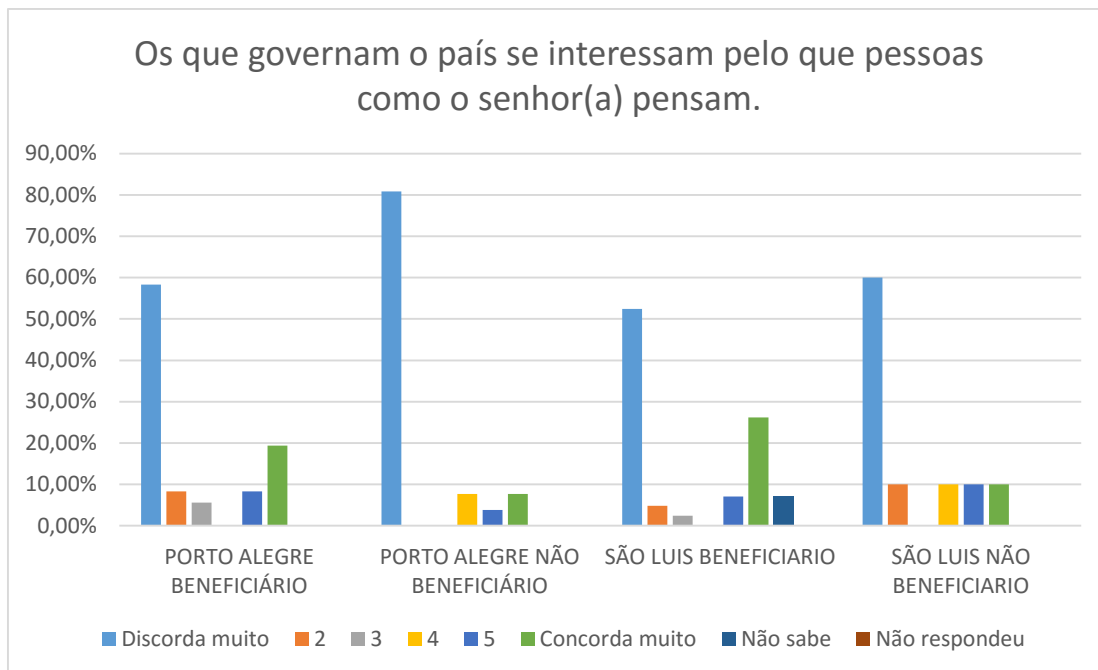
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Portanto, dos quatro grupos de respondentes, em três preponderou a percepção de que o país é pouco democrático, sendo que no único grupo destoante, o dos RFs não beneficiários de Porto Alegre, a segunda posição, muito próxima percentualmente da primeira, também é a de que o Brasil é pouco democrático. Dessa forma, a suposição de que se poderia pensar no fortalecimento de convicções democráticas tomando em consideração o Programa Bolsa Família parece ser negada pelo entendimento dos respondentes beneficiários de que a democracia acha-se instalada entre nós de modo ainda insuficiente.

Percepção de que os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o respondente pensam

O interesse dos governantes pelas aspirações, necessidades e expectativas dos cidadãos pode ser relacionado à participação e à accountability vertical (Vértice Procedimentos), assim como à responsividade (Vértice Resultados). Quanto a se os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o respondente pensam (questão 57), em Porto Alegre, 58,3% e 80,8% e em São Luís, 52,4% e 60,0% discordaram muito.

Gráfico 67 - Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor (a) pensam?



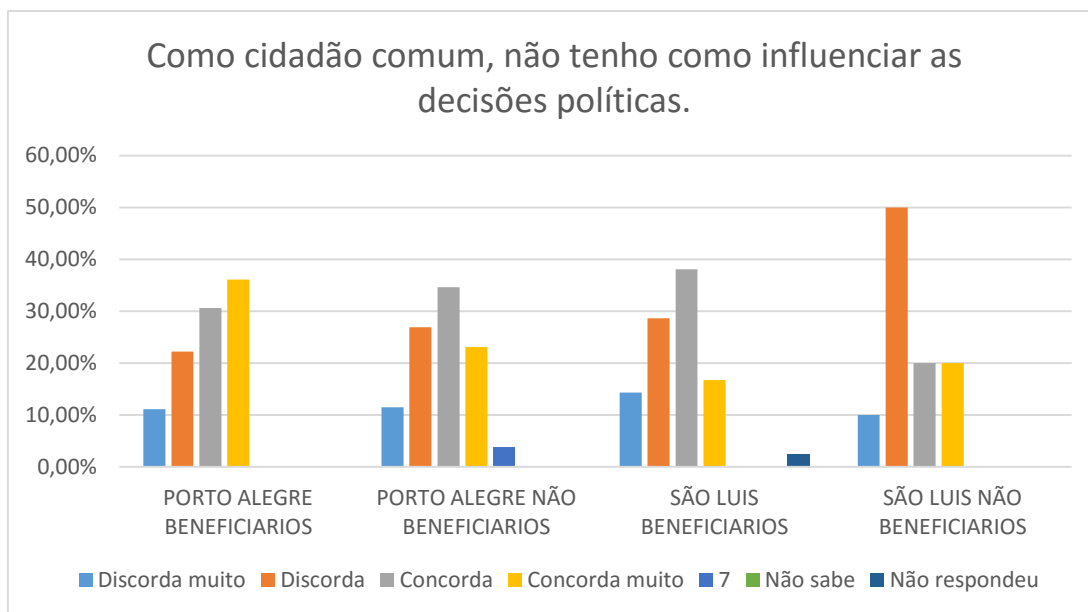
Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Assim, parece ter ficado indicado que as dimensões da qualidade da democracia referidas não se concretizaram para os respondentes.

Percepção de que se como cidadãos comuns, os respondentes não tinham como influenciar as decisões políticas

Perguntados se como cidadãos comuns, os respondentes não tinham como influenciar as decisões políticas (questão 58), em Porto Alegre, 36,1% concordaram muito e 34,6% concordaram e em São Luís, 38,1% e 50,0% discordaram muito. Em Porto Alegre, o segundo percentual mais expressivo foi o dos que concordaram, 30,6% e o dos que discordaram, 26,9%. Da soma dos percentuais de concordância resultaram, em Porto Alegre, 66,7% e 57,7% e em São Luís, 54,8%, no primeiro grupo. Já no grupo de RFs não beneficiários, a dos percentuais de discordância, resultou em 60,0%.

Gráfico 68 - Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.

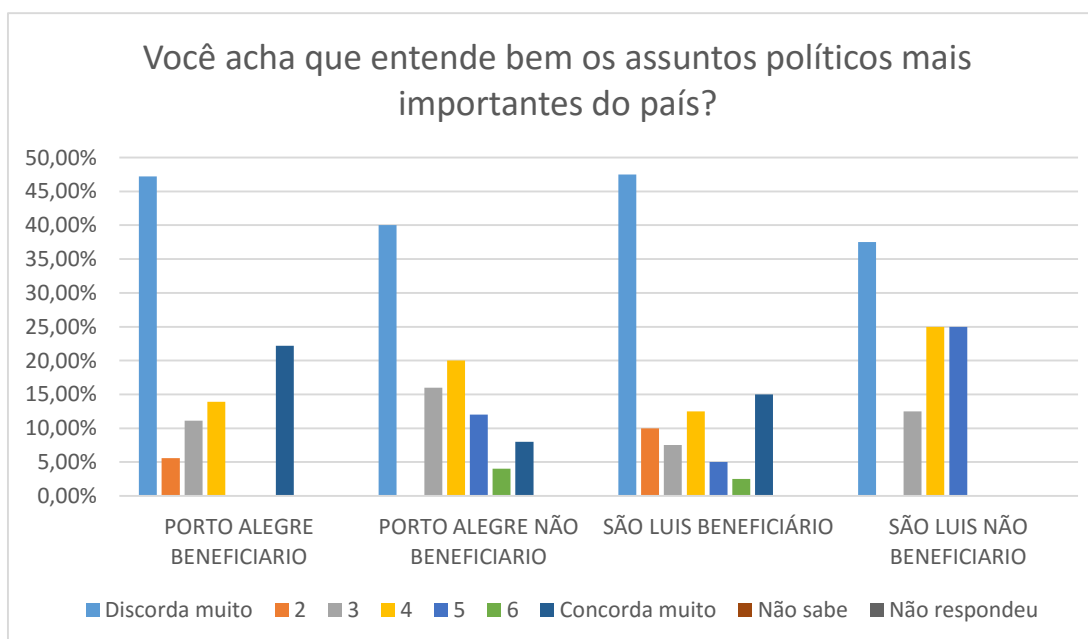


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção de que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país

Quanto a se os respondentes entendem bem os assuntos políticos mais importantes do país (questão 30), em Porto Alegre, 47,2% e 40,0% e em São Luís, 47,5% e 37,5% discordaram muito. Os percentuais de discordância acumulados foram em Porto Alegre, 63,9% e 56,0% e dentre os RFs beneficiários de São Luís, de 57,5%. Entre os RF não beneficiários de São Luís, 50,0% discordaram muito.

Gráfico 69 - Você acha que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?

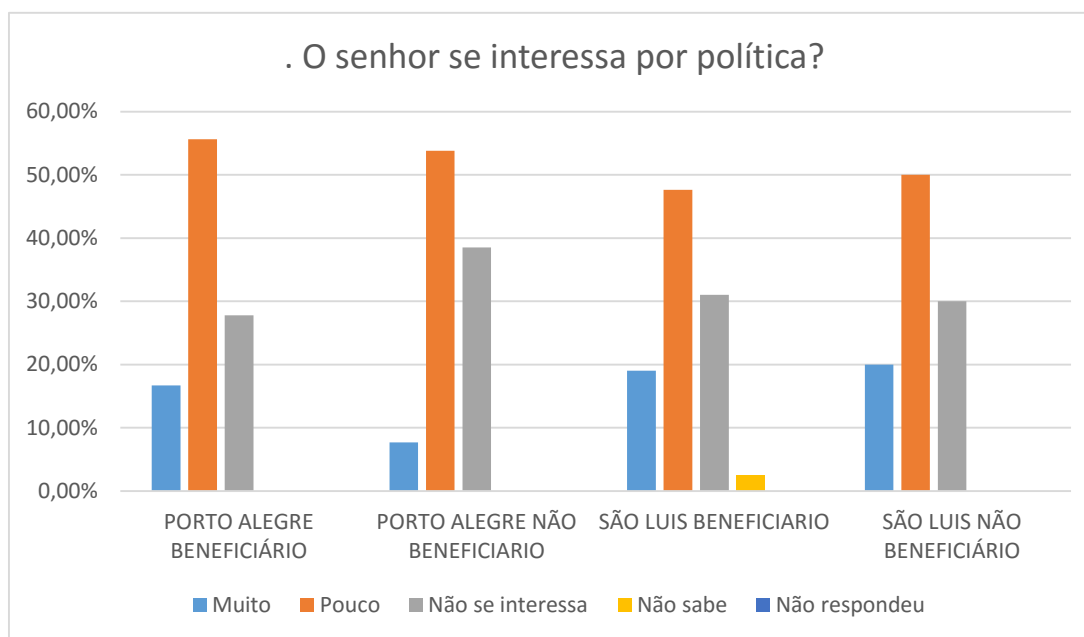


Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Percepção do interesse por política

Perguntados se tinham interesse por política (questão 75), em Porto Alegre, 55,6% e 53,8% disseram se interessar pouco, seguindo-se 27,85 e 38,5% que declararam não se interessar. Em São Luís, 47,6% e 50,0% se interessavam pouco, seguindo-se 31,0% e 30,0% que não se interessavam.

Gráfico 70 - O senhor se interessa por política?



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

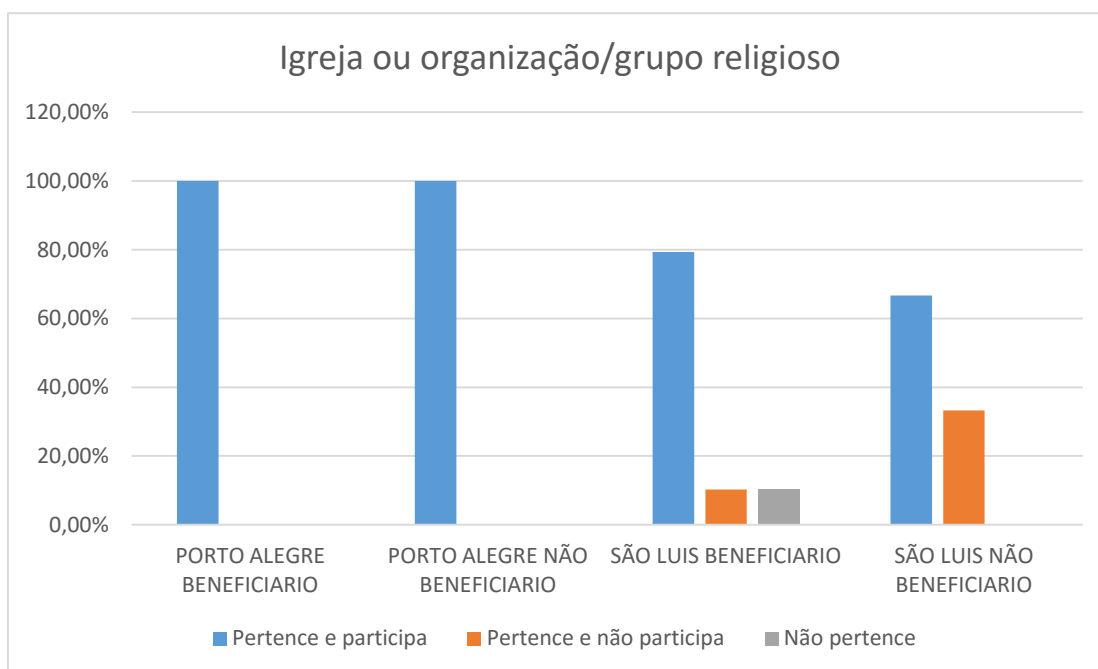
O baixo interesse pela política, ou seja, pelo campo em que se processam as decisões que respeitam ao gradiente de bem-estar, especialmente, das camadas inferiores da pirâmide de ganhos, caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família e daqueles inscritos no CadÚnico - pretendentes, majoritariamente, àquele, combina-se também, na maior parte dos casos, o inexistente ou inexpressivo pertencimento e participação em organizações diversas, em princípio aptas a exercer pressão de forma estruturada sobre os decisores públicos.

Pertencimento e participação

Assim, em Porto Alegre, apenas a igreja (questão 77) registra pertencimento e participação mais significativos: 45% e 37%. A organização/associação de moradores ou comunitária (questão 86) apresenta apenas 11% de respostas entre os RFs beneficiários e 3% entre os RFs não beneficiários. Quanto a sindicato (questão 79) e partido (questão 80), também tão somente 3% para cada uma dessas organizações foram verificados e apenas no segundo grupo. Para organização/associação artística, cultural, musical ou

educacional (questão 78); de defesa do meio ambiente (questão 81); profissional (questão 82); humanitária, filantrópica ou de caridade (questão 83); de defesa das mulheres (questão 84) de defesa dos homossexuais (questão 85) e outras (questão 87) não houve qualquer registro. Em São Luís, também apenas a igreja (questão 77) registra pertencimento e participação mais significativos: 54,5% e 20%.

Gráfico 71 - Igreja ou organização/grupo religioso (pertence/participa)



Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

TESTES DE SIGNIFICÂNCIA

Para se verificar se os Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família diferenciavam-se dos Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias tanto com relação à percepção de pobreza como quanto à percepção de democracia, foram utilizados os testes de significância de Mann-Whitney (para testar as diferenças entre os grupos de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e os Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias do Programa Bolsa Família) e o Teste de Qui-quadrado (para verificar a existência de associação estatisticamente significativa entre os grupos e outras variáveis categóricas não ordinais). Naturalmente, os resultados dos testes são válidos apenas para os grupos pesquisados, pois as amostras obtidas não são representativas de outra dimensão. O nível de significância utilizado

como critério de aceitação ou rejeição nos testes estatísticos foi de 5% ($p < 0,05$). As análises foram realizadas no programa SPSS, versão 20.

Quanto à percepção de pobreza, selecionou-se para os testes de significância, tentando verificar diferenças entre os Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e os Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias do Programa Bolsa Família, questões que permitissem se alcançar como os respondentes perceberam o tema da pobreza e da desigualdade, assim como a existência ou não de mobilidade com relação a sua situação de pobreza e a iniciativa pública em foco, ou seja, o Programa Bolsa Família.

Pobreza

Diferenças de bem-estar entre pobres e não pobres

Iniciamos pela desigualdade material no país, ou seja, como são vistas as diferenças de bem-estar entre os segmentos pobres e não pobres, com base na questão 21, relativa à distribuição da riqueza no Brasil.

PORTO ALEGRE

Tabela 1a - Diferenças de bem-estar entre pobres e não pobres - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q 21. A distribuição da riqueza no Brasil é:	Beneficiários	36	31,03	1117,00
	Não-beneficiários	26	32,15	836,00
	Total	62		
Test Statistics ^a				
21. A distribuição da riqueza no Brasil é:				
Mann-Whitney U	451,000			
Wilcoxon W	1117,000			
Z	-,259			
Asymp. Sig. (2-tailed)	,796			

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa, entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação à distribuição da riqueza no Brasil ($p = 0,796$).

SÃO LUIS

Tabela 1b - Diferenças de bem-estar entre pobres e não pobres - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q 21. A distribuição da riqueza no Brasil é:	Beneficiários	42	25,20	1058,50
	Não-beneficiários	10	31,95	319,50
	Total	52		

Test Statistics^a

	21. A distribuição da riqueza no Brasil é:
Mann-Whitney U	155,500
Wilcoxon W	1058,500
Z	-1,371
Asymp. Sig. (2-tailed)	,170

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa, entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação à distribuição da riqueza no Brasil, ($p = 0,170$).

Portanto, não foram identificadas diferenças significativas entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários no que se refere a sua percepção da distribuição de

riqueza no país, compreendida como injusta no seu patamar mais baixo, por cerca de 70% e no mais alto por 78%, considerados os quatro grupos de respondentes, conforme já examinado na análise descritiva. Assim, também entre as duas capitais não registrou-se entendimento discordante, ficando caracterizada no teste, como se viu, a não diferenciação entre ambas. RFs beneficiários e RFs não beneficiários, residentes em Porto Alegre ou em São Luís, tiveram, preponderantemente, a percepção de que a distribuição da riqueza no país é inadequada. Utilizamos esse posicionamento como indicativo da percepção de diferenças importantes e substanciais de bem-estar entre pobres e não pobres, o que vincula-se à importância que um programa de transferência de renda, no caso, o Programa Bolsa Família, poderia tomar nesse contexto.

Modificações da sua condição de pobreza

Para apreensão de se há diferenças entre os grupos de respondentes no que se refere à compreensão de se houve ou não modificações da sua condição de pobreza através de uma possível mudança de classe social nos últimos dez anos, foram usadas as questões 9, quanto à classe social há dez anos, em 2003 e 10, quanto a qual classe social pertence hoje.

PORTO ALEGRE

Tabela 2a - Modificações da sua condição de pobreza I - Porto Alegre

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Q9. Qual era a sua classe social há dez anos atrás, em 2003? * Grupo	61	98,4%	1	1,6%	62	100,0%
Q10. E hoje, a qual classe pertence? * Grupo	62	100,0%	0	0,0%	62	100,0%

Q9. Qual era a sua classe social há dez anos atrás, em 2003? * Grupo

Crosstab

		Grupo		Total
		Beneficiários	Não-beneficiários	
		Count		
Alta	Count	0	1	1
	% within Grupo	0,0%	4,0%	1,6%
Média alta	Count	0	2	2
	% within Grupo	0,0%	8,0%	3,3%
Média média	Count	8	6	14
	% within Grupo	22,2%	24,0%	23,0%
Média baixa	Count	10	6	16
	% within Grupo	27,8%	24,0%	26,2%
Baixa	Count	18	10	28
	% within Grupo	50,0%	40,0%	45,9%
Total	Count	36	25	61
	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	4,742 ^a	4	,315	,323		
Likelihood Ratio	5,780	4	,216	,301		
Fisher's Exact Test	4,260			,348		
Linear-by-Linear Association	2,407 ^b	1	,121	,146	,079	,032
N of Valid Cases	61					

a. 4 cells (40,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,41.

b. The standardized statistic is -1,551.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa, entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto à classe social a que o respondente pertencia em 2003 ($p = 0,348$).

Tabela 2a - Modificações da sua condição de pobreza II - Porto Alegre

Q10. E hoje, a qual classe pertence? * Grupo

Crosstab

			Grupo		Total
			Beneficiários	Não-beneficiários	
Q10. E hoje, a qual classe pertence?	Média alta	Count	2	2	4
		% within Grupo	5,6%	7,7%	6,5%
	Média média	Count	8	8	16
		% within Grupo	22,2%	30,8%	25,8%
	Média baixa	Count	17	8	25
		% within Grupo	47,2%	30,8%	40,3%
	Baixa	Count	9	8	17
		% within Grupo	25,0%	30,8%	27,4%
	Total	Count	36	26	62
		% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	1,731 ^a	3	,630	,658		
Likelihood Ratio	1,753	3	,625	,648		
Fisher's Exact Test	1,916			,618		
Linear-by-Linear Association	,095 ^b	1	,758	,775	,435	,109
N of Valid Cases	62					

a. 2 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,68.

b. The standardized statistic is -,308.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa, entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto à classe social a que o respondente pertence hoje ($p = 0,618$).

SÃO LUIS

Tabela 2b - Modificações da sua condição de pobreza I - São Luís

Q9. Qual era a sua classe social há dez anos atrás, em 2003? * Grupo

Crosstab

			Grupo		Total
			Beneficiários	Não-beneficiários	
Q9. Qual era a sua classe social há dez anos atrás, em 2003?	Alta	Count	1	0	1
		% within Grupo	2,5%	0,0%	2,0%
	Média média	Count	4	1	5
		% within Grupo	10,0%	10,0%	10,0%
	Média baixa	Count	11	4	15
		% within Grupo	27,5%	40,0%	30,0%
	Baixa	Count	24	5	29
		% within Grupo	60,0%	50,0%	58,0%
	Total	Count	40	10	50
		% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	,805 ^a	3	,848	,895		
Likelihood Ratio	,977	3	,807	,895		
Fisher's Exact Test	1,290			,815		

Linear-by-Linear Association	,007 ^b	1	,933	1,000	,517	,159
N of Valid Cases	50					

a. 5 cells (62,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,20.

b. The standardized statistic is -,085.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa, entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto à classe social a que o respondente pertencia em 2003 ($p = 0,815$).

Tabela 2b - Modificações da sua condição de pobreza II - São Luís

Q10. E hoje, a qual classe pertence?

Crosstab

			Grupo		Total
			Beneficiários	Não-beneficiários	
Q10. E hoje, a qual classe pertence?	Alta	Count	1	0	1
		% within Grupo	2,4%	0,0%	1,9%
	Média alta	Count	1	0	1
		% within Grupo	2,4%	0,0%	1,9%
	Média média	Count	14	2	16
		% within Grupo	33,3%	20,0%	30,8%
	Média baixa	Count	15	5	20
		% within Grupo	35,7%	50,0%	38,5%
	Baixa	Count	11	3	14
		% within Grupo	26,2%	30,0%	26,9%
	Total	Count	42	10	52
		% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	1,415 ^a	4	,842	,789		

Likelihood Ratio	1,815	4	,770	,749		
Fisher's Exact Test	1,943			,789		
Linear-by-Linear Association	,826 ^b	1	,363	,443	,242	,108
N of Valid Cases	52					

a. 7 cells (70,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,19.

b. The standardized statistic is ,909.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto à classe social a que o respondente pertence hoje ($p = 0,789$).

Mais uma vez, ser ou não beneficiário do Programa Bolsa Família não se constituiu num diferencial. Ou seja, o fato de o respondente ser ou não beneficiário do Programa Bolsa Família não significou diferenças em sua percepção de a qual classe social pertencia há dez anos atrás, em 2003 e a qual classe social pertence em 2013 - ou 2014, dependendo do momento da aplicação do questionário. De igual forma, as respostas não variaram de uma capital - Porto Alegre e São Luís, para a outra. Os respondentes demonstraram clareza quanto a sua condição social de baixa renda, assim como com relação a uma não alteração drástica dessa condição, no período perguntado. Ainda que a modificação da situação de pobreza caso verificada efetivamente ou assim percebida relacione-se a uma série de fatores, o programa de transferência de renda em questão poderia se situar nesse leque e se constituir em um fator de diferenciação, o que não aconteceu. Como examinada anteriormente, na análise descritiva, o percentual mais expressivo para os quatro grupos respondentes foi o daqueles que se declararam pertencer à classe baixa, com no mínimo 38,5% das respostas - RFs não beneficiários de Porto Alegre e no máximo, 57,1% - RFs beneficiários de São Luís. Também o segundo percentual mais significativo, nos quatro grupos, foi a declaração de pertencer à classe média baixa, sendo que apenas entre os RFs não beneficiários de Porto Alegre, o segundo maior percentual teve o mesmo valor para a opção classe média média.

Patamar de bem-estar e de pobreza no período recente

Quanto a se existem diferenças na compreensão do patamar de bem-estar e de pobreza no período recente, foram usadas as questões 13, relativa à qualidade de vida nos últimos cinco anos e 14, sobre a pobreza, no mesmo período.

PORTO ALEGRE

Tabela 3a - Patamar de bem-estar e de pobreza no período recente - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q13. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, sua qualidade de vida:	Beneficiários	36	31,29	1126,50
	Não-beneficiários	25	30,58	764,50
	Total	61		
Q14. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, a pobreza:	Beneficiários	36	35,50	1278,00
	Não-beneficiários	26	25,96	675,00
	Total	62		

Test Statistics ^a		
	13. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, sua qualidade de vida:	14. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, a pobreza:
Mann-Whitney U	439,500	324,000
Wilcoxon W	764,500	675,000
Z	-,161	-2,157
Asymp. Sig. (2-tailed)	,872	,031

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste:

- Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação à qualidade de vida nos últimos cinco anos ($p = 0,872$);

- Há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação à pobreza nos últimos cinco anos ($p = 0,031$).

SÃO LUIS

Tabela 3b - Patamar de bem-estar e de pobreza no período recente - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q13. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, sua qualidade de vida:	Beneficiários	42	26,70	1121,50
	Não-beneficiários	10	25,65	256,50
	Total	52		
Q14. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, a pobreza:	Beneficiários	42	25,86	1086,00
	Não-beneficiários	10	29,20	292,00
	Total	52		

Test Statistics^a

	13. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, sua qualidade de vida:	14. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, a pobreza:
Mann-Whitney U	201,500	183,000
Wilcoxon W	256,500	1086,000
Z	-,207	-,645
Asymp. Sig. (2-tailed)	,836	,519

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste:

- Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação à qualidade de vida nos últimos cinco anos ($p = 0,836$);
- Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação à pobreza nos últimos cinco anos ($p = 0,519$).

Considerados os quatro grupos de respondentes, a percepção de bem-estar e de pobreza no período recente é uma das raras questões dentre a totalidade daquelas que fazem parte do questionário aplicado, em que houve diferença estatisticamente significativa entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, nesse caso, apenas em Porto Alegre. A diferenciação ocorreu quanto à questão 14, que aborda a diminuição da pobreza, no período recente. Também se trata de uma das poucas questões em que houve diferenciação entre as duas capitais. Assim, os RFs não beneficiários de Porto Alegre responderam que a pobreza aumentou muito, no período considerado - 50%, entendimento diverso daquele dos RFs beneficiários, para os quais a pobreza diminuiu pouco - 36.1%. As respostas são destoantes daquelas dos dois grupos de São Luís. No grupo de RFs beneficiários da segunda capital, o entendimento de que a pobreza diminuiu pouco compartilha a primeira posição com o de que aumentou muito - 26.8%. Já entre os RFs não beneficiários, opostamente ao que foi respondido em Porto Alegre, o entendimento preponderante foi de que a pobreza diminuiu pouco - 40%. De todo modo, não obstante as diferenças verificadas, a ideia de que a pobreza diminuiu muito foi minoritária para os quatro grupos, variando entre 0 e 16,7%. Ou seja, pode-se depreender dos resultados obtidos, que as iniciativas dos decisores públicos quanto à questão da pobreza, dentre as quais, o Programa Bolsa Família, foram compreendidas como tendo uma incidência apenas superficial. Tem-se aqui um elemento interessante para uma das possíveis razões de a hipótese ter sido negada: o baixo alcance do programa em alterar a condição de pobreza dos envolvidos, conseqüentemente, a falta de estímulos suficientes, digamos, para uma maior adesão à democracia.

Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e geração futura

Para mensurar se há diferenças no que se refere ao nível de bem-estar no qual os respondentes percebem-se, comparativamente à geração anterior e como supõem que será aquele da geração futura, foram testadas as questões 18, quanto a como viviam os pais dos respondentes em relação a eles e 19, sobre como acham que viverão seus filhos.

PORTO ALEGRE

Tabela 4a - Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e à geração futura I - Porto Alegre

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Q18. Seus pais viviam melhor, igual ou pior do que você vive hoje? * Grupo	62	100,0%	0	0,0%	62	100,0%
Q19. Acha que seus filhos viverão melhor, igual ou pior do que você vive hoje? * Grupo	62	100,0%	0	0,0%	62	100,0%

18. Seus pais viviam melhor, igual ou pior do que você vive hoje? * Grupo

Crosstab

		Grupo		Total
		Beneficiários	Não-beneficiários	
Melhor	Count	17	10	27
	% within Grupo	47,2%	38,5%	43,5%
Igual	Count	4	5	9
	% within Grupo	11,1%	19,2%	14,5%
Pior	Count	15	11	26
	% within Grupo	41,7%	42,3%	41,9%
Total	Count	36	26	62
	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	,953 ^a	2	,621	,647		
Likelihood Ratio	,945	2	,623	,647		
Fisher's Exact Test	1,006			,647		
Linear-by-Linear Association	,154 ^b	1	,695	,783	,400	,102
N of Valid Cases	62					

a. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,77.

b. The standardized statistic is 392.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto a como viviam os pais do respondente em relação a ele próprio ($p = 0,621$).

SÃO LUIS

Tabela 4b - Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e à geração futura I - São Luís

Crosstabs

Case Processing Summary

		Cases					
		Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent	

Q18. Seus pais viviam						
melhor, igual ou pior do que	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
você vive hoje? * Grupo						
Q19. Acha que seus filhos						
viverão melhor, igual ou pior	51	98,1%	1	1,9%	52	100,0%
do que você vive hoje? *						
Grupo						

18. Seus pais viviam melhor, igual ou pior do que você vive hoje? * Grupo

Crosstab

			Grupo		Total
			Beneficiários	Não-beneficiários	
Q18. Seus pais viviam melhor, igual ou pior do que você vive hoje?	Melhor	Count	17	0	17
		% within Grupo	40,5%	0,0%	32,7%
	Igual	Count	4	2	6
		% within Grupo	9,5%	20,0%	11,5%
	Pior	Count	21	8	29
		% within Grupo	50,0%	80,0%	55,8%
Total	Count	42	10	52	
	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	6,119 ^a	2	,047	,038		
Likelihood Ratio	9,113	2	,010	,015		
Fisher's Exact Test	7,016			,029		
Linear-by-Linear Association	4,733 ^b	1	,030	,034	,020	,015

a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,15.

b. The standardized statistic is 2,175.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto a como viviam os pais do respondente em relação a ele próprio ($p = 0,047$).

Porto Alegre

Tabela 4a - Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e à geração futura II- Porto Alegre

Q19. Acha que seus filhos viverão melhor, igual ou pior do que você vive hoje? * Grupo

		Crosstab			Total
		Grupo			
		Beneficiários	Não-beneficiários		
Q19. Acha que seus filhos viverão melhor, igual ou pior do que você vive hoje?	Melhor	Count	32	25	57
		% within Grupo	88,9%	96,2%	91,9%
	Igual	Count	3	0	3
		% within Grupo	8,3%	0,0%	4,8%
	Pior	Count	1	1	2
		% within Grupo	2,8%	3,8%	3,2%
Total	Count	36	26	62	
	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests						
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	2,307 ^a	2	,316	,383		
Likelihood Ratio	3,401	2	,183	. ^b		
Fisher's Exact Test	2,157			,383		
Linear-by-Linear Association	,346 ^c	1	,556	,760	,403	,202
N of Valid Cases	62					

a. 4 cells (66,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,84.

b. Cannot be computed because unable to open temporary file.

c. The standardized statistic is -,589.

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto a como viverão os filhos do respondente em relação a ele próprio ($p = 0,383$).

SÃO LUIS

Tabela 4b - Nível de bem-estar comparativamente à geração anterior e à geração futura II - São Luís

Q19. Acha que seus filhos viverão melhor, igual ou pior do que você vive hoje? * Grupo

Crosstab

			Grupo		Total
			Beneficiários	Não-beneficiários	
Q19. Acha que seus filhos viverão melhor, igual ou pior do que você vive hoje?	Melhor	Count	41	9	50
		% within Grupo	97,6%	100,0%	98,0%
	Igual	Count	1	0	1
		% within Grupo	2,4%	0,0%	2,0%
Total	Count	42	9	51	
	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	,219 ^a	1	,640	1,000	,824	
Continuity Correction ^b	,000	1	1,000			
Likelihood Ratio	,393	1	,531	1,000	,824	
Fisher's Exact Test				1,000	,824	
Linear-by-Linear Association	,214 ^c	1	,643	1,000	,824	,824

a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,18.

b. Computed only for a 2x2 table

c. The standardized statistic is -,463.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, quanto a como viverão os filhos do respondente em relação a ele próprio ($p = 1,000$).

Quanto à percepção do nível de bem-estar, retrospectivamente falando, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas nas respostas à questão 18, entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, em São Luís, bem como entre as duas capitais pesquisadas. Assim, ainda que RFs beneficiários e RFs não beneficiários de Porto Alegre diferenciem-se no que se refere às respostas à questão 18, tendo os percentuais mais relevantes sido opostos, com 47,2% dos RFs beneficiários tendo a percepção de que seus pais viviam melhor do que eles próprios vivem e 42,3% dos RFs não beneficiários, de que seus pais viviam pior do que eles, é em São Luís que os percentuais apresentam uma diferença significativa, ainda que o entendimento preponderante seja o mesmo: o de que os pais viviam pior do que os respondentes vivem hoje - 50% dos RFs beneficiários e 80,0% dos RFs não beneficiários. Em São Luís, portanto, diferentemente do que em Porto Alegre, ambos os grupos têm a percepção de que houve melhoria de bem-estar com relação aos pais dos respondentes, alinhando-se com o grupo de RFs beneficiários da outra capital. Pode-se pensar que o maior patamar de pobreza verificado em São Luís com relação a Porto Alegre, contemporaneamente, represente uma linha de continuidade da situação econômica vivida pela geração anterior. Dessa perspectiva, possíveis melhorias do patamar de bem-estar derivadas da transferência de renda do Programa Bolsa Família tenderiam a ser mais impactantes em São Luís do que em Porto Alegre e ainda mais, em termos retrospectivos.

No que se refere à percepção do nível de bem-estar da geração futura, com relação àquele dos respondentes, no panorama geral de respostas esperançosas e favoráveis, os resultados em São Luís são ligeiramente menos positivos, ainda que sem significância estatística, sendo que para os dois grupos, a primeira posição foi a do entendimento melhor, enquanto que em Porto Alegre, para os RFs beneficiários, a do

entendimento muito melhor e para os RFs não beneficiários, houve uma divisão entre melhor e muito melhor. É possível cogitar-se que o maior patamar de pobreza de São Luís torne os respectivos respondentes mais cautelosos quanto à positividade do futuro. O que não modificaria todavia, o possível impacto do programa na adesão à democracia.

Possibilidade de mudança de condição social

No que se refere à existência de diferenças quanto à percepção da possibilidade de mudança de condição social, utilizou-se a questão 20, que aborda a expectativa de nascer pobre e ficar rico.

PORTO ALEGRE

Tabela 5a - Possibilidade de mudança de condição social - Porto Alegre

Crosstabs

Case Processing Summary						
Cases						
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Q20. Expectativa de nascer pobre e ficar rico. * Grupo	62	100,0%	0	0,0%	62	100,0%

20. Expectativa de nascer pobre e ficar rico. * Grupo Crosstabulation					
			Grupo		Total
			Beneficiários	Não-beneficiários	
Q20. Expectativa de nascer pobre e ficar rico.	Nascendo pobre e trabalhando duro, se pode ser rico.	Count	9	11	20
		% within Grupo	25,0%	42,3%	32,3%
	Não é possível nascer pobre e se ficar rico.	Count	6	3	9
		% within Grupo	16,7%	11,5%	14,5%
		Count	21	12	33

	Em pouquíssimos casos, é possível nascer pobre e se ficar rico.	% within Grupo	58,3%	46,2%	53,2%
		Count	36	26	62
Total		% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	2,096 ^a	2	,351	,357		
Likelihood Ratio	2,086	2	,352	,382		
Fisher's Exact Test	2,058			,357		
Linear-by-Linear Association	1,593 ^b	1	,207	,257	,131	,051
N of Valid Cases	62					

a. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,77.

b. The standardized statistic is -1,262.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto à expectativa de nascer pobre e ficar rico ($p = 0,351$).

SÃO LUÍS

Tabela 5b - Possibilidade de mudança de condição social - São Luís

Crosstabs

Case Processing Summary			
	Cases		
	Valid	Missing	Total

	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Q20. Expectativa de nascer pobre e ficar rico. * Grupo	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%

20. Expectativa de nascer pobre e ficar rico. * Grupo Crosstabulation

		Grupo		Total	
		Beneficiários	Não-beneficiários		
	Nascendo pobre e trabalhando duro, se pode ser rico.	Count	24	6	30
		% within Grupo	57,1%	60,0%	57,7%
Q20. Expectativa de nascer pobre e ficar rico.	Não é possível nascer pobre e se ficar rico.	Count	3	0	3
		% within Grupo	7,1%	0,0%	5,8%
	Em pouquíssimos casos, é possível nascer pobre e se ficar rico.	Count	15	4	19
		% within Grupo	35,7%	40,0%	36,5%
Total		Count	42	10	52
		% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	,766 ^a	2	,682	,786		
Likelihood Ratio	1,332	2	,514	,786		
Fisher's Exact Test	,411			1,000		
Linear-by-Linear Association	,002 ^b	1	,966	1,000	,564	,172

a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,58.

b. The standardized statistic is ,042.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto à expectativa de nascer pobre e ficar rico ($p = 0,682$).

No que se refere à percepção da possibilidade de mudança de condição social, considerada de modo extremo: nascendo pobre e tornando-se rico, não foi verificada diferença significativa entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, nem em São Luís, nem em Porto Alegre. Entretanto, houve diferenciação entre as duas capitais. Se em Porto Alegre, o percentual mais expressivo, em ambos os grupos, foi o dos que supõem que em pouquíssimos casos, é possível nascer pobre e ficar rico, em São Luís, para os dois grupos, a resposta com maior percentual foi a de que nascendo pobre e trabalhando duro, se pode ficar rico. O que pode sugerir, na segunda capital, alguma ingenuidade a mais quanto às possibilidades de modificação cabal da condição social, na sociedade de mercado em que vivemos. Ou seja, uma menor inclinação crítica quanto à realidade social em que se acham inseridos os respondentes. Poder-se-ia cogitar que a transferência de renda do Programa Bolsa Família tenderia a ser mais impactante em São Luís do que em Porto Alegre, portanto, já que a tendência seria a de uma maior valorização do programa em si, não obstante a ampla gama de dificuldades enfrentadas nas diferentes áreas das políticas públicas.

Programa Bolsa Família e qualidade de vida

Em termos da existência de diferenças no que tange ao Programa Bolsa Família, iniciativa pública para fazer frente, em alguma medida, ao tema da pobreza e da desigualdade, foi feito teste de significância a partir das questões 70, 71 e 72.

PORTO ALEGRE

Tabela 6a - Programa Bolsa Família e qualidade de vida - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	18,50	666,00
Q70. Há quanto tempo recebe o Programa Bolsa Família?	Não-beneficiários	0 ^a	,00	,00
	Total	36		
Q71. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua família?	Beneficiários	36	18,50	666,00
	Não-beneficiários	0 ^a	,00	,00
	Total	36		
72. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua comunidade?	Beneficiários	36	33,03	1189,00
	Não-beneficiários	26	29,38	764,00
	Total	62		

a. Mann-Whitney Test cannot be performed on empty groups.

Test Statistics^a

72. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua comunidade?	
Mann-Whitney U	413,000
Wilcoxon W	764,000
Z	-,875
Asymp. Sig. (2-tailed)	,382

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre e os grupos beneficiários e não beneficiários quanto a acreditar que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida da comunidade do respondente ($p = 0,382$).

SÃO LUIS

Tabela 6b - Programa Bolsa Família e qualidade de vida - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	41	21,67	888,50
Q70. Há quanto tempo recebe o Programa Bolsa Família?	Não-beneficiários	1	14,50	14,50
	Total	42		
Q71. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua família?	Beneficiários	41	22,34	916,00
	Não-beneficiários	2	15,00	30,00
	Total	43		
Q72. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua comunidade?	Beneficiários	41	26,71	1095,00
	Não-beneficiários	10	23,10	231,00
	Total	51		

Test Statistics^a

	Q70. Há quanto tempo recebe o Programa Bolsa Família?	Q71. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua família?	Q72. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua comunidade?
Mann-Whitney U	13,500	27,000	176,000
Wilcoxon W	14,500	30,000	231,000
Z	-,626	-,953	-,856
Asymp. Sig. (2-tailed)	,531	,341	,392
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,667 ^b	,465 ^b	

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação:

1. ao tempo de recebimento do Programa Bolsa Família ($p = 0,531$);
2. a acreditar que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida da comunidade do respondente questão 71 ($p = 0,341$);
3. a acreditar que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida da comunidade do respondente ($p = 0,392$).

Dessa forma, não foram constatadas diferenças significativas entre os RFs beneficiários e os RFs não beneficiários quanto à percepção do papel do Programa Bolsa Família para o bem-estar considerado em sua dimensão mais ampla, a de comunidade, tanto na capital Porto Alegre como na capital São Luís. Note-se que a questão 71 foi formulada apenas para os RFs beneficiários e teve o intuito de, em associação com as questões 70 e 72, dimensionar em algum grau, como o programa era percebido da perspectiva do bem-estar. O entendimento fortemente favorável auferido através das questões 71 e 72 não diferiu entre os dois grupos de respondentes, independentemente do tempo de recebimento do benefício monetário e também não diferiu de uma capital para a outra. Portanto, a escolha do programa como elemento que poderia levar a uma maior filiação à democracia mostrou-se acertada. Entrementes, esse aspecto foi insuficiente para que aquela possibilidade se concretizasse e a hipótese fosse confirmada.

Do conjunto de testes realizados relativamente à percepção de pobreza, houve diferenças estatisticamente significativas entre os Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e os Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias do Programa Bolsa Família, apenas em duas situações. Na primeira delas, na capital São Luís, o grupo de RFs não beneficiários teve o entendimento de que os pais dos respondentes viviam pior do que eles próprios (questão 18), em patamar expressivamente superior àquele dos RFs beneficiários, o conteúdo do posicionamento, no entanto, é o mesmo desse último grupo em São Luís e do grupos de RFs não beneficiários de Porto Alegre.

Na segunda situação, na capital Porto Alegre, o grupo de RFs não beneficiários compreendeu que a pobreza, nos últimos cinco anos (questão 14), aumentou muito. O que

o diferencia de modo significativo do grupo de RFs beneficiários da mesma capital, para os quais aumentou pouco. E apresenta diferenças também com relação aos dois grupos da capital São Luís, onde para o grupo de RFs beneficiários, há uma divisão da primeira posição entre os RFs não beneficiários: aumentou muito e diminuiu pouco e para o grupo de RFs não beneficiários, a posição mais expressiva foi a de que diminuiu pouco.

As diferenças identificadas, apenas pontuais, não invalidam, entretanto, as conclusões a que os resultados conduzem, nas duas capitais. Tanto para um grupo - RFs beneficiários como para o outro - RFs não beneficiários, o tema da pobreza e da desigualdade a ela associada mantém-se como problema irresolvido, considere-se a pobreza em si ou a qualidade de vida dos respondentes. Também, não obstante o Programa Bolsa Família seja reconhecido como tendo incidido favoravelmente na qualidade de vida dos beneficiários e de suas comunidades, o plus envolvido não significou uma alteração tal que se pudesse cogitar de um patamar de responsividade em grau suficiente para alterar sua percepção de democracia.

Portanto, se há uma homogeneidade relativa da percepção de pobreza entre Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias, tem-se um primeiro elemento que concorre para negar a hipótese de pesquisa. Na medida em que a pobreza continua sendo percebida enquanto problema que se mantém, independentemente da transferência de renda do Programa Bolsa Família ser considerada positiva, em termos de maior bem-estar, a ideia de um regime democrático efetivo quanto a esse aspecto não parece presente no universo de nenhum dos grupos respondentes. O que significa que o fato de ser beneficiário do programa não tenderia a levar a uma maior filiação à de democracia

Democracia

No que se refere às diferenças quanto à percepção de democracia, escolheu-se alguns dos aspectos da qualidade da democracia conforme Diamond e Morlino (In Diamond e Morlino(Eds), 2005), para procurar perceber se havia diferenças entre os Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e os Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Estado de Direito - Vértice Procedimentos

Quanto às diferenças pertinentes à dimensão da qualidade da democracia, Estado de Direito - Vértice Procedimentos, foram testadas as questões 22, que se refere à lei tratar todos igualmente e 23, quanto a se todos têm os mesmos direitos garantidos.

PORTO ALEGRE

Tabela 7a - Estado de Direito - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q22. A lei trata igualmente a todas as pessoas.	Beneficiários	36	31,78	1144,00
	Não-beneficiários	26	31,12	809,00
	Total	62		
Q23. Todos têm os mesmos direitos garantidos.	Beneficiários	36	33,58	1209,00
	Não-beneficiários	26	28,62	744,00
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q22. A lei trata igualmente a todas as pessoas.	23. Todos têm os mesmos direitos garantidos.
Mann-Whitney U	458,000	393,000
Wilcoxon W	809,000	744,000
Z	-,176	-1,157
Asymp. Sig. (2-tailed)	,860	,247

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação:

- à lei tratar todos igualmente ($p = 0,860$);
- a todos terem os mesmos direitos garantidos ($p = 0,247$).

SÃO LUIS

Tabela 7b - Estado de Direito - São Luís

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	42	26,57	1116,00
22. A lei trata igualmente a todas as pessoas.	Não-beneficiários	10	26,20	262,00
	Total	52		
	Beneficiários	42	25,81	1084,00
23. Todos têm os mesmos direitos garantidos.	Não-beneficiários	10	29,40	294,00
	Total	52		

Test Statistics ^a		
	22. A lei trata igualmente a todas as pessoas.	23. Todos têm os mesmos direitos garantidos.
Mann-Whitney U	207,000	181,000
Wilcoxon W	262,000	1084,000
Z	-,082	-,715

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação:

- à lei tratar todos igualmente ($p = 0,935$);
- a todos terem os mesmos direitos garantidos ($p = 0,475$).

Em termos da dimensão da qualidade de democracia, Estado de Direito, além de não ter sido verificada diferença estatisticamente expressiva entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, em nenhuma das duas capitais pesquisadas, o posicionamento foi o mesmo, de discordância elevada quanto à lei tratar todos igualmente, para os quatro grupos respondentes - variando, nas duas capitais, entre 85,7% e 100,0%. No que se refere a todos terem os mesmos direitos garantidos, igualmente, os quatro grupos discordam - percentuais agregados entre 70,0% e 92,3%, sendo que em São Luís, os RFs não beneficiários têm como entendimento preponderante o discorda e os outros três grupos apresentam o discorda muito na primeira posição. Assim, o pertencimento ao Programa Bolsa Família não resultou numa compreensão mais favorável do Estado de Direito em termos do tratamento igual pela lei nem da garantia de direitos ou seja, a democracia brasileira não é percebida como de qualidade, levados em conta esses dois aspectos. O que apenas corrobora as assimetrias expressivas a que se fez alusão anteriormente e que são do conhecimento de todos. Portanto, o maior bem-estar facultado pelo pertencimento ao programa não consegue atenuar o tratamento desigual pela lei nem os direitos, estruturados de modo a serem restritos ou quando de escopo mais abrangente, não concretizáveis plenamente.

Accountability horizontal e Accountability vertical - Vértice Procedimentos

No que se refere às diferenças ante as dimensões accountability horizontal e accountability vertical, ambas pertencentes ao Vértice Procedimentos, foram testadas respectivamente, a questão 63, quanto a se no Brasil, há fiscalização de um poder -

Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro e a questão 62, acerca de as pessoas votarem naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.

PORTO ALEGRE

Tabela 8a - Accountability horizontal e Accountability vertical - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	32,49	1169,50
Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Não-beneficiários	25	28,86	721,50
	Total	61		
	Beneficiários	35	31,30	1095,50
Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Não-beneficiários	26	30,60	795,50
	Total	61		
	Beneficiários	36	31,19	1123,00
Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Não-beneficiários	26	31,92	830,00
	Total	62		
	Beneficiários	35	29,13	1019,50
Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Não-beneficiários	26	33,52	871,50
	Total	61		
	Beneficiários	36	35,39	1274,00
Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas	Não-beneficiários	26	26,12	679,00

vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Total	62		
	Beneficiários	36	34,38	1237,50
Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.	Não-beneficiários	26	27,52	715,50
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.
Mann-Whitney U	396,500	444,500	457,000	389,500	328,000	364,500
Wilcoxon W	721,500	795,500	1123,000	1019,500	679,000	715,500
Z	-,819	-,167	-,187	-1,048	-2,155	-1,556
Asymp. Sig. (2-tailed)	,413	,867	,852	,295	,031	,120

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significante entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. como cidadão comum, não ter como influenciar as decisões políticas ($p = 0,413$);
2. dever haver uma maior participação das pessoas comuns na política ($p = 0,867$);
3. poder haver democracia sem que existam partidos políticos ($p = 0,852$);
4. ser importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições ($p = 0,295$);

5. no Brasil, haver fiscalização de um poder pelo outro ($p = 0,120$).

Há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação às pessoas votarem naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam ($p = 0,031$).

SÃO LUIS

Tabela 8b - Accountability horizontal e Accountability vertical - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Beneficiários	41	26,37	1081,00
	Não-beneficiários	10	24,50	245,00
	Total	51		
Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Beneficiários	42	26,38	1108,00
	Não-beneficiários	10	27,00	270,00
	Total	52		
Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Beneficiários	42	25,55	1073,00
	Não-beneficiários	10	30,50	305,00
	Total	52		
Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Beneficiários	41	26,32	1079,00
	Não-beneficiários	10	24,70	247,00
	Total	51		
Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Beneficiários	42	26,63	1118,50
	Não-beneficiários	10	25,95	259,50
	Total	52		
63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.	Beneficiários	41	25,12	1030,00
	Não-beneficiários	9	27,22	245,00
	Total	50		

Test Statistics^a

	Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.
Mann-Whitney U	190,000	205,000	170,000	192,000	204,500	169,000
Wilcoxon W	245,000	1108,000	1073,000	247,000	259,500	1030,000
Z	-,373	-,130	-,980	-,339	-,133	-,418
Asymp. Sig. (2-tailed)	,709	,896	,327	,735	,895	,676
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]						,710 ^b

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. como cidadão comum, não ter como influenciar as decisões políticas ($p = 0,709$);
2. dever haver uma maior participação das pessoas comuns na política ($p = 0,896$);
3. poder haver democracia sem que existam partidos políticos ($p = 0,327$);
4. ser importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições ($p = 0,735$);
5. às pessoas votarem naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam ($p = 0,895$);
6. no Brasil, haver fiscalização de um poder pelo outro ($p = 0,676$).

Dessa forma, no que se refere à Accountability horizontal, testada através da questão 63 - se há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro, RFs beneficiários e RFs não beneficiários, em ambas as capitais, não diferenciam-se de modo estatisticamente significativo. E também não há diferenças expressivas entre

uma capital e outra. Como viu-se na parte descritiva, os quatro grupos de respondentes alinham-se em concordar com o enunciado da questão - entendimento mais expressivo, sendo que os percentuais favoráveis agregados (concorda e concorda muito) vão de 53,8 % a 69,5%. De alguma forma, portanto, a percepção dos quatro grupos se dá no sentido de afirmar a existência da accountability horizontal. É possível que essa ideia, de uma fiscalização entre os poderes, aparentemente sedimentada entre os respondentes, tenha relação com a veiculação, sobretudo nos últimos anos, de episódios de corrupção, em que instituições governamentais, notadamente, a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e o Legislativo, através das Comissões Parlamentares de Inquérito, trazem a público, investigações sobre desmandos dos mais variados.

Já quanto à Accountability vertical, verificada através da questão 62 - acerca de as pessoas votarem naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam, apenas em Porto Alegre, a diferença entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários foi estatisticamente significativa. O entendimento foi favorável em ambos os grupos; entretanto, no primeiro preponderou o concorda muito e no segundo, o concorda. A diferença estatisticamente significativa estabeleceu-se entre essas duas primeiras posições.

Porém, dos quatro grupos respondentes, o de entendimento mais díspar foi o dos RFs beneficiários de São Luís, que apresentou como primeiro percentual o daqueles que discordam. Embora sem significado estatístico, a primeira e a segunda posição inverteram-se de uma capital para a outra - concorda muito para os RFs beneficiários de Porto Alegre e concorda para os RFs beneficiários de São Luís e no caso dos RFs não beneficiários, enquanto que em Porto Alegre, a primeira posição foi concorda, em São Luís foi discorda.

Entretanto, como segunda posição, dentre os RFs não beneficiários, tem-se na segunda capital, o concorda muito. Também a soma das posições favoráveis e desfavoráveis resulta no equilíbrio para esse grupo, de modo que o posicionamento discordante não prepondera nem mesmo no grupo que se diferencia dos demais.

Assim, a Accountability vertical, foi identificada pelos respondentes como existente no país e não operou como diferenciador entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários em nenhuma das duas capitais. Conforme a compreensão dos respondentes, o eleitorado

brasileiro orienta seu voto a governantes que se tenham mostrado efetivos quanto ao bem-estar do mesmo.

Igualdade política - Vértice Conteúdo

Com relação às diferenças na dimensão igualdade política - Vértice Conteúdo, foram utilizadas as questões 65, quanto a se qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada e 66, sobre a igualdade política nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.

PORTO ALEGRE

Tabela 9a - Igualdade política - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Beneficiários	36	31,53	1135,00
	Não-beneficiários	25	30,24	756,00
	Total	61		
Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Beneficiários	36	33,92	1221,00
	Não-beneficiários	26	28,15	732,00
	Total	62		
Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Beneficiários	36	33,00	1188,00
	Não-beneficiários	26	29,42	765,00
	Total	62		
Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Beneficiários	36	36,24	1304,50
	Não-beneficiários	26	24,94	648,50
	Total	62		
Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.	Beneficiários	36	30,86	1111,00
	Não-beneficiários	25	31,20	780,00
	Total	61		

Test Statistics^a

	Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.
Mann-Whitney U	431,000	381,000	414,000	297,500	445,000
Wilcoxon W	756,000	732,000	765,000	648,500	1111,000
Z	-,296	-1,291	-,801	-2,534	-,079
Asymp. Sig. (2-tailed)	,767	,197	,423	,011	,937

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. no Brasil, as pessoas terem liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros ($p = 0,767$);
2. qualquer pessoa poder votar e ser votada ($p = 0,197$);
3. a igualdade política entre as pessoas ter aumentado/ficado igual/diminuído nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013 ($p = 0,423$);
4. a democracia ser indispensável para que os pobres vivam melhor ($p = 0,937$).

Há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação às políticas públicas - aquilo que o governo faz - levarem em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo ($p = 0,011$).

SÃO LUIS

Tabela 9b - Igualdade política - Vértice Conteúdo - São Luís

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Beneficiários	42	26,57	1116,00
	Não-beneficiários	10	26,20	262,00
	Total	52		
Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Beneficiários	42	25,99	1091,50
	Não-beneficiários	10	28,65	286,50
	Total	52		
Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Beneficiários	39	23,96	934,50
	Não-beneficiários	9	26,83	241,50
	Total	48		
Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Beneficiários	41	25,76	1056,00
	Não-beneficiários	10	27,00	270,00
	Total	51		
Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.	Beneficiários	41	25,84	1059,50
	Não-beneficiários	10	26,65	266,50
	Total	51		

Test Statistics^a

	Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.
Mann-Whitney U	207,000	188,500	154,500	195,000	198,500
Wilcoxon W	262,000	1091,500	934,500	1056,000	1059,500
Z	-,079	-,522	-,578	-,247	-,163
Asymp. Sig. (2-tailed)	,937	,602	,564	,805	,871
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]			,585 ^b		

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significante entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

4. no Brasil, as pessoas terem liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros ($p = 0,937$);
5. qualquer pessoa dever poder votar e ser votada ($p = 0,602$);
6. a igualdade política entre as pessoas ter aumentado/ficado igual/diminuído nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013 ($p = 0,564$);
7. às políticas públicas - aquilo que o governo faz - levarem em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo ($p = 0,805$);
8. a democracia ser indispensável para que os pobres vivam melhor ($p = 0,871$).

Em termos da igualdade política, testada através da questão 65 - qualquer pessoa dever poder votar e ser votada e da questão 66 - a igualdade política entre as pessoas ter aumentado/ficado igual/diminuído nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013 ($p = 0,564$), não há diferenciação estatisticamente significativa entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, em nenhuma das duas capitais pesquisadas.

Embora quanto à questão 65, diferenças de entendimento tenham ocorrido em Porto Alegre, de um grupo para o outro, conforme viu-se na parte descritiva, com uma maior homogeneidade em São Luís, os resultados agregados foram de concordância para os quatro grupos respondentes.

Na questão 66, em Porto Alegre, o entendimento dividiu-se entre ficou igual e aumentou. Em São Luís, no primeiro grupo, a divisão foi entre ficou igual e aumentou muito e no segundo grupo, entre ficou igual, aumentou e aumentou muito. Portanto, a percepção da igualdade política foi preponderantemente favorável, o que parece refletir a vivência da mesma no período democrático recente.

Dessa forma, considerados ambos os aspectos escolhidos, os respondentes afirmam, em geral, a presença da igualdade política na democracia brasileira.

Responsividade - Vértice Resultados

Quanto à dimensão responsividade - Vértice Resultados, foram testadas as questões 33, sobre estarem os direitos básicos do cidadão bem protegidos pelo sistema político brasileiro, 55, quanto a se o Estado brasileiro, mais do que os indivíduos deve ser responsável pela garantia do bem-estar das pessoas, 56 sobre se o Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres, 57, quanto a se os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o respondente pensam, 67, quanto a se as políticas públicas - aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo e 69, quanto a se a democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.

Essas questões dizem respeito ao papel do poder público quanto à proteção aos direitos básicos do cidadão, especialmente, iniciativas que atenuem a pobreza e a desigualdade, elevando o bem-estar dos pobres ou seja, referem se por definição é daquela esfera a responsabilidade de agir, modificando a realidade desfavorável aos pobres. Portanto, se é esperável que o poder público seja responsivo às questões que dizem respeito aos pobres porque, afinal, a pobreza e a desigualdade é que dão o contorno a sua

existência enquanto segmento. Agrega-se à ideia de que deve haver responsabilidade quanto à pobreza e à desigualdade, a de se a ação governamental leva em consideração ou não as necessidades e expectativas dos pobres. As questões 56 e 57 foram relacionadas na análise descritiva entre as de percepção da pobreza porque compõem, simultaneamente, aquela problemática, no que se refere à necessidade ou não de incidência pública sobre a mesma.

Apoio ao sistema político brasileiro

Pode-se supor que desse leque de questionamentos resulta, em razoável medida, o posicionamento dos respondentes quanto à questão 35, que aborda o apoio ao sistema político brasileiro, no caso, ao sistema que opera no regime democrático vigente. Em suma, trata-se do apoio à democracia no Brasil na forma como se apresenta aos respondentes e com as implicações dessa compreensão para a qualidade da democracia.

PORTO ALEGRE

Tabela 10a - Responsividade I- Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks			
		Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
		Beneficiários	36	30,38	1093,50
Q30. Você acha que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?		Não-beneficiários	25	31,90	797,50
		Total	61		
		Beneficiários	36	33,49	1205,50
Q31. Até que ponto acredita que os tribunais de justiça no Brasil garantem um julgamento justo?		Não-beneficiários	26	28,75	747,50
		Total	62		
		Beneficiários	36	30,69	1105,00
Q32. Até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil?		Não-beneficiários	26	32,62	848,00
		Total	62		
		Beneficiários	36	34,24	1232,50
Q33. Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?		Não-beneficiários	25	26,34	658,50
		Total	61		

	Beneficiários	36	33,32	1199,50
Q34. Até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro?	Não-beneficiários	26	28,98	753,50
	Total	62		
	Beneficiários	36	30,92	1113,00
Q35. Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?	Não-beneficiários	26	32,31	840,00
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q30. Você acha que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?	Q31. Até que ponto acredita que os tribunais de justiça no Brasil garantem um julgamento justo?	Q32. Até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil?	Q33. Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?	Q34. Até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro?	Q35. Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?
Mann-Whitney U	427,500	396,500	439,000	333,500	402,500	447,000
Wilcoxon W	1093,500	747,500	1105,000	658,500	753,500	1113,000
Z	-,347	-1,233	-,493	-1,944	-,990	-,311
Asymp. Sig. (2-tailed)	,728	,218	,622	,052	,322	,756

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. achar que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país ($p = 0,728$);
2. até que ponto acredita que os tribunais de justiça no Brasil garantem um julgamento justo? ($p = 0,218$);
3. até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil? ($p = 0,622$);
4. até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro? ($p = 0,322$);
5. até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro? ($p = 0,756$).

Considerando um nível de significância pouco superior a 5% (5,2%), há diferença estatisticamente significativa entre os grupos de RFs beneficiários e de RFs não

beneficiários, com relação a até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro? ($p = 0,052$).

SÃO LUIS

Tabela10b - Responsividade I - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q30. Você acha que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?	Beneficiários	40	24,15	966,00
	Não-beneficiários	8	26,25	210,00
	Total	48		
Q31. Até que ponto acredita que os tribunais de justiça no Brasil garantem um julgamento justo?	Beneficiários	40	23,54	941,50
	Não-beneficiários	7	26,64	186,50
	Total	47		
Q32. Até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil?	Beneficiários	42	26,70	1121,50
	Não-beneficiários	9	22,72	204,50
	Total	51		
Q33. Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?	Beneficiários	41	24,70	1012,50
	Não-beneficiários	10	31,35	313,50
	Total	51		
Q34. Até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro?	Beneficiários	42	26,64	1119,00
	Não-beneficiários	10	25,90	259,00
	Total	52		
Q35. Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?	Beneficiários	42	26,31	1105,00
	Não-beneficiários	10	27,30	273,00
	Total	52		

Test Statistics^a

	Q30. Você acha que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?	Q31. Até que ponto acredita que os tribunais de justiça no Brasil garantem um julgamento justo?	Q32. Até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil?	Q 33. Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?	Q 34. Até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro?	Q 35. Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?
Mann-Whitney U	146,000	121,500	159,500	151,500	204,000	202,000
Wilcoxon W	966,000	941,500	204,500	1012,500	259,000	1105,000
Z	-,409	-,572	-,769	-1,515	-,152	-,193
Asymp. Sig. (2-tailed)	,683	,567	,442	,130	,879	,847

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significante entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. achar que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país ($p = 0,683$);
2. até que ponto acredita que os tribunais de justiça no Brasil garantem um julgamento justo? ($p = 0,567$);
3. até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil? ($p = 0,442$);
4. até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro? ($p = 0,130$);
5. até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro? ($p = 0,879$);
6. até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro? ($p = 0,847$).

No que se refere à questão 33 - Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?, encontrou-se diferenças estatisticamente significativas entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, em Porto Alegre. Porém, mais uma vez trata-se de uma diferença de intensidade, posto que para os dois grupos, o percentual mais expressivo é o daqueles que discordam muito. O grupo de RFs não beneficiários discorda de modo mais expressivo. Também em São

Luís, a primeira posição, entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, é a dos que discordam muito.

Portanto, com diferenças de ênfase, os quatro grupos respondentes discordaram muito quanto aos direitos básicos do cidadão estarem bem protegidos pelo sistema político brasileiro e isso também para percentuais agregados. O que significa que o sistema em questão não foi percebido como responsivo no aspecto proteção de direitos, vale dizer, de garantidor, fiador de direitos, entendimento que como já mencionado, auxilia na compreensão das respostas à questão 35 - Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro? Ainda que sem diferenças estatisticamente significativas entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, o entendimento discordo muito foi o mais expressivo em Porto Alegre.

Em São Luís, embora no grupo dos RFs beneficiários, também prepondere o discordo muito, a segunda posição, não muito distante da primeira, foi aquela dos que concordaram muito. E, afinal, no grupo dos RFs não beneficiários, o percentual mais expressivo foi o concorda muito. Portanto, há uma coerência nas respostas às questões 33 e 35 para três dos quatro grupos respondentes. E mesmo no quarto grupo, o de RFs não beneficiários de São Luís, houve uma divisão mais ou menos equânime entre as posições de concordância e discordância, se considerados os percentuais agregados. O não apoio ao sistema político brasileiro, aqui elencado na dimensão responsividade, tem relação com a concepção de identidade política de Reis (1998), convergente com a de cidadania de O'Donnell, não sedimentada, aparentemente, entre os respondente, como de sorte para contingentes expressivos de brasileiros de baixa e baixíssima renda.

PORTO ALEGRE

Tabela 11a - Responsividade II - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

Ranks			
Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Beneficiários	36	30,82	1109,50

Q55. O Estado brasileiro, mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas.	Não-beneficiários	26	32,44	843,50
	Total	62		
Q56. O Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres.	Beneficiários	36	32,35	1164,50
	Não-beneficiários	26	30,33	788,50
	Total	62		
Q57. Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor(a) pensam.	Beneficiários	36	34,36	1237,00
	Não-beneficiários	26	27,54	716,00
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q55. O Estado brasileiro, mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas.	Q56. O Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres.	Q57. Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor(a) pensam.
Mann-Whitney U	443,500	437,500	365,000
Wilcoxon W	1109,500	788,500	716,000
Z	-,491	-,792	-1,774
Asymp. Sig. (2-tailed)	,623	,428	,076

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. o Estado brasileiro, mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas ($p = 0,623$);
2. o Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres ($p = 0,428$);
3. os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor(a) pensam ($p = 0,076$).

SÃO LUIS

Tabela11b - Responsividade II - São Luís

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q55. O Estado brasileiro, mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas.	Beneficiários	41	25,62	1050,50
	Não-beneficiários	10	27,55	275,50
	Total	51		
Q56. O Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres.	Beneficiários	41	26,10	1070,00
	Não-beneficiários	10	25,60	256,00
	Total	51		
Q57. Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor(a) pensam.	Beneficiários	42	27,29	1146,00
	Não-beneficiários	10	23,20	232,00
	Total	52		

Test Statistics^a

	Q55. O Estado brasileiro, mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas.	Q56. O Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres.	Q57. Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor(a) pensam.
Mann-Whitney U	189,500	201,000	177,000
Wilcoxon W	1050,500	256,000	232,000
Z	-,481	-,137	-,840
Asymp. Sig. (2-tailed)	,631	,891	,401

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. o Estado brasileiro, mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas ($p = 0,631$);

2. o Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres ($p = 0,891$);
3. os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor(a) pensam ($p = 0,401$).

Prosseguindo com a testagem de aspectos relativos à responsividade, através das questões 55,56 e 57, não foram constatadas diferenças estatisticamente significativas entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários nem em Porto Alegre, nem em São Luís. Para os quatro grupos respondentes, o entendimento quanto à questão 55 - o Estado brasileiro, mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas, foi o de concordar muito, com percentuais agregados variando entre 73,2% e 80,8%. No que se refere à questão 56 - o Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres, também prevaleceu o concorda muito, variando os percentuais agregados de 80,0% a 91,7%. E no que se refere à questão 57 - os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor(a) pensa, preponderou o discorda muito, com percentuais agregados entre 58,3% e 80,0%.

Portanto, para os quatro grupos de respondentes, independentemente de se tratar de RFs beneficiários ou de RFs não beneficiários e de residirem em Porto Alegre ou em São Luís, o bem-estar das pessoas associa-se fortemente ao papel do Estado enquanto responsável principal pelo mesmo e enquanto ente que deve atuar de modo enfático ante a desigualdade de renda entre ricos e pobres.

Entretanto, também ficou caracterizada, de modo notório, a compreensão de que o Estado é conduzido por decisores que não se interessam, ou seja, não tomam em consideração, a perspectiva dos respondentes, logo, dos cidadãos comuns e pobres. Percebe-se aqui um hiato interessante entre as responsabilidades supostas para o Estado e a escuta por esse das necessidades dos cidadãos, inexistente em sua percepção. O que sugere dificuldades importantes para a responsividade, elemento da qualidade da democracia, visto que as responsabilidades mencionadas terminam por não se moldar ao efetivamente necessário.

PORTO ALEGRE

Tabela 12a - Responsividade III - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Beneficiários	36	31,53	1135,00
	Não-beneficiários	25	30,24	756,00
	Total	61		
Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Beneficiários	36	33,92	1221,00
	Não-beneficiários	26	28,15	732,00
	Total	62		
Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Beneficiários	36	33,00	1188,00
	Não-beneficiários	26	29,42	765,00
	Total	62		
Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Beneficiários	36	36,24	1304,50
	Não-beneficiários	26	24,94	648,50
	Total	62		
Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.	Beneficiários	36	30,86	1111,00
	Não-beneficiários	25	31,20	780,00
	Total	61		

Test Statistics^a

	Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.
Mann-Whitney U	431,000	381,000	414,000	297,500	445,000
Wilcoxon W	756,000	732,000	765,000	648,500	1111,000
Z	-,296	-1,291	-,801	-2,534	-,079
Asymp. Sig. (2-tailed)	,767	,197	,423	,011	,937

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. no Brasil, as pessoas terem liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros ($p = 0,767$);
2. qualquer pessoa dever poder votar e ser votada ($p = 0,197$);
3. a igualdade política entre as pessoas aumentar/ficar igual/diminuir nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013 ($p = 0,423$);
4. a democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor ($p = 0,937$).

Há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação às políticas públicas - aquilo que o governo faz - levarem em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo ($p = 0,011$).

SÃO LUÍS

Tabela 12b - Responsividade III - São Luís

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Beneficiários	42	26,57	1116,00
	Não-beneficiários	10	26,20	262,00
	Total	52		
65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Beneficiários	42	25,99	1091,50
	Não-beneficiários	10	28,65	286,50
	Total	52		
66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Beneficiários	39	23,96	934,50
	Não-beneficiários	9	26,83	241,50
	Total	48		
67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Beneficiários	41	25,76	1056,00
	Não-beneficiários	10	27,00	270,00
	Total	51		
69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.	Beneficiários	41	25,84	1059,50
	Não-beneficiários	10	26,65	266,50
	Total	51		

Test Statistics ^a					
	64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.
Mann-Whitney U	207,000	188,500	154,500	195,000	198,500
Wilcoxon W	262,000	1091,500	934,500	1056,000	1059,500
Z	-,079	-,522	-,578	-,247	-,163
Asymp. Sig. (2-tailed)	,937	,602	,564	,805	,871
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]			,585 ^b		

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. no Brasil, as pessoas terem liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros ($p = 0,937$);
2. qualquer pessoa dever poder votar e ser votada ($p = 0,602$);
3. a igualdade política entre as pessoas aumentar/ficar igual/diminuir nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013 ($p = 0,564$);
4. as políticas públicas - aquilo que o governo faz - levarem em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo ($p = 0,805$);
5. a democracia ser indispensável para que os pobres vivam melhor ($p = 0,871$).

No terceiro e último bloco de questões pertinentes à responsividade, foram testadas as questões 67 e 69. Quanto à questão 67 - as políticas públicas - aquilo que o governo faz - levarem em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo, foram constatadas diferenças estatisticamente significantes entre os RFs beneficiários e os RFs não beneficiários e tão somente na cidade de Porto Alegre. Enquanto no primeiro grupo, o percentual mais expressivo foi o dos que concordaram, no segundo grupo foi o dos que discordaram. Em São Luís, ocorreu a mesma contraposição entre os dois grupos, mas com uma menor distância percentual entre um e outro.

Os percentuais agregados resultaram, em Porto Alegre, em 52,8% de entendimento favorável dentre os RFs beneficiários e de 80,8% de entendimento desfavorável, no grupo de RFs não beneficiários. Em São Luís, se teve, agregadamente, 57,1% de concordância para o primeiro grupo e a divisão do segundo grupo em 50% de concordância e 50% de discordância. O fato de a concordância preponderar em dois dos quatro grupos: RFs beneficiários de Porto Alegre e RFs beneficiários de São Luís quase causa surpresa, mas poderia emprestar sentido à hipótese da tese visto que significa o entendimento de que a responsividade governamental efetivamente acontece.

Quanto à questão 69 - a democracia ser indispensável para que os pobres vivam melhor, não houve diferenças estatísticas significativas entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários, com todos os grupos tendo como percentual mais expressivo, o concorda muito. Os percentuais agregados de concordância variaram entre 69,9% e 80,5%, ou seja, inequivocamente, para os respondentes, o regime mais favorável aos pobres é a democracia. Entendemos que as respostas a essa questão, ainda que não diferenciem RFs beneficiários e RFs não beneficiários, foram convergentes com uma das ideias que levaram à proposição e realização da presente tese, a de que seria possível que o programa

de transferência de renda Bolsa Família, voltado à pobreza e à desigualdade, operasse como fator de fortalecimento das convicções democráticas dos envolvidos. Afinal, se os respondentes afirmam que o ambiente democrático é mais favorável aos pobres, poder-se-ia supor que a existência do programa, notoriamente voltado aos pobres, poderia aprofundar essa percepção.

Confiança institucional

No que se refere às diferenças entre os grupos quanto à confiança institucional como elemento relevante da qualidade da democracia, segundo Moisés (In Moisés (Org), 2010) e Meneguello (2013), foram testadas as questões 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49 quanto à confiança em diferentes instituições.

PORTO ALEGRE

Tabela 13a - Confiança institucional I - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	29,78	1072,00
Q36. Até que ponto tem confiança na justiça?	Não-beneficiários	26	33,88	881,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	32,81	1181,00
Q37. Até que ponto tem confiança na justiça eleitoral?	Não-beneficiários	26	29,69	772,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	28,53	1027,00
Q38. Até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)?	Não-beneficiários	26	35,62	926,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	31,72	1142,00
Q39. Até que ponto tem confiança no Congresso Nacional?	Não-beneficiários	26	31,19	811,00

	Total	62		
	Beneficiários	36	28,53	1027,00
Q40. Até que ponto tem confiança na Polícia Militar?	Não-beneficiários	26	35,62	926,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	31,86	1147,00
Q41. Até que ponto tem confiança na Igreja Católica?	Não-beneficiários	26	31,00	806,00
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q36. Até que ponto tem confiança na justiça?	Q37. Até que ponto tem confiança na justiça eleitoral?	Q38. Até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)?	Q39. Até que ponto tem confiança no Congresso Nacional?	Q40. Até que ponto tem confiança na Polícia Militar?	Q41. Até que ponto tem confiança na Igreja Católica?
Mann-Whitney U	406,000	421,000	361,000	460,000	361,000	455,000
Wilcoxon W	1072,000	772,000	1027,000	811,000	1027,000	806,000
Z	-,966	-,723	-1,678	-,127	-1,600	-,207
Asymp. Sig. (2-tailed)	,334	,470	,093	,899	,110	,836

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. até que ponto tem confiança na justiça? ($p = 0,334$);
2. até que ponto tem confiança na justiça eleitoral? ($p = 0,470$);
3. até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)? ($p = 0,093$);
4. até que ponto tem confiança no Congresso Nacional? ($p = 0,899$);
5. até que ponto tem confiança na Polícia Militar ($p = 0,110$);

6. até que ponto tem confiança na Igreja Católica? ($p = 0,836$).

SÃO LUIS

Tabela 13b - Confiança institucional I - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	42	26,52	1114,00
Q36. Até que ponto tem confiança na justiça?	Não-beneficiários	10	26,40	264,00
	Total	52		
	Beneficiários	42	26,65	1119,50
Q37. Até que ponto tem confiança na justiça eleitoral?	Não-beneficiários	10	25,85	258,50
	Total	52		
	Beneficiários	41	26,60	1090,50
Q38. Até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)?	Não-beneficiários	10	23,55	235,50
	Total	51		
	Beneficiários	42	26,05	1094,00
Q39. Até que ponto tem confiança no Congresso Nacional?	Não-beneficiários	10	28,40	284,00
	Total	52		
	Beneficiários	42	27,21	1143,00
Q40. Até que ponto tem confiança na Polícia Militar?	Não-beneficiários	10	23,50	235,00
	Total	52		
	Beneficiários	42	27,33	1148,00
Q41. Até que ponto tem confiança na Igreja Católica?	Não-beneficiários	10	23,00	230,00
	Total	52		

Test Statistics^a

	Q36. Até que ponto tem confiança na justiça?	Q37. Até que ponto tem confiança na justiça eleitoral?	Q38. Até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)?	Q39. Até que ponto tem confiança no Congresso Nacional?	Q40. Até que ponto tem confiança na Polícia Militar?	Q41. Até que ponto tem confiança na Igreja Católica?
Mann-Whitney U	209,000	203,500	180,500	191,000	180,000	175,000
Wilcoxon W	264,000	258,500	235,500	1094,000	235,000	230,000
Z	-,025	-,162	-,608	-,458	-,709	-,868
Asymp. Sig. (2-tailed)	,980	,871	,543	,647	,478	,385

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. até que ponto tem confiança na justiça? ($p = 0,980$);
2. até que ponto tem confiança na justiça eleitoral? ($p = 0,871$);
3. até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)? ($p = 0,543$);
4. até que ponto tem confiança no Congresso Nacional? ($p = 0,647$);
5. até que ponto tem confiança na Polícia Militar ($p = 0,478$);
6. até que ponto tem confiança na Igreja Católica? ($p = 0,385$).

Para esse primeiro conjunto de questões relativas à confiança nas instituições, não houve diferença estatisticamente significativa entre os RFs beneficiários e os RFs não beneficiários. Na questão 36 - até que ponto tem confiança na justiça, enquanto o percentual mais expressivo, para os dois grupos de Porto Alegre, foi o dos que discordaram muito, em São Luís, em ambos os grupos, foi o dos que concordaram muito. Aparentemente, houve um posicionamento menos crítico na segunda capital, o que pode ter relação com sua história política de maior continuísmo até bem pouco tempo, vale dizer, de uma maior conformidade com o status quo.

Quanto à questão 37 - até que ponto tem confiança na justiça eleitoral, os quatro grupos foram discordantes, percepção que parece se mover contra a suposta respeitabilidade dessa instituição diante da sociedade genericamente considerada. Na

questão 38 - até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército), os quatro grupos foram concordantes, ratificando as pesquisas que embutem essa questão. Quanto à questão 39 - até que ponto tem confiança no Congresso Nacional, os quatro grupos foram discordante, outra tendência reiterada em pesquisas.

Na questão 40 - até que ponto tem confiança na Polícia Militar, em Porto Alegre, para os RFs beneficiários preponderou o discorda muito e para os RFs não beneficiários, o concorda muito. Em São Luís, no primeiro grupo, também o discorda muito e para o segundo grupo, o concorda um pouco. A ambiguidade entre posições parece compreensível posto que essa instituição tanto faz segurança como comete arbitrariedades frequentes. Para a questão 41 - até que ponto tem confiança na Igreja Católica, o maior percentual nos quatro grupos foi o de concordar muito, o que também tem sido usual nas pesquisas.

PORTO ALEGRE

Tabela 14a - Confiança institucional II - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	33,08	1191,00
Q42. Até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica?	Não-beneficiários	26	29,31	762,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	31,32	1127,50
Q43. Até que ponto tem confiança nos partidos políticos?	Não-beneficiários	26	31,75	825,50
	Total	62		
	Beneficiários	36	32,63	1174,50
Q44. Até que ponto tem confiança no Presidente da República?	Não-beneficiários	26	29,94	778,50
	Total	62		
	Beneficiários	36	30,33	1092,00

Q45. Até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal?	Não-beneficiários	26	33,12	861,00
	Total	62		
Q46. Até que ponto tem confiança no governo municipal?	Beneficiários	36	32,90	1184,50
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q42. Até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica?	Q43. Até que ponto tem confiança nos partidos políticos?	Q44. Até que ponto tem confiança no Presidente da República?	Q45. Até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal?	Q46. Até que ponto tem confiança no governo municipal?
Mann-Whitney U	411,000	461,500	427,500	426,000	417,500
Wilcoxon W	762,000	1127,500	778,500	1092,000	768,500
Z	-,869	-,104	-,603	-,625	-,745
Asymp. Sig. (2-tailed)	,385	,917	,547	,532	,456

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica ($p = 0,385$);
2. até que ponto tem confiança nos partidos políticos? ($p = 0,917$);
3. até que ponto tem confiança no Presidente da República? ($p = 0,547$);
4. até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal? ($p = 0,532$);
5. até que ponto tem confiança no governo municipal? ($p = 0,456$).

SÃO LUIS

Tabela 14 b - Confiança institucional II - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q42. Até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica?	Beneficiários	42	24,76	1040,00
	Não-beneficiários	10	33,80	338,00
	Total	52		
Q43. Até que ponto tem confiança nos partidos políticos?	Beneficiários	42	26,61	1117,50
	Não-beneficiários	10	26,05	260,50
	Total	52		
Q44. Até que ponto tem confiança no Presidente da República?	Beneficiários	42	26,62	1118,00
	Não-beneficiários	10	26,00	260,00
	Total	52		
Q45. Até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal?	Beneficiários	42	26,33	1106,00
	Não-beneficiários	10	27,20	272,00
	Total	52		
Q46. Até que ponto tem confiança no governo municipal?	Beneficiários	42	26,64	1119,00
	Não-beneficiários	10	25,90	259,00
	Total	52		

Test Statistics^a

	Q42. Até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica?	Q43. Até que ponto tem confiança nos partidos políticos?	Q44. Até que ponto tem confiança no Presidente da República?	Q45. Até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal?	Q46. Até que ponto tem confiança no governo municipal?
Mann-Whitney U	137,000	205,500	205,000	203,000	204,000
Wilcoxon W	1040,000	260,500	260,000	1106,000	259,000
Z	-1,898	-,114	-,123	-,171	-,146
Asymp. Sig. (2-tailed)	,058	,909	,902	,864	,884

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica? ($p = 0,058$);
2. até que ponto tem confiança nos partidos políticos? ($p = 0,909$);
3. até que ponto tem confiança no Presidente da República? ($p = 0,902$);
4. até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal? ($p = 0,864$);
5. até que ponto tem confiança no governo municipal? ($p = 0,884$).

No segundo conjunto de questões relativas à confiança nas instituições, também não houve diferença estatisticamente significativa entre os RFs beneficiários e os RFs não beneficiários. Recuperando a etapa descritiva, na questão 42 - até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica, o percentual mais expressivo, nos quatro grupos, foi o concorda muito, a exemplo do que fora respondido quanto à Igreja Católica.

Quanto à questão 43 - até que ponto tem confiança nos partidos políticos, nos quatro grupos respondentes, preponderou a resposta discorda muito, em consonância com as pesquisas na área. Na questão 44 - até que ponto tem confiança no Presidente da República, em Porto Alegre, dentre os RFs beneficiários, o maior percentual foi o concorda muito e para os RFs não beneficiários, concorda muito juntamente com discorda muito. Em São Luís, a primeira posição em ambos os grupos foi o concorda muito. Portanto, apenas em um dos grupos, o de RFs não beneficiários de Porto Alegre, o entendimento é destoante e ainda assim parcialmente, visto que é o mesmo para concorda muito e para discorda muito. A positividade com que é percebida a instituição Presidente da República parece ter relação com a ideia de governos, em período recente, responsivos aos pobres, a qual tem certo poder explicativo na reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e na da Presidente Dilma Rousseff, conforme estudos.

Quanto à questão 45 - até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal, o entendimento foi oposto entre os RFs beneficiários e os RFs não beneficiários, nas duas capitais. Em Porto Alegre, no primeiro grupo, o maior percentual foi o discorda muito e no segundo, o concorda muito. Em São Luís, as posições invertem-se: no primeiro

grupo preponderou o concorda muito e no segundo grupo, o discorda muito. A divisão dos quatro grupos nessas duas posições parece indicar que a baixa confiança na justiça termina por contaminar, digamos, em certa medida, a instituição Supremo Tribunal Federal.

Na questão 46 - até que ponto tem confiança no governo municipal, três dos quatro grupos discordaram muito, o de RFs não beneficiários das duas capitais e o de RFs beneficiários de São Luís. O único grupo a destoar foi o de RFs beneficiários de Porto Alegre, que concordou muito. Poder-se-ia supor que a confiança elevada no Presidente tenha sido inequívoca, diferentemente na baixa confiança no governo municipal, em parte devido à percepção de que no primeiro plano, foram adotada, nos anos recentes, iniciativas favoráveis aos pobres, como é o caso do Programa Bolsa Família.

PORTO ALEGRE

Tabela 15a - Confiança institucional III - em Porto Alegre

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	31,06	1118,00
Q47. Até que ponto tem orgulho de ser brasileiro?	Não-beneficiários	26	32,12	835,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	32,93	1185,50
Q48. Até que ponto tem confiança nos meios de comunicação?	Não-beneficiários	26	29,52	767,50
	Total	62		
	Beneficiários	36	34,22	1232,00
Q49. Até que ponto tem confiança nas eleições em nosso país?	Não-beneficiários	26	27,73	721,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	31,18	1122,50
Q50. O povo deve governar diretamente e não através dos representantes eleitos.	Não-beneficiários	26	31,94	830,50
	Total	62		

	Beneficiários	36	32,49	1169,50
Q51. Aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país.	Não-beneficiários	26	30,13	783,50
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q47. Até que ponto tem orgulho de ser brasileiro?	Q48. Até que ponto tem confiança nos meios de comunicação?	Q49. Até que ponto tem confiança nas eleições em nosso país?	Q50. O povo deve governar diretamente e não através dos representantes eleitos.	Q51. Aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país.
Mann-Whitney U	452,000	416,500	370,000	456,500	432,500
Wilcoxon W	1118,000	767,500	721,000	1122,500	783,500
Z	-,445	-,861	-1,451	-,183	-,544
Asymp. Sig. (2-tailed)	,656	,390	,147	,855	,587

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. até que ponto tem orgulho de ser brasileiro? ($p = 0,656$);
2. até que ponto tem confiança nos meios de comunicação? ($p = 0,390$);
3. até que ponto tem confiança nas eleições em nosso país? ($p = 0,147$);
4. o povo deve governar diretamente e não através dos representantes eleitos ($p = 0,855$);
5. aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país ($p = 0,587$).

SÃO LUIS

Tabela 15b - Confiança institucional III - São Luís

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q47. Até que ponto tem orgulho de ser brasileiro?	Beneficiários	42	25,90	1088,00
	Não-beneficiários	10	29,00	290,00
	Total	52		
Q48. Até que ponto tem confiança nos meios de comunicação?	Beneficiários	41	25,38	1040,50
	Não-beneficiários	10	28,55	285,50
	Total	51		
Q49. Até que ponto tem confiança nas eleições em nosso país?	Beneficiários	42	26,18	1099,50
	Não-beneficiários	10	27,85	278,50
	Total	52		
Q50. O povo deve governar diretamente e não através dos representantes eleitos.	Beneficiários	42	26,30	1104,50
	Não-beneficiários	10	27,35	273,50
	Total	52		
Q51. Aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país.	Beneficiários	42	26,10	1096,00
	Não-beneficiários	10	28,20	282,00
	Total	52		

Test Statistics^a

	Q47. Até que ponto tem orgulho de ser brasileiro?	Q48. Até que ponto tem confiança nos meios de comunicação?	Q49. Até que ponto tem confiança nas eleições em nosso país?	Q50. O povo deve governar diretamente e não através dos representantes eleitos.	Q51. Aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país.
Mann-Whitney U	185,000	179,500	196,500	201,500	193,000
Wilcoxon W	1088,000	1040,500	1099,500	1104,500	1096,000
Z	-1,136	-,689	-,334	-,213	-,419

Asymp. Sig. (2-tailed)	,256	,491	,739	,831	,675
------------------------	------	------	------	------	------

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. até que ponto tem orgulho de ser brasileiro? ($p = 0,256$);
2. até que ponto tem confiança nos meios de comunicação? ($p = 0,491$);
3. até que ponto tem confiança nas eleições em nosso país? ($p = 0,739$);
4. o povo deve governar diretamente e não através dos representantes eleitos ($p = 0,831$);
5. aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país ($p = 0,675$).

Quanto a esse terceiro e último bloco de questões relativas à confiança nas instituições, outra vez não houve diferença estatisticamente significativa entre os RFs beneficiários e os RFs não beneficiários. Na questão 47 - até que ponto tem orgulho de ser brasileiro, dentro do esperado pelo cunho a bem dizer nacionalista de que se investe, o maior percentual para os quatro grupos foi o concorda muito, variando entre 88,1% e 100,0%.

Com relação à questão 48 - até que ponto tem confiança nos meios de comunicação, igualmente houve homogeneidade do entendimento preponderante, o concordo muito, que variou entre 58,5% e 70,0%. A confiança elevada nos meios de comunicação de alguma forma se relaciona à confiança também elevada na instituição Presidente da República, posto que a propaganda oficial difundida através desses, em especial nos últimos três mandatos presidenciais, enfatiza o governo-para-os-pobres.

Na questão 49 - até que ponto tem confiança nas eleições em nosso país, o grupo de RFs beneficiários de Porto Alegre teve um entendimento diverso daquele dos outros três grupos - o concorda muito. Os RFs não beneficiários dessa capital discordaram muito, assim como os RFs beneficiários de São Luís. Já entre os RFs não beneficiários de São Luís, o percentual mais expressivo foi o mesmo para o entendimento discordar muito e o concordar um pouco. De forma coerente com as respostas dadas quanto à confiança na justiça eleitoral, os respondentes fazem restrições às eleições no país e a confiança elevada aparece apenas em um deles.

Regime democrático brasileiro

Com relação a possíveis diferenças quanto a como os respondentes percebem o regime democrático brasileiro, testou-se as questões 53, relativa à satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil e 54, quanto a em que medida o país é considerado democrático. Como o tema da tese é o das relações estabelecidas ou não entre a condição de um dos grupos, em cada uma das capitais pesquisadas, Porto Alegre e São Luís, de ser formado por Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e filiar-se mais fortemente à democracia em decorrência dessa especificidade, é central se saber se o Brasil é afinal considerado pelos respondentes uma democracia e em qual medida.

PORTO ALEGRE

Tabela 16a - Regime democrático brasileiro - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	32,01	1152,50
Q53. De uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está:	Não-beneficiários	26	30,79	800,50
	Total	62		

Test Statistics^a

53. De uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está:	
Mann-Whitney U	449,500
Wilcoxon W	800,500
Z	-,287

Asymp. Sig. (2-tailed)

,774

a. Grouping Variable: Grupo

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a questão 53 - de uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está: muito insatisfeito, insatisfeito, satisfeito, muito satisfeito ($p = 0,774$).

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	32,83	1182,00
Q54. Acha que o Brasil é um país:	Não-beneficiários	26	29,65	771,00
	Total	62		

Test Statistics^a

54. Acha que o Brasil é um país:	
Mann-Whitney U	420,000
Wilcoxon W	771,000
Z	-,730
Asymp. Sig. (2-tailed)	,466

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a achar que o Brasil é um país: nada democrático; pouco democrático; algo democrático; muito democrático ($p = 0,466$).

SÃO LUIS

Tabela 16b - Regime democrático brasileiro - São Luís

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q53. De uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está:	Beneficiários	42	26,49	1112,50
	Não-beneficiários	9	23,72	213,50
	Total	51		

Test Statistics^a

Q53. De uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está:	
Mann-Whitney U	168,500
Wilcoxon W	213,500
Z	-,549
Asymp. Sig. (2-tailed)	,583
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,618 ^b

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a de uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está: muito insatisfeito, insatisfeito, satisfeito, muito satisfeito ($p = 0,583$).

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	41	25,80	1058,00
Q54. Acha que o Brasil é um país:	Não-beneficiários	10	26,80	268,00
	Total	51		

Test Statistics^a

54. Acha que o Brasil é um país:	
Mann-Whitney U	197,000
Wilcoxon W	1058,000
Z	-,206
Asymp. Sig. (2-tailed)	,836

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a achar que o Brasil é um país nada democrático; pouco democrático; algo democrático; muito democrático ($p = 0,836$).

No que se refere a como é percebida a democracia brasileira, aspecto central na hipótese da presente tese, foram testadas as questões 53 e 54, não havendo diferenciação estatística entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários. Entretanto, no que se refere à questão 53 - “de uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está: muito insatisfeito, insatisfeito, satisfeito, muito satisfeito”, o entendimento difere de Porto Alegre para São Luís. Enquanto na primeira capital, preponderou nos dois grupos, a resposta satisfeito. O percentual mais expressivo para os RFs beneficiários de São Luís foi o da resposta insatisfeito e no caso dos RFs não beneficiários, conjuntamente, das repostas muito insatisfeito e insatisfeito. Ou seja, a

posição mais crítica, nesse caso, foi a dos respondentes de São Luís, contrariando a suposição de que pela história política do estado maranhense, a segunda capital tendesse a posições mais conformistas.

Na questão 54 - “acha que o Brasil é um país: nada democrático; pouco democrático; algo democrático; muito democrático”, em Porto Alegre, RFs beneficiários, assim como os dois grupos de São Luís entenderam que é pouco democrático. Diferentemente dos outros três grupos, o dos RFs não beneficiários de Porto Alegre entendeu que é muito democrático. Assim, para a maioria dos grupos respondentes, a democracia no Brasil ainda não alcançou o patamar esperado. Situação, que no caso do público ao qual foi aplicado o questionário, deve ter relações importantes com a não efetividade percebida no modo com o qual o regime democrático brasileiro tem lidado com a pobreza e a desigualdade.

Entendimento de democracia

Em termos de diferenças quanto ao entendimento do que seja democracia, de cuja opções constavam algumas eminentemente negativas: corrupção e abuso de poder e mau governo, foi utilizada a questão 68, sobre o significado de democracia.

PORTO ALEGRE

Tabela 17a - Entendimento de democracia - Porto Alegre

Crosstabs

Q68. Significado de democracia * Grupo Crosstabulation

Q68. Porto Alegre		Grupo		Total
		Beneficiários	Não-beneficiários	
Liberdades civis e individuais	Count	2	4	6
	% within Grupo	5,6%	15,4%	9,7%
Direito a voto	Count	1	0	1
	% within Grupo	2,8%	0,0%	1,6%

Desenvolvimento social e econômico	Count	2	3	5
	% within Grupo	5,6%	11,5%	8,1%
Governo de, por e para o povo	Count	2	2	4
	% within Grupo	5,6%	7,7%	6,5%
Paz e unidade	Count	1	1	2
	% within Grupo	2,8%	3,8%	3,2%
Bom governo	Count	6	1	7
	% within Grupo	16,7%	3,8%	11,3%
Igualdade e justiça	Count	11	8	19
	% within Grupo	30,6%	30,8%	30,6%
Segurança pessoal	Count	2	0	2
	% within Grupo	5,6%	0,0%	3,2%
Independência nacional	Count	1	1	2
	% within Grupo	2,8%	3,8%	3,2%
Regra da maioria	Count	0	1	1
	% within Grupo	0,0%	3,8%	1,6%
Movimentos	Count	1	0	1
	% within Grupo	2,8%	0,0%	1,6%
Corrupção e abuso de poder	Count	1	1	2
	% within Grupo	2,8%	3,8%	3,2%
Mau governo	Count	4	1	5
	% within Grupo	11,1%	3,8%	8,1%
Troca de governo	Count	2	3	5
	% within Grupo	5,6%	11,5%	8,1%
Total	Count	36	26	62
	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	10,574 ^a	13	,646	,739		
Likelihood Ratio	12,759	13	,467	,779		
Fisher's Exact Test	10,754			,689		
Linear-by-Linear Association	,343 ^b	1	,558	,566	,291	,018
N of Valid Cases	62					

a. 26 cells (92,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,42.

b. The standardized statistic is -,586.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação ao significado de democracia ($p = 0,689$).

SÃO LUIS

Tabela 17 b - Entendimento de democracia - São Luís

Crosstabs

Q68. Significado de democracia * Grupo Crosstabulation

Q68. Significado de democracia		Grupo		Total
		Beneficiários	Não-beneficiários	
Liberdades civis e individuais	Count	4	1	5
	% within Grupo	9,8%	10,0%	9,8%
Direito a voto	Count	1	1	2
	% within Grupo	2,4%	10,0%	3,9%
Desenvolvimento social e econômico	Count	5	0	5
	% within Grupo	12,2%	0,0%	9,8%
Governo de, por e para o povo	Count	4	1	5
	% within Grupo	9,8%	10,0%	9,8%
Paz e unidade	Count	3	1	4

	% within Grupo	7,3%	10,0%	7,8%
	Count	7	1	8
Bom governo	% within Grupo	17,1%	10,0%	15,7%
	Count	8	4	12
Igualdade e justiça	% within Grupo	19,5%	40,0%	23,5%
	Count	1	0	1
Estado de direito	% within Grupo	2,4%	0,0%	2,0%
	Count	1	0	1
Independência nacional	% within Grupo	2,4%	0,0%	2,0%
	Count	1	0	1
Movimentos	% within Grupo	2,4%	0,0%	2,0%
	Count	3	0	3
Mau governo	% within Grupo	7,3%	0,0%	5,9%
	Count	3	1	4
Troca de governo	% within Grupo	7,3%	10,0%	7,8%
	Count	41	10	51
Total	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	5,694 ^a	11	,893	,924		
Likelihood Ratio	7,399	11	,766	,914		
Fisher's Exact Test	6,685			,920		
Linear-by-Linear Association	,114 ^b	1	,735	,769	,400	,029
N of Valid Cases	51					

a. 22 cells (91,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,20.

b. The standardized statistic is -,338.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação ao significado de democracia ($p = 0,920$).

No que concerne ao entendimento de democracia, não houve diferença estatisticamente significativa entre os RFs beneficiários e os RFs não beneficiários, com relação à questão 68 - significado de democracia. Quanto ao conteúdo propriamente considerado, o percentual mais expressivo, nos quatro grupos respondentes, foi Igualdade e Justiça. Ou seja, conforme já examinado, há um conteúdo material nessa definição, pois a igualdade política não é possível em contexto de desigualdade material importante (Rueschemeyer, 2005). Desse prisma, também a igualdade jurídica, formal, é inviabilizada pela desigualdade material. Portanto, os termos Igualdade e Justiça guardam relação com o tema da pobreza e da desigualdade, emprestando sentido à associação que se fez, na hipótese da tese, entre o recebimento do Programa Bolsa Família - orientado, por definição, ao alívio da pobreza e a democracia. Evidentemente, no entanto, diversos aspectos teriam que se ter conjugado para que a hipótese fosse confirmada, o que não aconteceu.

O que é central na democracia

Com relação a diferenças no que concerne ao que é central na democracia, foi testada a questão 52, quanto à característica mais importante da democracia.

PORTO ALEGRE

Tabela 18a - O que é central na democracia - Porto Alegre

Crosstabs

Case Processing Summary						
Cases						
Valid		Missing		Total		
N	Percent	N	Percent	N	Percent	
Q52. Qual a característica mais importante da democracia? * Grupo						
62	100,0%	0	0,0%	62	100,0%	

Q52. Qual a característica mais importante da democracia? * Grupo Crosstabulation

Q52. Qual a característica mais importante da democracia?		Grupo		Total
		Beneficiários	Não-beneficiários	
	Count	3	1	4
Eleições regulares, límpidas e transparentes.	% within Grupo	8,3%	3,8%	6,5%
	Count	7	9	16
Uma economia que assegura renda digna.	% within Grupo	19,4%	34,6%	25,8%
	Count	6	5	11
Um sistema judicial que trate todos igual.	% within Grupo	16,7%	19,2%	17,7%
	Count	5	2	7
Respeito às minorias.	% within Grupo	13,9%	7,7%	11,3%
	Count	1	0	1
Governo da maioria	% within Grupo	2,8%	0,0%	1,6%
	Count	10	5	15
Liberdade de expressão para criticar abertamente	% within Grupo	27,8%	19,2%	24,2%
	Count	4	4	8
Membros do parlamento que respeitem seus eleitores.	% within Grupo	11,1%	15,4%	12,9%
	Count	36	26	62
Total	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
-------	----	-----------------------	----------------------	----------------------	-------------------

Pearson Chi-Square	3,779 ^a	6	,707	,757		
Likelihood Ratio	4,182	6	,652		. ^b	
Fisher's Exact Test	3,721				,774	
Linear-by-Linear Association	,164 ^c	1	,685	,716	,366	,045
N of Valid Cases	62					

a. 9 cells (64,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,42.

b. Cannot be computed because unable to open temporary file.

c. The standardized statistic is -,405.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto à característica mais importante da democracia ($p = 0,774$).

SÃO LUIS

Tabela 18 b - O que é central na democracia - São Luís

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Q52. Qual a característica mais importante da democracia? * Grupo	51	98,1%	1	1,9%	52	100,0%

Q52. Qual a característica mais importante da democracia? * Grupo Crosstabulation

Q52. Qual a característica mais importante da democracia?	Grupo		Total
	Beneficiários	Não-beneficiários	
Count	10	2	12

Eleições regulares, límpidas e transparentes.	% within Grupo	24,4%	20,0%	23,5%
	Count	2	1	3
Um sistema de partidos que competem entre si.	% within Grupo	4,9%	10,0%	5,9%
	Count	5	0	5
Uma economia que assegura renda digna.	% within Grupo	12,2%	0,0%	9,8%
	Count	10	3	13
Um sistema judicial que trate todos igual.	% within Grupo	24,4%	30,0%	25,5%
	Count	1	1	2
Respeito às minorias.	% within Grupo	2,4%	10,0%	3,9%
	Count	1	1	2
Governo da maioria	% within Grupo	2,4%	10,0%	3,9%
	Count	5	1	6
Liberdade de expressão para criticar abertamente	% within Grupo	12,2%	10,0%	11,8%
	Count	7	1	8
Membros do parlamento que respeitem seus eleitores.	% within Grupo	17,1%	10,0%	15,7%
	Count	41	10	51
Total	% within Grupo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	4,376 ^a	7	,736	,777		
Likelihood Ratio	4,824	7	,681	,837		
Fisher's Exact Test	5,122			,645		
Linear-by-Linear Association	,001 ^b	1	,974	1,000	,511	,055
N of Valid Cases	51					

a. 13 cells (81,2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,39.

b. The standardized statistic is ,033.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há associação estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários quanto à característica mais importante da democracia ($p = 0,645$).

Quanto à percepção do que é central na democracia, as respostas à questão 52 - característica mais importante da democracia, independeram do grupo. Em Porto Alegre, a resposta de maior percentual foi, para os RFS beneficiários, a liberdade de expressão para criticar abertamente e para os RFS não beneficiários, uma economia que assegura renda digna. Em São Luís, para o primeiro grupo, as eleições regulares, límpidas e transparentes, juntamente com um sistema judicial que trata todos igual e para o segundo, um sistema judicial que trata todos igual. Não obstante o grande leque de opções disponíveis, há certa coerência das respostas com relação àquelas dadas quanto ao significado de democracia: economia que assegura renda digna e sistema judicial que trata todos igual, aspectos que têm nexos relevantes com a Igualdade e a Justiça. Entrementes, os aspectos mais citados pelos RFS beneficiários de Porto Alegre e pelos RFS beneficiários são próprios à democracia procedimental sem maior inquietação substantiva, em termos de interveniência na pobreza e na desigualdade. O que sugere que ambas as facetas da democracia são relevantes para os grupos respondentes.

Liberdade na democracia brasileira

Quanto a diferenças em termos da liberdade na democracia brasileira, utilizou-se a questão 64, quanto a se no Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão.

PORTO ALEGRE

Tabela 19a - Liberdade na democracia brasileira - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Beneficiários	36	31,53	1135,00
	Não-beneficiários	25	30,24	756,00
	Total	61		

	Beneficiários	36	33,92	1221,00
Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Não-beneficiários	26	28,15	732,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	33,00	1188,00
Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Não-beneficiários	26	29,42	765,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	36,24	1304,50
Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Não-beneficiários	26	24,94	648,50
	Total	62		
	Beneficiários	36	30,86	1111,00
Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.	Não-beneficiários	25	31,20	780,00
	Total	61		

Test Statistics^a

	Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	6Q7. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.
Mann-Whitney U	431,000	381,000	414,000	297,500	445,000
Wilcoxon W	756,000	732,000	765,000	648,500	1111,000
Z	-,296	-1,291	-,801	-2,534	-,079
Asymp. Sig. (2-tailed)	,767	,197	,423	,011	,937

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a no Brasil, as pessoas terem liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros ($p = 0,767$).

SÃO LUIS

Mann-Whitney Test

Tabela 19b - Liberdade na democracia brasileira - São Luís

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Beneficiários	42	26,57	1116,00
	Não-beneficiários	10	26,20	262,00
	Total	52		
Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Beneficiários	42	25,99	1091,50
	Não-beneficiários	10	28,65	286,50
	Total	52		
Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Beneficiários	39	23,96	934,50
	Não-beneficiários	9	26,83	241,50
	Total	48		
Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Beneficiários	41	25,76	1056,00
	Não-beneficiários	10	27,00	270,00
	Total	51		
Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.	Beneficiários	41	25,84	1059,50
	Não-beneficiários	10	26,65	266,50
	Total	51		

Test Statistics^a

	Q64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.	Q65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.	Q66. A igualdade política entre as pessoas aumentou/ficou igual/diminuiu nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.	Q67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz – levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.	Q69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.
Mann-Whitney U	207,000	188,500	154,500	195,000	198,500
Wilcoxon W	262,000	1091,500	934,500	1056,000	1059,500
Z	-,079	-,522	-,578	-,247	-,163
Asymp. Sig. (2-tailed)	,937	,602	,564	,805	,871
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]			,585 ^b		

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a no Brasil, as pessoas terem liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros ($p = 0,937$).

Quanto à liberdade civil e política na democracia brasileira (Vértice Conteúdo da Qualidade da Democracia), testada através da questão 64 - no Brasil, as pessoas terem liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros, não houve diferenças estatísticas significativas entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários. Para os quatro grupos respondentes preponderou a concordância, com percentuais agregados que variaram entre 72,2% e 92,8%, de modo que foi inequívoco o entendimento de que o regime democrático brasileiro tem um patamar de liberdade satisfatório, alcançando da ótica dos pobres e muito pobres respondentes, a qualidade da democracia.

Relevância da representação para a democracia

Com relação às diferenças entre os grupos respondentes quanto à relevância para a democracia, da representação através de partidos, utilizou-se a questão 60, sobre a possibilidade de haver democracia sem a existência de partidos políticos.

PORTO ALEGRE

Tabela 20a - Relevância da representação para a democracia - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	32,49	1169,50
Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Não-beneficiários	25	28,86	721,50
	Total	61		
	Beneficiários	35	31,30	1095,50
Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Não-beneficiários	26	30,60	795,50
	Total	61		
	Beneficiários	36	31,19	1123,00
Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Não-beneficiários	26	31,92	830,00
	Total	62		
	Beneficiários	35	29,13	1019,50
Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Não-beneficiários	26	33,52	871,50
	Total	61		
	Beneficiários	36	35,39	1274,00
Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Não-beneficiários	26	26,12	679,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	34,38	1237,50
Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.	Não-beneficiários	26	27,52	715,50
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.
Mann-Whitney U	396,500	444,500	457,000	389,500	328,000	364,500
Wilcoxon W	721,500	795,500	1123,000	1019,500	679,000	715,500
Z	-,819	-,167	-,187	-1,048	-2,155	-1,556
Asymp. Sig. (2-tailed)	,413	,867	,852	,295	,031	,120

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a poder haver democracia sem que existam partidos políticos ($p = 0,852$);

SÃO LUIS

Tabela 20b - Relevância da representação para a democracia - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Beneficiários	41	26,37	1081,00
	Não-beneficiários	10	24,50	245,00
	Total	51		
	Beneficiários	42	26,38	1108,00

Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Não-beneficiários	10	27,00	270,00
	Total	52		
Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Beneficiários	42	25,55	1073,00
	Não-beneficiários	10	30,50	305,00
	Total	52		
Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Beneficiários	41	26,32	1079,00
	Não-beneficiários	10	24,70	247,00
	Total	51		
Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Beneficiários	42	26,63	1118,50
	Não-beneficiários	10	25,95	259,50
	Total	52		
Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.	Beneficiários	41	25,12	1030,00
	Não-beneficiários	9	27,22	245,00
	Total	50		

Test Statistics^a

	Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.
Mann-Whitney U	190,000	205,000	170,000	192,000	204,500	169,000
Wilcoxon W	245,000	1108,000	1073,000	247,000	259,500	1030,000
Z	-,373	-,130	-,980	-,339	-,133	-,418
Asymp. Sig. (2-tailed)	,709	,896	,327	,735	,895	,676
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]						,710 ^b

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a poder haver democracia sem que existam partidos políticos ($p = 0,327$).

No que concerne à relevância da representação para a democracia, testada através da questão 60 - poder haver democracia sem que existam partidos políticos, não houve diferença estatisticamente significativa entre os RFs beneficiários e os RFs não beneficiários. Dos quatro grupos respondentes, três discordaram muito e apenas no grupo de RFs não beneficiários de São Luís, o percentual mais expressivo foi o daqueles que concordaram muito. Portanto, preponderantemente, os respondentes entenderam relevante para a democracia, a representação através de partidos. Aspecto procedimental definidor mesmo dos regimes democráticos.

Alternância no poder

Quanto às diferenças no que se refere à importância em regimes democráticos da alternância no poder, testou-se a questão 61, que aborda a participação de diferentes grupos e sua possibilidade de vencer as eleições.

PORTO ALEGRE

Tabela 21a - Alternância no poder - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	32,49	1169,50
Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Não-beneficiários	25	28,86	721,50
	Total	61		
Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Beneficiários	35	31,30	1095,50
	Não-beneficiários	26	30,60	795,50
	Total	61		

	Beneficiários	36	31,19	1123,00
Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Não-beneficiários	26	31,92	830,00
	Total	62		
	Beneficiários	35	29,13	1019,50
Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Não-beneficiários	26	33,52	871,50
	Total	61		
	Beneficiários	36	35,39	1274,00
Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Não-beneficiários	26	26,12	679,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	34,38	1237,50
Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.	Não-beneficiários	26	27,52	715,50
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.
Mann-Whitney U	396,500	444,500	457,000	389,500	328,000	364,500
Wilcoxon W	721,500	795,500	1123,000	1019,500	679,000	715,500
Z	-,819	-,167	-,187	-1,048	-2,155	-1,556
Asymp. Sig. (2-tailed)	,413	,867	,852	,295	,031	,120

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a ser importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições ($p = 0,295$).

SÃO LUIS

Tabela 21b - Alternância no poder - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Beneficiários	41	26,37	1081,00
	Não-beneficiários	10	24,50	245,00
	Total	51		
Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Beneficiários	42	26,38	1108,00
	Não-beneficiários	10	27,00	270,00
	Total	52		
Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Beneficiários	42	25,55	1073,00
	Não-beneficiários	10	30,50	305,00
	Total	52		
Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Beneficiários	41	26,32	1079,00
	Não-beneficiários	10	24,70	247,00
	Total	51		
Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Beneficiários	42	26,63	1118,50
	Não-beneficiários	10	25,95	259,50
	Total	52		
Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.	Beneficiários	41	25,12	1030,00
	Não-beneficiários	9	27,22	245,00
	Total	50		

Test Statistics^a

	Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.
Mann-Whitney U	190,000	205,000	170,000	192,000	204,500	169,000
Wilcoxon W	245,000	1108,000	1073,000	247,000	259,500	1030,000
Z	-,373	-,130	-,980	-,339	-,133	-,418
Asymp. Sig. (2-tailed)	,709	,896	,327	,735	,895	,676
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]						,710 ^b

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a ser importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições ($p = 0,735$).

No que tange à alternância no poder, testada através da questão 61 - ser importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições, mais uma vez não houve diferenciação estatística significativa entre RFs beneficiários e s RFs não beneficiários. Quanto a esse aspecto, o da competição efetiva (Vértice Procedimentos) facultando a alternância no poder, em três dos quatro grupos preponderou a posição concorda e apenas entre os RFs não beneficiários de São Luís, houve posição diversa: discorda muito. Mesmo nesse grupo, os resultados agregados foram de equilíbrio entre os que concordaram e os que discordaram. Assim, ficou caracterizada a importância da alternância no poder, viabilizada pela competição, para a maior parte dos respondentes. Entendemos que deva ser destacado o fato de mais uma vez, elementos procedimentais da democracia serem percebidos como relevantes pelos pobres e muito pobres aos quais foi aplicado o questionário.

Papel dos cidadãos comuns

No que concerne a possíveis diferenças quanto ao papel dos cidadãos comuns na democracia, testou-se as questões 58 e 59, que abordam, respectivamente, a possibilidade de esse enquanto tal, influenciar ou não as decisões política e se deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política. Tais questões relacionam-se à noção de agência conforme Reis (1998) e O'Donnell (2010), que é a do cidadão - o homem comum - como fundamento de uma cidadania que transcende a esfera política e abrange aspectos também sociais. A democracia enquanto forma de organização das relações entre governantes e governados, portanto, compreende que os cidadãos - homens comuns modulem as decisões políticas tornando os decisores públicos responsivos às questões que dizem respeito a seu bem-estar. Concomitantemente, envolver-se mais no processo político significa maximizar a possibilidade de impactar o mesmo e emprestar-lhe conteúdo favorável aos homens comuns.

PORTO ALEGRE

Tabela 22a - Papel dos cidadãos comuns - Porto Alegre

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
	Beneficiários	36	32,49	1169,50
Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Não-beneficiários	25	28,86	721,50
	Total	61		
	Beneficiários	35	31,30	1095,50
Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Não-beneficiários	26	30,60	795,50
	Total	61		
	Beneficiários	36	31,19	1123,00
Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Não-beneficiários	26	31,92	830,00
	Total	62		
	Beneficiários	35	29,13	1019,50
Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Não-beneficiários	26	33,52	871,50
	Total	61		
	Beneficiários	36	35,39	1274,00
Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Não-beneficiários	26	26,12	679,00
	Total	62		
	Beneficiários	36	34,38	1237,50
Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.	Não-beneficiários	26	27,52	715,50
	Total	62		

Test Statistics^a

	Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.
Mann-Whitney U	396,500	444,500	457,000	389,500	328,000	364,500
Wilcoxon W	721,500	795,500	1123,000	1019,500	679,000	715,500
Z	-,819	-,167	-,187	-1,048	-2,155	-1,556
Asymp. Sig. (2-tailed)	,413	,867	,852	,295	,031	,120

a. Grouping Variable: Grupo

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: Não há diferença estatisticamente significante entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. como cidadão comum, não ter como influenciar as decisões políticas ($p = 0,413$);
2. dever haver uma maior participação das pessoas comuns na política ($p = 0,867$).

SÃO LUIS

Tabela 22b - Papel dos cidadãos comuns - São Luís

Mann-Whitney Test

		Ranks		
	Grupo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Beneficiários	41	26,37	1081,00
	Não-beneficiários	10	24,50	245,00
	Total	51		
Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Beneficiários	42	26,38	1108,00
	Não-beneficiários	10	27,00	270,00
	Total	52		
Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Beneficiários	42	25,55	1073,00
	Não-beneficiários	10	30,50	305,00
	Total	52		
Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Beneficiários	41	26,32	1079,00
	Não-beneficiários	10	24,70	247,00
	Total	51		
Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Beneficiários	42	26,63	1118,50
	Não-beneficiários	10	25,95	259,50
	Total	52		
Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.	Beneficiários	41	25,12	1030,00
	Não-beneficiários	9	27,22	245,00
	Total	50		

Test Statistics^a

	Q58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.	Q59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.	Q60. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.	Q61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.	Q62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.	Q63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.
Mann-Whitney U	190,000	205,000	170,000	192,000	204,500	169,000
Wilcoxon W	245,000	1108,000	1073,000	247,000	259,500	1030,000
Z	-,373	-,130	-,980	-,339	-,133	-,418
Asymp. Sig. (2-tailed)	,709	,896	,327	,735	,895	,676
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]						,710 ^b

a. Grouping Variable: Grupo

b. Not corrected for ties.

Fonte: questionário aplicado pela autora. 2013/2014

Conclusão do teste: não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos beneficiários e não beneficiários, com relação a:

1. como cidadão comum, não ter como influenciar as decisões políticas ($p = 0,709$);
2. dever haver uma maior participação das pessoas comuns na política ($p = 0,896$).

Finalmente, no último teste de significância, quanto ao papel dos cidadãos comuns na política, testado por meio das questões 58 e 59, não foram constatadas diferenças estatisticamente significantes entre RFs beneficiários e RFs não beneficiários. Na questão 58 - como cidadão comum, não ter como influenciar as decisões políticas, três dos quatro grupos apresentaram como maior percentual, o concorda. O único grupo destoante foi o dos RFs não beneficiários de São Luís, onde preponderou o discorda. Novamente, o posicionamento mais crítico surge na segunda capital, cuja história política, paradoxalmente, tem sido de maior continuidade. De outra parte, o entendimento prevalente pode, em certa medida, explicar a baixa participação dos respondentes em instâncias de participação política.

Para a questão 59 - dever haver uma maior participação das pessoas comuns na política, os quatro grupos respondentes tiveram entendimento favorável, que variou, em termos agregados, de 83,3% a 100,0%. Portanto, houve homogeneidade nos quatro grupos quanto à necessidade de um maior papel para os comuns, no processo político. Compreensão que é incoerente quanto àquela manifestada na questão anterior,

No capítulo vimos os resultados da aplicação do questionário a Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e não beneficiárias da transferência de renda do Programa federal Bolsa Família, nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e do Maranhão, São Luís. Não foram observadas diferenças significativas entre os dois grupos, sendo negada a hipótese de que o recebimento do benefício poderia levar a uma maior filiação à democracia, logo, aos valores democráticos de parte dos Responsáveis Familiares beneficiários do Programa Bolsa Família, por significar que regimes democráticos são mais responsivos aos pobres. Também em nenhuma das duas cidades, as diferenças socioeconômicas e as de história política entre ambas produziram resultados perceptíveis no gradiente de respostas.

No campo da pesquisa ficou afirmada a homogeneidade dos quatro grupos respondentes tanto quanto ao perfil, como com relação à percepção da pobreza e de democracia. Quanto ao tema da pobreza e da desigualdade, a percepção é de que ainda não houve incidência suficiente do poder público a respeito, ainda que seja reconhecido acréscimo de bem-estar devido à existência do Programa de transferência de renda Bolsa Família.

Em termos da percepção de pobreza, entendemos que devam ser destacados dos resultados:

a) o entendimento de que existe uma situação de desigualdade inequívoca, com percentuais amplamente superiores, de praticamente 70% para mais, de que a distribuição da riqueza é muito injusta;

b) as respostas mais expressivas para os quatro grupos respondentes darem conta de uma mudança de classe social, da baixa para a média baixa, nos dez anos que vão de 2003 a 2013;

c) a ideia que preponderou nos quatro grupos de que a pobreza diminuiu pouco nos cinco anos que vão de 2008 a 2013;

d) o entendimento de que a qualidade de vida do respondente quando melhorou, melhorou pouco, nos cinco anos que vão de 2008 a 2013;

e) a melhoria da qualidade de vida dos respondentes quando Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e da comunidade tanto de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias como de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias.

Dessa forma, a pobreza e a desigualdade persistem como problemas não superados da ótica dos respondentes, mesmo que o Programa Bolsa Família seja percebido como elemento de positividade para seu bem-estar, logo caracterizando responsividade dos decisores públicos para com as necessidades e expectativas dos pobres.

Da perspectiva dos aspectos da qualidade de democracia selecionados para dar contornos à percepção de democracia dos respondentes, chamamos a atenção para:

a) a preponderância do entendimento para os quatro grupos de que a principal característica da democracia é o binômio Igualdade e Justiça;

b) ter tido percentuais mais expressivos, a ideia de que a democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor;

c) a preponderância do entendimento de que se não houvesse democracia no Brasil, não existiria o Programa Bolsa Família;

d) terem sido maiores os percentuais da ideia de que quando se vive numa democracia, os cidadãos têm mais direitos;

Desses aspectos depreende-se certa clareza dos respondentes de que a democracia tem como traço essencial a ideia de justiça e de igualdade e que, portanto, a democracia é o melhor cenário para os pobres viverem melhor e os cidadãos terem uma maior amplitude de direitos. Também que os respondentes associam a existência do Programa Bolsa Família com a existência da democracia.

e) terem preponderado os percentuais de discordância quanto à lei tratar igualmente todas as pessoas;

f) terem sido mais expressivos os percentuais de discordância quanto a todos têm os mesmos direitos garantidos;

g) a preponderância dos percentuais de concordância quanto às pessoas no Brasil terem liberdade de expressão, religião, reunião, associação dentre outros;

h) terem sido mais expressivos os percentuais de que há fiscalização de um poder – Legislativo, Executivo e Judiciário pelo outro;

i) o entendimento preponderante de que as pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam;

j) terem sido mais significativos os percentuais relativos a ser importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições;

l) a compreensão de que a igualdade política, nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013, ficou igual ou aumentou;

São reconhecidos aspectos essenciais à democracia enquanto existentes no país como a liberdade de expressão, religião, reunião, associação dentre outros; a accountability horizontal e vertical; a igualdade política; a alternância no poder, entretanto são identificadas dificuldades quanto ao tratamento igual pela lei e à garantia dos direitos.

m) o tema da confiança nas instituições ter sido percebido positivamente apenas quanto às Forças Armadas, à Igreja Católica, à Igreja Evangélica, ao Presidente da República e aos meios da comunicação;

n) terem preponderado os percentuais de discordância quanto aos direitos básicos do cidadão estarem bem protegidos pelo sistema político brasileiro;

o) a diferença entre as duas capitais quanto ao funcionamento da democracia brasileira. Em Porto Alegre, preponderância da satisfação e em São Luís, da insatisfação;

p) a preponderância dos percentuais de discordância quanto ao apoio ao sistema político brasileiro, excetuado o grupo de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias de São Luís;

q) terem sido mais expressivos os percentuais relativos ao Estado brasileiro mais do que os indivíduos, ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas;

r) a concordância quanto ao Estado brasileiro dever fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres;

Os respondentes, assim, atribuem aos decisores públicos, papel relevante quanto ao bem-estar dos cidadãos e à redução da desigualdade e apresentam confiança restringida ao Presidente, entendendo que o sistema político brasileiro não protege bem os direitos básicos do cidadão. Ainda, três dos grupos, coerentemente, não apoiam o sistema político brasileiro. A divisão entre os grupos de Porto Alegre e os grupos de São Luís quanto à satisfação com o funcionamento da democracia brasileira pode ter relação com as diferenças, especialmente de história política, entre os estados respectivos, mas não podemos fazer afirmativas a respeito.

s) ter preponderado em três dos quatro grupos, a ideia de que o Brasil é um país pouco democrático (pelo grupo de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias de Porto Alegre, foi considerado muito democrático);

t) terem sido mais expressivos os percentuais de pouco interesse pela política;

u) a discordância quanto aos que governam o país se interessarem pelo que pessoas como o respondente pensam;

v) a concordância dos dois grupos de Porto Alegre quanto a como cidadãos comuns, os respondentes não terem como influenciar as decisões políticas e a discordância dos dois grupos de São Luís.

Desse último conjunto de aspectos, pode-se compreender que o pouco interesse pela política tem relação com a discordância quanto ao interesse dos governantes pelo que pensam os respondentes. Essa concepção é coerente com o Brasil ser considerado um país pouco democrático por três dos grupos. A ideia de que como cidadãos comuns, os respondentes não têm como influenciar as decisões políticas, no entanto, paradoxalmente tem a discordância dos dois grupos de São Luís.

Assim, parece-nos que a partir da aplicação do questionário e da análise das respectivas respostas, pode-se supor problemas quanto à identidade política dos grupos respondentes e seu envolvimento e comprometimento com o público, o coletivo, sinalizando dificuldades quanto à qualidade da democracia. A importância do tema da pobreza e da desigualdade, assim como sua não superação, conforme o entendimento de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias concorrem para a negação da hipótese de uma maior filiação à democracia de parte daqueles que recebem a transferência monetária do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância de que a democracia como forma de organização do poder político seja concebida como valor pelos cidadãos para que se avance quanto à qualidade dos regimes democráticos, tornando-se portanto mais refratária a rupturas autoritárias, assim como a transferência de renda enquanto elemento de responsividade dos decisores públicos quanto ao tema da pobreza e da desigualdade são os vetores da presente pesquisa. Como determinadas premissas da democracia, a exemplo da igualdade política, podem ser deturpadas e mesmo inviabilizadas por aspectos socioeconômicos, elegeu-se o Programa de Transferência de Renda federal Bolsa Família para verificar se essa iniciativa pública orientada a minimizar a pobreza e a desigualdade levava beneficiários de grupos específicos a ter uma percepção mais favorável de democracia. Isso devido a uma possível identificação entre esse programa específico e a responsividade dos decisores públicos no regime democrático.

Procurou-se, dessa forma, apreender a percepção de democracia de um grupo de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, buscando uma possível associação entre fazer parte do programa e manifestar valores democráticos em maior intensidade. A impossibilidade de se comparar a percepção de democracia dos respondentes beneficiários do Programa Bolsa Família com a percepção que os mesmos tinham quando ainda não eram beneficiários levou a que a necessária comparação fosse realizada com um segundo grupo, formado por Responsáveis Familiares não beneficiários, constituindo o grupo de controle da pesquisa.

Para procurar alcançar a percepção de democracia dos grupos, foi aplicado questionário com 89 questões, duas das quais abertas. Decidiu-se que o instrumento seria utilizado com grupos de duas capitais, Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul e São Luís, estado do Maranhão. Os supostos foram os de que o maior bem-estar facultado pelo aporte do benefício monetário tenderia a afeiçoar o grupo beneficiário aos valores democráticos e de que diferenças socioeconômicas e de ordem propriamente política entre Porto Alegre e São Luís poderiam imprimir variações à relação entre ser beneficiário e filiar-se mais fortemente à democracia.

Destacamos o fato de terem sido trabalhados nessa pesquisa, dados primários, quando, na maior parte das vezes, indubitavelmente, as pesquisas na área da Ciência

Política fundamentam-se em questões que fazem parte de bancos de dados já constituídos. Também o questionário foi aplicado por mim própria, nas duas capitais, implicando deslocamento e esforço importante na abordagem dos beneficiários e não beneficiários que comparecessem ao atendimento relativo ao Programa Bolsa Família e se dispusessem a responder ao extenso questionário aplicado.

Igualmente, ressaltamos o fato de o objeto da tese, percepção de democracia, diferenciar-se daquele dos numerosos estudos usualmente feitos, dentro da Ciência Política e áreas correlatas, quanto a esse programa, que costumam examinar o impacto eleitoral e a efetividade do mesmo.

Entretanto, a escolha de comparar a percepção de democracia de um grupo de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com outro grupo formado por Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias mostrou-se equivocada. A suposição de que o grupo respondente ser ou não beneficiário da transferência de renda pudesse produzir diferenças quanto à percepção de democracia não se verificou. Uma série de fatores aproximam os dois agrupamentos e os tornam muito mais assemelhados do que distintos, dentre os quais pode-se enumerar, dentre outros: baixa renda, baixa escolaridade e inserção produtiva precária. O que quer dizer que em termos estruturais, os dois aglomerados compõem um mesmo universo. Também sua localização na escala de ganhos associa-se a condições comuns de sobrevivência, ou seja, os torna dependentes das políticas públicas num grau muito expressivo e, por conseguinte, da eficiência dessas. Há, assim, certa homogeneidade entre Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e de famílias não beneficiárias.

Outra intenção do campo foi a de pesquisar duas realidades em algum grau diversas, em duas capitais, Porto Alegre e São Luís, de modo que as diferenças socioeconômicas e de história política modulassem o impacto, caso existente, do recebimento do benefício sobre a percepção de democracia terminou por não se concretizar. O entendimento foi o de que situações mais graves de sobrevivência, um percentual de pobreza mais expressivo, por exemplo, tornariam mais relevante o benefício de transferência de renda e, conseqüentemente, impactariam de modo mais contundente, a filiação à democracia, caso verificada. Mas não houve impacto dessas diferenças nos resultados da pesquisa. Também havia a expectativa de que diferenças nas características de cunho político entre

as duas capitais imprimissem variação na maior ou menor adesão à democracia, caso existente, o que também não ocorreu.

Faz-se necessário destacar, de outra parte, as diversas dificuldades atinentes à percepção mesma de democracia por parte da população com poucos ganhos e que via de regra, possui também baixo nível de informação. Ou seja, os cidadãos que responderam ao questionário têm fundamentação suficiente para uma tomada de posição ao optar por determinada resposta? Quão próxima e familiar lhes é a democracia, enquanto reflexão? Os recursos utilizados para procurar mitigar tais obstáculos foram valer-se de questões cujos quesitos são em si informativos.

A partir dos resultados do campo, que consistiu na aplicação do questionário sobre percepção de democracia, foi negada a hipótese da pesquisa de que o recebimento do benefício poderia levar a uma maior filiação à democracia de parte dos Responsáveis Familiares beneficiários do Programa Bolsa Família, por significar que regimes democráticos são mais responsivos aos pobres.

Tanto na análise descritiva como nos testes de significância - testes de Mann-Whitney e Qui-quadrado, com nível de significância de 5% ($p < 0,05$) e análises realizadas no programa SPSS, versão 20, ficou evidenciado que a percepção de democracia de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias não se diferencia daquela dos Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias. Logo, o fato de o primeiro grupo receber o benefício monetário do programa não o filiou mais fortemente à democracia. Também não foram observadas diferenças significativas entre os Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e os Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias de uma capital para a outra.

Segundo nossa compreensão, como explicações para a hipótese ter sido negada tem-se:

a) a pobreza e a desigualdade não são redimensionadas para os Responsáveis Familiares beneficiários do Programa Bolsa Família porque os valores pagos são na maior parte das situações, baixos e de temporalidade limitada, com benefícios variáveis deixando de ser pagos quando os adolescentes completam 18 anos, por exemplo, ou a mulher membro da família gestante ou nutriz já não se encontra em tal condição. Isso

considerando-se apenas as alterações etárias ou de estado - gestação e amamentação, pois se tem ainda aspectos como a atualização cadastral, que não pode superar os 24 meses, as condicionalidades que no caso da educação, por exemplo, quando descumprida, requer comparecimento da família à escola, no momento em que o descumprimento ocorre e sua inclusão em acompanhamento da Assistência Social via Sistema de Condicionalidades - SICON, assim como erros de sistema de lenta resolução pela Caixa Econômica Federal.

Também o cruzamento de informações entre o CadÚnico e outros sistemas como o Sistema de Controle de Óbitos - SISOBI, o Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, a Previdência Social, etc, podem levar ao cancelamento do benefício por Averiguação\Auditoria. Várias dessas circunstâncias requerem que as famílias busquem ativamente uma resolução, a partir da impossibilidade de sacar o benefício. O que nem sempre se verifica, em tempo hábil, pois existem prazos para a interferência da gestão municipal do programa quanto à reversão da suspensão ou do cancelamento. O bloqueio habitualmente é revertido pelo próprio sistema da CEF, desde que superados os óbices identificados: desatualização cadastral, renda superior àquela do corte requerido, dentre outros, mas exige, igualmente, interveniência da área de atendimento e presença da família. Em síntese, o benefício monetário do Programa Bolsa Família, que tem valores médios baixos, está sujeito a descontinuidades a qualquer momento, seja quanto ao valor recebido, seja quanto ao recebimento em si, ou seja, não impacta o patamar de bem-estar das pessoas a ponto de "mudar-lhes" a vida.

b) o acréscimo de bem-estar produzido pelo recebimento do benefício - num patamar de baixa resolubilidade, como se viu acima, é neutralizado por uma série de questões irresolvidas expressas nas questões abertas, especialmente na de número 76, que perguntava por que a pessoa se interessava (muito, pouco, não se interessa) por política. A baixa responsividade dos decisores públicos quanto a outras questões que não a da transferência de renda - educação, saúde, segurança, saneamento, etc. parece impedir que a existência do programa Bolsa Família em si torne seus beneficiários mais afetos à democracia. Os relatos motivados pela questão citada referem a aproximação de candidatos dos cidadãos, apenas em período pré-eleitoral, promessas de melhorias não cumpridas e toda a sorte de problemas em suas vidas cotidianas, ou seja a ausência de bem - estar associada a um poder público não responsivo e quase que impermeável a suas demandas necessidades e expectativas, com exceções em volume insuficiente a julgar pelos resultados da pesquisa.

Portanto, a possibilidade de acesso ao bem-estar dos Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família é bastante delimitada, de um lado, porque com a transferência de renda respectiva, seus rendimentos não são acrescidos de recursos monetários significativos, que quebrem sua condição de pobreza e de outro lado e em decorrência do primeiro aspecto, porque a educação, a cultura, a habitação e a saúde - para mencionar apenas algumas áreas das políticas públicas - a que terão acesso será, na maior parte das situações, exclusivamente, aquela ofertada pelo poder público e que o tem sido em patamar de responsividade insatisfatório, conforme expresso na pesquisa.

Considerando-se as respostas à questão aberta que indagava porque o respondente se interessava ou não por política ficou indicado segundo entendemos que não é factível se buscar uma percepção de democracia mais favorável fundamentada exclusivamente no Programa de transferência de renda Bolsa Família, pois o bem-estar dos respectivos beneficiários requer que a responsividade do poder público tematize diversos outros aspectos, inclusive no que se refere à pobreza e à desigualdade. Esse resultado do campo faz com que seja ressaltada uma dificuldade apresentada já quando concebida a pesquisa: como isolar o recebimento do benefício monetário de outros elementos que, em tese, propiciariam um maior bem-estar aos beneficiários? E por conseguinte, de que forma relacionar uma suposta maior afeição à democracia com a circunstância de pertencer ou não a uma família beneficiária do programa, hipótese da presente tese? Concluída a pesquisa, a ideia de que apenas a partir de um conjunto de políticas públicas, de uma parte e conjunto esse cuja responsividade aos interesses e necessidades dos mais pobres fosse notório, de outra parte, se pudesse cogitar de uma maior valorização da democracia de parte dos pobres e extremamente pobres.

Os resultados da pesquisa foram que para Responsáveis Familiares beneficiários e Responsáveis Familiares não beneficiários, assim como nas duas capitais:

- a) o perfil dos respondentes é aproximadamente o mesmo;
- b) não há variação importante da percepção de pobreza;
- c) não há variação importante quanto à percepção de democracia

Embora os resultados obtidos permitam que se fale, exclusivamente, dos dois grupos pesquisados, parecem-nos sinalizados alguns aspectos que devido à homogeneidade relativa da própria base do CadÚnico, no país como um todo, da qual são provenientes

ambos, pode terminar encontrando eco em outros municípios. De todo modo, entendemos que apesar de supostos da pesquisa terem se mostrado equivocados, assim como de ter sido negada a hipótese, a mesma pode ser vista como um passo inicial para outros estudos que procurem relacionar a percepção mais favorável de democracia com a maior responsividade dos decisores públicos quanto à pobreza e à desigualdade, através de políticas que incidam sobre esses temas consideradas de modo amplo. Afinal, mesmo que a transferência de renda tenha centralidade quanto ao tema, não é suficiente levar em conta exclusivamente o aporte monetário quando se trata de efetivamente proporcionar maior bem-estar aos pobres. Na pesquisa, finalmente, constatamos que para os quatro grupos respondentes, a percepção de democracia possui aspectos negativos, partindo do maior deles que é o de que o Brasil é um país pouco democrático, o que supõe-se, pode impactar negativamente à filiação à democracia, fazendo com que a mesma se dê com ressalvas e não de modo pleno.

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, G.; VERBA, S.. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press. 1963.
- AVRITZER, L. “Teoria democrática e deliberação pública”. *Lua Nova*, nº. 49, p. 25-46. 2002.
- CHEIBUB, J.; PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não-culturalista. *Lua Nova*, 59. 2003.
- BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, nº 35. 1997.
- BAQUERO, M.; SANTOS, E. Democracia e capital social na América latina: uma análise comparativa. *Revista de Sociologia e Política*, nº 28. 2007.
- BAQUERO, M org. *Cultura(s) política(s) e Democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.
- BAQUERO, M. A Cultura Política na Agenda de Democratização da América Latina. In BAQUERO, M. org. *Cultura(s) política(s) e Democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.
- BAQUERO, M..Padrões de Constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI. In BAQUERO, M.org. *Cultura(s) política(s) e Democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.
- BARROS, R. P. et al. *A queda recente da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para discussão, n. 1258).
- BOHMAN, J.. *Public deliberation: pluralism, complexity, and democracy*. Cambridge: MITPress. 2000.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR/UFGM. Outubro 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Programa Bolsa Família*, [Online]. 2015. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Relatórios de Informações Sociais*. 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 01 março 2015.

BRATTON, M. et al. *Public Opinion, Democracy and Market Reform in Africa*. New York, Cambridge University Press, 2005.

CAMELO, R.S.;TAVARES, P. de A.;SAIANI, C.C.S. Alimentação, Nutrição e Saúde em programas de transferência de renda: evidências para o Programa Bolsa Família. Disponível em: anpec.org.br. Acesso em 01 de junho de 2015.

CANEPA, M. M. L. Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul 1945-1965. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARVALHO, J. M. de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *L'insécurité sociale*. Paris: Seuil, 2009.

_____. *La montée des incertitudes*. Paris: Seuil, 2009.

CASTRO, J. et al.(Org.). *Perspectivas abertas à política social no Brasil*. Brasília: Ipea, 2010.

CASTRO, J. e MODESTO, L.. *Bolsa Família 2003 2010: avanços e desafios* Volume 1 IPEA. 2010

CHEIBUB, J. A.;LIMONGI, F. e PRZEWORSKI, A.. Democracia e cultura: uma visão não-culturalista. *Lua Nova*, 58, 2003.

COHEN, J. “*Deliberation and democratic legitimacy*”. In: *BOHMAN; REHG (Eds.). Essays on reason and politics deliberative democracy*. Cambridge: MITPress, p. 67-92. 1997.

COTTA, T. C. S. *Visões de proteção social e transferência de renda condicionada no Brasil e no México*. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPCAC), 2009.

CROZIER, M.; HUNTINGTON, S.; WATANUKI, J. *The crisis of democracy: Report on the governability of democracies to the trilateral commission*. New York: New York University Press. 1975.

DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, EDUSP, 1997.

DEDECCA, C. A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa. In: BARROS et al(Org.). *Desigualdade de renda no Brasil*. Brasília:Ipea, 2006.

DELGADO, G. C. e CARDOSO JR., J. C.. *O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Texto para discussão 688. Brasília:Ipea, 1999.

DIAMOND, L. and MORLINO, L. (Eds.) *Assessing the quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2005.

DOWNS, A.. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

Dossiê Qualidade da Democracia. *Revista Debates*. Porto Alegre, UFRGS, v.7, n 1, 2013.

DRAIBE, S. Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. Campinas: UNICAMP, 2002 *Cadernos do Nepp* n.65

FAORO, R. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1976.

FONSECA, A. *O debate sobre família e a política de renda mínima*. São Paulo,Cortez, 2001.

_____. *Los sistemas de protección social em América Latina: un análisis de las transferencias monetarias condicionadas*. Ponencia apresentada em Panama, 2006a

_____. *Los sistemas de protección social em América Latina: focalización vs. Universalidad*. Iniciativa ALCSH, FAO, n.4, ago. 2008(Working Paper). Disponível em: www.rlc.fao.org/iniciativa/wps.htm.>. Acesso em 14 jan. 2014.

FONSECA, A.;ROQUETE, C. Proteção social e programas de transferência de renda: o caso do Bolsa- Família. In: VIANA, A.L.L. A.; ELIAS, P.E.M; IBAÑES, N. *Proteção Social: dilemas e desafios*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

EASTON, D.. *A systems analysis of political life*. New York: John Wiley and sons. 1965.

FIGUEIREDO, M.. *A decisão do voto: Racionalidade e democracia*. São Paulo: ANPOCS/ Sumaré. 1991.

FRASER, N. "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". In: CALHOUN, C.(org). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, p. 56-80, 1992.

GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. Legitimidade política em novas democracias. *Opinião Pública*, v.9, nº1.

HABERMAS, J.. *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press. 1973.

HABERMAS, J.. *Between facts and norms*. Cambridge: MITPress. 1995.

HABERMAS, J.. *The structural transformation of public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MITPress; Polity Press. 1989.

HALL, P.; TAYLOR, R.. As três visões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, 58. 2003.

HOLZMANN, R.; JORGEN JACCOUD, L. *Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social*. Rio de Janeiro Ipea, 2009 (Texto para discussão, n. 1372).

HUNTER, W. e POWER, T. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, v.49, p. 1-30, 2007.

INGLEHART, R.. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton:Princeton University Press. 1990.

_____. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*. v. 1, nº 1. 1993.

_____. Postmodernization erodes respect for authority, but increases support for democracy. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens*. Oxford: Oxford University Press. 1999.

INGLEHART, R. e Welzel, C.. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo, Francis, 2009.

IPEA *Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE*. Comunicados do IPEA 159, outubro de 2013.

JACCOUD, L. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005.

LAMEIRÃO, A. P., Dissertação de mestrado. *A Autonomia Municipal no Programa Bolsa Família*. PPGPOL/UFRGS. 2013.

LAVINAS, L. *Programas de Garantia de Renda Mínima* Rio de Janeiro: Ipea, 1998 (Texto para discussão, n. 596).

LAVINAS, L. et al. *Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para discussão, n. 748).

LEAL, V. N.. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Alfa-Ômega, 1941.

LESSA, R. 2003. A teoria da democracia: balanço e perspectivas. PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. (orgs.). *Democracia : teoria e prática*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará.

LICIO, C.L.;RENNÓ, Lucio R.;CASTRO. H.C. do O.de. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. Campinas, *Revista Opinião Pública*, vol. 15, nº 1, junho 2008.

LIJPARTH, A.. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

LIPSET, S.. *Political man: the social basis of politics*. New York: Anchor. 1963.

LUSTIG, N., LOPEZ-CALVA, L. F., ORTIZ-JUAREZ, E., 2012. “Declining Inequality in Latin America in the 2000s: The Cases of Argentina, Brazil, and Mexico”, Working Papers 307, Center for Global Development.

MARIA, J. F. A.. Desenho Institucional e Accountability: pressupostos normativos da teoria minimalista. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], v. 18, n. 35, Abr. 2013. ISSN 0067-964X. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/29824>>. Acesso em: 05 Jan. 2014.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.;SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n.79, nov. 2007.

MEDEIROS, M. de S. Dissertação de mestrado. *A implementação dos programas federais PETI e Agente Jovem em Porto Alegre, no contexto das políticas de transferência de renda dos governos Fernando Henrique Cardoso*. PPGPOL/UFRGS. 2006.

MELO, C. R. e SAEZ, M. A. orgs. *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

MENEGUELLO, R. e MOISÉS, J. Á. (orgs). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo, EDUSP, 2013.

MENEGUELLO, R.. 2013, Campinas, *Entrevista ao Jornal da UNICAMP*, edição 573.

MESQUITA, A.C. S.; JACCOUD, L. B.; SANTOS. M.P.G. Perspectivas para o Programa Bolsa Família e o Sistema de Garantia de Renda Brasileiro. In: *Bolsa Família – 2003-2010. Avanços e Desafios*, Ipea, 2010.

MOISÉS, J. A.. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*, nº 26. 1992.

_____. Cultura política, instituições e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66):11-44, fev. 2008.

_____. “O significado da democracia segundo os brasileiros”. *Opinião Pública*, v. 16, n 2, p.269-309.. Campinas, CESOP, 2010.

_____. (org). *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010.

NUNES, E. de O.. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

NORRIS, P.. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press.

------. 2011. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. New York: Cambridge University Press.

O'DONNELL, G.. *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Relatório Territorial Brasil 2013*.

PAES DE BARROS, R.;HENRIQUES, R.;MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro:IPEA, 2000.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº2, novembro 2011.

PEREIRA, L. B., MARAVALL, J. M.; PRZEWORSKI, A.. *Economic Reforms in New Democracies: A Social-Democratic Approach*. 1993, New York; Cambridge University Press.

PERISSINOTTO, R. e FUKS, M. orgs. *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

POCHMANN, M. *Evidências recentes na relação entre gasto social e desigualdade de renda no Brasil*. Campinas: maio 2005. Mimeografado.

POWELL, Jr. The Chain of Responsiveness. In: DIAMOND, L. and MORLINO, L.(Eds.). *Assessing the quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2005.

PRZEWORSKI, A.. *Democracia e Mercado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará 1994.

PRZEWORSKI, A.. Forthcoming. “*The Poor and thr Viability of Democracy*”. In: Anirudh Krishna (ed.). *Poverty, Participation and Democracy*. New York: Cambridge University Press.

PRZEWORSKI, A.. Forthcoming. “*Democracy, Equality, and Redistribution*”. In: Richard Bourke and Raymond Geuss(eds.), *Political Judgment: Essays in Honour of John Dunn*. Cambridge: Cambridge University Press.

PUTNAM, R.. 1993. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.

RAWLS, J.. *Political liberalism*. New York: Columbia University Press, 1993.

REIS, F. W. 2003. Democracia, igualdade e identidade. In: PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. (orgs.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

REIS, E. P.. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

REGO, W. G.D. L. . Aspectos Teóricos das Políticas de Cidadania: Uma Aproximação ao Bolsa Família.. *Lua Nova* (Impresso), v. 73, p. 147-185, 2008.

RIBEIRO, A. C.. *Teoria Democrática entre a perspectiva elitista e a teoria crítica*. Interseções. Rio de Janeiro v.12, n.2, p. 408 - 425, dez. 2010.

ROCHA, M. (Org.) *Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROSE, R. and SHIN, D. C.. *Democratization Backwards: the problem of Third Wave Democracies*. *British Journal of Political Science*, 31, p. 331-354, 2001.

RUESCHEMEYER, D. "Addressing Inequality. In: DIAMOND, L. and MORLINO, L. (Eds). *Assessing the quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2005.

SANTOS, W.G. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campos, 1987.

SARTORI, G.. *A Teoria da Democracia Revisitada - o debate contemporâneo*. V. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SEN, A. *On Ethics and Economics*. Oxford University Press, 1998.

SCHMITTER, P. C. "The Ambiguous Virtues of Accountability". In: DIAMOND, L. and MORLINO, L. *Assessing the quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2005.

SCHUMPETER, J.. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARTZMAN, S.. *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

SILVA e SILVA, M.O. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004

SILVA, R. B. da. O processo de democratização e seus teóricos. *CSONline Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Ano 2, Volume 3, Maio de 2008.

SOARES, F. et al. *Cash Transfer Programmes in Brazil: Impacts on Inequality and Poverty*. International Poverty Centre. June, 2006(Working Paper n.21).

SOARES, G. A. D. e TERRON, S. L. "A Geografia Eleitoral da Reeleição de Lula no Brasil: explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial". *Artigo*

apresentado no V Congresso Latino Americano de Ciência Política – ALACIP, São José da Costa Rica, 2008.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: IPEA, 2009 (Texto para discussão, n. 1424).

SUPLICY, E. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Cortez, 2002.

TELLES, V. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

THEODORO, M. População e trabalho: evolução do mercado de trabalho no Brasil. In: LESTIENNE, B.; MILESI, R.; GUERTECHIN, T. L. (Org.). *População e Pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

VAZ, J. D O Programa Bolsa Família na produção acadêmica 2003-2010. IX Anped Sul 2012.

WORLD BANK. *Averting the old age crisis. Policies to protect the old and promote growth*. Washington, 1994.

_____ *Social Protection sector strategy from safety net to springboard*. Washington, 2001.

YASCHINE, I.; D'ÁVILA, L. Why, when and How Should Beneficiaries Leave a CCT Programme? *Poverty in Focus*, n. 15, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus15.pdf>>. Acesso em: 07 março 2015

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Filtros:

Amostra: residir na cidade onde a entrevista é realizada e ser beneficiário do Programa Bolsa Família.

Grupo de controle: residir na cidade onde a entrevista é realizada e estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Cidade:

Bairro:

Data:

1. Sexo:

(1) masculino (2) feminino

2. Etnia:

(1) amarela (2) branca (3) indígena (4) negra (5) parda

3. Idade:

qual sua data de nascimento?

(converter em anos

) _____

4. Religião, se tiver:

(1) Candomblé (2) Católica (3) Congregação Cristã do Brasil (4) Espírita
(5) Evangélica (6) Evangélica Adventista (7) Evangélica de Missão (8) Evangélica de Origem entecostal (9) Evangélica Quadrangular (10) Evangélica não determinada (11) Assembléia de Deus (12) Testemunha de Jeová (13) Umbanda (14) Universal do Reino de Deus
(15) Outra - especificar _____ (16) Sem religião (17) Ateu
(88) Não sabe (98) Não respondeu

5. Escolaridade:

(1) não frequentou escola (2) fundamental incompleto (3) fundamental completo (4) médio incompleto (5) médio completo (6) superior incompleto (7) superior completo (8) pós-graduação completo (9) pós-graduação incompleto

6. Qual a sua renda mensal?

R\$ _____

(1) Até 1/8 do Salário Mínimo
(2) Mais de 1/8 a 1/4
(3) Mais de 1/2 a 1 1/6
(4) Mais de 1 a 2
(5) Mais de 2 a 3
(6) Mais de 3 a 5
(7) Mais de 5 a 10
(8) Mais de 10
(9) Sem rendimento
(88) Não sabe
(98) Não respondeu

**7. Somando-se a renda de todas as pessoas que moram na casa, qual é a renda familiar?
R\$**

- (1) Até 1/8 do Salário Mínimo
- (2) Mais de 1/8 a 1/4
- (3) Mais de 1/2 a 1 1/6
- (4) Mais de 1 a 2
- (5) Mais de 2 a 3
- (6) Mais de 3 a 5
- (7) Mais de 5 a 10
- (8) Mais de 10
- (9) Sem rendimento
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

8. Quantas pessoas dependem dessa renda?

- (1) Até duas pessoas
- (2) Até quatro
- (3) Até seis
- (4) Até oito
- (5) Mais de oito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

Indique, em cada afirmativa ou indagação, qual dos itens melhor representa sua opinião, considerando-se o Brasil.

9. Qual era a sua classe social há dez anos atrás, em 2003?

- (1) Alta (2) Média alta (3) Média média (4) Média baixa (5) Baixa (88) Não sabe () Não respondeu

10. E hoje, a qual classe pertence?

- (1) Alta (2) Média alta (3) Média média (4) Média baixa (5) Baixa (88) Não sabe () Não respondeu

11. Ao que se dedica atualmente? Está:

- (1) empregado
- (2) não está empregado nesse momento, mas tem trabalho
- (3) está procurando emprego ativamente
- (4) é estudante
- (5) se dedica aos afazeres de sua casa
- (6) é aposentado(a) ou incapacitado(a) permanentemente para trabalhar
- (7) não trabalha e não está procurando emprego
- (88) não sabe
- (98) não respondeu

12. Na sua ocupação principal, o senhor(a) é:

- (1) assalariado do governo

- (2) assalariado do poder privado
- (3) patrão ou sócio de empresa
- (4) trabalha por conta própria/autônomo
- (5) trabalhador não remunerado ou sem salário
- (6) trabalhador não remunerado ou sem salário
- (88) não sabe
- (98) não respondeu

13. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, sua qualidade de vida:

- (1) melhorou muito
- (2) melhorou pouco
- (3) ficou igual
- (4) piorou pouco
- (5) piorou muito
- (88) não sabe
- (99) não respondeu

14. Acha que nos últimos cinco anos, de 2008 para 2013, a pobreza:

- (1) Aumentou muito
- (2) Aumentou pouco
- (3) Ficou igual
- (4) Diminuiu pouco
- (5) Diminuiu muito
- (88) Não sabe
- (99) Não respondeu

15. Opinião sobre as causas da pobreza.

- (1) Falta de esforço
- (2) Falta de oportunidades
- (88) Não sabe
- (99) Não respondeu

16. Educação é muito importante/fundamental para sair da pobreza.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

17. As oportunidades de seus filhos melhorarem de vida quanto àquelas que vocês pais tiveram são:

- (1) Muito melhores
- (2) Melhores
- (3) Iguais
- (4) Piores
- (5) Muito piores
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

18. Seus pais viviam melhor, igual ou pior do que você vive hoje?

- (1) Melhor
- (2) Igual
- (3) Pior
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

19. Acha que seus filhos viverão melhor, igual ou pior do que você vive hoje?

- (1) Melhor
- (2) Igual
- (3) Pior
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

20. Expectativa de nascer pobre e ficar rico.

- (1) Nascendo pobre e trabalhando duro, se pode ser rico.
- (2) Não é possível nascer pobre e se ficar rico.
- (3) Em pouquíssimos casos, é possível nascer pobre e se ficar rico.
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

21. A distribuição da riqueza no Brasil é:

- (1) Muito justa
- (2) Justa
- (3) Nem justa nem injusta
- (4) Injusta
- (5) Muito injusta

22. A lei trata igualmente a todas as pessoas.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

23. Todos têm os mesmos direitos garantidos.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

Em qual medida, cada um dos entes abaixo é responsável pela/faz a política? Peça que indique no cartão, o número (de 1 a 7) que melhor expressa sua opinião, sendo 1, Discorda muito e 7, Concorda muito ou 88=NS e 99=NR).

24. () O governo

25. () A população

- 26. () O presidente da república
- 27. () Os vereadores, deputados e senadores
- 28. () As associações de bairros
- 29. () Os sindicatos

Peço que indique no cartão, o número (de 1 a 7) que melhor expressa sua opinião, sendo 1, Discorda muito e 7, Concorda muito ou 88=NS e 99=NR).

- 30. () Você acha que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?
- 31. () Até que ponto acredita que os tribunais de justiça no Brasil garantem um julgamento justo?
- 32. () Até que ponto tem respeito pelas instituições políticas no Brasil?
- 33. () Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?
- 34. () Até que ponto se sente orgulhoso de viver no sistema político brasileiro?
- 35. () Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?
- 36. () Até que ponto tem confiança na justiça?
- 37. () Até que ponto tem confiança na justiça eleitoral?
- 38. () Até que ponto tem confiança nas Forças Armadas (no Exército)?
- 39. () Até que ponto tem confiança no Congresso Nacional?
- 40. () Até que ponto tem confiança na Polícia Militar?
- 41. () Até que ponto tem confiança na Igreja Católica?
- 42. () Até que ponto tem confiança na Igreja Evangélica?
- 43. () Até que ponto tem confiança nos partidos políticos?
- 44. () Até que ponto tem confiança no Presidente da República?
- 45. () Até que ponto tem confiança no Supremo Tribunal Federal?
- 46. () Até que ponto tem confiança no governo municipal?
- 47. () Até que ponto tem orgulho de ser brasileiro?
- 48. () Até que ponto tem confiança nos meios de comunicação?
- 49. () Até que ponto tem confiança nas eleições em nosso país?
- 50. () O povo deve governar diretamente e não através dos representantes eleitos.
- 51. () Aqueles que não concordam com a maioria representam uma ameaça ao país.

52. Qual a característica mais importante da democracia?

- (1) Eleições regulares, límpidas e transparentes.
- (2) Um sistema de partidos que competem entre si.
- (3) Uma economia que assegura renda digna.
- (4) Um sistema judicial que trate todos igual.
- (5) Respeito às minorias.
- (6) Governo da maioria
- (7) Liberdade de expressão para criticar abertamente
- (8) Membros do parlamento que respeitem seus eleitores.
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

53. De uma maneira geral, em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o senhor está:

- (1) Muito insatisfeito
- (2) Insatisfeito
- (3) Satisfeito

- (4) Muito satisfeito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

54. Acha que o Brasil é um país:

- (1) Nada democrático
- (2) Pouco democrático
- (3) Algo democrático
- (4) Muito democrático
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

Até que ponto concorda ou discorda das frases seguintes (Com escala de 1 a 7, sendo 1, Discorda muito e 7, Concorda muito, ou 88=NS e 99=NR).

55.() O Estado brasileiro, mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas.

56.() O Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres.

57.() Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o senhor(a) pensam.

58. Como cidadão comum, não tenho como influenciar as decisões políticas.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

59. Deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

Até que ponto concorda ou discorda da frase seguinte (Com escala de 1 a 7, sendo 1, Discorda muito e 7, Concorda muito ou 88=NS e 99=NR).

60. () Pode haver democracia sem que existam partidos políticos.

61. É importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda

- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

62. As pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

63. No Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

64. No Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outros.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

65. Qualquer pessoa deveria poder votar e ser votada.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

66. A igualdade política entre as pessoas diminuiu/ficou igual/aumentou nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013.

- (1) Diminuiu muito
- (2) Diminuiu
- (3) Ficou igual
- (4) Aumentou
- (5) Aumentou muito
- (88) Não sabe

(98) Não respondeu

67. As políticas públicas – aquilo que o governo faz - levam em consideração aquilo que o cidadão precisa/espera do governo.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não respondeu

68. Significado de democracia

- (1) Liberdades civis e individuais
- (2) Direito a voto
- (3) Desenvolvimento social e econômico
- (4) Governo de, por e para o povo
- (5) Paz e unidade
- (6) Bom governo
- (7) Igualdade e justiça
- (8) Estado de direito
- (9) Segurança pessoal
- (10) Independência nacional
- (11) Regra da maioria
- (12) Direitos de grupos
- (13) Sistema multipartidário
- (14) Movimentos
- (15) Corrupção e abuso de poder
- (16) Mau governo
- (17) Troca de governo
- (98) Não sabe
- (98) Não respondeu

69. A democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor.

- (1) Discorda muito
- (2) Discorda
- (3) Concorda
- (4) Concorda muito
- (88) Não sabe
- (98) Não responde

70. Há quanto tempo recebe o Programa Bolsa Família?

- (1) Dez anos
- (2) Entre cinco e dez anos
- (3) Menos de cinco anos
- (4) Menos de um ano

- (88) Não sabe
- (99) Não respondeu

71. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua família?

- (1) Piorou muito
- (2) Piorou
- (3) Não fez diferença
- (4) Melhorou
- (5) Melhorou muito
- (88) Não sabe
- (99) Não respondeu

72. Até que ponto acredita que a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua comunidade?

- (1) Piorou muito
- (2) Piorou
- (3) Não fez diferença
- (4) Melhorou
- (5) Melhorou muito
- (88) Não sabe
- (99) Não respondeu

73. Se não houvesse democracia no Brasil, não existiria o Programa Bolsa Família.

- (1) Concorda muito
- (2) Concorda
- (3) Discorda muito
- (4) Discorda
- (88) Não sabe
- (99) Não respondeu

74. Quando se vive numa democracia, os cidadãos têm mais direitos.

- (1) Concorda muito
- (2) Concorda
- (3) Discorda muito
- (4) Discorda
- (88) Não sabe
- (99) Não respondeu

75. O senhor se interessa por política?

- (1) Muito
- (2) Pouco
- (3) Não se interessa
- (88) Não sabe
- (99) Não respondeu

76. Por que? _____

O senhor pertence e participa (PP); pertence e não participa(PNP) ou não pertence(NP)
a:

77. () Igreja ou organização/grupo religioso

78. () Organização/associação artística, cultural, musical ou educacional

79. () Sindicato

80. () Partido

81. () Organização/associação de defesa do meio ambiente

82. () Associação profissional

83. () Organização/associação humanitária, filantrópica ou de caridade

84. () Organização d/associação de defesa das mulheres

85. () Organização/associação de defesa dos homossexuais

86. () Organização/associação de moradores ou comunitária

87. (

)Outras _____

(88) não sabe

(99) não respondeu

88. O que é para o senhor(a) ser um(a)
cidadão(ã)? _____

89. O senhor(a) é um cidadão(ã)?

(1) Não

(2) Sim

(88) Não sabe

(99) Não respondeu

Observação: algumas das questões foram extraídas do questionário aplicado na pesquisa **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável na Promoção da Cidadania e da Qualidade de Vida. Estudo Comparado entre Cidades do Brasil, Chile e Uruguai**, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina - NUPESAL. Outras, daqueles do Latinobarômetro, em várias de suas edições e outras, ainda, do utilizado pelo Barômetro das Américas, LAPOP, Brasil, 2012.

